

**UFRRJ**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TESE DE DOUTORADO**

**DO DECLÍNIO À DESTITUIÇÃO:**  
**AS CONSEQUÊNCIAS PESSOAIS DO DESMONTE DO**  
**COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO**  
**SUDESTE PARAENSE-PA.**

**Marcos Alexandre Pimentel da Silva**

**2023**



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TESE DE DOUTORADO**

**DO DECLÍNIO À DESTITUIÇÃO:  
AS CONSEQUÊNCIAS PESSOAIS DO DESMONTE DO COLEGIADO  
DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO SUDESTE PARAENSE-  
PA.**

**MARCOS ALEXANDRE PIMENTEL DA SILVA**

*Sob a orientação do professor*  
**Dr. Nelson Giordano Delgado**

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, para a obtenção do título de **doutor**.

**Rio de Janeiro  
Maio de 2023**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586d Silva, Marcos Alexandre Pimentel da, 1980-  
Do declínio à destituição: as consequências pessoais  
do desmonte do Colegiado de Desenvolvimento  
Territorial do Sudeste Paraense-PA / Marcos Alexandre  
Pimentel da Silva. - Rio de Janeiro, 2023.  
205 f.: il.

Orientador: Nelson Giordano Delgado.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências  
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
(CPDA), 2023.

1. Desmonte de Políticas Públicas. 2. Policy  
Dismantling. 3. Colegiado de Desenvolvimento  
Territorial. 4. Sul e Sudeste do Pará. 5.  
Deslocamentos. I. Delgado, Nelson Giordano, 1946-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)  
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)

**MARCOS ALEXANDRE PIMENTEL DA SILVA**

Tese submetida ao Programa Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em: 25/05/2023.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese/dissertação.

---

Prof. Dr. Nelson Giordano Delgado (CPDA/UFRRJ)  
(Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ)  
(Examinador interno)

---

Prof. Dr. Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ)  
(Examinador interno)

---

Prof. Dr. José Renato Sant'Anna Porto (IEAR/UFF)  
(Examinador externo)

---

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (PósGeo/UFF)  
(Examinador externo)



Emitido em 25/05/2023

ATA Nº 1302/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/05/2023 10:28 )

CLAUDIA JOB SCHMITT  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matrícula: ###328#1

(Assinado digitalmente em 30/05/2023 10:00 )

NELSON GIORDANO DELGADO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matrícula: ###65#9

(Assinado digitalmente em 30/05/2023 11:14 )

SERGIO PEREIRA LEITE  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matrícula: ###631#9

(Assinado digitalmente em 30/05/2023 12:47 )

VALTER DO CARMO CRUZ  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ###.###.112-##

(Assinado digitalmente em 30/05/2023 07:34 )

JOSÉ RENATO SANT ANNA PORTO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ###.###.698-##

(Assinado digitalmente em 29/05/2023 13:48 )

MARCOS ALEXANDRE PIMENTEL DA SILVA  
DISCENTE  
Matrícula: 2017#####5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **1302**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **29/05/2023** e o código de verificação: **530e1d4fae**

## DEDICATÓRIA

*Às vítimas do austericídio, da pandemia da covid-19 e às milhares de mortes evitáveis que  
não podem mais estar aqui.*

*À todas e todos que atravessaram esse inferno sem poder deixar o correr da vida,  
que seguem em meio às suas pressões e afrouxos e, mesmo assim, diante da perda do pouco  
de proteção que lhes cobre, encontram forças para tomar a atitude mais corajosa.*

## AGRADECIMENTOS

Na formação intelectual e literária dos paraenses, há um passado de interações heterogêneas com o Rio de Janeiro. Eneida de Moares, Dalcídio Jurandir, Mário Faustino, Dulcinéa Paraense, Olga Savary, entre tantas outras, foram alguns dos nomes que ajudaram a construir essa história desde o início dos anos de 1930.

Deslocamentos como esses acontecem até os dias de hoje; mas não envolvem apenas a busca solitária por uma formação, por uma cidade. No correr dessa luta, há os encontros, o caminhar lado a lado, em coletividade. Por isso, começo por agradecer àquelas e àqueles que me acolheram quando cheguei à cidade do Rio de Janeiro, onde passara a acreditar em São Jorge desde então, Ogum para as religiões de matriz africana.

Agradeço imensamente a quem de pronto me acolheu após desembarcar no Santos Dummont, um tanto arredio, mas bastante eufórico: Bruno Malheiro, Tatiana Costa, Valter do Carmo e Amélia Bezerra. O apoio e amizade de vocês foram fundamentais para a construção dessa parte da minha vida que então se iniciava.

Incluo um seguimento importantíssimo nessa caminhada, o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Agradeço ao meu orientador, professor Nelson Giordano Delgado. O trato que tem com a pesquisa e a maneira como conduziu a orientação, marcada por discussões profundas, questões instigantes e o fato de sempre me deixar a vontade para percorrer os caminhos que propunha; passaram a representar para mim uma outra perspectiva do que pode ser a orientação de uma pesquisa em um contexto de adversidades. É uma pessoa incrível, não foi à toa que em sua disciplina consegui discutir mais profundamente a obra de Karl Polanyi.

Às professoras e aos professores que também conduziram minha formação intelectual, política e por que não dizer cultural, durante o período do doutorado, Sérgio Pereira Leite, Karina Kato, Claudia Job Schmitt, Jorge Osvaldo Romano, Leonilde Servolo de Medeiros, Renato Sérgio Jamil Maluf, John Wilkinson, e a todas as demais professoras e professores deste Programa.

À Secretaria e à coordenação desta Pós-Graduação, aos técnicos e às meninas do apoio. Junto a vocês, conseguimos transformar as dependências do CPDA, no prédio da Presidente Vargas, em um espaço de encontro, de cuidado e de forte resistência política diante de tudo o que estava por vir no Brasil. Conseguimos resistir ao desmonte, às eleições de 2018, à pandemia da covid-19, enfim, apesar das perdas, conseguimos “nos manter vivos” como recomendou fortemente o professor Jorge Romano no encerramento de uma de suas disciplinas ministradas no final daquele ano.

Aos colegas do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA), com os quais passei a integrar mais recentemente os “mesões do OPPA”. Os resultados de nossos debates teóricos e práticos em torno do desmonte também estão registradas aqui, e contribuíram em muito para a escrita do texto que agora apresento.

Às incríveis amigas construídas nas salas de aulas do CPDA e nos debates que se seguiram nos bares da Lapa, Glória, Largo do Machado, Santa Teresa, Botafogo, Vila Isabel, Tijuca, Urca... meus agradecimentos à Emília, Luiza, Lara, Larissa, Yamira, Anna Gesse, Fábio, Victor, Leandro de Almeida, Joaquim, Eduardo (Duda), Alex, Paulo Baltazar, Júnior Aleixo, Leandro Cabral e Gabriel. São pessoas que admiro muito, minhas companheiras e companheiros de pós, com quem dividi e compartilhei eventos importantes.

Às examinadoras e aos examinadores da tese, por aceitarem o convite para participar desse momento. Nelson Giordano Delgado, Sérgio Pereira Leite, José Renato de Sant’Anna Porto, Valter do Carmo Cruz, Jorge Romano; e às professoras Claudia Job Schmitt e Silvia Aparecida Zimmermann.

Ao meu terapeuta, Ariel de Andrade, pela escuta, acolhimento, carinho e diálogo em uma fase bastante difícil.

À Fernanda Vieira, do Laboratório Experimental de Tradução – LETRA, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), ao Paulo Valente (UFSC) e à Maria Rossi (UFAM) pela força com a tradução e na elaboração dos resumos finais para a tese.

Do lado daqui, de canto de onde sopram os ventos do Norte, onde finquei minhas raízes e de onde meus percursos são construídos, começo pelas representações da instituição, pública, onde leciono, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Estendo meus agradecimentos ao Maurílio Monteiro e à Idelma Santiago que à época eram reitor e vice-reitora, respectivamente; ao Rosemir Pereira, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Propit); ao Marcus Vinicius de Souza, diretor do Instituto de Ciências Humanas (ICH) e ao Robson Alves, diretor da Faculdade de Geografia (Fageo); às técnicas e aos técnicos e colegas de trabalho que aprovaram o meu pedido de afastamento das atividades da docência para cursar o doutorado no Rio de Janeiro.

Às professoras, professores, discentes e bolsistas do curso de Geografia da Unifesspa, da Licenciatura e do Bacharelado, em especial aos colegas do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp), Rogério Miranda, Gleice Kelly, Hugo Rogério e Rogério Marinho, pelo apoio dispensado.

Agradeço às minhas ex-alunas e ex-alunos do curso de Geografia pela ajuda durante o desenrolar da pesquisa e ao final da escrita da tese, no agendamento e realização das entrevistas, na seleção de fotografias do arquivo da CPT e na confecção dos mapas: Caíra Alves da Costa, Marcelo Ferreira Barbosa e Lucas Ferreira Gomes.

Às companheiras e companheiros de trabalho na universidade, pelos diálogos e pelo apoio que me deram, fundamentais para o cuidado com a saúde mental e para manter acesa as discussões que refletem preocupações em comum: em Marabá agradeço ao Janailson Macedo, à Edimara Santos, ao Rogério Miranda e ao Haroldo de Souza; em Xinguara, ao Laécio de Sena; e ao Márcio Douglas e ao Michel Lima, em Belém.

À dona Maura dos Santos, minha mãe; ao Harllen Pimentel, meu irmão, e à Sofia Helena, minha irmã mais nova. Hoje estão um pouco mais perto de mim, remontando as peças dispersas de nossa pequena família.

Às outras partes da minha vida, às mulheres que não me deixaram desistir em hipótese alguma, Edimara e Cassiopeia (nossa filha), pelo apoio, amor incondicional, cumplicidade, compreensão, colo, orações e ronronados.

Ao Rodrigo Reis, “mano velho”, antropólogo dos povos indígenas da Amazônia Ocidental e do Brasil. Entre palestras, protestos e inúmeros copos de cerveja, construímos uma forte amizade, um deslocamento importante e uma fonte de grande inspiração prática, intelectual e política. Não poderia ser diferente, pois só o Rio de Janeiro para tornar camaradas um paraense e um manauara.

Por fim, e de forma bastante especial, agradeço imensamente às companheiras e aos companheiros que fiz ao longo de suas lutas, do trabalho docente e da pesquisa, que compartilharam comigo partes de suas histórias e biografias: ao Moveleiro, ao Artífice, ao Extensionista, à Arquivista, ao Consultor, ao Guardião, à Rosa, ao Observador e ao Advogado, e a outras personagens que infelizmente não consegui colocar aqui. O diálogo com vocês representou a mão estendida que me retirou do poço e me fez refletir a extensão do meu deslocamento no mundo.

A todas e todos, muito obrigado.

## RESUMO

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. **Do declínio à destituição: as consequências pessoais do desmonte do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense-PA**. 2023. 205pp. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023.

O desmonte da política de desenvolvimento territorial para o meio rural no Brasil chegou à sua última etapa com o governo Bolsonaro e a promulgação do Decreto n. 9.759, no dia 11 de abril de 2019, que pôs fim aos conselhos de políticas públicas, comitês, fóruns e, com isso, aos colegiados, uma institucionalidade criada em 2003 para garantir às organizações da sociedade civil, aos movimentos sociais e às instituições governamentais, por intermédio de suas representações, a participação na implementação daquelas políticas em especial. Diante disso, o objetivo geral da tese foi o de compreender os efeitos desse processo na história de vida daquelas e daqueles que desempenharam esse papel de representação dentro do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense (Codeter SE Paraense). Como objetivos específicos, procuramos (a) analisar o processo histórico de como foram criadas as interações socioestatais que presidiram as práticas de organização, as formas específicas de construir coalizões e os modos de negociar a ação pública por meio deste espaço de participação social; (b) caracterizar o desmonte dessa institucionalidade participativa, destacando os discursos de justificação mobilizados, as estratégias executadas e os instrumentos usados para esse tipo destrutivo de mudança de políticas; e (c) compreender as consequências pessoais desse tipo de desmonte, levando em conta os seus efeitos na história de vida das representações que atuaram nessa arena pública. Para isso, propomos a articulação de duas abordagens teóricas e conceituais capazes de ampliar a compreensão do desmonte. De um lado, a análise do *dismantling public policy* que define essa prática como uma estratégia específica de corte, redução, diminuição ou de remoção completa de uma política existente, um tipo de mudança de política de caráter destrutivo. De outro lado, a abordagem relacional das interações socioestatais de mútua constituição entre as esferas da sociedade civil e do Estado, para as quais essa relação é de co-constituição, pois, ao mesmo tempo em que os atores sociais promovem efeitos nas políticas, eles sofrem esses efeitos, são constituídos por eles. Nessa direção, o desmonte deixa de ser pensado somente como uma estratégia e passa a se referir a um processo extensivo de desestruturação das interações entre sociedade e Estado mediadas por políticas públicas. De posse desse olhar, a pesquisa revelou que os efeitos desse processo não se restringiram apenas à dimensão *policy* da política de desenvolvimento territorial rural, nem se resumiram à desmobilização dos seus colegiados, mas se estenderam até o plano da história de vida recente daquelas e daqueles que desempenharam o papel de representação das organizações da sociedade civil ligadas à agricultura familiar, aos movimentos sociais de luta pela terra e por direitos territoriais e das instituições governamentais no Codeter SE Paraense. Desse modo, as consequências pessoais do desmonte têm significado a experiência do desencontro, do distanciamento e dos descaminhos para essas pessoas, e a produção de deslocamentos em suas histórias, de caráter difuso, heterogêneo e dissociados em meio a um contexto de restrições ampliadas, a exemplo do quadro atual de remoção completa dessa política.

**Palavras-chave:** Desmonte de políticas públicas, Codeter SE Paraense, deslocamentos.

## ABSTRACT

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. **From decline to dismissal: the personal consequences of dismantling the Collegiate for Territorial Development of Southeast Pará-PA (Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense-PA)**. 2023. 205pp. Thesis (Doctoral in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Department of Development, Agriculture and Society, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023.

The dismantling of the territorial development policy for rural areas in Brazil reached its final stage with the Bolsonaro government and the enactment of Decree n. 9,759, on April 11, 2019, which put an end to public policy councils, committees, forums and, therefore, collegiate bodies, an institution created in 2003 to guarantee civil society organizations, social movements and government institutions through their representations, participation in the implementation of those policies in particular. Therefore, the general objective of this dissertation was to understand the effects of this process on the life history of those who played this role of representation within the Collegiate for Territorial Development of Southeast Pará (Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense - Codeter SE Paraense). As specific objectives, we seek to (a) analyze the historical process of how the socio-state interactions that presided over the organizational practices were created, the specific ways of building coalitions and the ways of negotiating public action through this space of social participation; (b) characterize the dismantling of this participatory institutionality, highlighting the justification discourses mobilized, the strategies implemented and the instruments used for this destructive type of policy change; and (c) understand the personal consequences of this type of dismantling, taking into account its effects on the life history of the representations that acted in this public arena. For this, we propose the articulation of two theoretical and conceptual approaches capable of expanding the understanding of dismantling. On the one hand, the analysis of dismantling public policy that defines this practice as a specific strategy of cutting, reducing, decreasing or completely removing an existing policy, a type of policy change of a destructive nature. On the other hand, the relational approach of socio-state interactions of mutual constitution between the spheres of civil society and the State, for which this relationship is one of co-constitution, because, at the same time that social actors promote effects in policies, they suffer these effects, are constituted by them. In this direction, the dismantling is no longer thought of only as a strategy, but as an extensive process of dismantling the interactions between society and the State mediated by public policies. With this perspective in hand, the research revealed that the effects of this process were not restricted only to the political dimension of the rural territorial development policy, nor were they limited to the demobilization of its collegiate bodies, but extended to the level of the recent life history of those and those who played the role of representing civil society organizations linked to family farming, social movements fighting for land and territorial rights, and government institutions in Codeter SE Paraense. In this way, the personal consequences of the dismantling have meant the experience of mismatch, distancing and detours for these people, and the production of displacements in their histories, of a diffuse, heterogeneous and dissociated character in the midst of a context of increased restrictions, the example of the current framework for complete removal of this policy.

**Key words:** Dismantling of public policies, Codeter SE Paraense, displacements.

## RESUMEN

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. **De la decadencia al destitución: las consecuencias personales del desmantelamiento del Colegiado de Desarrollo Territorial del Sudeste de Pará-PA**. 2023. 205pp. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad). Instituto de Ciencias Humanas y Sociales, Departamento de Desarrollo, Agricultura y Sociedad, Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, Río de Janeiro, RJ, 2023.

El desmantelamiento de la política de desarrollo territorial para las áreas rurales en Brasil llegó a su etapa final con el gobierno Bolsonaro y la promulgación del Decreto n.º 9.759, el 11 de abril de 2019, que puso fin a los consejos, comités y foros de políticas públicas y, por lo tanto, a los órganos colegiados, una institucionalidad creada en 2003 para garantizar a las organizaciones de la sociedad civil, los movimientos sociales y las instituciones gubernamentales, a través de sus representantes, la participación en la implementación de esas políticas en particular. En vista de ello, el objetivo general de la tesis fue comprender los efectos de este proceso en la historia de vida de quienes desempeñaban este papel de representación en el seno del Colegiado de Desarrollo Territorial del Sudeste Paraense (Codeter SE Paraense). Como objetivos específicos, buscamos (a) analizar el proceso histórico de cómo se crearon las interacciones socio-estatales que presidieron las prácticas organizativas, las formas específicas de construir coaliciones y los modos de negociar la acción pública a través de este espacio de participación social; (b) caracterizar el desmantelamiento de esta institucionalidad participativa, destacando los discursos de justificación movilizados, las estrategias ejecutadas y los instrumentos utilizados para este tipo destructivo de cambio político; y (c) comprender las consecuencias personales de este tipo de desmantelamiento, teniendo en cuenta sus efectos en la historia de vida de las representaciones que actuaron en este espacio público. Para ello, proponemos la articulación de dos enfoques teóricos y conceptuales capaces de ampliar la comprensión del desmantelamiento. Por un lado, el análisis del *dismantling public policy*, que define esta práctica como una estrategia específica de recorte, reducción, disminución o eliminación total de una política existente, un tipo de cambio político destructivo. Por otro lado, el enfoque relacional de las interacciones socio-estatales de constitución mutua entre las esferas de la sociedad civil y el Estado, para el cual esta relación es de co-constitución, ya que al mismo tiempo que los actores sociales promueven efectos sobre las políticas, sufren estos efectos, son constituidos por ellas. En este sentido, el desmantelamiento deja de ser pensado únicamente como una estrategia y pasa a corresponder a un amplio proceso de desestructuración de las interacciones entre la sociedad y el Estado mediadas por las políticas públicas. Desde esta perspectiva, la investigación reveló que los efectos de este proceso no se restringieron a la dimensión *policy* de la política de desarrollo territorial rural, ni se limitaron a la desmovilización de sus órganos colegiados, sino que se extendieron a la historia de vida reciente de quienes desempeñaron el papel de representar a las organizaciones de la sociedad civil vinculadas a la agricultura familiar, a los movimientos sociales de lucha por los derechos a la tierra y al territorio y a las instituciones gubernamentales de Codeter SE Paraense. De este modo, las consecuencias personales del desmantelamiento han supuesto para estas personas la vivencia de desencuentros, distanciamientos y desvíos, y la producción de desplazamientos en sus historias, de carácter difuso, heterogéneo y disociado en medio de un contexto de mayores restricciones, como es la situación actual de supresión total de esta política.

**Palabras clave:** Desmantelamiento de políticas públicas, Codeter SE Paraense, desplazamientos.

## LISTA DE SIGLAS

ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ADETUNI	Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá
AMAT	Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins
AMCAT	Associação dos Municípios Consorciados do Araguaia Tocantins
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ARCASUL	Agencia Regional de Comercialização do Sul do Pará
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
ATGS	Assessor Técnico de Gestão Social
ATIP	Assessor Territorial de Inclusão Produtiva
BASA	Banco da Amazônia S/A
BB	Banco do Brasil S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAT	Centro Agro-Ambiental do Tocantins
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEPASP	Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CG	Comissão de Gestão
CGT	Comissão Geral dos Trabalhadores
CIAT	Comissão de Instalação das Ações Territoriais
CIB	Companhia Industrial do Brasil
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
COOCAT	Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins
COOMAFI	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Itupiranga
COOMFAMA	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá
COOPER	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Carajás
COOPERCAU	Cooperativa de Reflorestamento e Bioenergia da Amazônia
CONDIR	Conselho Diretor
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COPSERVIÇOS	Cooperativa de Prestação de Serviços
COPATIORÔ	Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atiorô
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CT	Câmara Técnica
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EAD	Educação à Distância
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATA	Fundação Agrária Tocantins-Araguaia

FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FECAMPO	Faculdade de Educação do Campo
FECAP	Federação das Centrais e Uniões de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Pará
FECAT	Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Para
FERA	Fórum de Entidades pela Agricultura Familiar e Reforma Agrária
FETAGRI	Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá
FETRAF-PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Pará
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNO	Fundo Constitucional para Região Norte
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
GRE	Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques
GT	Grupo de Trabalho
GTAE	Grupo de Trabalhadoras Artesanais e Extrativistas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRA	Institut National de La Recherche Agronomique
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LASAT	Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia Tocantins
MEB	Movimentos Eclesiais de Base
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIQCB	Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
MINC	Ministério da Cultura
MIN	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPF	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ND	Núcleo Diretivo
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
NEDETER	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Amazônia Oriental
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
PA	Projetos de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PDA	Plano de Desenvolvimento
PF	Polícia Federal
PIC	Programa Integrado de Colonização
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRH	Programa Minha Casa/Minha Vida Rural
PNFC	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROINF	Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PTC	Programa Territórios da Cidadania
SAF	Sistema Agroflorestal
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEASPAC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários de Marabá
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SESPA	Serviço de Saúde do Pará
SICONVI	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAFLOR	Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SPI-TUC	Serviço de Patrimônio Imobiliário de Tucuruí
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
STTR	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
UAG	Universit�e Antilles - Guyane
UDR	União Democrática Ruralista
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE-Tucuruí	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil
ULTAP	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
URT	Unidade de Referência Tecnológica
UTA	Unidade Técnica de Articulação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
A qualificação e os ajustes na proposta da tese.....	18
A pandemia do SARS-Cov-2, as entrevistas e mais ajustes.....	22
Entre montagens e desmontagens, a proposta da pesquisa definida.....	25
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>AS RAÍZES INSTITUCIONAIS DAS AÇÕES COLETIVAS DO MEIO RURAL NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO SUDESTE PARAENSE-PA</b> .....	29
<i>Crônicas de pesquisa e campo - “A gente ocupa, produz e resiste”</i> .....	29
1.1 A história do posseiro no Sudeste Paraense não começou a partir de 1970.....	31
1.2 Primeiro, o Diretório instituiu o assalto às terras indígenas até o final do XVIII.....	32
1.3 Em seguida, a posse foi respeitada e restituída pela “extração livre” no XIX.....	34
1.4 Finalmente, as “histórias de posse” foram politizadas no longo século XX.....	38
1.4.1 A organização das oposições sindicais.....	43
1.4.2 A ampliação da ação (regional) do sindicalismo rural.....	45
1.4.3 A complexidade da luta por políticas públicas para o meio rural.....	49
1.5 O significado disso tudo para o presente.....	54
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>O DECLÍNIO DAS INSTITUCIONALIDADES PARTICIPATIVAS COMO EFEITO DO DESMONTE DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL</b> .....	57
<i>Crônicas de pesquisa e campo - “O dia depois do fim”</i> .....	57
2.1 A abordagem do <i>dismantling public policy</i> na análise das mudanças de políticas.....	59
2.2 Uma breve apresentação da política de desenvolvimento territorial para o meio rural.....	66
2.2.1 As três dimensões territoriais da ação pública.....	67
2.2.2 Os colegiados como componentes de democratização no Pronat e no PTC.....	69
2.3 As etapas do declínio das institucionalidades participativas.....	71
2.4 A desmobilização do Codeter SE Paraense.....	74
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>OS DESLOCAMENTOS “COMPULSÓRIOS” COMO EXPRESSÕES DAS CONSEQUÊNCIAS PESSOAIS DA DESTITUIÇÃO DO CODETER SE PARAENSE</b> .....	76
<i>Crônicas de pesquisa e campo - “O moveleiro, a estante e a memória”</i> .....	76
3.1 Um esboço para a abordagem das consequências pessoais do desmonte.....	78
3.2 As entrevistas e a organização de suas escritas.....	81
3.3 Da <i>officina</i> do Codeter SE Paraense às histórias de vida e seus seguimentos.....	82
3.3.1 o Empreendedor.....	83
3.3.2 o Observador.....	85
3.3.3 o Extensionista.....	87
3.3.4 o Guardião.....	88
3.3.5 a Rosa.....	90

3.3.6 o Advogado.....	91
3.3.7 o Consultor.....	93
3.3.8 o Artífice.....	95
3.4 Explorando os sentidos dos deslocamentos desde o Codeter SE Paraense-PA.....	97
3.4.1 Deslocamentos de passagem e de retorno.....	98
3.4.2 Deslocamentos provisórios e de ajustes sucessivos de trajetórias.....	98
3.4.3 Deslocamentos resilientes, na luta pela terra e contra o esquecimento.....	99
3.4.4 Um deslocamento não tratado, mas observado em campo.....	100
3.5 O significado dos deslocamentos frente ao desmonte de políticas públicas.....	101
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

Para determinados contextos, a palavra desmantelamento denota um procedimento específico ou etapa constitutiva, necessária para manter a integridade do seu objeto e garantir sua sustentabilidade no tempo. A geração de energia nuclear é um exemplo disso: em função do risco de acidentes, é fundamental prever um processo de “desmontagem”, necessário à segurança dessa política (Aleksiévitch, 2016).

Entretanto, há outros sentidos que devem ser explorados. Se pensarmos em cenários de políticas fortemente marcadas pelas “mãos de tesoura” da austeridade fiscal, é possível apontar a emergência de um sentido destrutivo, pois, em situações como esta, o desmonte tem se convertido em uma estratégia recorrente para executar desde cortes em investimentos públicos até a remoção completa de políticas.<sup>1</sup> No Brasil, de um modo geral, esse processo tem significado

- (a) uma ampla desestruturação de políticas públicas de proteção, alcançando setores diversos – como o da previdência social, da proteção ambiental, da saúde, dos direitos territoriais de povos indígenas e de comunidades quilombolas, do fortalecimento da agricultura familiar, da promoção de justiça e igualdade para as mulheres, entre outros;
- (b) a construção e o aperfeiçoamento de estratégias governamentais para a execução de cortes excessivos, a alteração de normas legais e o fim de um *mix* políticas importantes para a proteção de amplas camadas da população brasileira e do meio ambiente. Dado a frequência com que o governo recorreu a esta prática nos últimos anos, não parece exagero desconfiar que assistimos à conversão dessa prática em “técnica de governo” (Frankenberg, 2018);
- (c) o emprego da austeridade fiscal como uma poderosa referência na elaboração dos sentidos, das justificações públicas e dos discursos em torno do recurso às estratégias de desmonte por parte do governo federal, de onde vem o apelo recorrente à narrativa hegemônica do “corte necessário de gastos públicos”, que, embora desagradável, constitui-se na única saída para retomar o crescimento, como afirmam os “*policy dismantling makers*”.

Intelectuais internacionais e brasileiros tem denunciado a austeridade. Ela é uma “ideia zumbi” (*zombie economics*), insiste o economista John Quiggin (2010): está morta, e mesmo assim é poderosa e caminha entre nós. Para Mark Blyth (2017), a austeridade é uma forma de deflação voluntária destinada ao ajuste da economia por meio da redução de salários, preços e despesas públicas, enfim, do corte no orçamento do Estado: não funciona, mas muitos insistem nela, e por isso se tornou uma ideia perigosa. Nessa direção, Pedro Rossi, Esther Dweck e Flávio Arantes (2018), acertadamente, avançaram em uma resposta a esse aparente paradoxo para o caso brasileiro. Para eles, o esforço em manter uma ideia que não funciona se deve ao papel central que ela desempenha em meio às desigualdades sociais, constituindo-se em uma verdadeira “política de classe”.

---

<sup>1</sup> No Brasil, embora sejam recentes os estudos mais dedicados a uma análise sistemática do desmonte de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar – incluindo aí as de desenvolvimento territorial para o meio rural –, o processo político do desmonte não é tão novo assim, não começou após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como poderíamos ser levados a crer. É o que tem apontado o trabalho recente de Grisa *et al.* (2022).

Em conjunto, concordam que se trata de uma falácia. E mesmo assim, essa “ideia zumbi” é incorporada à construção de uma poderosa gramática a partir da qual são formulados os sentidos, as ideias-chave e as narrativas que “justificam” as atuais estratégias de corte, redução e/ou remoção completa de políticas públicas no Brasil. O uso do seu repertório procura legitimar, assim, diferentes estratégias de desmantelamento, alçadas à categoria de principais ferramentas com as quais operam o regime de austeridade fiscal no Brasil no campo da ação pública.

Para a análise desse quadro é importante tomar como ponto de partida o debate recente que emerge no campo das Ciências Políticas, dado pela abordagem denominada de *dismantling public policy* (ou *policy dismantling* simplesmente),<sup>2</sup> uma proposta em construção e que conta com poucas referências ainda – salvo a contribuição seminal dada pelo livro *Dismantling the welfare state?*, de Paul Pierson (1994). De acordo com essa perspectiva, o desmantelamento – ou desmonte, desmontagem, usarei indistintamente esses termos daqui em diante – é definido como uma estratégia específica de corte, redução, diminuição ou de remoção completa de uma política existente. No campo dos estudos sobre mudança de políticas, refere-se a um tipo mais destrutivo,

[...] de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas numa determinada área e reduz o número de instrumentos de políticas utilizados e/ou diminui a sua intensidade. Pode envolver mudanças nestes elementos cruciais da política e/ou ser alcançada *através da manipulação das capacidades para implementação e acompanhamento da política*” (Bauer; Knill, 2012, p. 35, grifos nossos).

Esse tipo de mudança tem se generalizado, afetando, sobretudo, as capacidades estatais no que se refere à formulação, financiamento e manutenção de políticas públicas, mas carregam a possibilidade de alcançar outras esferas da sociedade.

Esse foi o ponto de partida a partir do qual começamos, eu e meu orientador, a pensar a elaboração da proposta que apresento aqui e agora.<sup>3</sup> O seu desdobramento compreendeu um processo de atualização constante em direção ao seu objeto, e de ajustes feitos durante a construção do projeto, a realização da pesquisa, os primeiros resultados obtidos e a etapa de escrita do texto da tese.

### **A qualificação e os ajustes na proposta da tese.**

Quando apresentei o escrito contendo a proposta inicial, tinha formulado o seu conteúdo a partir da literatura do *policy dismantling*, ainda muito circunscrito à ideia de explorar o desmonte no funcionamento de uma política pública. Entretanto, em que pese a importância dessa literatura, e de acordo com as observações feitas durante a qualificação (2019), os estudos até então disponíveis e representativos dessa abordagem padeciam de pelo três reduções.

---

<sup>2</sup> Nos últimos anos, é possível perceber o esforço de pesquisadoras e pesquisadores, alunas e alunos da pós-graduação que procuram refletir criticamente a literatura do *dismantling public policy* no sentido de adequá-la ao cenário recente de desestruturação das políticas públicas de desenvolvimento rural, de segurança alimentar e nutricional e de fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo dos trabalhos de Sabourin; Craviotti; Milhorange (2020); Sabourin *et al.* (2020).

<sup>3</sup> O uso alternado entre a primeira pessoa do singular e a primeira do plural teve como objetivo dar uma visão mais ampla, profunda e reflexiva do processo da pesquisa. O “nós”, por exemplo, serve tanto para reconhecer as ideias e argumentações que decorreram de elaborações mais coletivas, junto à orientação, quanto como um recurso retórico, usado com a única intenção de conduzir o leitor por uma reflexão ou raciocínio que se desenvolve no texto. O “eu”, por sua vez, é para demarcar as situações de reflexões mais individuais, a fim de registrar as ideias e *insights* particulares. Como adverte Alberto Melucci (2005, p. 27, grifos nosso), “As nossas práticas [científicas] incluem de forma crescente informações relativas aos modos nos quais a ação social se define, se constrói. *Num processo circular*, através destas informações nós mesmos definimos e construímos a nossa ação”.

- a) Mesmo levando em conta os chamados “fatores externos” na explicação do desmonte – como por exemplo o contexto político-econômico da austeridade fiscal –, as dimensões privilegiadas por essa abordagem, tais como a identificação, caracterização e análise dos seus agentes, das estratégias, dos interesses e dos seus efeitos eram deduzidas a partir dos conflitos gerados na esfera do legislativo e do executivo, apenas.
- b) Para essa leitura, as principais ideias e interesses que condicionam o desmonte são estabelecidos a partir dos pressupostos da teoria da escolha racional, o que conduz a reflexão a compreender os interesses em termos de custo e benefício e, por tabela, acaba por direcionar e resumir a explicação dessa relação reduzindo-a às disputas por votos, o que torna esse processo dependente do poder de veto dos agentes públicos ou do custo político por eles administrados.
- c) Como resultado disso, e uma vez que se trata de um fenômeno de difícil rastreamento, o desmonte é analisado apenas do ponto de vista das institucionalidades da própria política, o que está correto, porém restringe seus efeitos apenas à dimensão *policy* da política.<sup>4</sup> Além disso, esses mesmos efeitos não são analisados tendo em vista o que produzem de diferente no campo da política desmontada e nem a partir da perspectiva dos territórios onde incidiam.

A partir dessas três críticas, a proposta de estudo apresentada sofreu uma primeira alteração, descrita como se segue.

Naquele momento, ganhava corpo a ideia de que não se tratava de estudar o desmonte das políticas públicas isoladamente ou apenas elencar os seus impactos. Na esteira dessas observações, a banca passou a indagar provocativamente se seria possível a essas estratégias criarem alguma coisa de diferente no âmbito em que a política pública incidia, não por causa do tipo de política desmontada, mas por suas intermediações, isto é, apesar dela. Para isso, foi sugerido tomar a proposta original de análise como um pano de fundo, como uma referência a partir da qual seria possível explorar seus efeitos em realidades mais profundas e em objetos mais substantivos, a exemplo dos territórios concretamente usados onde as políticas foram implementadas e das interações sociais que acomodavam a política objeto da desmontagem. Diante disso, começamos a pensar que a problemática da pesquisa girava em torno de compreender os efeitos do desmonte segundo essa orientação, daí buscar por um processo do desmantelamento efetuado a partir de cortes orçamentários, ou de desestruturação dos componentes da política ou ainda, em uma situação de completa remoção dada por estratégias mais visíveis. Neste caso, a política de desenvolvimento territorial para o meio rural no Brasil parecia preencher essas três condições. Senão, vejamos.

Como advertem Nelson Giordano Delgado e Sérgio Leite (2015), a política federal de desenvolvimento territorial rural se constituiu numa importante inovação institucional a partir de 2003, formulada como objetivo principal de incorporar demandas de diferentes parcelas constitutivas da agricultura familiar e dos povos e populações tradicionais do campo na formulação das políticas destinadas ao desenvolvimento dos espaços rurais.

---

<sup>4</sup> Em geral, como nos mostrou Klaus Frey (2000), na análise de políticas públicas, sobretudo na literatura norte-americana da *policy analysis*, as diferenças na grafia do termo política indicam a variação de pelo menos três sentidos, três dimensões distintas da política pública. Assim, *polity* se refere à dimensão institucional, a ordem do sistema político (o sistema jurídico e a estrutura institucional do sistema político-administrativo). Por sua vez, *politics* corresponde à dimensão processual, ao o processo político, de caráter conflituoso, da negociação política restrita, muitas vezes, aos espaços contenciosos do legislativo e do executivo. Por fim, *policy* (*policies*) é a dimensão material da política pública, e se refere ao conteúdo da política em si, seu funcionamento e seus resultados materiais concretos. Essa distinção é apenas um recurso para destacar as variações que o termo política pode assumir em realidades anglófonas, mas não podemos esquecer que ela é artificial e inadequada para os casos empíricos (Frey, 2000).

Essa política foi sustentada por três grandes pilares.

De um lado, havia o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela maior parte do orçamento e pela articulação interministerial, necessária à ampliação dos recursos deste item; e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que operacionalizava a política por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) (2003-2010) e do Programa Territórios da Cidadania (PTC) (2003-2016).

De outro lado, “na ponta da política”, foram institucionalizados espaços de participação popular, na forma de colegiados para a implementação das políticas previstas no portfólio dos dois programas em questão, criados enquanto “uma institucionalidade complexa para esses territórios, com o objetivo de gerir socialmente a política territorial, articular atores sociais e políticas públicas e promover a governança territorial” (Delgado; Leite, 2015, p. 240).

Finalmente, contava com a proposição de uma abordagem territorial pensada para articular todo esse processo e estabelecida com o intuito de “[...] consolidar a democracia, *construir uma nova cultura política no meio rural e aumentar a autonomia de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e populações tradicionais*” (Delgado; Leite, 2015, p. 240, grifos nosso).

Entretanto, essa estrutura passou por severos ataques durante o início do segundo governo de Dilma Rousseff (PT) e, em seguida, foi fortemente questionada para finalmente ser completamente desestruturada a partir de 2016, quando Michel Temer (MDB), ainda na condição de interino, extinguiu o MDA, assim como implodiu as secretarias que prestavam apoio à política de desenvolvimento territorial, como a SDT e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar (Seaf).<sup>5</sup> Por fim, cortou recursos de outros programas e promoveu uma onda de exonerações de pessoal, destituindo funcionários que naquele momento já compunham toda uma *expertise* ligada ao debate do desenvolvimento territorial, e, finalmente, nos territórios, uma atmosfera de incertezas se instalou nos colegiados.

Esses eventos nos mostravam que os efeitos do desmonte não se restringiram apenas às esferas do legislativo e do judiciário, às capacidades estatais e à dimensão *policy* da política pública, mas se desdobraram de formas diversas, sentidas também no plano da organização das entidades da sociedade civil e das histórias de vida daquelas e daqueles que lidaram com as políticas nas “margens do Estado” (Das; Poole, 2009).

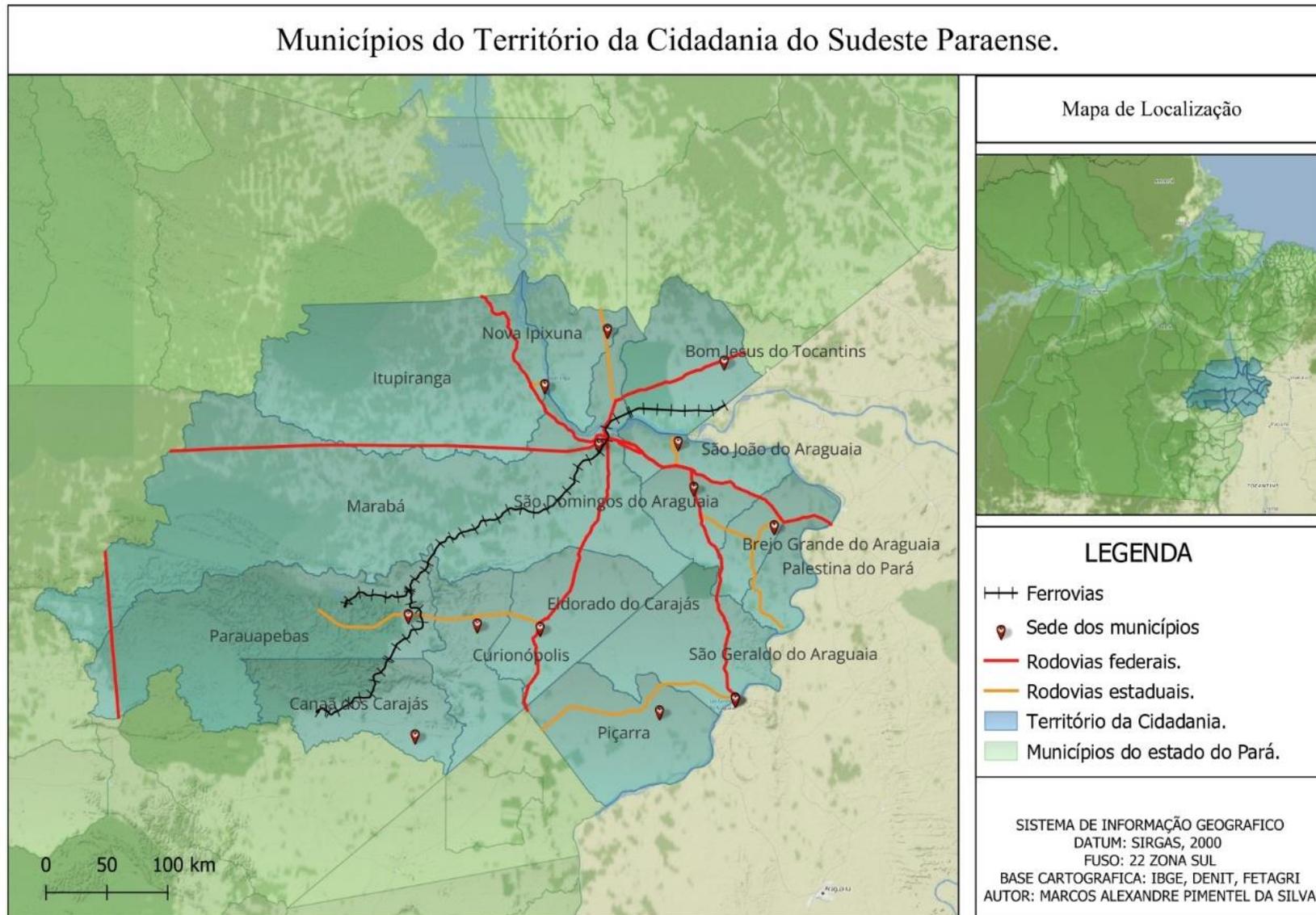
Diante disso e das observações feitas pela banca, a questão central da pesquisa passou a ser dada pela seguinte indagação: quais foram os efeitos do desmonte da política de desenvolvimento territorial rural no Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense do Sudeste Paraense (Codeter SE Paraense), levando em conta o contexto mais amplo de desestruturação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e o período recente de maior visibilidade do desmonte, generalizado a partir de 2016?

A justificativa para a formulação dessa questão foi a necessidade de não desperdiçar a experiência que tive até o ano de 2016, como coordenador<sup>6</sup> do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) responsável por assessorar os trabalhos desse colegiado na região, junto aos municípios do Território da Cidadania do Sudeste Paraense, como fora definido oficialmente o espaço de atuação Codeter SE Paraense (ver Figura 1).

---

<sup>5</sup> Medida provisória n.º 726, de 12 de maio de 2016; Decreto n.º 8.780, de 27 maio de 2016; Decreto n.º 8.786, de 14 de junho de 2016; e, finalmente, Decreto n.º 8.865, de 25 de setembro de 2016.

<sup>6</sup> No período de 2014 a 2016 coordenei o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense, carinhosamente apelidado de “Nedeter”, parte de um projeto de extensão aprovado no edital n.º 81/2013, SDT/MDA/CNPq que selecionou as primeiras propostas de construção de Nedets como forma de desenvolver ações de apoio, extensão e assessoria aos trabalhos dos colegiados do PTC. Isso significou uma inovação para as atividades de assessoria e de acompanhamento das políticas que integravam o portfólio do PTC até esse momento, constituindo-se em um dos programas que fizeram parte da política de desenvolvimento territorial no meio rural no Brasil. Vale lembrar que esta iniciativa envolveu o antigo MDA, por meio da SDT, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



**Figura 1** - Mapa de delimitação do território do Codeter SE Paraense.  
 Autor: SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (2023).

Além dessa experiência, era importante a realização de pesquisas que pudessem rastrear os impactos do desmonte nos “territórios” onde incidiam as políticas desmontadas. Esta questão, além de justificar a realização da pesquisa, indicou a necessidade de escolher o Colegiado do Sudeste Paraense como referência empírica para a pesquisa, em função do fato de que essa arena se constituiu na principal institucionalidade participativa da política na região (Delgado; Leite, 2011).

O Colegiado era um dos espaços de interações sociedade e Estado mobilizados por diferentes organizações da sociedade civil do meio rural na região, pelos movimentos sociais de luta pela terra e por direitos territoriais e pelos agentes das instituições públicas governamentais, para implementação de políticas, e que, de 2003 até o ano de 2016, 2019, fora mobilizado para o debate das políticas agrárias, agrícolas, de segurança alimentar e nutricional, entre outras, dentro do *mix* destinado ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

Feito isso, passamos, em seguida, à revisão dos demais elementos da pesquisa, tais como a continuidade do levantamento bibliográfico acerca do tema melhor recortado; a definição dos objetivos e o ajustamento da metodologia e das estratégias para a coleta de dados, a fim de torná-los mais coerentes à questão central de nossa proposta de pesquisa para a tese, que enfim parecia formulada. Mas, em seguida, aconteceu algo de inesperado e, embora conjuntural, demonstrou-se extremamente violento para todos nós, como veremos a seguir.

### **A pandemia do SARS-Cov-2, as entrevistas e mais ajustes.**

No mês de fevereiro do ano de 2020, eu me encontrava no Rio de Janeiro. Estava no edifício em que funciona o CPDA, na avenida Presidente Vargas, para participar de uma reunião de orientação e de uma atividade junto ao Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, o “mesão do OPPA”, como é conhecido.

Foi no ano em que o vírus SARS-Cov-2 desembarcou no Brasil e desencadeou uma série de problemas, de situações não previstas, complexas e de difícil tratamento como constatamos mais tarde. Foi naquele mês que a imprensa confirmou, oficialmente, o primeiro caso de infecção pela covid-19 em São Paulo e, dias depois, no Rio de Janeiro. Foi quando, enfim, teve início um dos períodos mais devastadores de nossa história, como todos sabemos e, por isso mesmo, tomo a liberdade de abreviar esse tempo sombrio para nos conduzir imediatamente às consequências mais diretamente associadas às necessidades de (re)ajustar, mais uma vez, a proposta de pesquisa.

Imediatamente e sem pensar muito, procurei retornar ao estado do Pará. Quando cheguei à cidade de Marabá a vida na cidade era de incredulidade de parte da população local. Medo, por parte de outros.

Em março foi confirmado o primeiro caso de infecção por covid-19 no estado, e logo em seguida, em Marabá.

Assim como aconteceu em outros lugares, não havia máscaras adequadas de proteção (como o modelo N95) na cidade e nem álcool gel disponível nas farmácias. Pouquíssimos testes para a realização de diagnósticos. Não demorou para aparecer os primeiros óbitos atribuídos à infecção pelo novo coronavírus. Logo de início era difícil saber com certeza. Muitas pessoas em Marabá não aceitavam “testar positivo”. O número de óbitos aumentou. Rapidamente seguiu-se uma onda de negacionismos: pessoas nas ruas sem máscaras, pastores evangélicos em cultos nas calçadas, todos unidos por alguma teoria conspiratória que desacreditasse a existência da pandemia em cada esquina. Os protocolos de segurança foram ignorados constantemente. Festas clandestinas foram realizadas e transmitidas por redes sociais. Muitas pessoas se viam entre as recomendações para se protegerem e ficar em casa ou correr o risco e continuar a trabalhar, conforme a necessidade ditava. Tudo parecia nos sufocar.

Seguiu-se mais tarde uma escalada de mortes pelo vírus, ao lado da divulgação pela imprensa de uma série de situações de negligência da parte do poder público federal. Relatos de mais mortes, boletins com a contagem dos mortos nos telejornais... muitos acharam que a pandemia iria acabar em 1 (um) ano, e até se planejaram de acordo com isso. Porém, àquela altura ficou claro que não seria o tempo de uma “gripezinha”. Em novembro de 2020 minha companheira testou positivo para o vírus. Em casa, seguimos os protocolos até onde conseguimos. Na cidade circulavam recomendações como a de manter o distanciamento social, a de realizar a quarentena, seguiu-se a suspensão de atividades presenciais em diferentes estabelecimentos, escolas, os toques de recolher e, finalmente, a inauguração do trabalho remoto e a vigilância em torno das aglomerações em espaços públicos e privados.

A essa altura, consegui entrar em contato com as pessoas que queria entrevistar, porém não havia condições viáveis para isso. Não consegui fazer muita coisa. Procurava sempre pensar em uma saída, como poderia reformular a proposta original da tese, ou de desenhar uma forma alternativa para realizar as atividades previstas, como meus colegas de turma já faziam. Mas não consegui. O tempo se esgotou, e fui me perdendo a cada hora que se passava, e a cada minuto que se esgotava era o prazo que se perdia.

Em 2021, ainda em quarentena, fiz uma disciplina remota da pós-graduação do CPDA, dedicada ao estudo do desmonte, incluindo aí o debate de textos de autores do *policy dismantling*, o que me ajudou muito. Naquele momento, começaram a ser publicados resultados de pesquisas mais aplicadas, relativas à mobilização explícita dessa abordagem na análise de campos diversos de políticas, ou apenas à discussão dessa temática dentro de uma determinada área de políticas pública, a exemplo do meio ambiente (Fearnside, 2019), da assistência social (Carneiro; Araújo; Araújo, 2019), das compras públicas de alimentos da agricultura familiar (Machado, 2020), da saúde mental (Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020), do SUS (Silva; Santos; Corrêa, 2021), entre outras. Embora se tratassem de resultados de pesquisas recentes para aquele momento, era possível ponderar que se tratava de um processo mais amplo e que já estava posto, a julgar pelos questionamentos, contestações e ataques há muito deflagrados contra o terreno dos direitos humanos, dos direitos territoriais indígenas e quilombolas e, evidentemente, das políticas voltadas à agricultura. Com efeito, a partir do reconhecimento do estado da arte desse campo de estudos, não havia como negar o crescimento de pesquisas destinadas a essa temática, mas também a necessidade de construir um debate mais sistemático a respeito das particularidades desse processo para as políticas públicas de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

Esse quadro, ao lado da pandemia, e apesar do governo, colocou certa urgência quanto à realização de estudos mais voltados os impactos do desmonte de políticas nos territórios onde habitam as classes populares do campo, nas suas formas de organização política e em suas histórias de vida. Com esse pensamento e todo esse material, fui retornando aos poucos à pesquisa, e, um tanto acanhado, às orientações.

Em 2022, ao lado de pesquisadoras e pesquisadores do CPDA e de outras instituições, redigimos um artigo voltado à apresentação de um diagnóstico preliminar acerca das estratégias recentes de desmonte das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil (Grisa *et al.*, 2022). Nessa direção, uma conclusão de fácil constatação e que pode ser rapidamente formulada para o nosso caso foi a de que o efeito mais imediato do desmonte da política de desenvolvimento territorial rural do governo federal na região do Sudeste Paraense era a destituição de sua principal institucionalidade participativa no território, o seu Colegiado, consumado com o Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019. A realização das entrevistas cumpriria apenas um papel complementar a essa tese, constituindo-se em um registro passivo. Mesmo assim, eu insisti na realização desse método de coleta de dados, cheguei a pensar até na organização remota de um Grupo Focal (GF) (Gatti, 2005), o que se demonstrou impossível no contexto restritivo da pandemia da covid-19.

No final do ano de 2022 e início de 2023, retomei as entrevistas. Apesar de realizadas individualmente, mostraram-se muito ricas, levando-me a explorar outras possibilidades quanto à análise dos efeitos produtivos do desmonte. Os diálogos que transcrevi apontavam para a ideia de que as interações que até então organizavam a ação coletiva desde o Colegiado se encontravam desgastadas, em estado de declínio até. Essa intuição resultou de duas cenas do processo da pesquisa.

Na primeira delas, quando propunha aos entrevistados a realização do grupo focal, com a proposta de reunir todo mundo após a pandemia, ouvia rapidamente respostas como essa: “– para que, se não tem mais o Colegiado? Vamos enviar as demandas para quem?” Indagação trágica, mas bastante lógica naquele contexto.

Na segunda, passei a observar mais atentamente os caminhos tomados por cada uma e cada um após o que se configurava como o fim do Colegiado: havia aquela pessoa aprovada recentemente em concurso público, e que posteriormente me concedeu seus diários contendo o registro das assembleias do Codeter SE Paraense; havia também aquele que passou a se preocupar com a escrita de sua memória biográfica e com razão, pois a perda de seus amigos de luta o faz aceitar a cada dia a maior possibilidade de ser o próximo; havia ainda aqueles que insistiam e insistem em enfrentar o tempo, e que voltam sempre ao sindicato, resistem apesar de tudo; enfim, na impossibilidade de existir um espaço de encontro como o Colegiado, as histórias de vida que por ali se cruzaram, continuaram e seguiram adiante. Era como se fosse uma longa caminhada de retorno às rotinas de seus antigos empregos e ocupações, ou até mesmo um esforço significativo de atualização ao período recente e de reconstrução de suas lutas. Essas questões me levaram a pensar na importância de incorporar metodologicamente a análise dos efeitos do desmonte nas histórias de vida, pelo menos em parte delas, explorando as consequências pessoais desse processo e a construção de seus sentidos.

Diante disso, mantive a análise dos efeitos do desmonte da política, estendo o escopo dessa análise até a incorporação de pequenos seguimentos da história de vida daquelas e daqueles que desempenharam até bem pouco tempo o papel de representação das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais de luta pela terra e por direitos territoriais, assim como das instituições governamentais que integraram o Colegiado do Território da Cidadania do Sudeste Paraense.

Nosso objetivo geral passou a ser, finalmente o de compreender **os efeitos do desmonte da política de desenvolvimento territorial rural e as consequências pessoais** desse processo para as representações do poder público, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil que atuaram no Codeter SE Paraense, considerando o processo mais amplo de desestruturação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, em particular a remoção da política de desenvolvimento territorial para o meio rural no Brasil, que ganhou maior visibilidade a partir de 2016.

Em seguida, estabeleci como objetivos específicos os seguintes:

- a) analisar, a partir de pesquisa bibliográfica, a história de como foram criadas **as interações socioestatais** que presidiram as práticas de organização, as formas específicas de construir coalizões e os modos de negociar a ação pública desde este espaço.
- b) caracterizar, com base em pesquisa documental, **o desmonte da institucionalidade participativa**, destacando os discursos de justificação, as estratégias e os instrumentos mobilizados para esse tipo destrutivo de mudança de políticas.
- c) compreender, por meio de entrevistas semiestruturadas e abertas, **as consequências pessoais do desmonte**, levando em conta os seus efeitos na história de vida recente dos agentes públicos, das representações dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil dessa arena pública.

## Entre montagens e desmontagens, a proposta da pesquisa definida.

O último ajuste se refere à necessária articulação de duas abordagens importantes para o campo de estudos do desmonte das políticas públicas, acredito, e para entender os demais elementos da pesquisa e de sua metodologia.

De um lado, é preciso levar em conta a contribuição recente da análise do *policy dismantling* (Jordan; Green-Pedersen; Tumpenny, 2012; Bauer; Knill, 2012; Bauer *et al.*, 2012a; Jordan; Bauer; Green-Pedersen, 2013; Jordana, 2014). Para essa abordagem, o desmonte de políticas públicas se constitui em uma estratégia específica de corte, redução, diminuição ou de remoção completa de uma política existente. Correspondem àquelas estratégias formuladas e operadas fundamentalmente, mas não exclusivamente, *inside the state*.

Nessa perspectiva, a análise é feita sem sair dos limites da dimensão interna às políticas públicas, o seu funcionamento, isto é, ela leva em conta o que se convencionou chamar de *policy outputs*, os produtos das políticas. No interior desse quadro, somos levados a identificar os efeitos do desmonte que, em seguida, são elencados em um quadro exaustivo. Embora os autores dessa abordagem reconheçam que esses efeitos se estendem para além desse recorte (e na prática eles tendem a deslizar para as dinâmicas sociais e territoriais mais substantivas), ela conta com poucos recursos e ferramentas capazes de ajudar a construir uma interpretação mais extensiva e de conjunto, com poder de alcançar a lógica que articula as consequências de um processo como este para além dos limites das políticas.

De outro lado, existe uma segunda abordagem que complementa a do *policy dismantling* e aponta caminhos importantes para a análise dos efeitos para além da dimensão *policy* da política desmontada, isto é, *outside the state*. Trata-se da perspectiva relacional de análise que leva em conta o processo de mútua constituição das subjetividades políticas dos atores mediadas pela formulação e implementação das políticas públicas entre as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e o Estado (Tatagiba; Teixeira, 2021). Essa proposta tem se constituído em uma verdadeira apropriação brasileira, da abordagem da *polis* mais bem elaborada por Theda Skocpol e Charles Tilly. Como esclarece Houtzager (2004),

Da perspectiva da *polis* vê-se como atores societários e estatais desenvolvem diferentes *capacidades de ação* quando se envolvem em ciclos reiterativos de interação por meio do divisor de águas público/privado. Nesses processos, tal visada dedica atenção particular aos efeitos institucionais, como aqueles dos sistemas partidários e conselhos participativos. As capacidades e a natureza dos atores estatais e societários são entendidas como o resultado de uma troca de mão dupla, moldada de maneira substancial de modo a se tornar o terreno institucional no qual a própria troca se realiza. A habilidade de atores políticos de produzir políticas de inclusão é, em grande parte, contingente à *habilidade dos atores de arquitetar um encaixe com as instituições políticas* que lhes assegurem maior influência no processo de produção de políticas públicas do que a outros atores. A capacidade de arquitetar o encaixe, contudo, é fortemente restringida por uma variedade de fatores, inclusive institucionais (Houtzager, 2004, p. 16, grifos nosso).

Essa segunda perspectiva de análise aponta alguns encaminhamentos que se tornam difíceis de ignorar na análise das políticas e das estratégias que visam desmontá-las.

Em primeiro lugar, não se trata de circunscrever a análise apenas aos limites internos às políticas para analisar os efeitos do seu desmonte, pois sabemos que os agentes públicos e privados, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais promovem efeitos nas políticas, ao mesmo tempo em que sofrem os desdobramentos desses efeitos. Na hipótese mais promissora, aprendem novas capacidades.

É, na verdade, um processo de constituição de mão dupla (mútua constituição), efetuado em meio às ambiguidades e às tensões de uma relação de co-constituição (Sader, 1988; Houtzager, 2004; Palmeira; Heredia, 2010; Lavallo; Houtzager; Castello, 2012; Aguião, 2014; Carlos, 2015; Aguião, 2018; Lavallo *et al.*, 2019; Tatagiba; Teixeira, 2021; Abers, 2021). Nestes termos, uma análise do desmonte deve se esforçar para ir além dos limites de contenção da análise do *policy dismantling* e avançar no estudo desse tipo de interação em particular, uma vez que as políticas públicas acabam por exercer um papel que tende a exceder às questões para as quais foi formulada, de modo que quaisquer mudanças nessas interações são sentidas do lado de fora das políticas.

Em segundo lugar, e como consequência desse primeiro encaminhamento, o desafio metodológico passou a ser o de como articular a abordagem do *dismantling public policy*, naquilo que ela tem de melhor, à análise relacional das interações socioestatais de mútua constituição entre sujeitos políticos, formas de organização societárias e as políticas públicas nas interações diversas entre sociedade civil, movimentos sociais e Estado, pois, se tomássemos a primeira abordagem aqui apresentada como a única referência para responder às questões da pesquisa, sem as devidas mediações, poderíamos nos apressar e já responder que, no contexto histórico atual, o desmonte das políticas de desenvolvimento territorial para o meio rural foi completado com a promulgação do Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019, responsável pela destituição definitiva de sua institucionalidade participativa, representada na região do Sudeste Paraense pelo seu colegiado. Porém, os efeitos do desmonte são extensivos e afetam outras esferas.

Em terceiro lugar, é claro que essa consideração é importante. De fato, o efeito mais imediato do desmonte da política de desenvolvimento territorial para o meio rural foi a desmobilização das ações coletivas que historicamente foram construídas na região e que se fizeram presentes no Codeter SE Paraense. E isso tem se colocado não apenas para essa política em especial, como observam Tatagiba *et al.* (2022). Entretanto, a questão mais importante aqui reside no encaminhamento de “descer mais um degrau” e acrescentar à análise as consequências pessoais desse processo, explorando como foram afetadas as histórias de vida daquelas e daqueles que desempenharam o papel de representação do poder público, das iniciativas privadas, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais e que ocuparam esse colegiado no período recente da nossa história.

O estudo dessas questões tornou possível cogitar e formular a hipótese de que os efeitos do desmonte da política de desenvolvimento territorial rural não se resumiram à desmobilização de sua institucionalidade participativa na região do Sudeste Paraense, mas se estenderam até outras esferas além da dimensão *policy* dessa política e têm implicado na produção de um conjunto de trajetórias difusas, dissociadas e heterogêneas como expressão diversa daquilo que o etnógrafo urbano Gabriel Feltran (2006) tem denominado de deslocamentos, uma chave de leitura muito importante que aqui me ajudou a articular a análise dos efeitos do desmonte às histórias de vida e a ampliar o escopo de sua abordagem, ao incorporar uma dimensão até então ausente nos esquemas de análise dos estudos do *policy dismantling*. Essa foi a proposta de tese que, tentativa e insistentemente, procurei defender ao longo do texto.

Por fim, dado o caráter de pesquisa qualitativa, e de posse da abordagem teórica montada anteriormente e da hipótese formulada, defini a metodologia da pesquisa e distribuí as técnicas de coleta de dados em três grandes etapas.

Na primeira das etapas da metodologia foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica, de caráter histórico, teórico e temático, constando de levantamento e leitura de livros, artigos e de monografias direcionadas às principais questões da pesquisa. Este procedimento foi fundamental para dar fundamento aos três capítulos da tese, mas principalmente ao Capítulo I, todo ele feito a partir do levantamento bibliográfico. Entre a escrita e a reescrita dessa parte da tese, este momento da pesquisa se estendeu até os minutos finais da pesquisa.

A segunda etapa foi dedicada ao levantamento documental e à coleta de informações oficiais. Envolveu tanto a consulta aos documentos arquivados na antiga secretaria do Codeter SE Paraense quanto o levantamento junto a redes sociais e aos sites do governo federal acerca de promulgação de normas e regras relativas às políticas de fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial, medidas provisórias, resoluções administrativas, decretos, revogações, portarias, instruções normativas, memorandos circulares, entre outros instrumentos editados entre os anos de 2015 a 2022. Ainda que os materiais coletados tenham sido pouco utilizados, foi a partir deles que fora escrito o texto do Capítulo II.

A etapa final foi destinada à realização do trabalho de campo e das entrevistas semiestruturadas, selecionadas como técnica de coleta de dados privilegiada para o diálogo com as representações do poder público, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que possuíam assento no Colegiado do Sudeste Paraense até a sua destituição definitiva. Como já esclareci anteriormente, grande parte dessa etapa foi realizada em meio à pandemia da covid-19 e, por isso mesmo, correspondeu a um processo descontínuo, de ajustes sucessivos e de (re)adequações necessárias. Apesar dessas restrições, foram realizadas oito entrevistas, algumas *online* e outras puderam ser presencialmente. Infelizmente, embora tenha agendado mais três entrevistas, uma delas, inclusive, com a atual direção da Fetagri Regional Sudeste Paraense, elas não foram realizadas. Essa etapa se arrastou por um longo período, iniciando-se um pouco antes da oficialização da pandemia e finalizando no após as eleições presidenciais de 2022, já no ano de 2023. Como resultado final dessa trajetória tortuosa, escrevi todo o Capítulo III da tese.

Cabe, entretanto, um pequeno esclarecimento acerca de como resolvi estruturar a apresentação das partes da tese: o seu conteúdo foi dividido em três capítulos, mais a conclusão apresentada ao final. O leitor notará que coloquei um pequeno texto denominado de “crônicas de pesquisa e campo” logo no início de cada um dos capítulos. Eles contêm uma história curta que foi escrita a partir de minhas anotações feitas ao longo de diferentes situações do trabalho docente e da pesquisa, notadamente durante o trabalho de campo. O objetivo deste recurso e de seu uso é bem modesto e direto: é o de que essas pequenas crônicas de pesquisa e de campo atuem como uma apresentação sintética que anuncia uma parte essencial do assunto que será tratado no capítulo ao qual elas pertencem.

**No primeiro capítulo**, reconstruí o processo histórico de formação territorial da região do Sudeste Paraense, importante para contextualizar as ideias, as práticas sociais e as representações, os códigos e os símbolos culturais, as orientações morais e as capacidades que, enfim, foram combinadas na construção das formas específicas de interação entre sociedade e Estado, destinados a organizar o modo como diferentes atores sociais, agentes públicos e privados, organizações da sociedade civil e movimentos sociais construíram mutuamente suas identidades, organizaram suas alianças e coalizões na construção de suas ações coletivas, bem como negociaram a ação pública do Estado no território, no sentido de lutar por políticas públicas para o meio rural.

**No segundo capítulo**, apresento uma rápida exposição da abordagem do *policy dismantling* das políticas públicas, a fim de destacar o conceito de desmantelamento mobilizado por essa abordagem, as suas dimensões de análise, a noção de efeitos, bem como uma discussão das possibilidades e dos limites dessa proposta no que se refere à pesquisa dos processos recentes de declínio e destituição de espaços de participação social e de arenas públicas tais como o Codeter SE Paraense. Em seguida, procuro fortalecer a construção de uma proposta alternativa de interpretação sobre como esse processo se deu no que se refere à dimensão dos instrumentos de políticas e dos arranjos institucionais que sustentavam até então o funcionamento dessa institucionalidade participativa na região do Sudeste Paraense no período recente.

**No terceiro capítulo**, analisei as consequências pessoais do desmonte levando em conta duas qualificações necessárias. Em primeiro lugar, a análise desse processo foi feita a partir de sua manifestação mais aparente, a da destituição dos colegiados de desenvolvimento territorial em nível nacional, o que inclui o Codetder SE Paraense. Em segundo lugar, as consequências pessoais foram abordadas a partir da análise de pequenos seguimentos das histórias de vida recente daquelas e daqueles que atuaram na representação do poder público, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que ocuparam o Colegiado até sua destituição. O meu objetivo foi o de compreender os sentidos compartilhados nas histórias individuais e nos percursos construídos por esses agentes após a destituição dessa institucionalidade na região, a fim de ampliar a compreensão dos efeitos desse processo por meio da tematização dos deslocamentos aí produzido, e, com isso, contribuir para a ampliação necessária da análise do desmonte de políticas públicas no Brasil.

## CAPÍTULO I

### 1. AS RAÍZES INSTITUCIONAIS DAS AÇÕES COLETIVAS DO MEIO RURAL NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO SUDESTE PARAENSE-PA

#### *Crônicas de pesquisa e campo - “A gente ocupa, produz e resiste”*

Em 2014 já morava em Marabá, já eramos Unifesspa e eu estava na Unidade I, a caminho do auditório, quando vi uma aglomeração na entrada. Havia ali pessoas claramente vestidas para uma cerimônia de formatura, outras carregando apenas uma mochila nas mãos ou com um capacete de moto pendurado no cotovelo. Alguém gritou: “os alunos da Educação do Campo ‘invadiram’, o auditório!”, e isso eventualmente acabara por atrasar a formatura do curso de Geologia, agendada para aquela data, hora e local, como disseram. Vi que as alunas e alunos da Educação do Campo estavam ali para um outro rito, as atividades de apresentação e organização das etapas do curso, como sempre fazem no início dos seus semestres letivos. Ali mesmo comecei a conversar com os professores representantes de cada curso. A Geologia<sup>7</sup> se encontrava a caráter, de terno. Eu e a Educação do Campo<sup>8</sup>... bem, nem tanto, era mais um dia em nossas rotinas de trabalho. De sua parte, a Geologia afirmava ter reservado o auditório com antecedência. A Educação do Campo, por sua vez, queria encontrar uma solução e, desde que fosse esclarecido o acontecido, concordou em desocupar o auditório e se dirigir a uma outra sala para realizar as suas atividades. Naquela época eu era o diretor do Instituto de Ciências Humanas. Entre minhas atribuições, deveria esclarecer qualquer dúvida sobre incidentes como esse e garantir o direito daquele que havia feito a reserva. Após consultar rapidamente o registro do instituto, contendo as reservas e os agendamentos do auditório e das salas de aula de nossa unidade, ficou claro: a Educação do Campo havia reservado o espaço do auditório. Lá dentro, gritos e assovios vibraram com essa informação, o que foi indiscutivelmente emocionante, confesso. Do lado de fora a situação era no mínimo constrangedora entre nós três: os segundos que se seguiram pareceram horas de um silêncio que se arrastava entre a gente, enquanto os alunos desobstruíam rapidamente a entrada do auditório. Era isso. Olhamos para o estacionamento, rimos do acontecido e, não havendo mais nada a tratar, conforme dizem os ritos burocráticos, cada um tomou seu rumo, mas não sem antes ouvir da Geologia: “estamos ocupando, ué. Não é isso que vocês fazem!?”), pelo que a Educação do Campo retrucou imediatamente: “não! A gente ocupa, produz e resiste”.

\*\*\*

---

<sup>7</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>8</sup> Nome alterado para confidencialidade.

Assim como narrado na crônica anterior, “ocupar, produzir e resistir” são três palavras que organizam a luta pela terra desde uma matriz discursiva específica dos movimentos contemporâneos de luta pela terra no Brasil. Aqui também não é diferente, pois o que escutei naquele dia foram ecos de um passado recente e ainda muito presente.<sup>9</sup>

Como essa trindade, existem outras ideias, princípios, códigos culturais, símbolos, orientações morais e práticas sociais que foram criadas ao longo da história do Sudeste Paraense e que se tornaram portadoras de um certo poder de distribuir, prescrever e normalizar a organização política de diferentes agentes, atores sociais e sujeitos políticos, colocando-se como uma espécie de “mapa cognitivo” para orientar, direcionar e dar sentido à luta pela terra, por políticas públicas e por direitos. Por meio desse processo, as formas específicas com as quais são organizadas a ação coletiva no meio rural ganham respaldo, justificações e eficácia.<sup>10</sup>

Nesses termos, o Capítulo I foi escrito com o objetivo de analisar as raízes institucionais das ações coletivas no meio rural, nos quadros da formação territorial da região do Sudeste Paraense, numa clara adaptação da proposição de Peter P. Houtzager (2004).

Em outras palavras, tratou-se de mostrar a longa história de como foram “montadas” as ideias, as práticas sociais, as representações, os códigos, os símbolos culturais, as orientações morais e as capacidades que organizaram a ação coletiva no meio rural entre diferentes atores sociais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais do campo no contexto das interações que se estabeleceram entre esses sujeitos políticos e os agentes públicos, levando em conta a construção de suas identidades, o modo como organizam suas alianças, bem como a forma de negociação da ação pública do Estado nesta região.

Mas, como fazer para não recuar tanto no tempo e perder o que mais interessa, o presente?

Lembro que em muitas plenárias, assembleias e reuniões do Codeter SE Paraense, entre 2014-2016, muitos falavam sobre o fato de que as entidades sindicais, as federações de trabalhadores rurais e até mesmo as cooperativas da agricultura familiar tinham como legado a história dos posseiros. Eles não viam problema no reconhecimento dessa identidade, e em diferentes ocasiões me relataram episódios importantes das histórias de quando eram “posseiros”, como quanto um deles caminhou do sul do Maranhão até chegar à cidade de Marabá no Pará, as ocupações de que participaram, seus conhecimentos e experiências com a Guerrilha do Araguaia, o relato de um encontro com o presidente Lula, de quando apareceram em uma lista de marcados para morrer, entre outras situações. Por outro lado, as leituras feitas durante o levantamento bibliográfico acerca das pesquisas sobre a história dessa região davam

---

<sup>9</sup> Ocupar não é invadir, e a defesa dessa diferença deve ser feita de forma contundente. Sobre isso, João Pedro Stedile diz o seguinte: “O Código Penal diz o seguinte: invasão de terra ou prédio público ou de uma casa, é quando algum sujeito invade aquele bem em proveito próprio e, portanto, se caracteriza esbulho possessório e, por isso, ele pode ser penalizado e pode até ir para a cadeia. Ocupação de terra é um movimento de massas. Dezenas de famílias participam: mulher, criança, tudo. Ocupam uma fazenda, no caso, para quê? Para chamar a atenção do governo, das autoridades, para que esse governo aplique a lei. E o que diz a lei: toda grande propriedade improdutivo, o governo deve desapropriar, pagar o pretenso proprietário e aí, depois de pagar, ele então coloca a terra à disposição das famílias. Ele seleciona as famílias, porque pode ter algum bandido, algum negócio, e aquilo se transforma então num assentamento” (Stédile, 2023, n/p). Nesse sentido, a trindade “ocupar, produzir e resistir” se refere, portanto, à defesa política de um direito territorial frente ao quadro de concentração fundiária herdado do passado, diante da persistência das desigualdades sociais no campo e contra o não cumprimento da função social da propriedade privada prevista na Constituição de 1988.

<sup>10</sup> Tomando como base uma leitura interessada da abordagem institucional de Karl Polanyi (2010, 2018, 2021), assim como dos trabalhos inscritos nos marcos do neoinstitucionalismo histórico, tais como os de Peter A. Hall e Rosemary C. R. Taylor (2003), de Mary Douglas (2007) e de James Mahoney e Kethleen Thelen (2010), arrisco afirmar que esse poder de distribuir, prescrever e normalizar as interações e relações sociais por meio de qualquer objeto socialmente criado ou apropriado para este fim, é um efeito, sendo mais apropriado ponderar a ideia de um *efeito de instituição*. Mahoney e Thelen (2010), por exemplo, chegam a falar em “poder distribucional das instituições”.

conta de que a organização política dos posseiros havia antecedido a do sindicalismo de trabalhadores rurais no Sudeste Paraense, e este, por sua vez, foi o modelo que veio antes da institucionalização do colegiado. Um tempo depois, enquanto realizava as primeiras entrevistas para a tese, percebi que alguns interlocutores ainda se identificavam como remanescentes dessa categoria, e estavam até preocupados em escrever as memórias do tempo das grandes ocupações de que participaram. Nunca esqueceram. Então resolvi que era por aí que eu deveria começar, pelas “histórias de posse”.

### **1.1 A história do posseiro no Sudeste Paraense não começa a partir de 1970.**

Existe uma literatura clássica no campo dos estudos regionais e, por que não dizer, dos estudos amazônicos dedicada ao tema da ocupação dessa região, que demarca a década de 1970 como período de chegada do posseiro ao espaço que hoje nomeamos como o Sudeste Paraense, e que tem como sujeito histórico o trabalhador rural migrante, muitas vezes do Nordeste.

Na segunda edição de *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins*, a narrativa de Roque de Barros Laraia descreve a fisionomia da paisagem de 1967, do que era naquele momento a região do “Bico do Papagaio”:

Nos anos que se seguiram, muita coisa aconteceu. A região toda se modificou em decorrência da expansão da sociedade regional, uma das consequências da implantação da rodovia Belém-Brasília, acelerada ainda mais quando a área se transformou no centro de convergência daquela rodovia com a Transamazônica. No início dos anos 70, conflitos armados de caráter político agitaram a região e envolveram a própria população tribal que teve que conviver com soldados e guerrilheiros na chamada Guerra do Araguaia. Frei Gil Gomes, o missionário que zelava pelos índios desde a sua pacificação, foi afastado, e a FUNAI, finalmente, tomou conhecimento da existência dos Suruí e criou um posto indígena (Da Matta, Laraia, 1978, p. 10).

Neste prefácio, além de ter revisitado a sua hipótese da extinção dos indígenas com os quais havia pesquisado na época, o autor ilustrou uma das características que ficou recorrente nos estudos dedicados ao final da década de 1970, a respeito da ocupação do espaço amazônico. Quando foi iniciada a construção dos eixos rodoviários para a integração nacional dessa região, e para dar suporte aos grandes projetos de exploração mineral, agropecuários e de geração de energia, muitas pesquisas foram feitas no “calor do momento” e, talvez por isso, estabeleceram a “chegada” do posseiro esse período.

Este também é o caso de outro estudo de referência, no qual é possível ler o seguinte, “Os posseiros estão chegando. No sul do Pará, norte de Goiás e Mato Grosso, no Maranhão, Rondônia, Acre, em muitos lugares os posseiros ocupam as terras-do-sem-fim” (Ianni, 1979, p. 11).

Em muitos casos, chegam antes dos latifundiários, fazendeiros ou empresários, nacionais e estrangeiros. Outras vezes chegam juntos, misturados, todos buscando terra. Uns para plantar casa e roça e fazer criação; outros para formar fazendas de lavoura, gado, ou gado e lavoura; também aqueles que só querem a terra, a propriedade; e outros, que lidam com o comércio da terra: grileiros, jagunços, pistoleiros (Ianni, 1979, p. 11).

O tom de manchete jornalística e a tentativa de demarcar quem chegou primeiro (ou junto) pouco diz a respeito de toda uma organização social, econômica e territorial que havia ali antes da chegada de quem quer que fosse. Diante disso, contenta-se com uma rápida caracterização do espaço que antecedeu à instalação desse cenário descrito por Da Matta e Laraia (1978) e Ianni (1979).

Entretanto, a história do posseiro no Sudeste Paraense não começa no século XX, a ocupação dessa sub-região é um processo, digamos, de longa duração. E para os objetivos de nossa pesquisa, devemos dar um passo atrás e procurar compreender melhor não só contexto que antecede à chegada do posseiro da década de 1970, como também para ter acesso às ideias, às normas e práticas sociais que instituíram a posse como uma prática estabelecida nessa porção da Amazônia.

## **1.2 Primeiro, o Diretório instituiu o assalto às terras indígenas até o final do XVIII.**

Diferente dessas interpretações, John Hemming (2009) observou que até a primeira metade do século XVIII, o interior da Amazônia era um espaço de circulação intermitente para um grande número de expedições realizadas com o objetivo de estabelecer as melhores rotas comerciais internas e capturar os indígenas que por esses interiores resistissem.<sup>11</sup>

Nesse contexto, mais ao norte, o vale do Tocantins-Araguaia era, para o colonizador europeu, a fronteira, o limite do povoamento e do controle político dos seus escravos africanos, das populações indígenas e seus territórios, e também das terras já conquistadas. Por isso mesmo, essa região se colocou como um poderoso obstáculo ao comércio interno e à realização de um intercâmbio mais permanente entre as províncias do sul da Colônia e as do estado do Grão-Pará e Maranhão, o que despertou o empenho dos governos de Mato Grosso e da província do Pará para que estabelecessem rotas de comércio ribeirinho mais seguras e regulares, capazes de interligar essas pontas do território e de garantir, com isso, a exploração dos tributários do grande rio das Amazonas, particularmente o Xingu, o Tocantins e o Araguaia (Chaves, 2008; Hemming, 2009).

Foi a partir do início da segunda metade do XVIII que Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, promulgou em 6 de junho de 1755 a lei que concedia liberdade aos povos indígenas e, no outro dia, em 7 de junho daquele ano, aprovou outra, pondo fim ao controle missionário de dois séculos sobre os negócios dos nativos.<sup>12</sup>

O discurso oficial era o de que esse instrumento significava uma concessão legal de liberdade, de reconhecimento de um autogoverno político e para a construção de igualdade social. Mais tarde, em 1757, o então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal,

[...] determinara um período de transição de seis anos antes de conceder a liberdade aos índios. Essa liberdade nunca se consumou; a ousada experiência de tratar os índios como cidadãos e de conceder-lhes o controle de sua própria aldeia foi nulificada. Em maio de 1757, Mendonça Furtado promulgou um longo decreto mediante o qual os “diretores” brancos passavam a encarregar-se das aldeias indígenas. Esse novo sistema ficou conhecido como Diretório e vigorou nas 66 aldeias indígenas do Maranhão e do Amazonas durante 40 anos. Em breve se estenderia ao resto do Brasil (Hemming, 2009, p. 40).

---

<sup>11</sup> Em 1721 foi feita a primeira exploração do rio Itacaiúnas na fronteira Araguaia-Tocantins e logo em seguida, em 1724, o rio Tocantins foi descido por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, do antigo estado do Goiás até Belém (Guerra, 2013).

<sup>12</sup> Marquês de Pombal, foi como ficou conhecido Sebastião José de Carvalho e Melo. “Ele detinha o controle efetivo do governo português desde 1750, e em novembro de 1755 consolidou seu poder por sua resposta resoluta ao terremoto devastador, seguido de incêndio e pororoca, que aniquilou Portugal. Homem alto e bem apessoado, Pombal era também decidido, ambicioso e implacável. Sua autoconfiança e pragmatismo granjearam-lhe uma ascendência sobre Dom José I que fez dele um virtual ditador de Portugal até a morte do rei, em 1777. Pouco depois de galgar o poder, Pombal enviou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador da região setentrional do Brasil: a bacia amazônica, então conhecida como Estado do Maranhão e Grão-Pará. Os irmãos mantiveram uma correspondência regular, e os informes que Mendonça Furtado enviou do Amazonas confirmaram as suspeitas de Pombal quanto às causas da decadência desses cafundós coloniais” (Hemming, 2009, p. 31).

Em termos relativos, o Diretório foi considerado uma legislação pró-indígena. Contudo, havia muito mais o interesse da Coroa em controlar o trabalho indígena como forma de resolver problemas de ordem econômica, populacional e de fronteiras internacionais.<sup>13</sup> No final das contas, foi negado a liberdade aos nativos, retiraram-lhes a autonomia sobre suas terras (ao destacar um “diretor” branco para coordená-las) e, ainda, construiu-se uma forma de integrar rapidamente os povos indígenas à sociedade portuguesa, sobretudo pela proposição de um sistema de controle e de superexploração de sua força de trabalho na região, uma vez que o trabalho agrícola foi visto como melhor ferramenta para “civilizá-los” (Souza Júnior, 1993, 2012; Hemming, 2009).<sup>14</sup>

Além disso, nos espaços considerados como mais distantes dos centros de poder, nas fronteiras da época como a do Tocantins-Araguaia, leis como a do Diretório eram mais frágeis e as práticas sociais que as negavam se apresentavam de forma mais contundente. Há diferentes registros feitos a partir de 1798 que apontam a existência de encontros e de hostilidades no Maranhão da época, próximo onde hoje é a região do Sudeste Paraense, entre os poucos colonos dispersos nessa porção do território e os Chacamecras ou Pucopies (os Gaviões), envolvendo questões de terras (Hemming, 2009).

Nesse contexto, como observou Hemming (2009), o fato de a legislação voltada aos povos indígenas ter negado sua liberdade, ao lado da fragilidade de fazer cumprir os instrumentos legais nas regiões mais distantes do litoral, estimulou o acirramento dos conflitos entre colonos e indígenas, o que se tornou constante nas relações entre essas duas categorias, e absurdamente violento nas regiões de fronteira, como se pode observar, inclusive, em eventos que integraram a história da formação de nossa região, como a construção da fortaleza de São João das Duas Barras, em 1797, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins.

Uma numerosa tribo timbira, os apinajés (ou apinaíés), habitava o triângulo de terra situado entre o Araguaia e o Tocantins. Embora diversos pioneiros e missionários houvessem atingido a região do baixo Tocantins no século XVII e começo do XVIII, o primeiro contato com os apinajés só se deu em 1774. Um viajante chamado Antônio Luiz Tavares Lisboa viu-se certa feita rodeado por uma multidão desses índios. “Além desses, houve tantas descidas à praia da margem esquerda que eram como regimentos em ordem de batalha”. Canoas atulhadas de guerreiros cruzaram o Tocantins para reforçar os índios que cercavam os portugueses. Travou-se uma escaramuça, com balas respondendo a flexas. Em 1780 as autoridades instalaram seis canhões no forte

---

<sup>13</sup> “A legislação pombalina de 1755 tinha por objeto poucas dezenas de milhares de índios que viviam sob a lei portuguesa nas aldeias missionárias, nos vilarejos coloniais ou nas fazendas dos colonizadores” (Hemming, 2009, p. 38). Além disso, “A substituição da tutela dos religiosos pela tutela laica dos diretores significou para os indígenas uma mudança trágica, na medida em que os deixou completamente à mercê dos colonos, já que os diretores, interessados em auferir vantagens pessoais, comumente criavam inúmeras facilidades para o acesso dos colonos ao seu trabalho e encontravam múltiplas maneiras de burlar as normas a que estavam submetidos pelo Regimento do Diretório” (Souza Júnior, 1993, p. 97).

<sup>14</sup> “Havia três modos pelos quais os índios da Amazônia deviam produzir alimento e exportar as safras. Deviam lavar a terra e pescar para o consumo local – cultivar mandioca, feijão, arroz e outros vegetais e criar gado ou pescar para alimentar São Luiz, Belém e as demais cidades. Deviam trabalhar em plantações com o fim de produzir safras para a exportação – o sol e a chuva equatoriais da Amazônia afiguravam-se ideais para as plantações de algodão, arroz, tabaco, cacau para o fabrico de chocolate e café. Acima de tudo, os índios deviam embrenhar-se na floresta para coletar suas riquezas. Disseminadas entre os milhares de espécies de árvores e plantas das florestas tropicais, algumas havia que eram muito apreciadas no século XVIII. Eram chamadas drogas do sertão, e incluíam o cacau-do-mato, a salsaparrilha para chá medicinal, o cravo aromático, as castanhas-do-pará, o óleo de ovos de tartaruga e o peixe seco” (Hemming, 2009, p. 43-44). O conhecimento desse terceiro modelo de produção e exportação de alimentos pelos indígenas, em particular, é muito importante para entender não apenas a formação regional do Sudeste Paraense, pois no vale do Tocantins, a coleta da castanha-do-pará já era realizada há séculos, como também os primeiros conflitos envolvendo posseiros, poder político local, comerciantes de castanha e indígenas na região onde hoje é o Sudeste Paraense (Da Matta, Laraia, 1978).

de Alcobaça, que devia proteger aquela garganta do rio. Dizia-se que os apinajés atacavam colonos até em Cameté, a jusante – pois, ao contrário da maioria das tribos timbiras de fala jê, utilizavam canoas e movimentavam-se facilmente pelos rios. Tomás de Sousa Villa-Real, que desceu o Araguaia em 1793, descreveu os apinajés como gente industriosa e destemida. Reatou aliança com eles porque suas grandes plantações de mandioca podiam ser valiosas. Achava possível amansá-los com brandura e presentes de ferramentas metálicas, que pareciam cobiçar. O forte de São João foi construído em 1797 com um tríplice propósito, “para baldar os extravios de ouro, para impedir a fuga dos escravos de Cameté para Goiás e as agressões dos Timbira, Carajás e Apinajés” (Hemming, 2009, p. 245).

Nesse registro, há a ilustração de como os conflitos por terra se estenderam pelo vale. Ações de militarização como em Alcobaça (atual município de Tucuruí) e a construção da fortaleza de São João das Duas Barras, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins (atual região do Bico do Papagaio, onde hoje está o município de São Domingos, do lado do estado do Pará), além da construção de presídios próximos a aldeamentos ou vilas; constituíram elementos centrais nas estratégias de controle territorial na história de ocupação dessa região.

Na prática, o Diretório instituiu o assalto às terras indígenas até o final do XVIII. Essa política terminou em 1798. Logo em seguida, por decreto, foi promulgado o trabalho forçado desses povos e a abertura de suas terras para a exploração de recursos por parte dos colonos. Os efeitos desse regramento se fizeram sentir no início do século XIX: as incursões às aldeias retornaram e foram estimuladas; o roubo de terras indígenas, da força de trabalho de suas populações e de seus recursos também, assim como as práticas de expulsão desses povos de seus territórios; esses conflitos foram acirrados, o que resultou em violentas guerras pelo controle do território e, conseqüentemente, no declínio das aldeias indígenas (Souza Júnior, 2012; Hemming, 2009).

Nesse período, o problema em questão passou a ser o de saber o que fazer com os indígenas. O retorno ao regime missionário havia sido proposto como solução, entretanto, por falta de fundos, essa iniciativa falhou. O processo de tomada de assalto das terras indígenas, sua ocupação, espoliação e domínio por parte dos colonos continuou, tornou-se irreversível e se colocou como uma das principais questões que permaneceram a partir da segunda metade do século XIX, período em que essa ordem política, institucional e territorial passou a ser codificada na Lei de Terras de 1850.

### **1.3 Em seguida, a posse foi respeitada e restituída pela “extração livre” no XIX.**

Como assinala Roberto Smith (2008), embora o regime sesmarial se encontrasse em franco declínio desde o período colonial, a chegada ao Brasil da Corte portuguesa em 1808 tornou a concessão de terras um processo descontrolado. Apesar das progressivas ações políticas em favor da extinção desse regime,

*O interregno que vai de 1822 a 1850 põe em evidência um processo de amplo apossamento de terras, que caracterizará, no país, a formação do latifúndio, na sua forma mais acabada. O latifúndio avançará sobre as pequenas posses, expulsando o pequeno posseiro em algumas áreas, num deslocamento constante sobre as fronteiras de terras abertas (Smith, 2008, p. 300, grifos nosso).<sup>15</sup>*

---

<sup>15</sup> Ainda nesse período, seguiu-se no campo da classe política da época a promulgação de mais atos administrativos proibindo a concessão de sesmarias (embora concedidas nas províncias), uma preocupação maior com o levantamento das terras devolutas e a defesa cada vez mais forte da colonização como substituta do trabalho escravo (Smith, 2008).

Para Lia Osório Silva (2008), o início do século XIX representou um período caótico no que se refere ao ordenamento jurídico da propriedade da terra. Consequentemente, “[...] entre 1822 e 1850 a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história da apropriação territorial esse período ficou conhecido como a ‘fase áurea do posseiro’” (Silva, 2008, p. 90).

Falar em termos de proprietários de terras, no sentido estrito, portanto, não se justifica. O senhoriato rural que se desenvolvera na Colônia ainda não constituía propriamente uma classe de proprietários de terras porque a maioria dos ocupantes de terras (sesmeiros ou posseiros) não possuía um título legítimo de domínio. A suspensão das concessões de sesmarias não extinguiu a vigência dos decretos, leis, alvarás, avisos etc. referentes à terra do período colonial (Silva, 2008, p. 88).

Maria Yeda Linhares e Fernando Carlos Teixeira da Silva (2021) observaram que as reformas liberais a partir de 1850 foram: o fim do tráfico transatlântico de escravos, a tentativa de estabelecer a compra como a única modalidade de acesso à terra e, em 1888, a abolição da escravidão. “A chamada Lei de Terras, de 1850, no Brasil é um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para a expropriação dos camponeses e indígenas” (Linhares, Silva, 2021, p. 106).

Na sua essência, o processo de reforma realizado no Brasil era similar aos procedimentos dos demais países latino-americanos: controle da terra por meio de mecanismos legais e despojamento dos trabalhadores rurais, processos concomitantes e complementares. As medidas tomadas para expulsar os trabalhadores das suas terras, desconhecendo qualquer forma de posse que não fosse por meio da compra, deveriam garantir um contingente de trabalhadores que substituíssem os escravos (Linhares, Silva, 2021, p. 111).

Apesar dos esforços do Império para proibir a concessões de terras a partir de 1822, e da Lei de Terras de 1850; “a posse foi respeitada”, tendo como uma de suas consequências mais importantes a fundação de vilas e povoados, o estímulo ao desenvolvimento de uma economia do extrativismo e a consolidação do poder político de elites comerciais em regiões como a do sul da província do Pará. Um exemplo disso foi a fundação do arraial de Conceição do Araguaia por iniciativa do Frei Gil Vilanova, em 1897, no final do século XVIII (Velho, 1972/ Ianni, 1978).

Mas o trabalho dos dominicanos não deixava de ser útil aos que estavam interessados na incorporação do índio nas atividades extrativas, pecuárias ou agrícolas. Isso também era cristianizar o índio: incorporá-lo à economia de subsistência ou mercantil organizada pelos cristãos, leigos ou não. *Desde que se fundou Conceição, começou a concentrar-se ou a estabelecer-se ali o seu ponto de apoio, uma população de sitiantes, criadores, roceiros e caucheiros* (Ianni, 1978, p. 16, grifos nosso).

A maior exploração dos principais rios dessa região se deu no contexto do ciclo de exploração da borracha na Amazônia. Ianni (1978) enfatiza que essa área já era ocupada. Por essa época, a região não era povoada apenas por indígenas, mas era possível encontrar também ocupações dispersas deixadas por frentes de exploração anteriores, como a das drogas do sertão.

À medida que se instalaram para fins de subsistência e comércio, foram-se construindo ranchos, taperas, casas e igrejas, ou tapiris, feitorias, barracões, depósitos, centros e margens. Assim formaram-se habitações isoladas e dispersas, ou aglutinadas em pequenos povoados, sítios ou freguesias. Nesta área, pois, *já havia alguns roceiros, criadores, pescadores, castanheiros,*

*mangabeiros, seringueiros e caucheiros dispersos principalmente às margens do Araguaia. Eles se aglutinavam, em sua maioria, em torno dos aglomerados denominados então Pau D'Árco, Chambioá, Santa Maria e Sant'Ana da Barreira, distribuídos ao longo das léguas do território na qual estava para fundar-se Conceição do Araguaia (Ianni, 1978, p. 11, grifos nosso).*

Nesse trecho é possível reconhecer a categoria dos posseiros “de casa”, que remontam a uma ocupação mais antiga da região e que, portanto, antecede à chegada do posseiro e ao tipo de posse que caracteriza o século XX dessa região.<sup>16</sup>

A expansão das frentes pastoris que alcançaram o Sul do Maranhão, na região de Pastos Bons, e ocuparam as margens do Tocantins, levaram ao surgimento do primeiro núcleo populacional de não indígenas na região, instalando em 1895 (atual Marabá), sob liderança de Carlos Leitão, o “Burgo do Itacaiúnas” (Velho, 1972; Emmi, 1999).

Como ponto inicial da colonização, donde partiram em busca dos campos, fundam, então, após uma experiência inicial frustrada junto à foz do Itacaiúnas, o *Burgo Agrícola do Itacaiúnas*, na praia dos Quindangues, à margem esquerda do Tocantins, 8 km a jusante da foz do Itacaiúnas, em sítio alto e livre de enchentes. Tratava-se do trecho do Tocantins ainda praticamente desabitado, a não ser, cerca de 25 quilômetros abaixo, na Praia da Rainha e no Lago Vermelho, por alguns maranhenses e goianos recém-estabelecidos, realizando um pequeno comércio de caça, peixe salgado e produtos de roça, que daria origem a Itupiranga (Velho, 1972, p. 31, grifo do autor).

Nessas condições, a política econômica à época – definida pelo estímulo à produção de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação – acabou por induzir o fortalecimento de práticas econômicas que já existiam na região, a exemplo da extração do caucho<sup>17</sup> e da extração da castanha, logo em seguida (Emmi, 1999; Hébette, 2004a).

A exploração do caucho correspondeu a um período relativamente curto, pois coincidiu com o momento de declínio da economia da borracha na Amazônia. Mesmo assim, gerou grandes impactos, dos quais interessa destacar aqui dois deles.<sup>18</sup> Por um lado, atraiu para a região próxima à Marabá grandes fluxos de migrantes, do Maranhão, do Norte de Goiás (atual estado do Tocantins), do Piauí, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, entre outros. Eram lavradores recém-chegados, sem terras, os posseiros “de fora”. Ficou aparente que a extração desse tipo de látex na área do Itacaiúnas era livre. Por outro lado, um outro efeito importante a destacar foi a importância dessa atividade para a consolidação da figura do comerciante como classe distinta, seja o comerciante de origem nacional, seja o de origem sírio-libanesa. Eram migrantes também, mas “podiam ser homens que ao contrário da imensa maioria já traziam algum recurso; ou, então, que se elevavam acima da massa investindo aquilo que ganhavam na própria área do comércio” (Velho, 1972, p. 41).

---

<sup>16</sup> “Desde que se fundou Conceição, começou a concentrar-se ou a estabelecer-se ali o seu ponto de apoio, *uma população de sitiantes, criadores, roceiros e caucheiros*. Quando se realizava a primeira missa, já corria algum látex das árvores de caucho e seringa. Ao mesmo tempo, iniciaram-se criações e roças. Juntamente com o núcleo inicial de Conceição, formava-se uma economia extrativa e de subsistência. Iniciava-se também algum comércio com Belém, apesar da longa duração da viagem pelos rios Araguaia e Tocantins” (Ianni, 1978, p. 16, grifos nosso).

<sup>17</sup> São árvores produtoras de um tipo específico de látex, do gênero *Castilloa*. Possuía alto valor econômico na época e para sua extração era necessário a derrubada da árvore (Velho, 1972).

<sup>18</sup> Embora tenha se tratado de um período relativamente curto na história da região (1896-1912), foi uma atividade extremamente predatória e que, por isso, intensificou a degradação ambiental na região e o extermínio de grupos indígenas, pois, uma vez que a extração desse tipo de látex implicava na derrubada de sua árvore, isso implicava, conseqüentemente, na expansão constante dessa atividade em direção a outras terras, até o encontro com as grupos indígenas, resultando no assassinio dos nativos, ou na sua expulsão e tomada de suas terras (Assis, 2014).

Além disso, um outro evento histórico importante desse período para entender o estabelecimento dos comerciantes de Marabá enquanto elite política local e regional, situa-se no contexto posterior ao caucho, o da extração da castanha e se refere ao fato de que

A transferência das terras devolutas do patrimônio da União para os Estados, prevista na Constituição Republicana de 1891, vai beneficiar, em regiões como o Norte, a formação de novos latifúndios, uma vez que *essas terras ao serem transferidas para os Estados passam ao controle das oligarquias regionais que delas vão se aquinhoar* (Emmi, 1999, p. 48, grifos nosso).

Nesses termos, a posse foi respeitada, e restituída pela “extração livre” no século XIX. Esse processo incidiu fortemente nas áreas de castanhais de Marabá, no que se refere à distribuição e ao estímulo de diferentes modalidades de apropriação dessas áreas. Marília Emmi (1999) identificou 3 (três) formas de apropriação da terra presentes nos castanhais.

No início da década de 1920, praticou-se a extração “livre”, como forma de organização do acesso à terra nos castanhais do povo, o que era garantido por lei.<sup>19</sup> Entretanto, a partir de 1925, colou-se a prática do arrendamento, uma forma de controlar política e economicamente pequenos e médios produtores que realizavam a coleta da castanha, pois sua conceção passava por uma seleção feita por parte das chefias locais, que escolhiam “naturalmente” seus seguidores como beneficiados. Finalmente, havia ainda a possibilidade da compra, mas poucos tinham acesso a ela.

A partir de 1930, a nova Lei de Terras acabou por generalizar o arrendamento como forma predominante de apropriação dos castanhais (Emmi, 1999).

O processo constava de um pedido do interessado, que normalmente alegava o tempo de moradia no município e, não poucas vezes, denunciava “irregularidades” que tinham sido cometidas por quem havia explorado o castanhal na safra anterior. Esse processo era encaminhado pelo prefeito ou intendente municipal ao governador ou interventor do Estado (Emmi, 1999, p. 100).

Foi o período em que Magalhães Barata assumiu o governo como interventor, cancelou em seguida todos os arrendamentos e extinguiu o aforamento da legislação de terras do Pará, com a edição do Decreto 397 em 25 de junho de 1931. Surgiu aí um dos maiores problemas fundiários para o Sudeste Paraense, até os dias de hoje, “[...] a luta pela terra na região correspondente aos castanhais do Tocantins que foram objeto da emissão de títulos de aforamento por parte do governo paraense” (Silva, 1987, p. 4).

O problema se originou com a edição de um dispositivo legal no ano de 1954, caracterizado pelo clientelismo, desonestidade e nítido favorecimento de interesses oligárquicos vinculados ao poder político constituído na época. Trata-se da Lei Estadual 913, de 02.12.54, que ressuscitou pelas mãos do general Zacharias de Assunção, então governador do Estado, o instituto arcaico do aforamento nas áreas de castanhais do Pará.

O mais indecoroso dessa lei é que a mesma estipulava como únicas condições para a obtenção do título de aforamento, que transfere perpetuamente o domínio útil dos castanhais aos beneficiados, a necessidade dos requerentes terem arrendado o lote solicitado por um período mínimo de 3 anos e o cumprimento de algumas exigências burocráticas. Estas, na verdade, serviam mais para beneficiar aqueles pleiteantes que eram politicamente identificados com a facção que detinha a hegemonia na correlação de forças do poder estadual (Silva, 1987, p. 4).

---

<sup>19</sup> “Nesses castanhais, os pequenos coletores, mediante o pagamento de uma taxa de inscrição às prefeituras locais, podiam coletar castanha desde que não ultrapassassem o limite estabelecido” (Emmi, 1999, p. 98).

A partir de 1954, os aforamentos foram retomados e o uso desse instrumento se generalizou, garantindo a apropriação real e permanente dos castanhais. Para Emmi (1999, p. 70-71, grifos nosso), “[...] quando se acha em vigor o sistema de aforamento perpétuo, como regra geral na apropriação dos castanhais, o ‘dono’ do castanhal passa a ser não só o organizador da produção, mas também a ter o *domínio de fato da terra*”.

No Pará, os aforamentos abrangem um período de concessão que vai de 1955 a 1966 (a partir daí eles só serão adquiridos por transferência de direitos dos foreiros originais). O Estado, nesse período, concedeu 252 aforamentos. Destes, 168, ou seja, 66,66% foram para Marabá (Emmi, 1999, p. 101).

Desse período, podemos destacar o seguinte:

- (a) O posseiro se colocou como um ator social importante, que na região do Sudeste Paraense remonta à presença dos sitiantes e trabalhadores remanescentes do período da borracha. Eles também eram posseiros, ao lado do lavrador rural, migrante e sem terras que se dirigiu para aí nos períodos do extrativismo do caucho e da castanha (Velho, 1972, 1979; Da Matta; Laraia, 1978; Ianni, 1978, 1979).
- (b) Por esse período, as lutas dos posseiros deixaram de ser apenas revoltas individuais. É possível registrar também conflitos entre grupos indígenas e posseiros, entre posseiros e comerciantes e mesmo entre os próprios posseiros, a exemplo da história dos próprios indígenas desterritorializados, dos coletores de caucho e da castanha, dos posseiros e colonos e das empresas capitalistas que chegavam, as chamadas “histórias de posse” (Guerra, 2013).
- (c) Esse período pode ser considerado como um contexto de virada no que se refere ao quadro agrário da região, momento em que o processo de formação das bases da concentração fundiária e dos conflitos por terra foi acelerado, a partir de 1950 e 1960. Até então a posse de terras era estimulada, a terra não se constituía em um bem escasso, embora os conflitos daí decorrentes fossem extremamente violentos (Silva, 1987; Emmi, 1999).

Esses conflitos em torno da posse de terras constituíram-se em uma herança. Porém, as lutas que se seguiram já não eram mais isoladas, embora organizadas desde a história do posseiro nessa região, da mesma maneira que “[...] Marabá já não é mais um município isolado, já não depende do rio Tocantins. Marabá passa a se ligar ao resto do Brasil por estradas e para [a região] se voltam interesses do capital industrial e financeiro” (Emmi, 1999, p. 102).

#### **1.4 Finalmente, as “histórias de posse” foram politizadas no longo século XX.**

As lutas dos posseiros se tornaram parte da formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no Sudeste do Pará, em meio aos fortes estímulos do Estado aos Grandes Projetos de exploração econômica, à retomada das terras estaduais por parte do governo federal e às fortes repressões empreendidas pelo regime militar, em especial à luta pela terra na Amazônia, no duro período que se estendeu da década de 1970 até os anos 1980.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> No Brasil, o direito à criação de sindicatos como entidades separadas dos interesses patronais só começou a ser esboçado a partir do Decreto Lei nº 7.038 de 1944, e, mesmo assim, a legalidade das entidades criadas com base nesse decreto era algo dependente do reconhecimento do Ministério do Trabalho. No estado do Pará, as primeiras entidades de representação sindical de trabalhadores rurais foram as de lavradores, organizadas nas Associações de Lavradores Autônomos na região do Nordeste Paraense. Durante a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1956, essas associações expandiram o seu alcance para a esfera estadual e criaram a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), federada na União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB), sob forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Guerra; Marin, 1990; Medeiros, 1995; Hébette, 2004a; Guerra, 2013; Assis, 2014).

Mas, quem eram os posseiros nesse período? Como dito páginas atrás, eram tanto os “de casa”, aqueles que se dedicavam à exploração do caucho e da castanha e que passaram a ocupar a terra sem possuírem o título definitivo, quanto os “de fora”, os trabalhadores rurais migrantes expropriados desde sua região de origem, em grande parte do Nordeste, e que migraram para o estado do Pará em busca de terras para sobreviver.

Não é simples sem-terra, embora, muitas vezes e por períodos mais ou menos longos, possa se encontrar despojado de qualquer terra. Não é o colono contemplado por um lote da colonização oficial, nem o titular de uma propriedade conquistada em terra devoluta reconhecida e demarcada pela agência fundiária competente, estadual ou federal. Estes são proprietários no sentido pleno do nosso direito convencional. *O posseiro está como que a meio caminho entre o sem-terra e o proprietário.* [...] À diferença do sem-terra característico, ele é realmente um possuidor de terra, às vezes provisoriamente afastado, às vezes despojado de ‘sua’ terra, mas nunca definitivamente dela, ou de outra, mais distante. À diferença do proprietário, ele vive na contínua insegurança, na precariedade de sua posse, na dificuldade de ser reconhecido pelo que ele é, como plenamente ‘dono de sua terra’, diríamos como camponês na plenitude de sua condição e de seu reconhecimento social (Guerra, 2013, p. 17-18, grifos nosso).

Nesse caso, eram os

Caucheiros [borracheiros ou seringueiros, como também eram chamados], pequenos agricultores, pescadores, garimpeiros, castanheiros, embarcados [pilotos, braçais...], pequenos comerciantes, vaqueiros, fazendeiros, coronéis... *instalados em terras devolutas, poucos eram proprietários de terras. A posse era a sua ligação com a terra, o garimpo, o castanhal. E a posse era respeitada* (Guerra, 2013, p. 45, grifos nosso).

E como se organizavam até então? Como nos ensinou Hébette (2004b),

Na ausência de um órgão legitimamente representativo de seus interesses, os trabalhadores rurais tiveram que criar, espontaneamente, suas próprias estratégias de defesa de seu direito à terra em que predominaram as estratégias familiares e de parentesco, de conterraneidade e vizinhança (Hébette, 2004b, p. 143).

É a partir desse momento que as “histórias de posse” das lutas dos posseiros passaram a ser politizadas no longo século XX, integrando o processo mais amplo de formação do sindicalismo de trabalhadores rurais na região (ver Figura 2).

A *timeline* desse processo envolve eventos como a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de São João do Araguaia (1974), de Itupiranga (1976), de Jacundá (no início da década de 1980) e, finalmente, o de Marabá (no final dos anos 1980) (Hébette, 1991; Hébette, 2004b; Intini, 2004; Almeida, R., 2012; Guerra, 2013; Assis, 2014; Pereira, 2015).



**Figura 2** - Evento importante para a organização política dos posseiros no Sudeste Paraense. Primeiro acampamento de posseiros dentro da sede do GETAT, em Marabá (onde hoje está a SR-27 do Incra), no dia 06 a 26 de dezembro de 1986, após o despejo de Água Feia e Pedra Furada. Na ocasião, o Artífice realizava a leitura do documento contendo o mandado judicial de reintegração de posse em favor dos posseiros.

Fonte: Arquivos da CPT (1986).

O STR de São João do Araguaia foi o primeiro (1974). Nesse município, o sindicato se encontrava submisso aos funcionários do governo (Incrá), e aos fazendeiros, de modo que ignoravam os conflitos envolvendo os posseiros no município. Faziam “vista grossa” quanto à violência exercida sobre estes últimos, a exemplo das pressões para que vendessem suas posses, da apresentação de títulos falsos com a finalidade de pressioná-los a sair com suas famílias, da emissão de policiais e de oficiais da justiça para que os expulsassem, e mesmo da contratação de pistoleiros com a finalidade de matá-los. Onze anos após a criação oficial do sindicato deste município (1985), foi organizada e eleita uma oposição, processo esse iniciado a partir das associações. Já havia o objetivo de “ganhar” a entidade sindical, pois ela era vista como um espaço importante para uma ação mais ampla, capaz de alcançar a esfera local, a regional e até mesmo a nacional, além de estatutariamente se colocar com um veículo imprescindível a uma maior interação com o Estado (Assis, 2014; Pereira, 2015).<sup>21</sup>

Em Itupiranga, o STR foi criado pelo Incra em 1976, no contexto da colonização oficial da Transamazônica, como parte do Programa Integrado de Colonização (PIC) de Marabá. No início de seu funcionamento, esta entidade sindical passou por conflitos internos, o que levou à intervenção do Incra e da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e à consequente alteração de sua diretoria até o ano de 1986. Nesse contexto, a oposição sindical foi construída a partir da formulação de chapas de oposição compostas pelos posseiros que estavam ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e ocupavam terras com títulos definitivos ou de aforamentos, notadamente nos antigos castanhais desse município, como o Castanhal Rainha (Pereira, 2015).

Em Jacundá, na década de 1980, o sindicato foi presidido desde a sua fundação por homens ligados ao Grupo de Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e não apoiaram a luta dos posseiros.

A organização da oposição sindical não passou pela construção de uma delegacia sindical como nos demais municípios do Sudeste Paraense, mas a ação da Igreja estimulou a criação da Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (Adetuni). A liderança dessa oposição, por sua vez, foi representada por uma mulher, o que tornou o processo ainda mais singular, principalmente pela forma subordinada de como era tratada na esfera sindical. Na prática política desse STR, a diretora eleita não foi reconhecida para tratar de forma legítima dos assuntos relativos aos filiados da entidade (Assis, 2014; Pereira, 2015).

Os obstáculos enfrentados pela liderança de Jacundá não eram apenas pelo fato de ser mulher, apesar de que essa condição agrava a situação, mas devido ao que representava politicamente a ascensão de lideranças ligadas às CEBs, à Igreja e aos posseiros. As intimidações e as dificuldades burocráticas tinham um claro objetivo: impedir que os STRs ou qualquer outra forma organizativa fortalecessem o processo de ocupação de áreas de castanhais e das fazendas, iniciado há anos pelos posseiros (Assis, 2014, p. 119).

Mesmo assim, e apesar de inúmeras resistências ao nome da liderança, ela foi eleita em 1985, sob forte e ampla oposição masculina.

---

<sup>21</sup> “ganhar” os sindicatos significava ocupá-los, pressioná-los até reorientar seus interesses, suas ações. “[...] Ganhar o sindicato se dá com a perspectiva de utilizá-lo como instrumento de mobilização. Ocorre como um gesto de contestação dentro de uma disputa política com o Estado, e contra outras categorias sociais que não lhe davam crédito como instituição. O sindicato é ganho nos dois sentidos: primeiro, sua máquina burocrática, por pessoas que não são necessariamente posseiros, mas que são suas aliadas na luta pela terra. Em seguida, o sindicato é ganho no sentido de promover formas de enfrentamento arrojadas, como a ocupação dos órgãos públicos e estradas, numa associação de que a presença leva à consumação de ganhos políticos. *A ocupação (da terra, de órgãos públicos, de estradas) é uma forma ‘posseira’ de pressão.* Tem a marca desta categoria e a força da presença que o Estado tenta negar pelo descaso e omissão” (Guerra, 2013, p. 86, grifos nosso).

No caso de Marabá, finalmente, a presença ostensiva do regime militar, o domínio das oligarquias locais e até mesmo a posição “pelega” da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri),<sup>22</sup> contiveram inicialmente a organização da representação dos agricultores e posseiros.

Como na maioria dos casos da região, foram os posseiros envolvidos no conflito do Castanhal Pau-Seco/Cametaú, que forçaram a criação do STR de Marabá. A eleição reuniu 400 agricultores de várias localidades em clima tenso. A pressão do regime militar e da oligarquia local ainda era tão forte que o local escolhido para a Assembleia foi o distrito de Morada Nova a 12 km da cidade de Marabá onde, após a sua fundação, permaneceu como sede por algum tempo (Assis, 2014, p. 122).

É importante destacar ainda a participação e o apoio do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no sentido de garantir a eleição da primeira diretoria desse STR.

Os posseiros fortalecidos pela ação da Igreja e de outras entidades de apoio buscavam cada vez mais o espaço das organizações formais como mecanismo de reconhecimento político, afirmação de suas demandas, acesso a recursos das políticas públicas (Assis, 2014, p. 124).

No final das contas, essas práticas de cooperação foram fundamentais para a criação de relações de solidariedades e de reconhecimento político entre os posseiros que integraram as oposições nos STRs da região, mas também para a construção de resistências mais coletivas, contribuindo sobremaneira para a constituição de uma perspectiva antagônica de interações e nas negociações da ação pública do Estado, ainda que neste momento os confrontos sejam travados entre posseiros e grandes proprietários de terra. Foi uma longa etapa de aprendizado. Posteriormente, as ações coletivas construídas a partir daí ultrapassaram a relação ambígua com as entidades sindicais de representação política dos posseiros e passaram a tematizar mais de perto a região.

Como dito anteriormente, os primeiros STRs do Sudeste Paraense foram presididos por agentes ligados ou aos proprietários rurais ou aos órgãos governamentais criados na época, como o Incra.<sup>23</sup> Além disso, as pautas dessas entidades se tornaram praticamente dependentes do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural) e de outros programas assistenciais nesse período. Foi o que garantiu às elites políticas regionais e ao Estado o controle dessas entidades, a redução do escopo de suas ações ao assistencialismo e, conseqüentemente, a despolitização do seu papel (Assis, 2014; Pereira, 2015).<sup>24</sup>

No sul e sudeste do Pará, ao transformar os STRs em núcleos assistencialistas, os aparelhos de Estado conseguiram torná-los um organismo de delegação de políticas clientelistas, detentores de poder local, além de tentar quebrar, com isso, as possíveis mediações da Igreja Católica. Percebe-se, assim, que as ações do Governo Federal da ditadura civil-militar visavam despolitizar os

---

<sup>22</sup> A Fetagri foi fundada em 1968, junto com os STRs de Castanhal, Alenquer, Capanema, Curuçá, Igarapé-Mirim, Santa Izabel do Pará e São Domingos do Capim. Em seguida, foram rapidamente enquadrados em um rigoroso regimento exarado pelo Ministério do Trabalho (Guerra; Marin, 1990).

<sup>23</sup> No processo de reconhecimento dos sindicatos rurais, “o INCRA e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) cuidavam da organização da parte legal dos STRs. A Carta Sindical só era emitida para os STRs que passassem no ‘crivo’ dessas agências governamentais. Os sindicatos que já estavam em funcionamento eram vigiados. Por algum tempo, as reuniões de delegacias sindicais foram realizadas às escondidas. Eram chamadas *reuniões por trás dos paus*” (Assis, 2014, p. 94, grifos do autor).

<sup>24</sup> Ao lado dos recursos do Funrural previstos pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) (1971), essa dependência se estendia ainda às verbas do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), criado em 1977 e extinto em 1993, quando foi instituído o Sistema Único de Saúde (SUS) e universalizado em 1988 (Guerra, Marin, 1990; Garcia, 2009; Assis, 2014; Pereira, 2015).

Sindicatos de Trabalhadores Rurais enquanto órgãos de encaminhamento das reivindicações que os trabalhadores faziam, principalmente, por terra (Pereira, 2015, p. 251).

Entretanto, a relação entre os posseiros e as famílias de agricultores e os STRs foi muito mais ambígua do que apenas antagônica, pois

Os primeiros sindicatos criados num clima de liberdade vigiada eram obrigados a implementar a política de assistência determinada pelo estado. *Havia uma certa ambiguidade na relação das famílias de agricultores com os sindicatos.* Como responsável pela implementação de programas assistenciais, era valorizado pelas famílias pela possibilidade de acesso a alguns serviços. Como entidade de luta por direitos não tinha a mesma credibilidade. A organização em estruturas paralelas como associações, grupos de vendas, caixas agrícolas, sendo essas formais ou informais, foi uma das maneiras que os agricultores utilizaram para lutar por direitos antes de se apropriarem das entidades sindicais (Assis, 2014, p. 109, grifos nosso).

Diante disso, a partir da ação da Igreja Católica, por meio de seus agentes, dos Movimentos Eclesiais de Base (MEBs), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das pastorais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi dado início ao processo de *organização das oposições sindicais no meio rural*, que teve na luta pela terra empreendida de forma espontânea pelos posseiros o seu principal sujeito (Assis, 2014).

#### **1.4.1 A organização das oposições sindicais.**

No início, houve um encontro

O encontro dos agentes pastorais, religiosos [padres e freiras] e militantes políticos com as lideranças dos posseiros formaram um núcleo de resistência na luta pela terra. No entanto, em boa parte das ocupações que aconteceram nesse período [década de 1970], foram os posseiros, sem interferência de organizações representativas e entidades de apoio, que deram início ao processo. Os padres e agentes de pastorais ajudavam a manter o ânimo das famílias e divulgavam o conflito, advogados acionavam os mecanismos jurídicos e militantes políticos produziam informes na tentativa de formar opinião junto à população. Sem STRs fortes e sob a pressão do regime, as ocupações começaram longe dos olhos da sociedade, no centro das matas, protegidas por um certo tempo pelas barreiras naturais, mas fragilizadas do ponto de vista político (Assis, 2014, p. 98).<sup>25</sup>

Com base nas leituras realizadas acerca desse processo, pode-se dizer que a organização das oposições sindicais resultou de uma rede intrincada de ideias e de, pelo menos, três estratégias “político-pedagógicas” (Pereira, 2015).

A primeira delas correspondeu à *formação de animadores de comunidades* como uma alternativa para a construção de novas lideranças portadoras de capacidades políticas suficientes para “ganhar” as diretorias dos STRs então capturados (Guerra, 2013). Escolhiam-se os animadores entre os agricultores das próprias comunidades de posseiros, para daí em diante auxiliar os trabalhos dos agentes de pastoral nas CEBs (Assis, 2014).

---

<sup>25</sup> Não podemos deixar de registrar a importância dos partidos políticos colocados na clandestinidade e a contribuição que seus militantes deram para esse processo. Destaca-se a participação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que atuavam nos espaços da CPT, dos MEBs e da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) (Assis, 2014).

Grupos informais como as CEBs e formais como associações se articularam em torno de um intenso debate sobre os sindicatos, suas atribuições e sua forma de ação. Os espaços criados pela ação da Igreja Católica ampliaram esse debate. Os chamados *animadores de comunidades* tiveram um papel importante e talvez possam ser considerados os precursores da formação das oposições sindicais no sudeste paraense (Assis, 2014, p. 110, grifos do autor).

Ao lado dessas práticas, havia também os *Encontros* e as *Assembleias do Povo de Deus*, esta última realizada anualmente, onde era possível uma maior socialização das ideias acerca da resistência dos posseiros, do significado da posse da terra, da luta contra o latifúndio, das políticas governamentais, entre outros (Assis, 2014).

À medida que essas lideranças dominavam os assuntos tratados nos *Encontros e Assembleias*, intervinham em nome de suas comunidades e assumiam responsabilidades coletivas, se legitimavam como porta vozes e representantes de grupos da comunidade, da ocupação, da associação e da delegacia sindical. Essa legitimidade das lideranças, baseada nos princípios da Igreja Católica e construída nos espaços das CEBs, dos *Encontros* e das *Assembleias*, era transferida para as entidades onde eles atuavam (Assis, 2014, p. 112, grifos do autor).

Em eventos como estes, mas também por meio de panfletos e textos informativos, buscava-se construir a autoridade das lideranças escolhidas, manter constante a formulação da crítica às práticas sindicais assistencialistas nos STRs e distanciadas da luta pela terra dos posseiros, e fazer ver e crer, por meio das ideias de solidariedade e de unificação das lutas, os problemas comuns entre os posseiros e que a resolução desses problemas era dependente da realização de ações coletivas (Assis, 2014).

A terceira estratégia se refere à *criação de delegacias sindicais*, à revelia das diretorias dos STRs, mas como uma instância poder sua nas comunidades rurais de posseiros e nas CEBs mais estruturadas, o que foi possível até mesmo pela própria Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que reconhecia os STRs, mas facultava a instituição das delegacias sindicais (Pereira, 2015).

O estímulo à criação de Delegacias Sindicais a partir das discussões nas CEBs foi o sinal para se avançar na construção de uma oposição sindical. A prática do intercâmbio, incentivada pelos agentes da pastoral e bastante difundida nas CEBs, aproximou as oposições sindicais de municípios como São João do Araguaia, Marabá, Jacundá, Itupiranga e Conceição do Araguaia, e também Santarém [Oeste do Pará], reforçando a reflexão e contribuindo para uma dinâmica em nível estadual. A reflexão em torno da questão sindical levou esses novos líderes comunitários a uma decisão importante: *deixar de “dar as costas” para as entidades sindicais e lutar para assumir o seu controle político* (Assis, 2014, p. 113, grifos nosso).

Por fim, há que se destacar a *articulação das práticas político-pedagógicas das pastorais da terra* e o papel destacado da CPT, criada no Pará em 1976. Embora fosse frequente o intercâmbio entre as CEBs na região, o que aproximou as oposições sindicais de São João do Araguaia, Marabá, Jacundá, Itupiranga, Conceição do Araguaia, e mesmo Santarém mais a oeste do estado do Pará; a articulação das práticas político-pedagógicas aqui em destaque correspondeu muito mais a um processo sistemático levado a cabo em nível regional. A alfabetização de adultos, a realização de cursos a respeito do sindicalismo, do cooperativismo, das práticas de produção agrícola, enfim, os trabalhos de formação foram articulados regionalmente.

[...] essa entidade nos primeiros anos de sua existência, em Conceição do Araguaia e Marabá, constituía a articulação dos trabalhos da *pastoral da terra* que poucos padres, freiras e agentes de pastorais das paróquias e do MEB vinham desenvolvendo no campo. Esses agentes passaram a se defrontar com situações de violência pelas quais passavam muitos trabalhadores rurais. Eram posseiros despejados de suas terras, ameaçados de morte ou amedrontados pela onda de assassinatos no campo ou eram peões fugitivos dos trabalhos forçados e degradantes no interior das grandes fazendas de criação de gado bovino (Pereira, 2015, p. 250, grifo do autor).

Com efeito, a organização das oposições sindicais do meio rural no Sudeste Paraense levou à conquista dos STRs e estimulou a articulação regional dessas entidades a partir dos municípios, o que foi efetuado de diferentes maneiras.<sup>26</sup>

#### **1.4.2 A ampliação da ação (regional) do sindicalismo rural.**

Desde os trabalhos realizados junto às CEBs, à CPT e a outros atores de mediação, já havia a preocupação não apenas com a ocupação do maior número de STRs individualmente considerados, mas também com a coordenação das ações dessas entidades, dado o crescimento das oposições que passaram a “ganhar” os sindicatos alcançando a região.

Em primeiro lugar, a partir do final da década de 1980 essa preocupação foi pensada em termos da construção de numa oposição sindical estadual.

Para isso, foi fundamental a criação da Secretaria Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no estado do Pará, já no final da década de 1970, e, em seguida, o estímulo dessa secretaria à ocupação de uma oposição na Fetagri, no sentido de implementar uma nova concepção de sindicalismo baseada nos princípios da CUT, concretizado posteriormente com a eleição de uma direção cutista para a Federação do Pará (Assis, 2014).

As lutas definidas como prioritárias para a ação da primeira diretoria cutista da Federação se tornaram embriões das lutas que afloraram nos anos noventa. A bandeira da reforma agrária foi atualizada; a luta pela regularização de terras ocupadas, pela melhoria de infraestrutura, pelas condições diferenciadas de acesso ao crédito e políticas sociais; transformaram-se em prioridades. Algumas dessas lutas receberam tratamento especial como foi o caso do acesso ao crédito diferenciado para a produção (Assis, 2014, p. 132).

A nova direção estadual só se aproximou de fato dos municípios da região a partir do I Congresso da Fetagri, em 1990, quando reafirmou as determinações do III Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em 1979, e definiu como princípio orientador a luta pela reforma agrária, “[...] o novo discurso da Federação entrou em sintonia com a prática dos posseiros e de alguns STRs, que já vinham realizando a reforma agrária à sua maneira” (Assis, 2014, p. 135). Apesar disso, existiam conflitos internos em função dos alinhamentos e orientações político-partidárias tomadas, e que divergiam quanto aos procedimentos que a Federação deveria adotar quanto à organização de candidaturas políticas em nível municipal e estadual.

---

<sup>26</sup> Para não correr o risco de exagerar quanto ao peso da agência das oposições sindicais, é bom lembrar a crítica de Pereira: “Não obstante o importante trabalho da Igreja Católica e dos sindicalistas ligados à CUT nas oposições sindicais, os STRs do sul e sudeste do Pará só deixaram de ser órgãos de colaboração do Estado após o enfraquecimento dos aparatos que os sustentavam. Antes do fim da ditadura civil-militar, nenhum STR do sul e sudeste do Pará, apoiado diretamente pelos militares, era coordenado pelos posseiros. Foram necessários longos anos de luta dos trabalhadores e o fim do regime civil-militar para que outra experiência política dos próprios sindicatos fosse vivenciada” (Pereira, 2015, p. 275-276).

Em segundo lugar, cabe destacar a construção da Fundação Agrária Araguaia-Tocantins (FATA) como parte e exemplo de uma ação mais regional do sindicalismo rural do Sudeste Paraense.

Isso só foi possível porque, de um lado, a Federação estava imersa num cenário de contendas internas quanto às suas orientações políticas, o que representou uma abertura para que alguns STRs buscassem outras direções para a ação sindical. De outro lado, a agricultura presente na região enfrentava problemas relacionados à comercialização de sua produção agrícola e apresentava forte dependência de atravessadores, e isto levou os agricultores a procurar respostas mais econômicas a estes problemas (Hébette, 2000; Assis, 2014).

Como adverte Hébette (2000),

No pensamento fundador e nesse processo, nunca se pensou, nem numa fusão dos STRs pela FATA; pensou-se numa fórmula que mantivesse a identidade sindical e política de cada um desses STRs, sua total autonomia na condução das lutas tradicionais do sindicalismo nacional, ao mesmo tempo em que esses próprios STRs se dessem instrumentos e meios adequados para melhoria coletiva do trabalho, do produto, da renda e do bem-estar das famílias agrícolas como reza o Estatuto da FATA (Hébette, 2000, p. 145-146).

Assis (2014) nos informa que a composição da Fundação foi dada por um grupo heterogêneo, incluindo as lideranças sindicais de São João do Araguaia ligadas ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), os dirigentes dos STRs de Jacundá, de Marabá e de Itupiranga, militantes ligados ao PT, de diferentes tendências internas. Mas,

O elemento que dava coesão [a essa heterogeneidade] era a luta dos posseiros, contra os grandes projetos e a busca por alternativas para os que já tinham a terra garantida. Outro fator importante é que a FATA nascia com total autonomia financeira em relação à Fetagri Estadual, portanto, livre de amarras burocráticas e da pressão dos diferentes grupos internos (Assis, 2014, p. 151).

Desse modo, sem abandonar a luta pela terra, a FATA centralizou suas ações acerca das “condições agroecológicas de permanência na terra” das famílias de agricultores do Sudeste Paraense, em nítida sintonia com o campo das políticas públicas agrícolas e de meio ambiente.

*A luta pela terra, que até então era a principal reivindicação do sindicalismo de trabalhadores rurais, vai cedendo lugar a reivindicações por políticas públicas de apoio à produção, políticas sociais e melhorias da infraestrutura interna dos municípios (Assis, 2014, p. 151, grifos nosso).*

Em terceiro lugar, é necessário destacar a criação da Fetagri Regional Sudeste como parte da ação regional do sindicalismo de trabalhadores rurais no Sudeste Paraense, processo este que remonta à realização dos Gritos da Terra nessa região, e ao III Congresso Estadual da Fetagri realizado em março de 1996, quando então decidiram regionalizar a ação dessa entidade por meio da criação de Coordenações Regionais.<sup>27</sup>

Em quarto lugar, é fundamental pôr em relevo o encontro entre os STRs, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as associações, na forma das centrais e das federações de associações. Sobre esse assunto, a literatura regional tem concordado em afirmar que, num primeiro momento, houve divergências de caráter metodológico entre os STRs e o modo MST de coordenar a luta pela terra (Intini, 2004; Almeida, R., 2012; Assis, 2014; Pereira, 2015; Miranda, 2017).

---

<sup>27</sup> Embora as discussões nesses eventos tenham sido frágeis, foram criadas as regionais do Baixo Amazonas, da Bragantina, da Guajarina, da Ilhas do Marajó, da região do Salgado, Tocantina, da Transamazônica, do Sul do Pará e do Sudeste do Pará, esta última com 17 (dezessete) STRs (Assis, 2014).

Entretanto, o significado dessas divergências e dos modos de coordenação da luta pela terra – e por que não dizer, de luta por políticas públicas –, tem recebido duas grandes interpretações.

De um lado, há a interpretação do deslocamento da luta pela terra promovido pela chegada do MST à região, que a partir de então deixaria de se dar nos moldes da “ocupação posseira” para passar a ser organizada de acordo com as perspectivas do MST.

A pressão exercida pelos trabalhadores rurais deixou de ser por meio da luta armada na área litigiosa para dar margem ao processo de negociação com o poder público. O acampamento passou a ser, então, uma das principais estratégias da luta pela terra, porque era entendido também como uma das formas possíveis de se proteger das ações violentas de pistoleiros e policiais (Pereira, 2015, p. 305).

Como o próprio autor salienta, esse deslocamento não significou o fim das práticas de ocupação de terras feitas à maneira de como os posseiros a realizavam (Pereira, 2015).

De outro lado, existe a interpretação de que esse momento representou a construção de um campo de conflitos em torno da representação política do posseiro. Desde os anos 1980, os STRs eram a referência das lutas dos posseiros e dos agricultores, atuando como a principal entidade de representação política desses grupos. Entretanto, quando o MST desloca sua secretaria executiva de Conceição do Araguaia para Marabá na década de 1990, e surgem divergências significativas entre entidades sindicais e movimento, quando também se destacou o papel das associações; instalou-se um campo de conflitos em torno da representação política dos posseiros, dos trabalhadores rurais e dos camponeses na região (Assis, 2014).<sup>28</sup>

De fato,

No caso das entidades sindicais, o seu interesse se voltava para as ações de regularização das áreas ocupadas recentemente ou mais antigas e programas de consolidação dos assentamentos. Nesse sentido, os programas de crédito, a assistência técnica, a política de previdência e a infraestrutura assumiam papel de destaque. No caso do MST, todas essas questões eram importantes, mas o diferencial era que assumiam uma postura reivindicativa pela desapropriação de terras mais agressiva que as entidades sindicais. Depreendia disso que a ação das entidades sindicais se voltava mais para as famílias que já possuíam terra, mesmo que em situação jurídica precária, e a ação do MST se voltava mais para as famílias sem terra, com ou sem experiência camponesa, que se acumulavam nas periferias das cidades (Assis, 2014, p. 167)

No que se refere à relação do sindicalismo de trabalhadores rurais com as associações, na forma de centrais e de federação de centrais, é necessário destacar que a criação das primeiras associações no Sudeste do estado do Pará ocorreu entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando surgiram dúvidas quanto ao papel dessas entidades: se representavam uma maior oposição e mobilização contra os sindicatos pelegos, ou se serviam apenas como mais um mecanismo de dominação, controle e de esvaziamento dos sindicatos rurais de oposição. Apesar disso,

---

<sup>28</sup> “A coincidência de bandeiras de lutas [a reforma agrária] não criou aproximações, pelo contrário, criou-se um distanciamento entre dirigentes sindicais e militante do movimento. Na verdade, *a disputa pela representação aparecia de forma mais clara*. A experiência mal sucedida de Conceição do Araguaia de certa forma contribuiu para acirrar essa disputa. Por outro lado, a Fetagri Estadual dava a entender que uma relação mais próxima com o MST atrapalharia o sindicalismo de trabalhadores rurais no estado. *Na leitura da entidade, os sindicatos estavam presentes em todos os municípios da região, e a entrada do MST oferecia risco à hegemonia do sindicalismo*” (Assis, 2014, p. 167, grifos nosso).

Dentre os fatores que mais contribuíram para a criação de associações de produtores, o crédito para a produção foi um dos mais importantes. *As políticas de crédito para a agricultura familiar sejam elas ligadas à política de reforma agrária (Procera e depois Pronaf) ou a outras modalidades como o FNO, vinculavam a liberação de recursos à existência de entidades legalmente constituídas que pudessem responder juridicamente pelos financiamentos.* Essa exigência visava atender a uma preocupação das instituições bancárias, que buscavam mecanismos de garantia dos financiamentos. Para as entidades sindicais, no entanto, tornava mais complexo o processo organizativo (Assis, 2014, p. 175, grifos nosso).

Essa combinação dificultou o protagonismo das delegacias sindicais para o acesso a financiamento, o que estimulou a criação e a ampliação do número de associações de produtores, a partir de 1996.

Apesar disso, os sindicatos de trabalhadores rurais apoiaram a criação de associações nas comunidades rurais e nos assentamentos, sobrepondo essa forma de organização ao formato das delegacias sindicais. Na verdade, esse estímulo era muito mais uma estratégia formulada diante das forças políticas que se apropriavam das associações, pois

Diferente de outras regiões do estado, os dirigentes sindicais da região do sudeste do Pará assumiram uma postura agressiva em relação às associações, transformando-as em *unidades organizativas de base*, dificultando a ação tanto de grupos políticos antagônicos às entidades sindicais quanto dos funcionários das agências do governo, principalmente o Incra (Assis, 2014, p. 177, grifos nosso).

De fato, podemos dizer, seguramente, que a transformação das associações em unidades organizativas de base, com o intuito de impedir a apropriação delas por forças políticas contrárias se converteu em uma estratégia, um desdobramento das práticas antigas dos posseiros de “ganhar” as direções sindicais.

Entretanto, dado a importância que as associações passaram a desempenhar na prática – colocando-se como espaços consultivos para a proposição de fazendas a serem desapropriadas para fins de assentamento; para a priorização de obras de infraestrutura e serviços de manutenção (construção e recuperação de estradas); para a indicação de quais eram os assentamentos prioritários para receber linhas de crédito e serviços de assistência técnica rural, entre outros –, teve início o processo de construção das Centrais de Associações.<sup>29</sup>

Como observam Intini (2004) e Assis (2014), as centrais ganharam maior expressividade mais ao sul do estado do Pará, onde ainda não havia um movimento sindical fortalecido.

A primeira central de associação foi criada em 1998, no município de Redenção, no sul do Pará e depois se expandiram para o sudeste. Em 2003, 14 municípios das regiões sul, sudeste do Pará já haviam fundado centrais de associações. Na área de influência da rodovia Transamazônica e PA-150 existiam várias em processo de fundação. Depois de 2003, a criação de centrais se estendeu para outras regiões como o nordeste e o oeste paraense (Assis, 2014, p. 180).

---

<sup>29</sup> A criação das centrais foi estimulada também pelas seguintes questões: “i) a existência de um grande número de famílias assentadas, organizadas em associações que não se vinculavam a nenhum movimento ou entidade de representação; ii) a insatisfação de parte dos agricultores assentados com a atuação da Fetagri Regional Sudeste em relação à definição de prioridades no âmbito das negociações com as agências do governo, principalmente com o Incra; iii) o crescimento acelerado do número de associações nas regiões sul e sudeste do estado e; iv) a forte ligação da Fetagri Regional Sudeste com o PT, ou seja, a partidização das entidades sindicais” (Assis, 2014, p. 178).

Os dirigentes procuraram definir o papel desse tipo de organização vinculando-o ao caráter mais “técnico” de suas atividades, voltadas à produção agrícola, totalmente diferente das ações mais politizadas das entidades sindicais e do MST na região, o que, entretanto, não resultou no estímulo aos desligamento dos associados das entidades sindicais, pelo contrário, havia a orientação de que mantivessem suas filiações aos STRs, sobretudo pelo acesso que as entidades sindicais permitiam à aposentadoria e a auxílios diversos (Intini, 2004; Assis, 2015).

Assim, seja o encontro com o MST, seja o tensionamento da relação dos STRs e da Fetagri com as centrais de associações, estes eventos mostraram também o alcance regional da ação do sindicalismo rural, “alargando” o contexto da disputa pela representação política dos trabalhadores rurais no Sudeste do estado do Pará.

### **1.4.3 A complexidade da luta por políticas públicas para o meio rural.**

A formação histórica da representação sindical dos posseiros no Sudeste Paraense nos ensina que desde o início a luta pela terra esteve presente, e a luta por políticas públicas também, ainda que assim não fosse nomeada. Essa segunda modalidade de luta não veio depois dos conflitos fundiários – embora alguns estudos tendam a reduzir o conceito de políticas públicas às de caráter agrário, como a construção de assentamentos, deixando de lado a importância de reconhecer aquelas que possuíam outro caráter, como as agrícolas ou ambientais (Almeida, R., 2012; Pereira, 2015; Miranda, 2017). Na verdade, a luta por políticas públicas nessa região correspondeu a um longo processo de aprendizado e de organização da relação entre o sindicalismo dos trabalhadores rurais, os seus mediadores e a relação com as instituições públicas federais, estaduais e municipais na região, que não pode ser lida apenas como uma relação baseada no conflito e no confronto, mas deve ser vista da perspectiva de da diversidade de interações que constituem mutuamente as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e as instituições governamentais do Estado.

Podemos então dizer que foram construídas interações de diferentes intensidades entre as lutas – por terra e por políticas públicas –, que assumiram características diversas e heterogêneas na região. A bem da verdade, “a luta pela terra e a defesa de direitos constitucionais foram os esteios da hegemonia dos STRs nas décadas anteriores. *Na década de noventa, a reivindicação de políticas públicas de forma mais ampla passou a ser uma característica marcante*” (Assis, 2014, p. 144, grifos nosso).

Diante disso, cabe pensar o seguinte: o que queremos dizer com a ideia de complexidade da luta por políticas públicas?

Até o final da década de 1980, além das políticas de desenvolvimento regional, o que se tinha como “política pública” destinada aos trabalhadores rurais se referia aos projetos de colonização oficial, à desapropriação de imóveis rurais junto à criação de assentamentos e a um conjunto de políticas de caráter assistencialista, porque extremamente dependentes de recursos como o Funrural e o Inamps, e de programas como o Prorural; além de uma rede clientelística que envolvia os STRs da região e filtrava o acesso a esses benefícios por parte dos sindicalizados.

A partir do final dos anos 1980, entretanto, foram construídas algumas iniciativas inovadoras. Por exemplo, Hébette (2000), em seguida Leroy (2000), mas também Assis (2014) e depois dele Luciano Almeida (2016), reconheceram a precedência da tradição das cantinas comunitárias, importantes para o surgimento das primeiras cooperativas de produção agrícola; dos fundos rotativos para culturas diversas; das caixas agrícolas, entre outros, como iniciativas colocadas no campo dos projetos voltados para a agricultura familiar no estado do Pará, como práticas que levaram ao surgimento do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT).

O CAT foi fundado em 1989, como resultado de um acordo de cooperação franco-brasileiro em conjunto com uma parte dos STRs do Sudeste do Pará, e era constituído por duas instâncias:

[...] a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia/FATA, integrada pelos sindicatos de Jacundá, Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia, e o Laboratório Sócio-Econômico do Tocantins/LASAT, afirma o protagonismo da organização sindical. A FATA incorpora os dirigentes dos sindicatos independentemente de sua linha política e sindical, o que faz com que afirme assim a autonomia dos STRs e a não ingerência do CAT nestes. Quanto ao LASAT, não era este um agrupamento de pesquisadores constituindo uma ONG, mas um programa da Universidade Federal do Pará. A criação do CAT, no âmbito do NAEA, respondia a uma expectativa da sociedade civil organizada no Pará que cobrava o compromisso social da Universidade (Leroy, 2000, p. 16).

Além disso, o Laboratório Sócio-Agrônômico do Araguaia-Tocantins (Lasat),

[...] reunia pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa e extensão brasileiras (NAEA, IDESP, EMBRAPA, EMATER, SAGRI, FCAP) e estrangeiras (DAC/UAG-Guadalupe, INRA-Guiana Francesa e ICT-Lisboa). Segundo os princípios do programa, os dois componentes deveriam atuar de forma autônoma, porém articulados. Os recursos financeiros que deram suporte inicial ao programa foram captados numa cooperação franco-brasileira entre o *Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques* (GRET), do lado francês e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no lado brasileiro (Assis, 2014, p. 150, grifos do autor).

A FATA não pode ser dissociada do CAT, e este parece ser uma das principais contribuições desse Programa para o aperfeiçoamento da luta por políticas públicas.

Dentro do Programa CAT, e em contato permanente com os militantes sindicais, *este pessoal absorveu uma concepção e uma prática novas da relação técnico - pequeno produtor, e uma metodologia de trabalho diferente da aprendida nas escolas*. No seu trabalho nos municípios, os técnicos operam em articulação constante com os dirigentes sindicais, Diretores e Delegacias sindicais; para maximizar essa proximidade, quatro técnicos agrícolas da FATA passaram a residir na sede dos municípios, discutindo e realizando seus programas de trabalho sob orientação do Conselho Diretor e do Diretor Executivo da FATA e das Diretorias sindicais (Hébette, 2000, p. 146, grifos nosso).

Nesse contexto, já é possível identificar mudanças no que se refere ao aprendizado na luta por políticas públicas, pois a relação entre os STRs transformou o modo como até então posseiros, trabalhadores rurais e agricultores familiares acessavam as políticas. O CAT significou a criação de uma outra forma no enfrentamento às políticas assistencialistas do passado (Hébette, 2000).

Outros experimentos resultaram do encontro dos STRs com o MST. No início, a relação entre os sindicatos, a Fetagri Regional Sudeste e o MST era de tensão e por vezes discordância quanto aos encaminhamentos da luta pela terra, o que só foi parcialmente revertido com a mediação da CPT durante os chamados “grandes acampamentos” (Assis, 2014).<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Os acampamentos, enquanto expressão da ação coletiva dos sindicatos na região do Sudeste Paraense, remontam às mobilizações e ocupações efetuadas por diferentes STRs, e às lutas dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí), que implicaram na ocupação do Serviço de Patrimônio Imobiliário de Tucuruí (SPI-TUC) e abriram caminho para novas perspectivas de organização política (Assis, 2014).

Em novembro de 1997 foi realizado o primeiro grande acampamento, em frente ao prédio público da recém criada Superintendência Regional do Incra em Marabá, a SR-27 como ficou conhecida, em função da postura autoritária assumida por esse órgão em suas relações com as representações sindicais e com o MST.<sup>31</sup> A SR-27 estava diretamente ligada ao Conselho de Segurança Nacional. Mesmo assim, a sua criação em Marabá significou a aproximação dos STRs e do MST a uma esfera deliberativa e de execução das políticas de reforma agrária, de modo que a negociação dos trabalhadores rurais deixou de ser realizada em Belém, ou em Brasília (Intini, 2004, Assis, 2014).

Com efeito, o encontro com o MST trouxe inúmeras inovações quanto ao “repertório de ação coletiva dos camponeses e das entidades sindicais” que passou a ser mobilizado na luta pela terra e por políticas públicas, a exemplo dos acampamentos na beira de estradas, das marchas pelas principais rodovias da região, do bloqueio de estradas, da ocupação de prédios públicos como estratégias contenciosas de negociação com as instituições do poder público (Assis, 2014).<sup>32</sup> Nessa direção, os Projetos de Assentamentos (PAs) e as políticas para implementá-los se destacaram nos discursos de diferentes atores sociais e nos espaços das negociações políticas da região. Nesse processo, o MST exerceu, indiscutivelmente, um grande protagonismo, levando as entidades de representação sindical dos trabalhadores rurais a procurar aprender com as ações realizadas pelo Movimento de modo a aprenderem novas práticas de mobilização no confronto com as instituições governamentais, com poder de obter canais de negociação onde não havia, ou de lutar para construí-los quando outros atores sociais ou governamentais não o queriam (Intini, 2004; Assis, 2014).

Além do aumento do número de entidades de assessoria que passaram a fazer parte do debate das políticas agrárias naquele momento, pode-se levar em conta também uma maior articulação dessas entidades em torno das políticas fundiárias e de seus recursos, tendo o movimento sindical o principal sujeito desse processo. Mas, acima de tudo, a criação do primeiro espaço popular de discussão de políticas públicas e de articulação de entidades, a exemplo do Fórum de Entidades pela Agricultura Familiar e Reforma Agrária (FERA), que funcionou de 1998 a 2000, embora não tenha contado com a participação do poder público em sua composição (Intini, 2004; Assis, 2014).

Enquanto fórum das entidades de assessoria e apoio, representações dos trabalhadores rurais e ONGs das regiões sul e sudeste do Pará, ele funcionou como o espaço de articulação e discussão política desses setores da sociedade civil, direcionando suas decisões para a negociação (algumas vezes para o enfrentamento) com os representantes do Poder Público local, a partir da composição da pauta de demandas. O FERA não é, assim, o Fórum pela reforma agrária e agricultura familiar, pois se constitui em um espaço forjado dentro da SR-27, com as mais diversas representações sociais locais (Intini, 2004, p. 133).

---

<sup>31</sup> Na década de 1990, as ocupações de terra se multiplicaram, o que provocou uma forte reação por parte dos grandes proprietários de terras, que aumentaram a contratação de milícias e de pistoleiros para expulsar os trabalhadores rurais sem terras de suas propriedades, assim como o aumento da repressão policial por parte do governo. Foi nesse contexto que ocorreu o massacre de Corumbiara (9 de agosto de 1995) e de Eldorado dos Carajás (17 de abril de 1996). Ainda no ano de 1996, diante da repercussão nacional e internacional dessas duas tragédias, e da forte pressão de movimentos sociais e entidades ligadas à luta por direitos, o governo criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e, no Sudeste Paraense, em caráter especial, a Superintendência do Incra em Marabá, a SR-27 (Intini, 2004; Assis, 2014; Pereira, 2015).

<sup>32</sup> Vale destacar um traço de permanência no que se refere à organização desses acampamentos, um caráter importante herdado das práticas do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense, qual seja, a relação com as igrejas, o que ajudou a estabelecer práticas como “[...] romarias, ocupações de fazendas e castanhais, resistências na terra (até mesmo pelo uso de armas), passeatas, assembleias, audiências públicas, apresentação de petições, ocupação de espaços públicos etc.” (Assis, 2014, p. 201).

Tratou-se do primeiro experimento na região de construção de um espaço público de caráter participativo junto a uma instituição governamental, protagonizado pela iniciativa das entidades de representação sindical de trabalhadores rurais, a exemplo da Fetagri Regional Sudeste, destinado à discussão de políticas públicas de reforma agrária e para o desenvolvimento rural nos assentamentos.

Havia, entretanto, um problema. As demandas sempre crescentes dos PAs, tais como a construção de estradas rurais, a eletrificação rural, o crédito agrícola, entre outros, encontravam obstáculos para serem atendidas, dado a insuficiência dos recursos destinados a elas, o que gerou grande insatisfação na base do movimento sindical e no espaço do FERA e enormes dificuldades para manter a unidade entre os atores sociais que integravam o Fórum. Num quadro como esse, estimulou-se um processo de individualização das negociações com as lideranças locais acerca das demandas dos assentamentos; a migração de parte das lideranças sindicais para as centrais de associações; e a redução da importância dos espaços destinados às negociações coletivas, enfraquecendo o poder de mobilização do movimento sindical.

Cada um desses atores sociais utilizou estratégias diferenciadas de ação. O MST e a Fetagri mantiveram as mobilizações de massa e a ocupação dos prédios públicos, como instrumento de pressão. Já as Centrais de Associação articularam-se com prefeitos e parlamentares da região.

No entanto, como o recurso para as demandas dos projetos de assentamento é o único para atender às famílias assentadas, pertencentes à base dos 3 movimentos sociais [Fetagri Regional Sudeste, MST e Centrais de Associação], o FERA perde parcialmente o seu poder de negociação (Intini, 2004, p. 130).

Diante disso, sob orientação do Inbra Nacional, foi formalizado outro fórum permanente para discutir as demandas dos assentamentos. A partir da iniciativa da SR-27, foram mobilizadas a representação regional da Fetagri e o MST; as representações patronais, como o Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá; as principais entidades de assessoria e de apoio naquele momento, a exemplo do Cepasp, da FASE, da CPT, da Spddh e do Lasat; as representações do comércio local, como a Câmara dos Dirigentes Lojistas e a Associação Comercial e Industrial de Marabá; os representantes do poder público municipal, como a Amat e a Amcat; as representações do governo estadual, a Sesp, a Iterpa, a Sagri e a Emater; e representação nacional, o BASA, o BB, o Ibama, o MPF, a PF, o INSS e o Inbra; numa distribuição desproporcional que prejudicou os trabalhadores rurais. No final da década de 1990, existiam duas agendas para as políticas públicas agrárias e de fortalecimento da agricultura familiar para o Sudeste Paraense. A primeira delas foi aquela formulada pelo fórum de reforma agrária da SR-27, com dotação orçamentária, respaldo político do Inbra Nacional e mais próxima às forças conservadoras da região. De outro, como um “contraponto” a esse espaço de coordenação, a resistência da agenda proposta pelo FERA, enquanto uma arena pública de debate e um instrumento de negociação entre diferentes organizações da sociedade civil. Nesse cenário, discutiam-se e eram priorizadas as demandas primeiro no FERA e, em seguida, eram aprovadas no fórum interno ao Inbra. Para isso, a Fetagri Regional Sudeste fazia o levantamento prévio das prioridades nos assentamentos e nas áreas de ocupação, para em seguida negociarem e fecharem acordos com ações de reforma agrária (Intini, 2004, Assis, 2014).<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> “Neste cenário de disputas, compõem-se, assim, dois campos políticos em conflito permanente sobre o uso dos recursos financeiros: o primeiro, constituído pela direção do INCRA e as representações das prefeituras municipais, a AMAT e a AMCAT, e o segundo, constituído a partir do FERA. Os dois campos se chocam dentro do fórum de discussão do INCRA, tendo como diferencial, naquele momento, a atenção da direção Nacional do INCRA à reforma agrária na região de abrangência da SR-27” (Intini, 2004, p. 140).

Entretanto, em que pese os conflitos e as discordâncias entre essas agendas, é possível dizer que as interações entre os atores destes fóruns apontavam para um movimento de politização e de maior controle social do orçamento da Superintendência Regional do Incra, em Marabá, e dos financiamentos destinados aos assentamentos, assim como em relação aos tipos de políticas priorizadas a partir de então, sobretudo aquelas voltas à criação de assentamentos, à aquisição de infraestrutura, de acesso diferenciado ao crédito, de assistência técnica rural voltada à produção agrícola, entre outras (Intini, 2004).

Por fim, mesmo que de forma sumária, é necessário destacar ainda a participação das entidades de representação da agricultura familiar, das associações e do MST nos seguintes espaços de discussão e negociação de políticas públicas para a agricultura familiar e a reforma agrária: a “Comissão Procerá-Lumiar” em conjunto com a “Equipe de Supervisão do Lumiar”; o “Seminário BASA-Fetagri”; a “Unidade Técnica de Articulação (UTA)” e a “Câmara Técnica (CG) e Comissão de Gestão (CG)”, pois não podemos atribuir o aprendizado destes atores acerca de como interagir e negociar com as instituições governamentais apenas à relação de suas representações com as agendas do FERA e do fórum interno à SR-27. A Comissão Procerá-Lumiar foi criada em conjunto com a SR-27, tendo como principais atribuições (a) a coordenação da política de financiamento da produção da agricultura familiar a partir dos créditos de investimento e de custeio para atividades agropecuárias previstas no Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá), e (b) a implementação da política nacional de Assistência Técnica Rural (ATER) do Incra, com o apoio da Equipe de Supervisão do Lumiar. A gestão dos recursos de financiamento da produção agrícola contou com a participação das representações sindicais e dos movimentos sociais, o que foi fundamental para que influenciassem na forma e na quantidade de recursos direcionados aos PAs contemplados. Os serviços de elaboração dos projetos para a aquisição de financiamento, por sua vez, foram inicialmente de responsabilidade da Emater, logo no início, mas, após a implementação do Projeto Lumiar – que consistiu basicamente em um programa de assistência técnica destinado aos beneficiários da política de reforma agrária –, as prestadoras de serviços passaram a ser também responsáveis. À Equipe de Supervisão do Lumiar, finalmente, foi atribuído o papel de acompanhar os trabalhos das equipes técnicas, de modo a realizar atividades voltadas à capacitação dos técnicos, à elaboração de diagnósticos socioeconômicos dos PAs contemplados, à formalização nos Planos de Desenvolvimento (PDAs) das demandas das famílias e da comunidade, e ao monitoramento das demais atividades realizadas pelas equipes técnicas (Intini, 2004).

O Seminário BASA-Fetagri resultou, por um lado, do acúmulo de experiências de trabalho e de informações referentes à formulação de projetos de acesso ao crédito e de ATER que entidades sindicais, movimentos sociais, prestadoras de serviços e entidades de assessoria adquiriram ao participarem da Comissão Procerá-Lumiar. Por outro lado, já se encontrava estabelecido a prática de realizar reuniões e seminários entre diferentes representações e entidades da sociedade civil, com o objetivo de debater questões referentes às particularidades da região. Foi aí que então surgiu o tema específico do necessário ajustamento do crédito agrícola às diferenças regionais que definiram o caráter assumido pela agricultura familiar no Sudeste Paraense. Embora o Banco da Amazônia S/A concordasse com a necessidade de ajuste quanto ao crédito, a ideia de realizar um seminário em torno desse tema deve ser creditada à Fetagri Regional Sudeste, o que aconteceu de fato em junho de 2000, após a extinção do Procerá e sua consequente substituição pelo Pronaf-A (Intini, 2004).<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> “O acordo estabelecido no acampamento entre a coordenação da FETAGRI e as direções do INCRA e do BASA, apontou para a realização de um seminário regional, que foi denominado de Seminário BASA/FETAGRI. Seu objetivo principal era, a partir de um coletivo composto por técnicos e agricultores, recompor toda a estrutura de elaboração, análise e implantação dos projetos de crédito da linha Pronaf-A, a partir das experiências adquiridas com os projetos PROCERA e FNO-Especial, desenvolvidos na região” (Intini, 2004, p. 156).

A Unidade Técnica de Articulação (UTA), por sua vez, foi instituída no contexto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e durou apenas 1 (um) ano. Teve como pauta exclusiva o crédito agrícola, o que transformou essa unidade muito mais em um espaço de distribuição de recursos financeiros. Dado esse caráter, a UTA acabou por fazer retroceder a construção da participação social nos espaços de discussão e negociação apresentados anteriormente, pelo menos de duas formas: (a) como a construção da agenda de trabalho da UTA era decidida em Brasília e se restringiu à política do Pronaf-A, o seu conteúdo foi distanciando das orientações decididas no Seminário BASA-Fetagri, deixando de lado a incorporação das diferenças regionais amplamente debatidas; (b) a composição dos integrantes da UTA foi decidida pelo MDA e o Incra, sem consulta aos demais atores sociais que já participavam das discussões, inclusive a respeito do crédito, o que resultou em um desempenho ineficiente no que se refere às atribuições desta unidade técnica. Mesmo assim, “a UTA conseguiu encaminhar ao agente financeiro, no ano de 2000, o valor equivalente a R\$ 7.600.929,57 em 1110 projetos de crédito, analisados e aprovados” (Intini, 2004, p. 159).

Finalmente, a Câmara Técnica (CT) foi parte da estrutura de gestão da política nacional do Pronaf, instituída regionalmente no ano de 2001, com a Resolução n.0397, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; ao passo que a Comissão de Gestão (CG) correspondia a uma “criação local”, com o objetivo de conduzir a ATER no Sudeste Paraense e que tomou como base, novamente, as atividades desenvolvidas no Projeto Lumiar.<sup>35</sup> A principal atribuição da Comissão de Gestão foi a de definir a forma de aplicação dos recursos transferidos pelo Incra Nacional para a realização das ações de ATER, destinadas exclusivamente aos assentados da reforma agrária. A CG atuava

Como um espaço deliberativo sobre a política de ATER e consultivo da CT, nas questões centradas no desenvolvimento dos projetos de assentamento, a CG desempenhou sua função, dando encaminhamento à contratação das prestadoras de serviços para a execução da elaboração dos PDA's e na prestação de serviços de ATER aos projetos de assentamentos com seu PDA elaborado (Intini, 2004, p. 170).

Entretanto, o ano de 2003 registrou uma crise quanto à transferência de recursos financeiros federais para iniciativas como essa. Acumularam-se denúncias acerca da má qualidade dos trabalhos das prestadoras de serviços, o que levou a SR-27 de Marabá a extinguir unilateralmente a CG (desmonte?!), levantando dúvidas quanto aos interesses de setores dentro do próprio Incra (Intini, 2004, p. 171).

## **1.5 O significado disso tudo para o presente.**

Refletindo a respeito dessas iniciativas e experimentos – e, por que não dizer, desses projetos de desenvolvimento, no sentido que lhe confere Albert Hirschman (1986) –, Intini (2004, p. 193) conclui que

A primeira experiência de gestão participativa de política pública, na região, ocorreu, a partir da implantação do Programa Lumiar, em fevereiro de 1998, com a criação da Comissão Procer/Lumiar e de sua Equipe de Supervisão. Sendo uma proposta “introduzida” à dinâmica local, pois constava na estrutura de gestão prevista no programa, não representava, assim, um espaço criado, sob o ponto de vista local. Porém, não é esse o motivo das dificuldades

---

<sup>35</sup> “Posteriormente ao processo inicial, no ano de 2001, foi instituída a CG e os primeiros passos para a construção da política de ATER, baseada nas experiências locais e nas especificidades regionais, começando, assim, a ser implementada, a partir da definição das chamadas sub-regiões, que representavam conjuntos de projetos de assentamento semelhantes entre si nas questões ambientais, econômicas e agropecuárias, além de sua proximidade geográfica” (Intini, 2004, p. 169).

vivenciadas no espaço de trabalho. Na verdade, não só os processos de gestão da “coisa pública” vieram “de fora” da região de estudo, mas também, os métodos empregados pelos movimentos sociais e entidades de assessoria e apoio, através dos religiosos, técnicos e outros que contribuíram na organização dos trabalhadores rurais.

Pesquisas como a de Intini (2004) e a de Assis (2014) se constituem em duas referências fundamentais para a interpretação da ocupação do Sudeste Paraense, porque são estudos que reconhecem o papel da luta por políticas públicas na construção do sindicalismo rural e da representação política da agricultura familiar. Entretanto, o trecho acima destacado parece refletir uma crítica de tons militante, que denuncia o caráter “importado” de nossas instituições e de nossos padrões de interação diante dos agentes públicos e governamentais.<sup>36</sup> Em que pese a importância de críticas como essa, sobretudo quando são capazes de revelar relações de dominação institucionalizadas, parece não fazer justiça em relação à história do Sudeste Paraense, onde o peso da migração é historicamente incontestável e, por isso, dificulta encontrar qualquer construção “original”; e segundo, em relação à construção (também histórica) da representação política do sindicalismo rural nesta região que, como visto desde o início dessa história, aprendeu com os posseiros a “ganhar” as instituições quando elas não são feitas para eles (Hébette, 2004a, 2004b; Guerra, 2013; Assis, 2014; Pereira, 2015).

“Ganhar os sindicatos” pode ser lido em sentido amplo, como “ocupar as instituições”, um princípio que foi aperfeiçoado até o presente, e que põe a questão de pensar nos desdobramentos decorrentes da formulação de uma política pública mais aberta a esses processos, isto é, às possibilidades elaboradas desde às perspectivas dessas organizações da sociedade civil em seus territórios, isto é, da perspectiva histórica dos posseiros. Importa mostrar que essa perspectiva se traduz em capacidades, em práticas políticas dirigidas à apropriação dos espaços sociais de discussão e de negociação, das arenas públicas e dos espaços de participação social voltados à formulação e implementação de políticas públicas para o meio rural. As experiências relatadas por Intini (2004) e Assis (2014), para o final da década de 1990 no Sudeste Paraense, apontam, definitivamente, para essa direção, pois representam um amadurecimento no que se refere ao maior controle social das políticas públicas – fossem elas políticas agrárias, de caráter agrícola ou voltadas para o meio ambiente; e dão substância a uma forma específica de a sociedade e o Estado interagirem, seja no conflito político, seja por uma espécie de cooperação pragmática, enquanto expressão particular de como construíram a ação coletiva e negociaram a ação pública do Estado.

Como resultado da história de construção das representações políticas dos trabalhadores rurais e da presença do MST no Sudeste Paraense, assim como das interações entre esses atores sociais, entidades representativas da sociedade civil no campo, movimentos sociais e as instituições governamentais; é impossível dissociar a luta pela terra da luta por políticas públicas, necessárias aos projetos de desenvolvimento criados na região, pois a luta por políticas de acesso à infraestrutura, ao crédito para a produção, à assistência técnica foram aperfeiçoadas ao lado da luta pela terra, e é a partir dela que se busca a articulação com outros tipos de políticas.

---

<sup>36</sup> Mesmo quando o autor propõe a existência de dois tipos de arenas públicas no contexto de nossa região: aquelas forjadas a partir das lutas dos movimentos sociais e as que são parte integrantes das orientações e princípios de políticas formuladas em âmbito nacional; essa limitação se faz presente. Senão, vejamos. “No primeiro caso, podemos citar a constituição do Fórum das Entidades pela Reforma Agrária e Agricultura Familiar (FERA), em 1998, e o Seminário BASA/Fetagri, em 2000. Esses dois espaços públicos de discussão foram resultado das disputas e enfrentamentos entre os movimentos sociais e algumas instituições públicas como o INCRA, o BASA e a EMATER. No segundo caso, podemos citar como exemplo, a Comissão Procer/Lumiar, de 1998 a 2000, a Unidade Técnica de Articulação, de 2000 a 2001, e a Câmara Técnica, a partir de 2002” (Intini, 2004, p. 197).

Finalmente, como veremos no Capítulo II, quando a política de desenvolvimento territorial para o meio rural chegou ao Sudeste Paraense, com o Pronat e a institucionalização do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense, em 2003, os agentes do poder público, as organizações da sociedade civil representativas da agricultura familiar e os movimentos sociais de luta pela terra e por direitos territoriais já eram portadores de toda uma história de interações bastante enraizadas, de uma cultura política democratizante por assim dizer, e de formas de interação contenciosa, e ao mesmo tempo cooperativas, entre sociedade e Estado, por meio das quais foram construídas suas identidades, aprenderam a organizar suas alianças e a negociar a ação pública do Estado nessa região.

## CAPÍTULO II

### 2. O DECLÍNIO DAS INSTITUCIONALIDADES PARTICIPATIVAS COMO EFEITO DO DESMONTE DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

#### *Crônicas de pesquisa e campo - “O dia depois do fim”*

No dia 07 de maio de 2016 retornamos de Boa Vista, Roraima, onde promovemos o último encontro de Nedets da região Norte. Participaram o *staff* da SDT e a presidência do Condraf. Ao final, decidimos manter a agenda de trabalho para 2016, e mesmo assim, o tom do evento foi de uma despedida.

No dia 12 de maio de 2016, a presidente Dilma Rousseff (PT) foi afastada do cargo, e o vice, Michel Temer (MDB), assumiu interinamente. Logo em seguida, o congresso aprovou a medida provisória 725, a reforma ministerial que, entre outras coisas, extinguiu o MDA.

Após esses eventos, eu, K,<sup>37</sup> L,<sup>38</sup> V,<sup>39</sup> H<sup>40</sup> e F<sup>41</sup>, a Arquivista<sup>42</sup> e o Artífice,<sup>43</sup> conseguimos mobilizar as entidades do Colegiado para o que foi a sua última plenária, realizada no dia 21 de junho de 2016, no auditório do Incra SR-27 do Sul do Pará. Apesar da pauta elaborada, os participantes já sabiam o seu conteúdo. Após lamentações, indignações e protestos, ao final, definimos os seguintes encaminhamentos: procurar parceiros a fim de retomar as políticas não implementadas ou canceladas, o que significava reestabelecer o diálogo com as prefeituras; e usar os recursos de que dispúnhamos para um retorno às organizações de base, sobretudo, sindicatos e conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável. Apesar desses esforços, a direção tomada pelo cenário político nacional tornou impossível a realização dessas duas estratégias ou de qualquer atividade do Colegiado prevista para aquele ano.

No dia 31 de agosto de 2016, como sabemos, a presidente Dilma Rousseff teve seu mandato cassado. Temer se tornou alvo da Operação Lava Jato, e como muitos analistas observaram, o Brasil parecia caminhar “sem governo” em 2018.

No dia 13 de julho de 2018, o Sudeste Paraense passou a fazer parte da agenda eleitoral da extrema direita. Jair Bolsonaro fez campanha na região. Em Parauapebas prometeu que se eleito, este seria (como de fato foi) um governo do agronegócio. Falou contra o MST no local onde aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996 (a “Curva do S”). Em Marabá, apoiadores ofereceram um jantar ao candidato.

Era o fim ou o começo? E de quê?

\*\*\*

---

<sup>37</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>38</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>39</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>40</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>41</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>42</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>43</sup> Nome alterado para confidencialidade.

No final das contas, a plenária do dia 21 de junho de 2016, realizada nas dependências do prédio do Incra em Marabá, acabou por demarcar o início do fim do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense. Esse declínio representou tanto uma estratégia a mais no processo que se seguia, de dismantelamento da política de desenvolvimento territorial para o meio rural no Brasil, quanto uma de suas etapas, a exemplo da imposição de restrições orçamentárias realizada ainda em 2015, pela adoção das políticas de austeridade no governo de Dilma Rousseff (Anderson, 2020), da extinção do MDA em 2016, e o ataque mais direcionado que se seguiu a outras políticas, como a de fortalecimento da agricultura familiar, de agroecologia e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (Grisa *et al.*, 2022).

Mas o que está em jogo com o declínio?

Como visto anteriormente no Capítulo I, na longa história da produção social do espaço a que se refere o Sudeste Paraense, sobretudo no que diz respeito aos conflitos pela posse de terra promovidos durante a ocupação do meio rural nessa região, é possível destacar uma direção relativa à construção histórica de formas específicas de interação entre organizações da sociedade civil representativas da agricultura familiar, movimentos sociais de luta pela terra e por direitos territoriais, de um lado, e, de outro lado, os representantes das instituições do poder público. Ao longo do tempo, essa relação implicou na apropriação de diferentes espaços de participação social destinados à formulação e implementação de políticas públicas, isto é, a história de formação territorial dessa região revela também como foram construídas formas específicas de interações societais de caráter democratizantes e baseadas na ocupação de espaços públicos e de participação social, com o objetivo de garantir a participação popular no debate público da ação do Estado e da formulação e implementação de políticas agrícolas e agrárias. Esta é uma herança que definiu o caráter das “raízes institucionais” da construção e organizadas as ações coletivas para o território e o meio rural nessa região.

Acontece que quando a política de desenvolvimento territorial rural chegou ao Sudeste Paraense na década de 2000, o *staff* da SDT e do MDA à época encontrou uma forma de interação com o Estado já estabelecida e que há muito se dedicava ao enfrentamento à violência no campo e às práticas clientelistas de fazer política. Enfim, quando o Pronat institucionalizou o Codeter SE Paraense em 2003, como um espaço de participação social para a implementação das políticas públicas de seu portfólio, já havia um modo de fazer política estabelecido no campo, que incluía diferentes práticas de “ocupar” espaços públicos e de participação social com vistas à sua democratização, a exemplo do que foram os grandes acampamentos, o bloqueio às rodovias como forma de protesto, as ocupações que se seguiram nos espaços de universidades e de institutos federais, e mesmo aquelas que se deram na sede da SR-27, do Incra, em Marabá. Nesse sentido, não se tratou apenas de atender ao escopo maior da política do governo federal, que era o de construir “uma nova cultura política” para o meio rural no Brasil, capaz de ampliar a autonomia de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e populações tradicionais (Delgado; Leite, 2015); mas a institucionalização do Colegiado significou muito mais o fortalecimento de um conteúdo que já existia no território. Da perspectiva das organizações da sociedade civil do campo e dos movimentos de luta pela terra situados na região, este espaço passou a integrar o *pool* de arenas públicas que já ocupavam. Ora, se as formas históricas de interação entre sociedade e Estado herdadas do passado se encontram entrelaçadas também ao colegiado, por meio de relações diversas de interdependência, é pertinente indagar o seguinte: com o declínio e a consequente destituição dessa institucionalidade, não se perderam também o padrão histórico de interações sociedade e Estado que as preenchiam? Após a remoção completa do Colegiado em 2019, o que aconteceu com essas interações que até então o habitavam? “Vão-se os anéis, ficam os dedos”? As respostas a essas questões tornam-se dependentes da compreensão de como esse processo se deu, evidentemente.

O Capítulo II foi escrito com o objetivo de explorar essas questões e está organizado em duas partes. Inicialmente, apresentamos uma qualificação do que aqui é denominado de desmonte ou desmantelamento de políticas públicas, a partir de uma retomada do diálogo com a abordagem do *dismantling public policy*, a fim de destacar suas principais contribuições e para que seja possível compreender o significado do desdobramento desse processo para o contexto desenhado páginas atrás. Em seguida, de posse do sentido do conceito de desmonte, a segunda parte do capítulo procura mostrar como esse processo foi operado no caso específico do declínio e da consequente destituição do Codeter SE Paraense, em 2019, de modo a caracterizar o seu contexto, identificar os principais eventos e estabelecer quais foram as etapas importantes desse processo, levando em conta a apresentação das características centrais da política de desenvolvimento territorial rural a partir de suas duas componentes mais importantes, o Pronat e o PTC. Essas duas partes são importantes para que, finalmente, possamos explorar mais adiante as consequências pessoais dessa tendência.

## 2.1 A abordagem do *dismantling public policy* na análise das mudanças de políticas.

No período que se estendeu de 2015 a 2022, o desafio de viver todos os dias sob ameaças constantes, como a perda de benefícios e a retirada de direitos conquistados desde a Constituição de 1988, tornou-se mais duro para grande parcela da população brasileira. As medidas de caráter “impopular” que se seguiam assumiram feições mais perversas, embora, paradoxalmente, contassem com a adesão e apoio de parte dessa mesma população atingida pelas políticas de austeridade, e nem sempre tenham sido combatidas fortemente como vimos no Brasil contemporâneo.

O desmonte de uma política é um tipo dessas medidas de caráter “impopular”, mas possui especificidades. Embora bastante associado ao corte no financiamento das políticas públicas, ele não se resume a isso, pois, como nos ensina a abordagem do *dismantling public policy*,<sup>44</sup> existem outras formas de operar a desestruturação de uma política. Além disso, em função dos questionamentos que gera por parte da opinião pública, são formulados discursos que visam justificar, legitimar e obter adesão à realização dessas ações “desagradáveis, mas necessárias para eliminar gastos desnecessários e retomar o crescimento econômico”, como é dito na forma mais simples do seu discurso.

Para além do corte orçamentário, a desmontagem de uma política pública chega a nós muitas vezes por meio da diminuição de sua cobertura, da retirada de uma de suas peças, do planejamento de sua obsolescência, e, de forma radical, com a sua remoção completa. Nesse sentido, para a perspectiva do *policy dismantling*, o desmonte é uma estratégia (ou conjunto de estratégias) de corte, redução e até mesmo de remoção completa de uma política existente (Bauer *et al.*, 2012).

Para o estudo dessas estratégias, a literatura dessa abordagem toma como ponto de partida as seguintes questões:

Primeiro, *sob quais condições os políticos se envolvem no desmantelamento de políticas, dado que em algumas circunstâncias o desmantelamento pode produzir mudanças potencialmente dolorosas para grupos sociais (pelo menos alguns)?* Segundo, *se os políticos procuram se envolver no desmantelamento de políticas, podemos explicar que tipo de estratégia de desmantelamento eles escolhem, dadas as preferências de outros atores, as restrições e oportunidades institucionais e os fatores situacionais específicos?* (Bauer; Knill, 2012, p. 31, grifos dos autores).

---

<sup>44</sup> Tomo como referência para a apresentação das principais características dessa abordagem a obra “*Dismantling public policy: preferences, strategies, and effects*”, organizada por Bauer *et al.* (2012), e os textos de seus autores publicados em outras contribuições, todos referenciados ao final desta tese.

Além disso, os políticos no poder (executivo e legislativo) são os atores-chave do desmantelamento. Essa perspectiva de análise toma como suposto a ideia de que essa classe política compartilha uma “meta-preferência”, qual seja, tornarem-se eleitos ou permanecerem nessa condição. Se aceito esses pressupostos, passamos à necessidade de investigar o porquê dessa decisão pressupondo que os custos e os benefícios aí gerados se referem aos votos para os políticos eleitos e que ocupam cargos no governo, um cálculo que é feito por uma racionalidade limitada, como os autores fazem questão de frisar.

Desmontar uma apolítica é, sem dúvida, uma decisão contestada, na medida em que gera uma série de custos políticos imprevisíveis. Ainda assim, por que seus agentes decidem pelo desmantelamento?<sup>45</sup> Existe um dilema aí, mas é justamente por conta desse impasse que a *preferência* por desmantelar se torna dependente da *estratégia*, sobretudo se ela é capaz de reduzir os danos que resultam dessa tomada de decisão específica. Isto é, se o principal interesse da classe política se refere à sua (re)eleição, ao voto, a escolha de uma determinada estratégia é feita em função da sua capacidade de não comprometer o alcance dessa “meta-preferência”, sua efetividade para esconder sua culpa pelo desmonte. Nesse caso, é necessário escolher a estratégia mais adequada. É o que nos leva à análise de quais são as *estratégias de desmonte* que podem ser acionadas pela classe de políticos para o alcance dos seus objetivos, e os efeitos decorrentes da escolha desta ou daquela estratégia (Bauer *et al.*, 2012; Jordan; Green-Pedersen; Tumpenny, 2012; Baur; Knill, 2014; Jordan; Bauer; Green-Pedersen, 2013).

Quais são, então, essas estratégias, suas características e o que é possível dizer acerca da escolha entre uma e outra?

Para responder a essa questão, visando sua melhor compreensão, os autores da abordagem em questão apontam quatro tipos, organizadas como modelos típico-ideais. Vale lembrar que essas estratégias foram caracterizadas e se diferenciam segundo duas questões básicas.

Em primeiro lugar, elas variam se a sua implementação se der de forma ativa e consciente ou de maneira indireta, levando os políticos a adotarem uma abordagem mais “passiva” de suas ações nas estratégias de desmontar (Bauer; Knill, 2014). O discurso associado a esse tipo de medida é o de que o agente foi levado, muitas vezes contra sua vontade, a realizar o desmonte de uma política, indigesto muitas vezes, mas necessário.

Em segundo lugar, as estratégias se diferenciam também de acordo com a capacidade de cada uma quanto à capacidade de “esconder a culpa” dos políticos ou de revelar sua autoria em um processo de desmonte, logicamente quando isso significar ganhos. “Em um extremo, eles podem, como observado acima, preferir ocultar a imposição de perdas; por outro, eles podem querer maximizar sua visibilidade, de modo a apelar a certos circuitos eleitorais (‘vício na virtude’)” (Bauer; Knill, 2014, p.38).

Levando essas duas questões em consideração, é possível distribuir assim as principais estratégias apontadas pelos autores do *policy dismantling* conforme o que diz o Quadro 1, a seguir:

---

<sup>45</sup> Como apontam Bauer e Knill (2014), o interesse em desmantelar uma política pública está associado a dois cenários. Por um lado, concorda-se que a preferência por uma estratégia, passível de questionamentos, é tomada quando os benefícios políticos superam, supostamente, os custos de implementá-la. Por outro lado, se acaso os políticos perceberem que o custo em manter a política é maior do que o de desmontá-la, então, nessa situação, há um cenário que estimula a preferência pela prática de desmontar a política. Mas, não se pode esquecer, isso não é novo, talvez seja uma novidade no máximo, pois aprendemos que uma das dimensões de análise do *dismantling* se refere às estratégias para efetuar-lo, as quais não se descolam daquelas simultaneamente formuladas para evitar a culpa (*blame avoidance*) por parte da classe política, sobretudo quando este processo implica em grandes custos políticos (e, inversamente, a assunção da responsabilidade quando os benefícios superaram os custos desse empreendimento), como já nos ensinava Pierson (1995).

**Quadro 1:** as estratégias típico-ideais de desmonte segundo a abordagem do *policy dismantling*.

<b>Estratégias</b>	<b>Características</b>
<i>desmantelamento por descumprimento</i>	Nessa estratégia não há a decisão de desmontar, o que atrai menos atenção, garantindo a sua baixa visibilidade. Para as articulações de força que consideram o desmantelamento uma atividade altamente onerosa, esta parece ser uma estratégia viável. Os autores do <i>policy dismantling</i> usam explicitamente o termo “por descumprimento” em vez de “não decisão” para enfatizar que se trata de algo deliberado por parte dos formuladores de políticas. O desmantelamento por descumprimento é talvez a estratégia política mais difundida.
<i>desmantelamento por mudança de arena</i>	Um processo ativo e deliberado de realocação de uma política para outra arena decisória, com baixa visibilidade. As diretrizes organizacionais ou os processos de uma política em uma arena são manipulados para alterar os direitos de participação ou as características organizacionais (onde serão vistos os efeitos de desmantelamento). Também acontece quando toda uma política é transferida para uma arena diferente, em um outro nível de governo ou para agências. Nesse caso, no processo, pode-se alterar o orçamento.
<i>desmantelamento por ação simbólica</i>	Aqui não há pronunciadamente nenhuma decisão de desmontar, e se confere alta visibilidade. Quando o desmonte gera ganhos, disputa-se sua autoria, que é reclamada diretamente pelos tomadores de decisão. Mesmo assim, as declarações políticas de autoria não levam a resultados respectivos e, portanto, permanecem simbólicos.
<i>desmantelamento ativo</i>	Essa estratégia apresenta alta visibilidade com uma forte e clara preferência por desmantelar. Para a perspectiva do <i>policy dismantling</i> , os políticos podem não apenas querer ser vistos como desmanteladores, mas podem realmente desejar desmantelar as políticas existentes. Nesse caso, o desmonte gera ganhos políticos para os tomadores de decisão.

Fonte: Bauer; Knill, 2014.

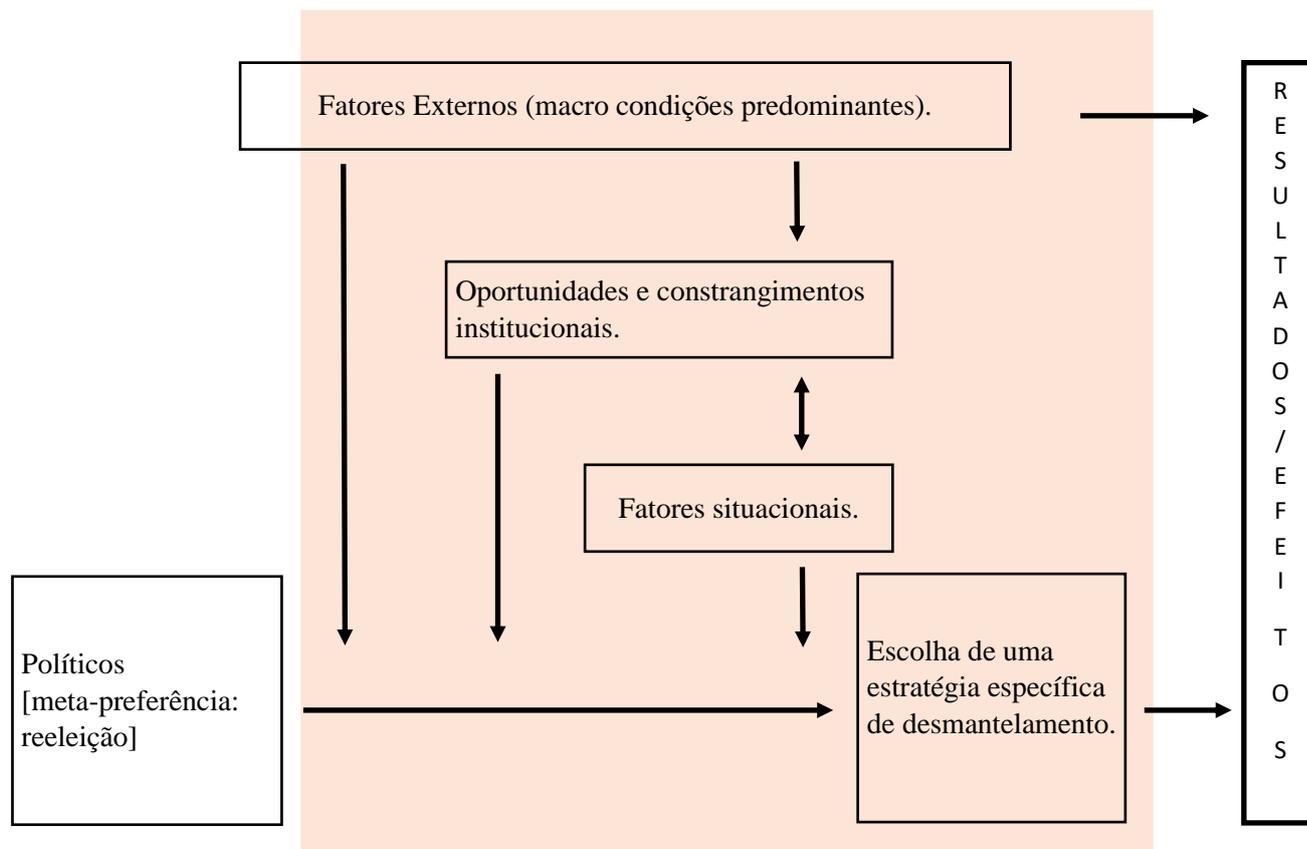
Org.: SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (2023).

A partir da identificação e caracterização dessas quatro estratégias, foi formulado a definição mais popularizada do conceito de desmantelamento proposto pelo *dismantling public policy*. Para essa abordagem, trata-se de um tipo de mudança de política bem específica,

[...] de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas numa determinada área e reduz o número de instrumentos de políticas utilizados e/ou diminui a sua intensidade. Pode envolver mudanças nestes elementos cruciais da política e/ou ser alcançada *através da manipulação das capacidades para implementação e acompanhamento da política*” (Bauer *et al*, 2012, p. 35, grifos nossos).

É, assim, a partir desse significado, uma verdadeira chave de leitura, que os autores dessa abordagem desenvolvem as suas implicações e apresentam o seguinte esquema geral que resume a racionalidade e os elementos-chave de como funciona a análise por proposta por seus autores.

**Quadro 2:** O estudo do desmantelamento de políticas públicas: elementos analíticos chave.



Fonte: Bauer *et al.*, 2012.

Org.: SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (2023).

Como é possível depreender do Quadro 2, embora exista uma relação como que direta entre as meta-preferências da classe política (a reeleição), a escolha de uma estratégia específica de desmonte e os seus efeitos, existem fatores de ordem externa, aberturas e restrições institucionais, bem como fatores situacionais que pressionam essa relação direta, de modo que esses fatores podem acelerar ou retardar esse processo.

Contudo, é necessário destacar quatro observações no que se refere aos comentários dessa proposta de abordagem para a análise do desmonte de políticas públicas.

Em primeiro lugar, um dos problemas associados a essa forma de abordar o desmonte é que nesse esquema não há espaço para pensar como seus efeitos reagem sobre o próprio sistema onde foi formulado e do qual resulta.

Em segundo lugar, esta proposta leva em conta os chamados “fatores externos” na explicação do desmonte – como por exemplo o contexto político econômico de austeridade fiscal –, e as suas dimensões de análise se referem à identificação e caracterização dos seus agentes, das estratégias, dos interesses e os efeitos desse processo, porém, deduz a caracterização dessas dimensões apenas a partir dos, e circunscritos aos, conflitos nas esferas do legislativo e do executivo. Há que se levar em conta a ampliação e mesmo a articulação dessa abordagem a outras propostas analíticas, de modo a incorporar outras questões importantes já consagradas na análise das políticas públicas e apontadas pela análise das coalizões de interesses, pela abordagem cognitiva e dos referenciais de políticas públicas, pela análise das redes de políticas públicas, pelo estudo da construção de agendas e de fóruns temáticos, entre outros.

Em terceiro lugar, as principais ideias e interesses que condicionam esse processo são estabelecidos a partir dos pressupostos da teoria da escolha racional, o que conduz a reflexão a analisar os interesses em termos de custo e benefício e, por tabela, acaba por direcionar e resumir a explicação dessa relação reduzindo-a às disputas por votos, já que essa característica é tomada como uma “meta-preferência”. Isso torna o desmonte um conjunto de estratégias dependente do poder de veto dos agentes públicos ou da forma como contabilizam o custo político daí resultante, levando-nos a crer que não existem outras “racionalidades” possíveis operando nesse jogo, ou mesmo que outras coalizões de força se deem para além do executivo e do legislativo.

Em quarto lugar, uma vez que se trata de um processo difícil de ser rastreado, a abordagem acaba por tomar como recorte para a análise dos efeitos, as saídas de políticas (*policy outputs*), os seus produtos. Embora os próprios autores reconheçam essa limitação, inclusive observando a dificuldade em trabalhar os impactos e as suas consequências para além dos produtos da política desmontada, esse recorte nos deixa com uma ideia um tanto limitada do alcance dessas estratégias. Acabamos por circunscrevê-lo aos limites da própria política, o que está correto, porém restringe seus efeitos apenas à dimensão *policy* da política. Para um estudo comparativo talvez esse seja um procedimento correto, porém, proceder unicamente dessa maneira passa a representar sérias limitações quando pensamos no estudo do desmonte como um processo, quando imaginamos que os seus efeitos se estendem para além dos seus limites, quando conjecturamos situar essa abordagem no contexto da relação sociedade e Estado, e não apenas à dimensão *policy* da política objeto do desmonte.<sup>46</sup>

Para entender essa crítica à concepção de efeitos do desmantelamento, retomemos rapidamente algumas ideias importantes do debate mais amplo que abriga essa abordagem, qual seja, o das mudanças de políticas.

Para muitos autores no campo da teoria das mudanças de políticas públicas, existem processos desse tipo que correspondem às formas mais comuns pelas quais as instituições políticas são transformadas ao longo da história, que ocorrem de forma incremental, isto é, por meio de pequenos acréscimos ou ajustes, mas que se acumulam em transformações mais significativas ao longo do tempo. Nesse sentido, a mudança institucional se define como um processo incremental, efetuado por meio de acréscimos ou de ajustes aparentemente pequenos, cujos efeitos cumulativos podem contribuir para transformações mais fundamentais ao longo da história. Essa é a ideia central de onde partem James Mahoney e Kathleen Thelen (2010) para propor o que denominam de “teoria da mudança institucional gradual”, fundamentada na perspectiva do poder distribucional das instituições, que enfatiza as lutas dentro e fora dos arranjos e combinações de normas, regras, prescrições e orientações mais consolidadas no presente.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Não queremos “jogar o bebê fora com a água do banho”, pois, como já dissemos em outro momento, “A abordagem do ‘*policy dismantling*’ pode ser útil para melhor qualificar os processos de desestruturação de capacidades estatais associadas aos regimes de austeridade fiscal (em boa medida falaciosos como nos lembra Blyth, 2017), não somente para uma compreensão mais abrangente dos motivos que levaram a essas decisões de desmonte (e seus efeitos na administração do Estado e junto ao público-alvo desses programas), mas também para uma reflexão mais acurada sobre os processos de resiliência burocrática e de possíveis reconstruções de capacidades estatais à luz desses ‘momentos críticos’ que caracterizam determinadas trajetórias institucionais” (Grisa *et al.*, 2022, p. 16).

<sup>47</sup> “Se as instituições mudam não apenas em resposta a choques ou transformações exógenas, suas propriedades básicas devem ser definidas de maneira a fornecer algum elemento dinâmico que permita tal mudança” (Mahoney; Thelen, 2010, p. 7). Esse elemento dinâmico se refere a um espaço de ambiguidades aberto, muitas vezes, em função das disputas em torno da interpretação e da execução das regras do jogo, permitindo certa distribuição de poder e a promoção de mudanças sutis nas próprias instituições. O poder distribucional das instituições, colocado nesses termos, relativiza a ideia tacitamente aceita de que as regras, as normas e os procedimentos que estruturam o comportamento e a vida política e social são naturalmente estáveis e mudam apenas em função de eventos e choques externos.

Da perspectiva desses autores, a ideia de mudança incremental se coloca como uma excelente perspectiva para pensar o ritmo cumulativo e a escala abrangente desse processo. É uma boa referência se o objetivo for o de analisar períodos de expansão das políticas públicas, quando elas se desenvolvem, crescem e formam gerações.<sup>48</sup> Porém, há uma lacuna aí. Como dissemos, ela é mais adequada para contextos de expansão. Ela pouco nos diz por que, apesar dos custos, os atores políticos se engajam em estratégias de desmonte de políticas.<sup>49</sup>

Por outro lado, a abordagem do *dismantling public policy* tem o mérito de chamar a atenção para uma outra perspectiva de mudança de políticas, para um outro tipo diferente daquelas que explicam a expansão das políticas públicas, pois “[...] o desmantelamento é especificamente uma subcategoria, em muitos aspectos, complicada e única de mudança de política, em que o desejo político de se esconder é particularmente forte” (Jordan; Bauer, Green-Pedersen, 2013, p. 8).

Entretanto, antes passar à proposta de adaptar a sua aplicação em outros tipos de pesquisa, é necessário enfrentar um desafio de caráter teórico-metodológico e uma implicação ético-política decorrente dos recortes previstos por essa proposta.<sup>50</sup>

O desafio de caráter teórico-metodológico tem a ver com a necessária ampliação de nossa concepção dos efeitos porque, na prática, eles se estendem para além da dimensão *policy* da política desmontada. É importante que nossa compreensão seja construída para além de sua definição anglo-saxônica, que o tem como uma estratégia apenas. Devemos considerá-lo desde uma perspectiva relacional, como um processo de caráter extensivo capaz de alcançar diferentes esferas, setores e seguimentos da sociedade, e que se estende das instituições políticas do Estado até às relações entre esse âmbito e o das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que se organizam em torno da luta por políticas públicas. A questão desafiadora passa a ser: como pensar a análise desse *continuum*?

A implicação ético-política, um efeito um tanto indireto, aparentemente, refere-se à necessária responsabilização acerca dos efeitos desse processo, pois se a análise dessa dimensão permanece confinada à dimensão *policy* da política pública, a abordagem em questão não nos fornece elementos suficientes para discutir a responsabilidade acerca dos efeitos que se dão como danos para diferentes parcelas da sociedade, tradicionalmente definidas como “beneficiários”. É indubitável que a abordagem do *policy dismantling* é capaz de retirar o véu responsável por “encobrir a culpa” dos tomadores de decisão, ela revela os seus agentes, mas o que dizer de casos extremos em que o desmonte se revela como uma verdadeira política de vida e morte (Stuckler; Basu, 2013)? Isso já se dava antes e hoje não tem como negar a questão do debate dessa implicação, principalmente após o que vivemos durante o curso da pandemia da covid-19.

---

<sup>48</sup> Mahoney e Thelen (2010) propõe a seguinte tipologia:

- i. deslocamento (*displacement*): trata-se da remoção das regras existentes para a introdução de novas;
- ii. sobreposição de camadas (*layering*): a agregação de novas regras que passam a se sobrepor ou são colocadas como um caminho alternativo àquilo que existia;
- iii. deriva (*drift*): são transformações no ambiente que geram mudanças no impacto das regras existentes;
- iv. conversão (*conversion*): são transformações nas formas de implementação das normas estabelecidas, que passam a ser utilizadas de maneiras distintas em função de definições estratégicas.

Uma excelente apropriação dessa proposição analítica para a interpretação do caso brasileiro, à luz da experiência dos governos petistas, encontra-se registrada em Arretche, Marques e Faria (2019).

<sup>49</sup> “De fato, a maioria dos livros sobre políticas públicas tem tão pouco a dizer sobre o desmantelamento que os estudantes poderiam até ser perdoados por pensarem que a política pública apenas se expande, seja de forma incremental ou em saltos maiores” (Bauer *et al.*, 2012, p. 2).

<sup>50</sup> Como os próprios autores enfatizam, os efeitos do desmonte são mais extensivos do que se pode imaginar. E, nesse sentido, diríamos nós, o fato de a análise do *policy dismantling* se concentrar nos efeitos restritos apenas aos produtos da política desmontada, representa um limite de ordem teórico-metodológico que é necessário cruzar (Bauer *et al.*, 2012; Jordan; Green-Pedersen; Tumpenny, 2012; Baur; Knill, 2014; Jordan; Bauer; Green-Pedersen, 2013).

De fato, o desmonte de políticas públicas se estende por um longo percurso e uma rede extensa, e possui a sua sistemática. Nessa direção, como nos alertou Sérgio Leite (2021),  
[...] o que eu quero chamar a atenção é: se nós ficarmos olhando exclusivamente uma dimensão setorial ou sub-setorial do desmonte, talvez a gente perca uma ideia mais abrangente, do quão avassaladora é essa estratégia, na medida em que essas políticas, elas possuem uma determinada interconectividade (Leite, 2021, n/p).

Devemos levar a sério essas recomendações de Leite (2021), de ir um pouco mais adiante do horizonte de eventos da análise proposta por Bauer *et. al* (2012), e abordar as consequências pessoais do desmonte. Durante a realização da pesquisa, a questão metodológica passou a ser, assim, a de pensar em quais seriam outras propostas analíticas adequadas para um diálogo com a abordagem do *policy dismantling*. Nessa direção, não há receitas, só experimentações. A aposta que faço é a de explorar a articulação das principais contribuições dessa proposta às análises das relações de mútua constituição entre, de um lado, as organizações da sociedade civil e movimentos sociais e, de outro lado, o Estado. De acordo com essa segunda proposição, o objetivo passa a ser o de dar relevo a como os efeitos perversos do desmonte afetam a multiplicidade das interações estabelecidas entre os diferentes atores sociais que se encontram imersos no processo da política pública desmontada, *inside e outside the State*.

Como antecipei na Introdução da tese, a abordagem das interações de mútua constituição entre sociedade e Estado ou, de modo mais apropriado, das *interações socioestatais de mútua constituição*, tem se constituído em uma verdadeira apropriação brasileira da abordagem da *polis* – presente nas contribuições de Theda Skocpol e de Charles Tilly, com a análise do confronto político (McAdam; Tarrow; Tilly, 2008) – e se encontra disseminada em trabalhos como o de Houtzager (2004); Carlos, Oliveira e Romão (2014); Carlos (2015); Aguião (2018); Lavallo *et al.* (2019); Abers (2021); Tatagiba e Teixeira (2021); mas também se faz presente na importante contribuição de Lima e Dias (2021), na forma de uma antropologia (das margens) do Estado.

Trata-se de uma perspectiva relacional de análise que leva em conta o processo de mútua constituição das subjetividades políticas dos atores sociais em meio ao processo da política pública. Para a análise empírica dessas interações foram consideradas os mais diferentes contextos, do ativismo institucional daquelas e daqueles que ocuparam cargos públicos na burocracia do poder público, passando pela luta por direitos LGBTQIAPN+, até o estudo de um grande número de instituições participativas, exemplo importante para análise que proponho para o desenvolvimento da tese. São contribuições que destacam a importância dessas experiências para a constituição de um padrão democratizante das interações entre sociedade e Estado, responsáveis pela construção e fortalecimento das capacidades de ações de diversas organizações da sociedade civil e de movimentos sociais a partir do final da década de 1980, no Brasil.

Vale lembrar que essas capacidades são o resultado das interações construída por e entre esses atores sociais, por isso elas são de mútua constituição e, ao mesmo tempo, constituem-se por uma ecologia complexa (Lavallo 2021). É neste espaço de relações diversas e heterogêneas que elas são construídas, fortalecidas, e por que não dizer, desmontadas. A respeito dessa última questão, vale destacar o crescimento recente de estudos que discutem o período atual como de crise da democracia brasileira e mapeiam os impactos do governo Bolsonaro. São contribuições que tematizam os efeitos desse novo contexto nas interações socioestatais de caráter democratizante e em suas instituições participativas, a exemplo dos trabalhos de Tatagiba e Teixeira (2021); Tatagiba *et al* (2022); e Lavallo (2021).

Em síntese, este foi percurso a partir do qual se tornou possível pensar nas possibilidades dadas pelo estudo dos efeitos do desmonte das políticas de desenvolvimento territorial rural em um espaço de participação social voltado à implementação de políticas pública, como o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense. Dito isso, passemos agora à exploração desse item.

## **2.2 Uma breve apresentação da política de desenvolvimento territorial para o meio rural.**

Não é possível compreender o significado da política de desenvolvimento territorial rural no Brasil – cujas relações para com os territórios se deram não apenas por meio da implementação das políticas públicas de seu portfólio, como também, e em primeiro lugar, desde os colegiados que foram institucionalizados para isso – sem antes situá-la em relação a duas referências importantes.

Após retomarem *A gramática política do Brasil*, de Edson Nunes, Pedro Abramovay e Gabriela Lotta (2022) identificaram cinco “padrões de relações” que estruturam as relações entre sociedade e Estado na história do Brasil, o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático, o universalismo de procedimentos e, mais recentemente, o “padrão da participação”, como denominam um novo padrão criado no final da década de 1980 e que implicou em pelo menos três questões importantes: a da institucionalização de mecanismos republicanos na organização do Estado; do reconhecimento de que a redemocratização deveria ser operada também por meio da participação direta da sociedade brasileira; e a do fortalecimento, dentro da burocracia estatal, de carreiras que valorizavam as instituições participativas e que incorporavam a participação no processo decisório (Abramovay; Lotta, 2022).

Na esteira desses eventos, a institucionalização de espaços de participação social recebeu um impulso decisivo após a promulgação da Constituição de 1988, de modo que, até o ano de 2002, era possível contar entre esses espaços o orçamento participativo, os conselhos de saúde e os planos diretores, tornados obrigatórios para cidades acima de 20.000 habitantes. Eram formas de participação social institucionalizadas e situadas na escala local, restritas ao nível municipal. Logo em seguida, sobretudo a partir de 2003, outras formas de participação social passaram a ser reconhecidas, agora abrangendo escalas mais amplas como a nacional, outros arranjos passaram se destacar também e a envolver mais movimentos sociais, a exemplo dos comitês de bacias, das conferências nacionais (Avritzer, 2013; Lavalle *et al.*, 2019).<sup>51</sup>

O reconhecimento e a institucionalização de colegiados como espaços de implementação das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil começou a partir de 2003, no segundo governo Lula. O que eram os colegiados? Não eram apenas espaços de participação popular, mas se tornaram “[...] o *locus* de articulação dos programas existentes. Em ambos os casos, estamos tratando de questões políticas, que ultrapassam aspectos meramente técnico-administrativos e estão impregnadas de relações de poder” (Leite; Delgado; Kato, 2010, p. 319). Para isso, se constituíam enquanto novas institucionalidades, isto é,

[...] o conjunto de instituições (regras de funcionamento, normas existentes – explícitas ou implícitas – e organizações colegiadas) criadas pelos programas federais para conduzir a gestão estratégica, a governança e a escolha de projetos estratégicos da política territorial, com a participação de representantes do Estado e da sociedade civil (Delgado; Leite, 2011, p. 444).

Em 2008 ocorreu a criação e as primeiras eleições para escolher a coordenação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense. Segundo o Consultor,<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Embora as conferências nacionais existissem desde 1930, como observam Avritzer e Souza (2013).

<sup>52</sup> Nome alterado para confidencialidade.

[...] ninguém queria, ninguém sabia como lidar com isso [o Colegiado] dentro da Federação que eu fazia parte. [...] Eles me colocaram como um representante da Federação para representá-los junto ao Codeter. Só que eu comecei a ler, na época, graduando ainda no Serviço Social, ainda estava no processo de graduação, e me interessei pelo debate, achei o debate interessante, e nessa perspectiva de achar o debate interessante, comecei a me aprofundar mais.<sup>53</sup>

Dois questões foram importantes para definir as particularidades do caráter que essa institucionalidade assumiu no Se Paraense: de um lado, o processo histórico de organização política e de mobilização social das organizações da sociedade civil no campo que já existiam na região e que passaram a se apropriar desses espaços. De outro lado, a sua institucionalização como espaço de participação social para a implementação de políticas públicas a partir de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural, o que lhe conferia limites e poderes nessa esfera.

Por isso é fundamental atentar para a política de desenvolvimento territorial para o meio rural no Brasil, ainda que seja rápido.

### **2.2.1 As três dimensões territoriais da ação pública.**

Os estudos dedicados à política de desenvolvimento territorial rural compartilham a compreensão de que a reprodução dos problemas públicos colocados para o campo brasileiro, sobretudo a pobreza, é condicionada por uma inter-relação persistente e que se renovava a cada ano entre a pobreza rural e a desigualdade social e regional.

Dessa perspectiva, apontam a existência de sérias limitações quanto ao papel das políticas setoriais no tratamento desses problemas (que não eram setoriais) e o uso dos recortes municipais e estaduais que se tornam ineficientes para a execução e implementação de políticas. Além disso, observam que as disputas existentes nos espaços onde essas características se tornaram dramáticas se referiam cada vez mais a um conflito entre projetos distintos de desenvolvimento para o território: de um lado, estratégias voltas ao crescimento econômico fortemente dependentes das exportações de produtos agrícolas e associados à ideia de agronegócio que ganhava corpo, e, de outro, um *pool* de atores sociais que formulavam estratégias diversas de valorização de seus processos de desenvolvimento sustentável aliado à ideia de justiça social e de equidade (Delgado; Leite, 2011).

Em meio a esse cenário, surgem a proposta de fortalecer uma abordagem territorial das políticas de desenvolvimento rural no sentido de superar as suas limitações. Por isso, foi pensado as dimensões da abordagem territorial.

Conforme apontaram Leite, Delgado e Kato (2010), foi no início dos anos 2000 que uma maior atenção foi destinada à política de desenvolvimento territorial rural no Brasil, iniciando um ativo processo de discussão e de experimentação em torno dessa proposta, sobretudo em relação ao seu caráter inovador: a abordagem territorial e as institucionalidades participativas.

Nesse sentido, observa-se que as arenas decisórias e os espaços públicos institucionais existentes devem ser considerados não apenas como espaços de representação e de participação dos atores no processo da política propriamente dita, mas também como o *locus* de articulação dos programas existentes. Em ambos os casos, estamos tratando de questões políticas, que ultrapassam aspectos meramente técnico-administrativos e estão impregnadas de relações de poder (Leite; Delgado; Kato, 2010, p. 319).

---

<sup>53</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 20 de março de 2023, na cidade Marabá-PA.

Para a análise da experiência brasileira das políticas de desenvolvimento territorial para o meio rural é necessário levar em conta três dimensões da abordagem territorial a partir da perspectiva da intervenção governamental: a territorialização da governança; a territorialização das políticas públicas; e a territorialização do desenvolvimento.

- (a) A **territorialização da governança** correspondeu à ação estatal de organizar o espaço geográfico pela ação governamental e para ela. Na prática, a territorialização da governança construiu um espaço de disputa para projetos de governo do Estado, acabou por criar um território que se projeta como “*locus* espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade civil” (Delgado; Grisa, 2015, p. 52).<sup>54</sup>
- (b) A **territorialização da política pública** é situada no espaço externo ao âmbito imediato da governança estatal, aos seus níveis estadual ou federal. Por ser um espaço de negociação, tem como referência um conjunto de problemas públicos (reconhecidos pelo Estado ou resultado de promessas eleitorais). Dessa perspectiva o território é onde está um ou um conjunto de problemas públicos a serem enfrentados pela implementação de políticas públicas mais adequadas à resolução desses problemas. No final das contas, esse processo “[...] resultou na multiplicação de agências e de programas – federais, estaduais e municipais – sem a existência de uma política nacional de territorialização” (Delgado; Grisa, 2015, p. 52).
- (c) A **territorialização do desenvolvimento** refere à adequação da concepção do desenvolvimento à perspectiva territorial, enfatizando a dimensão da sustentabilidade do território. O território é tomado como uma unidade onde as institucionalidades pré-existentes voltadas à sustentabilidade devem ser fortalecidas ou devem ser criadas novas institucionalidades “[...] capazes de criar ou de estimular oportunidades para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos julgados coletivamente como adequados ao desenvolvimento sustentável do território” (Delgado; Grisa, 2015, p. 53).<sup>55</sup>

Diante disso, cabe destacar algumas implicações importantes:

Em primeiro lugar, o sujeito do território ou, para ser mais exato, a referência da noção de territorialização empregada pela abordagem territorial é dada pelo entendimento do que é a forma de atuação do Estado, a qual se refere empiricamente ao conjunto de práticas do poder público visando ao equipamento do espaço nacional, à organização espacial dos serviços públicos, às formas de articulação do Estado com os atores sociais (Leite; Delgado; Kato, 2010).

---

<sup>54</sup> Da perspectiva dos governos democratizantes, estimulou-se a criação de novas institucionalidades como estratégia de redução da influência de oligarquias tradicionais na organização do sistema político. Para isso, estimulou-se: (a) a associação entre a descentralização governamental e a criação de arenas públicas, o que promoveu uma abertura da política para o protagonismo de novos atores, movimentos e organizações sociais; e (b) a redução da importância do município como espaço privilegiado da descentralização, buscando com isso limitar o poder das oligarquias presentes em prefeituras, câmaras de vereadores, ao lado do fortalecimento das arenas públicas de participação (Delgado; Grisa, 2015, p. 53).

<sup>55</sup> “(1) as dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais endógenas ao território; (2) a arquitetura institucional predominante – as “regras de jogo” e as organizações (arenas estatais e/ou espaços públicos) existentes – na qual se exercita a forma particular de inter-relação entre os atores sociais e suas tentativas para influenciar e apropriar-se das políticas públicas que incidem no território; (3) os processos sociais e os mecanismos institucionais por meio dos quais as estratégias de desenvolvimento territorial são concebidas, negociadas e implementadas, o que inclui as possibilidades de *scalling up* do território por meio de suas relações com o “fora do território” ou com o “resto do mundo” (Delgado; Grisa, 2015, p. 53).

Em segundo lugar, o território é definido como “(...) um *locus* espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de *descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade*” (Leite; Delgado; Kato, 2010, p. 322, grifos nosso). É tomado, portanto, como um recorte e uma escala privilegiada para a implementação da ação pública do Estado no espaço nacional, e, por tabela, é onde é possível “ver” melhor os efeitos de sua ação, a materialidade resultante das ações do Estado via poder público federal, estadual e municipal.

Do ponto de vista mais abstrato, poderíamos até dizer que o emprego do conceito de territorialização à governança (territorialização da governança), às políticas públicas (territorialização das políticas públicas) e ao desenvolvimento (territorialização do desenvolvimento) é o tornar-se real pela construção de um território, o que não está de todo errado. Na verdade, não devemos esquecer que o ponto de partida da abordagem da territorialização da ação pública apontada por Leite, Delgado e Kato (2010) é o uso que é feito do território no contexto brasileiro para a implementação de políticas públicas a partir do final da década de 1980, o que dá carne a esse processo e o deixa mais específico. Parece que tudo é do Estado.

De todo modo, a partir da abordagem territorial foram formulados dois programas dentro da abordagem territorial do desenvolvimento rural.

### **2.2.2 Os colegiados como componentes de democratização no Pronat e no PTC.**

Há certo consenso em dizer que a política de desenvolvimento territorial rural se colocou historicamente como uma extensão e até mesmo uma continuidade do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado no ano de 1996, ainda no governo Fernando Henrique (Delgado: Leite, 2015). Na prática, isso significou que, à política agrícola que já existia para a agricultura familiar, foi acrescida a política de desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, o Pronat está no centro da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2003, no início do primeiro governo Lula, passando a operar oficialmente em 2005.<sup>56</sup> A mesma portaria que criou esse programa definiu as funções e os procedimentos que deveriam ser observados para seleção, definição e modificação da designação e da composição dos Territórios Rurais.<sup>57</sup> Sendo assim, na criação desse tipo de território, a SDT assumia uma posição de mediação entre as institucionalidades dos territórios (de atuação municipal) e os conselhos estaduais de desenvolvimento rural sustentável.

Desse modo, essa secretaria foi concebida para operacionalizar o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), que havia sido previsto no PPA 2004-2007, destacando-se, posteriormente, como uma das principais políticas de desenvolvimento territorial para o meio rural brasileiro. Ficou conhecido como “Territórios Rurais de Identidade”. Trazia como inovação o fato de ter sido formulado a partir da abordagem territorial e, além disso, e de representar uma forte crítica à forma de implementação setorial de políticas públicas. Consequentemente, estabeleceu como meta a construção e conversão de projetos já existentes em projetos de desenvolvimento regional. Em seguida, passou a funcionar

---

<sup>56</sup> Portaria n.º 05, de 18 de julho de 2005.

<sup>57</sup> O artigo 1º, da portaria n.º 05, estabelecia os procedimentos que deveriam ser cumpridos para a seleção e definição de novos territórios, ou a modificação de designação e de composição. Fundamentalmente, os atores envolvidos deveriam observar o seguinte: desde que fossem obedecidos os limites dos territórios rurais já previamente estabelecidos pela SDT para cada unidade da federação, competia às institucionalidades territoriais – aos colegiados – registrar, em ata, os processos de solicitação, para que fossem encaminhados, em seguida, para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), para fins de análise e manifestação, cabendo à SDT disciplinar e mediar controvérsias entre os proponentes e o CEDRS, quando houvessem. Não havendo problemas, a proposta era apresentada à SDT para homologação.

a partir de uma institucionalidade complexa, com o objetivo de realizar a gestão social da política, a articulação dos atores sociais e das políticas públicas e a promoção da governança territorial, sua democratização.

O aspecto fundamental da abordagem territorial era a tentativa de consolidar a democracia, construir uma nova cultura política no meio rural e aumentar a autonomia de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e populações tradicionais (Delgado; Leite, 2015, p. 240).

Por isso, na estrutura de funcionamento deste programa foram previstos o reconhecimento dos fóruns locais, como os colegiados de desenvolvimento territorial (Codeters) que recebem apoio da SDT por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).<sup>58</sup>

Em seguida, em 2008,<sup>59</sup> a partir do Pronat, o PTC foi instituído emergencialmente e lançado rapidamente à posição de principal estratégia do governo federal na busca por reduzir as desigualdades no meio rural brasileiro (Delgado, Leite; 2015).

Resumidamente, foi do conjunto de territórios rurais que o governo, em geral, selecionou os territórios da cidadania. A prioridade era atender territórios que apresentassem baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo” (Delgado, Leite, 2011, p. 434).

Isto é,

Durante o processo de identificação dos territórios rurais, o governo entendeu que alguns territórios se apresentavam economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas. A partir dessa percepção surge o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, que tem o mesmo referencial conceitual dos territórios rurais sendo amparado também pela mesma portaria, mas com uma gestão bem mais complexa. Resumidamente, foi do conjunto de territórios rurais que o governo, em geral, selecionou os territórios da cidadania. A prioridade era atender territórios que apresentassem baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo (Delgado, Leite; 2015, p. 434).

Esse segundo programa foi colocado como a principal estratégia governamental para a redução das desigualdades no meio rural brasileiro, destacando a importância da integração de políticas para isso. O seu principal objetivo foi o de “superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (Delgado, Leite, 2011, p. 435).

Além disso, procurou promover a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios; ampliar os mecanismos de participação social; ampliar a oferta de programas básicos de cidadania; valorizar a diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões; e integrar políticas públicas (Brasil, 2008).

---

<sup>58</sup> Em 2014, quando estávamos a frente das atividades de apoio administrativos e de extensão direcionados ao Codeter SE Paraense, não foram raras as vezes que escutamos críticas, sobretudo durante as assembleias deste colegiado, feitas por parte dos seus coordenadores, de que a estrutura do Pronat era mais simples em relação a do Programa Territórios da Cidadania (PTC). Por isso, era mais fácil lidar com o Pronat, ao passo que a do PTC era mais complexo, e o governo estadual pouco participava de nossas atividades.

<sup>59</sup> Decreto de 25 de fevereiro de 2008.

Para entender a lógica que explica como o programa pretendia alcançar esses objetivos, é necessário destacar dois elementos centrais de sua organização interna: de um lado, foram propostos três eixos para a condução das ações do programa: ação produtiva, cidadania e infraestrutura, a partir dos quais seriam elaboradas matrizes de ações nas quais os órgãos envolvidos definiriam as ações que seriam pactuadas, implementadas e desenvolvidas em cada território. Não sem razão, passamos o período de 2014 a 2016 tendo a inclusão produtiva e a gestão social das políticas como os eixos a partir dos quais organizamos as demandas do território do SE paraense.

De outro lado, a coordenação desse processo pressupunha um arranjo dado pela integração de diversos órgãos da esfera federal de governo, que direta ou indiretamente, encontravam-se direcionados às políticas de proteção social, tais como: a Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); MDA; Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Integração Nacional (MIN); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Cultura (MINC). Esse arranjo administrativo foi previsto e de fato responsável tanto para a implementação e execução do programa, quanto para o seu financiamento, conforme o artigo 8º do decreto que institui o PTC (Brasil, 2008).<sup>60</sup> Porém, esse mesmo arranjo aumentou os desafios já colocados para a política de desenvolvimento territorial,

[...] pois envolve diferentes ações setoriais oriundas de distintos ministérios, cujo exercício de articulação se dará efetivamente na escala territorial, complexificando o processo de gestão social. Muito mais que a mera somatória de ações e dotações orçamentárias dos ministérios sobre um mesmo espaço social, trata-se de pensar a lógica da territorialização e governança de políticas a partir de um encontro de ações *bottom-up*, pelos atores locais – agora não necessariamente agrários – com aquelas *top-down*, também não necessariamente setoriais (Delgado, Leite; 2015, p. 436).

Em que pese as ligeiras diferenças no que se refere ao funcionamento do Pronat e do PTC, a coordenação e efetuação da política acabava dependente das iniciativas do MDA, via SDT. Mesmo assim, esses dois programas se constituíram nos principais exemplos da política de desenvolvimento territorial para o meio rural no Brasil e do uso da abordagem territorial na implementação de políticas públicas.

### **2.3 As etapas do declínio das institucionalidades participativas.**

Neste item, tratou-se muito mais da construção de uma interpretação possível acerca do declínio dos colegiados. Nesse caso, dado a complexidade do tema, lembremos mais uma vez o seguinte, os colegiados, ou mais precisamente, as chamadas novas institucionalidades no cenário brasileiro são,

[...] o conjunto de instituições (regras de funcionamento, normas existentes – explícitas ou implícitas – e organizações colegiadas) criadas pelos programas federais para conduzir a gestão estratégica, a governança e a escolha de projetos estratégicos da política territorial, com a participação de representantes do Estado e da sociedade civil (Delgado, Leite, 2011, p. 444).

---

<sup>60</sup> “Art. 8º: As despesas decorrentes da execução dos projetos advirão das dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente nos orçamentos dos órgãos e entidades envolvidos no Programa Territórios da Cidadania, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual” (Brasil, 2008).

Diante disso, o objetivo desta parte da tese foi o de apresentar o registro das principais transformações observadas em conjunto e que afetaram as regras de funcionamento, as normas existentes e a organização do Codeter SE Paraense, e mostrar que há uma intencionalidade nos atos de revogação e promulgação de normas legais que afetaram decisivamente a política de desenvolvimento territorial, e por extensão, a organização, o funcionamento e os poderes da institucionalidade representada pelos colegiados.

Para isso, para a organização e a escrita dessa parte foi muito importante a realização do acompanhamento, registro e arquivamento das revogações e promulgações de normas e regras relativas às políticas de fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial, a partir de 2016, paralela à promulgação de um “novo” regramento para essas políticas, efetuadas por meio de medidas provisórias, resoluções administrativas, decretos, portarias, instruções normativas, memorandos circulares etc. editadas pelo governo federal entre os anos de 2015 a 2022, uma vez que, no campo do desmonte de políticas, o poder público federal é um *player* com poder de veto. Complementamos esse registro, em seguida, recorrendo à base de dados do Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Medidas Provisórias.<sup>61</sup>

Este procedimento permitiu a construção de um mapeamento a partir do qual visualizamos os efeitos do desmonte da política de desenvolvimento territorial nas institucionalidades dessa política, em geral, incluindo no Codeter SE Paraense, em particular.

Há de se reconhecer que a inspiração para organizar dessa maneira essa seção do Capítulo II veio com o conhecimento e leitura do Boletim n. 10, *Direitos na pandemia, mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil* (2021). Além de apontar *insights* quanto à organização da análise, há uma conclusão presente nesse relatório com a qual concordamos plenamente e que se estende à nossa pesquisa. Para o documento em questão “ao afastar a tese de incompetência ou negligência do governo federal, o estudo revela a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo federal sob a liderança do Presidente da República” (Direitos na Pandemia, 2021, p. 7).

---

<sup>61</sup> Dados disponíveis no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/principal.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/principal.htm)



**Figura 3** - Realização de plenária anual do Codeter SE Paraense. Uma das primeiras assembleias que contou com pouca participação das representações das organizações da sociedade civil. Em 2015 já era possível notar certo “esvaziamento” desses espaços, e a principal justificativa eram “os passivos” da política, isto é, aquelas políticas que foram priorizadas em anos anteriores, mas que não chegaram a ser implementadas. Auditório do Inbra, SR-27, Marabá-PA.

Foto: SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (2014).

## 2.4 A desmobilização do Codeter SE Paraense.

Seguindo a pista deixada por Mello (2022), pretendemos apontar aqui as mudanças relacionadas aos arranjos institucionais formais que estruturavam o Codeter SE Paraense, a fim de contribuir para explicar seu declínio e consequente destituição, bem como levantar material que nos ajude a contextualizar as consequências pessoais desse processo, a ser apresentada no Capítulo III da tese.

Oficialmente, a política de desenvolvimento territorial para o meio rural no Brasil sofreu um duro golpe a partir de 2016, com a publicação do Decreto n. 8.889, de 26 de outubro de 2016, que deu o tom da reforma administrativa iniciada por Michel Temer, reconfigurando a distribuição dos seus ministérios e do pessoal ocupado com as políticas.<sup>62</sup> Reformas administrativas como essa, como nos lembra Klaus Offe (1999),

[...] são convencionalmente postuladas em termos da determinação de quais esferas da vida deveriam ser governadas pelas autoridades políticas, por trocas contratuais no mercado, ou por autogoverno e por comunidades de responsabilidade e associações no interior da sociedade civil (Offe, 1999, p. 127).

Seguindo essa direção, pode-se dizer que o processo de extinção do MDA e da SDT no ano de 2016 abriu o período de maior intensidade do desmonte e mirava as institucionalidades participativas da política em questão.

Apesar de essa extinção ter significado a redução do MDA e da SDT à Secretaria Especial de Agricultura Familiar, esta passou a ser subordinada à Casa Civil e, logo após, ao Gabinete do Presidente.<sup>63</sup> Esse evento, por sua vez, manifestou-se no Colegiado por meio da perda rápida de comunicação com aquelas instituições governais, o que foi responsável por iniciar essa fase de seu declínio, como se pode depreender das entrevistas com o Observador<sup>64</sup> e o Extensionista.<sup>65</sup> (ver Apêndice I e II).

Até esse momento, as principais entidades de representação, organizações da sociedade civil e movimentos sociais que “animavam” o Codeter SE Paraense eram:<sup>66</sup> a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (Fetagri Regional Sudeste do Pará), a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará (Fecat), o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).<sup>67</sup>

---

<sup>62</sup> Por meio desse decreto, o MDA teve grande parte de suas funções incorporada à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento agrário (Sead).

<sup>63</sup> Decreto n. 8.780, de 27 maio de 2016, Decreto n. 8.786, de 14 de junho de 2016, Decreto n. 8.865, de 29 setembro de 2016.

<sup>64</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>65</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>66</sup> Para apontar esse protagonismo, utilizamos das informações coletadas por meio dos seguintes métodos de coleta de dados: (a) pesquisa documental,stando da análise do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste Paraense (Brasil, 2003) e das atas de reuniões e plenárias do Codeter SE paraense; (b) Observação feita em trabalho de campo, no período que se estende de 2013 a 2016; e (c) Realização de entrevistas semiestruturadas remotas, nos anos de 2020-2021. Estes procedimentos levaram em conta a frequência de participação das entidades nas reuniões e plenárias do Codeter SE paraense, bem como a proposição e aprovação de projetos por esses atores no espaço dessa arena pública.

<sup>67</sup> Cabe registrar também a forte participação da SR-27 do Inbra, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e posteriormente a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), a atual Secretaria do Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) já próximo a 2016.

2016 representou o momento de maior desgaste da política na região, em função do ataque realizado pelo governo federal para desestruturar, de um modo geral, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, e em meio a esse turbilhão, foi também o Pronat e o PTC, as âncoras da política de desenvolvimento territorial para o campo brasileiro.

Até o primeiro semestre desse ano, na região do Sudeste Paraense, realizamos atividades de mobilização dos movimentos e as organizações da sociedade civil do território para construir a agenda das assembleias anuais do Codeter SE Paraense, além de garantir a participação daquelas organizações nas assembleias (custeando passagens e alimentação). Essas eram as nossas “rodadas territoriais”.

Entretanto, a partir do segundo semestre daquele ano, após a extinção do MDA e do corte orçamentário promovido pelo governo Temer no pacote de política para o fortalecimento da agricultura familiar, eu, o Artífice, o Observador, a Arquivista e o Empreendedor, após a última assembleia do Colegiado, passamos a “rodar” pelo território quase a esmo, sem saber muito o que fazer. Mas discutimos com o Núcleo Diretivo e decidimos usar os poucos recursos que tínhamos garantido até o final daquele ano para redirecionar as “rodadas territoriais” agora no sentido de verificar a situação em que se encontravam os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e, a depender desse quadro, reativá-los como pudéssemos. Esse foi um dos efeitos imediatos que se seguiram ao período em que o declínio dessa institucionalidade se tornou mais aparente.

Seguiu-se um período de declínio dos colegiados da administração pública, que foi sacramentado em 2019 com o Decreto n.º 9.759, de 11 de abril. Por meio desse instrumento, uma série de comitês gestores, fóruns, câmaras, conselhos, colegiados, entre outras institucionalidades participativas, foram extintos, incluindo aí o próprio colegiado do Sudeste Paraense. Como observam Bezerra, Rodrigues e Romão (2022),

A partir do primeiro dia de governo, foram editadas medidas provisórias, decretos, leis e portarias do Governo que criminalizam e cortam fontes de financiamento de ONGs e sindicatos, ou ainda esvaziam e desmontam diversas instituições voltadas para a interlocução com organizações da sociedade civil, com especial destaque para o papel de órgãos colegiados, como os conselhos de políticas públicas (Bezerra; Rodrigues; Romão, 2022, p. 37).

Tratou-se de uma estratégia institucional que visava aniquilar qualquer possibilidade de participação social e de resistência. Senão vejamos,

Para além da disputa retórica, as ações contra os conselhos de políticas públicas têm um efeito prático duplo: de enfraquecimento daqueles que são considerados seus adversários políticos no âmbito da sociedade civil e de desregulamentação das políticas públicas constituídas (Bezerra; Rodrigues; Romão, 2022, p. 41).

Como esses autores tem demonstrado, o quadro relativo a essas institucionalidades tem compreendido as seguintes situações: *colegiados revogados*, *colegiados inativos não revogados*, *colegiados com novas regulamentações* e *colegiados ativos sem alterações formais* (Bezerra; Rodrigues; Romão, 2022).

Diante de um quadro como esse, em que a situação atual do Codeter SE Paraense parece ser representada como a de um *colegiado revogado*, este diagnóstico permite concluir pela ideia de desmobilização pelo declínio, a completa destituição dessa institucionalidade e a desmobilização de agentes públicos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais que integravam suas assembleias. Porém, ainda perseguindo a ampliação dos efeitos do desmonte, o que esses processos significaram do ponto de vistas das consequências pessoais desse processo. Esse é o tema do Capítulo III a seguir.

## CAPÍTULO III

### 3. OS DESLOCAMENTOS “COMPULSÓRIOS” COMO EXPRESSÕES DAS CONSEQUÊNCIAS PESSOAIS DA DESTITUIÇÃO DO CODETER SE PARAENSE

#### *Crônicas de pesquisa e campo – “O moveleiro, a estante e a memória”.*

Havia se passado poucos meses desde minha mudança definitiva para a cidade de Marabá, em 2011. Eu morava em uma quitinete a poucos metros da universidade. Meus livros restavam ainda pelo chão. O mofo acumulou por um tempo. Num domingo, após almoçar em um dos restaurantes na orla da cidade, lembrei do Moveleiro,<sup>68</sup> e decidi ir até sua oficina. Quando cheguei, ele me pareceu um tanto excêntrico, mas um bom negociador: disse que para mim faria uma estante de mogno. Excentricidades a parte, confiei na indicação dos meus amigos e encomendei o serviço. O tempo passou, a estante chegou e finalmente acomodei meus livros. Mais tarde, eu o reencontrei em mais duas ocasiões. Na primeira delas foi quando voltei à sua oficina para agradecer e dizer a ele que estava muito satisfeito com o que havia feito, foi quando emendamos uma conversa e ele me contou que bem ali próximo, na praça, aconteciam desfiles de grupamentos militares e de aviões da força aérea brasileira durante o período da Ditadura Militar, mas que, em sua casa, à noite, ele e seus companheiros liam os livros então proibidos durante esse período, “livros subversivos”. Eu não acreditei muito na época, mas depois confirmei com um historiador da região que, de fato, a casa do Moveleiro fora usada no passado para rodas de leituras subversivas e para a realização de reuniões clandestinas, bem ali, como que nas barbas dos militares. Na segunda ocasião, já no ano de 2015, foi quando um professor muito querido na região lançou seu livro sobre a luta dos posseiros. O evento aconteceu no auditório do campus 1, da Unifesspa. Quando cheguei, o espaço estava lotado e, como de costume, tornara-se pequeno para tanta gente. Mesmo assim, consegui entrar. Enquanto minerava um lugar para me acomodar, vi o Moveleiro, na última fila, folheando o livro. Acenei para ele, aproximei, agachei um pouco para ficar à altura da cadeira em que estava sentado para ouvi-lo. Triste, ele reclamou: “– ele não falou de nós!!!”.

\*\*\*

---

<sup>68</sup> Nome alterado para confidencialidade.

Poderia escolher outras histórias para abrir essa parte da tese, mas optei pela do Moveleiro porque dela partem questões fundamentais que ajudam a entender a escrita do texto. Trata-se tanto do fato de que essas histórias se constituem em uma dimensão importante de análise, inclusive dos efeitos do desmonte como veremos mais adiante, quanto de uma preocupação recorrente de nossos informantes (“ele não falou de nós!!!”) que traduz um princípio ético da pesquisa.

Não esquecer as interlocutoras e os interlocutores tem sido uma preocupação recorrente desde então e, por isso, tenho procurado dar conta dessa tarefa, seja nas atividades acadêmicas da universidade, como nas aulas da graduação, seja na formulação da pesquisa, de forma mais clara e consequente, desde que iniciei o curso de doutorado no Rio de Janeiro até a escrita do texto que digito agora.

Munido desse princípio, entrevistei mulheres e homens que, durante o período que vai de 2003 a 2019, desempenharam o papel de representação no Codeter SE Paraense: servidoras e servidores públicos representantes do poder público, homens e mulheres sindicalistas das entidades da sociedade civil representativas da agricultura familiar da região, e, finalmente, militantes dos movimentos sociais de luta pela terra e por direitos territoriais na região. Mas escolhi principalmente aquelas e aqueles quem vivenciaram o fim deste Colegiado.

Após encerrar essa etapa da pesquisa, em 2023, comecei a pensar nas seguintes questões: como escrever sobre os efeitos do desmonte da política de desenvolvimento territorial rural no Codeter SE Paraense sem correr o risco de deixar cair no esquecimento as vozes com as quais convivi durante o tempo não linear da coleta de dados? Como lhes escrever a história de vida?

A esse respeito, Bourdieu (2006) já havia alertado para os perigos de transformar a história de vida em um percurso único e linear do tempo, composto por uma sucessão de eventos e de posições de um sujeito ou grupo social, presumivelmente imutável, o que “[...] é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu, 2006, p. 189-190). As histórias de vida não são lineares e os seus sujeitos não são imutáveis. A impressão de que sejam resulta muito mais de uma seleção, de uma construção e muitas vezes de um texto, ainda que narrado.

Por outro lado, como advertiu Debert (2004) não podemos esperar que a história de vida nos dê o quadro real e verdadeiro de onde se desenrolou um passado, pois “[...] o que se espera é que a partir dela, da experiência concreta de uma vivência específica, possamos reformular nossos pressupostos e nossas hipóteses sobre um determinado assunto” (Debert, 2004, p. 142). Se se esquece desse cuidado, corre-se o risco de tornar absolutos os conceitos e os pressupostos de uma experiência, universalizando-a. Pelo contrário, da perspectiva das histórias de vida, interessa explorar muito mais como a memória popular constrói e reconstrói o passado, próximo ou distante, como parte da consciência contemporânea.

Nesses termos, o Capítulo III foi escrito como a tarefa de apresentar pequenos seguimentos das histórias de vida recente daquelas e daqueles que desempenharam o papel de representação no Codeter SE Paraense, para que seja possível ampliar a análise do processo de declínio e fim deste espaço de interações societais mediado por políticas públicas, isto é, da discussão do processo de desmobilização até a completa destituição dessa institucionalidade e das suas consequências pessoais. Para isso, procuro rastrear os efeitos desses processos no nível das histórias de vida, de modo a analisar as consequências pessoais do fim do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense.

### 3.1 Um esboço para a abordagem das consequências pessoais do desmonte.

Há uma dificuldade inerente ao tema do desmonte que não pode ser esquecida aqui. Tanto as suas estratégias quanto as suas repercussões e impactos são de difícil rastreamento, como vimos no Capítulo II. Desse modo, não é exagero dizer que tudo o que se propõe em termos de análise desse fenômeno para além da dimensão *policy* da política desmontada são experimentações, mesmo as mais elaboradas.

Há, por outro lado, a necessidade de explorar âmbitos de pesquisa para além dos recortes propostos pela análise do *policy dismantling*, a fim de ampliar a compreensão desse fenômeno, uma vez que se trata de um processo e seus impactos sempre excedem os *policy outputs*. Ora, de um modo geral, uma política pública possui outras dimensões e não se confina às esferas do poder público, mas é parte de diferentes interações socioestatais de mútua constituição, envolvendo outros espaços e até mesmo processos de construção de novas subjetividades políticas (Sader, 1988; Aguião, 2018).

Dessa perspectiva, abordar os efeitos de um processo como esse significa compreender suas consequências pessoais a partir da análise das histórias de vida daquelas e daqueles que se encontravam na condição de representantes e que atuaram no Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense, como dissemos. Entretanto, dado o fato de que as entrevistas realizadas foram insuficientes para fornecer material em quantidade para a composição e escrita de uma narrativa mais completa acerca desse tipo de história, a nossa proposta é a de trabalhar em cima dos aspectos qualitativos presentes em pequenos seguimentos das histórias de vida recentes e que habitaram o Codeter SE Paraense até a sua completa destituição estabelecida no ano de 2019.

Como escrever sobre esse assunto, levando com conta esses condicionamentos? Tomando alguns cuidados, evidentemente.

O primeiro deles é o de não confundir *in totum* a proposta de uma abordagem das consequências pessoais do desmonte que aqui proponho com o método biográfico, ou mesmo o da história de vida ou da história oral (Debert, 1986; Colombo, 2005; Melucci, 2005; Bourdieu, 2006; Ferreira; Amado, 2006; Rollemberg, 2012). Tratou-se de praticar a apropriação desses métodos de acordo com o que dispunha no momento da pesquisa. Nestes termos, rigorosamente falando, não são histórias orais ou de vida, sequer biografias. Mas, se não são isso, o que são?

Gabriel de Santis Feltran (2006) indica uma saída, ao propor a ideia de “deslocamentos” enquanto trânsitos entre as dimensões das vivências individuais, privadas e públicas, e os projetos coletivos em que cada uma/um se engaja em uma trajetória. Os deslocamentos reais estudados por esse autor se referiam às trajetórias individuais de militantes, construídas em meio ao processo de redemocratização no Brasil, sobretudo no que se diz respeito ao contexto do projeto “democrático popular” que então se desenhava, portanto, em meio a uma clara expectativa de expansão de políticas que se seguiu no país no final da década de 1980. Esse projeto é marcado

[...] desde suas origens, por uma *aposta* fundamental que se delinearía mais claramente ao longo dos anos de 1980: trata-se da aposta na possibilidade de migração das demandas e anseios dos movimentos sociais, que apareciam no final dos anos 70, para canais de participação ativa da sociedade civil na gestão e na definição do fundamento do Estado. Em ruptura com a tradição autoritária brasileira, este projeto apostou nas possibilidades de democratização conjunta do Estado e da sociedade pela articulação entre a via eleitoral e a implementação de canais de participação popular (Feltran, 2006, p. 373, grifo do autor).

As histórias individuais se encontram inseridas (*embeddedness?*) em meio às experiências coletivas que as contextualizam, dando-lhes o embasamento, o impulso e os limites. No caso estudado por Feltran (2006), o projeto “democrático popular” é o contexto no qual os deslocamentos se inserem, mas ele não é só um quadro, ou pelo menos não é só isso. Esse projeto é muito mais um “mapa”, pois contém as coordenadas nos ajudam a traçar o percurso e as direções dos deslocamentos orientados.

Para este autor, “mais do que contar as histórias de cada pessoa estudada, pretendeu-se durante a pesquisa entender o que essas histórias poderiam, elas mesmas, contar-nos da trajetória de relações políticas entre Estado e sociedade, no Brasil, durante as últimas décadas” (Feltran, 2006, p. 378).

É a adaptação dessa proposta que procuro fazer aqui. Por isso mesmo, quando falo em consequências pessoais do desmonte, estou me referindo às partes das histórias individuais que formam um deslocamento, mas não no contexto histórico da construção do projeto “democrático popular” e de expansão de políticas como analisou Feltran (2006), mas levando em conta a erosão desse projeto quando é colocado num contexto restritivo e de cortes, notadamente em meio ao desmonte de suas políticas. Na falta de uma descrição mais apropriada, considero esses seguimentos de histórias individuais como deslocamentos “compulsórios”, pois são construídos sob protestos e efetuados em um contexto particular de desmonte de políticas públicas (daquelas relativas ao desenvolvimento territorial para o meio rural brasileiro); e de processos de destituição de suas institucionalidades democráticas, por assim dizer.

Além disso, faz todo sentido tomar o desmonte das políticas não apenas como um contexto, mas como uma categoria que qualifica as consequências pessoais e constitui a natureza desses deslocamentos.<sup>69</sup>

Na verdade, como você poderá observar, só foi possível cogitar a hipótese de uma abordagem alternativa desses aspectos – capaz de colocar no centro de suas preocupações as consequências pessoais –, após rastrear e estudar um pequeno número de textos bem heterodoxos, não muito usuais nas pesquisas em Ciências Sociais, mas que se constituíram em verdadeiras contribuições, um tanto dispersas e situadas em matrizes teóricas diferentes e muitas vezes pertencentes a campos diversos da produção do conhecimento. Em conjunto, elas forneceram *insights* acerca de como poderiam ser escritas as “partes” privilegiadas das histórias individuais em contextos de desmonte de políticas. Nesse quesito, essa literatura compartilha um modo bem específico de analisar, de reconstruir e de escrever as vidas afetadas por esse tipo de relação destrutiva.

A primeira dessas contribuições correspondeu a uma leitura antiga. Richard Sennett, em *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (2014 [1974]) e em *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (2005 [1999]). Essas duas obras trouxeram o tema da desestruturação de uma ordem social hegemônica, de um contexto cultural dominante até, com a diferença de que na segunda obra, ao explorar as histórias individuais de Henrico (o pai) e Rico (o filho), Sennett (2005) dá relevo a um processo de transformação individual situado na passagem do fordismo à acumulação flexível, e que se refere à corrosão do caráter moral do trabalho nesse deslocamento – corrosão, é claro, desde que vista da perspectiva do fordismo.

---

<sup>69</sup> Ao discutir o projeto “democrático popular”, Feltran (2006) fala também do neoliberalismo como contraface a esse projeto, e que promove o *desmanche* dos fundamentos pelos quais puderam ser pensadas as alternativas de democratização. Embora tenha sido pioneiro ao identificar o desmanche/desmonte, a análise dos deslocamentos, e de uma forma geral, da relação entre sociedade civil e Estado, foi feita apenas no contexto do projeto democratizante.

A importância dessas duas obras de Richard Sennett residiu em chamar a atenção para não entender esse processo de desestruturação como uma mudança de cenário apenas, pois, no caso da acumulação flexível, existe um poder que “molda” o trabalho e o trabalhador, ela não representa apenas uma consequência externa, mas a cria algo novo, ainda que corroído.<sup>70</sup>

A segunda fonte de inspiração, um pouco fora do campo das Ciências Sociais, foi a leitura do livro de Svetlana Aleksievitch (2016), *Vozes de Tchernóbil, a história oral do desastre nuclear*.<sup>71</sup> Embora não tenha a austeridade como um pano de fundo e nem mesmo um processo de desmonte de políticas públicas semelhante ao que aqui é analisado, a escrita testemunhal da autora e as vozes das afetadas e dos afetados pelo acidente nuclear de Tchernóbil por ela escritas – as histórias pessoais irremediavelmente atadas àquele desastre –; deram uma primeira ideia de como poderiam ser escritas histórias particulares afetadas por um processo de desestruturação específica de políticas públicas, qual seja, por meio de pequenos textos que evidenciassem a relação do evento para com as vidas individuais de suas vítimas. Entendo que existe uma diferença muito grande entre o Sennett (2005) d’*A corrosão do caráter*, e Aleksievitch (2016), pois para essa autora, as histórias de vida não foram escritas como uma narrativa extensa que mantém a unidade de seus sujeitos; para ela, as transformações só se tornam visíveis desde que consigamos conectar as vidas individuais a um evento traumático, desestruturador, capaz de reconfigurar rápida e profundamente um grande número de vidas, estendendo-se até mesmo à outras gerações (os efeitos da radiação), tudo contado em rápidos episódios escritos desde as entrevistas por ela realizadas, seguidas posteriormente de suas considerações mais reflexivas.

A terceira referência foi o livro da jornalista Jessica Bruder (2021), *Nomadland, sobrevivendo na América do século XXI*. Este sim, um registro de histórias individuais escrito em meio ao quadro de recessão econômica profunda que fora produzido pela crise financeira de 2008 nos Estados Unidos, e que conta a história de ex-professores, veteranos de guerra, mulheres aposentadas, entre outras, que na época trabalhavam em empregos temporários, desde a colheita de legumes, até empregos mal remunerados na Amazon. São os “sem-casa” (e não “sem-tetos” como eles se definem), que moram em *trailers*, ônibus e minivans, passam à noite em estacionamentos, clubes, parques... uma comunidade cada vez mais crescente nesse cenário de austeridade. “Elas desistiram das casas e apartamentos tradicionais para viver o que alguns chamam de ‘casa com volante’ – vans, RVs de segunda mão, ônibus escolares, picapes adaptadas, trailers e simples sedãs” (Bruder, 2021, p. 12).

---

<sup>70</sup> A literatura internacional que consultamos sobre o tema da austeridade (Quiggin, 2010; Blyth, 2017), assim como as pesquisas recentes acerca dos impactos do regime de austeridade fiscal no Brasil (Rossi, Dweck, Oliveira, 2018) são contribuições muito importantes para contextualizar as estratégias de desmonte e refletir acerca dos impactos das políticas de austeridade, mas de uma perspectiva social. Para esses autores e autoras, as consequências da austeridade são identificadas, distribuídas e estabelecidas em relação a setores de políticas, como a economia (a política econômica), a educação, o sistema de saúde, os direitos humanos e até mesmo as questões referentes às despesas públicas, entre outros temas. Mesmo as contribuições mais recentes de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros que discutem mais diretamente e profundamente o desmonte das políticas de fortalecimento da agricultura familiar não estendem suas análises até a abordagem das consequências pessoas desse processo (Sabourin, Craviotti, Milhorance, 2020; Sabourin *et. al.*, 2020; Grisa *et al.*, 2022).

<sup>71</sup> Nas Ciências Sociais, não são tão incomuns aproximações com esse tipo de literatura, ou até mesmo o flerte com diferentes gêneros literários como fonte de inspiração para a etapa de escrita e exposição dos resultados da pesquisa. Quando nos esclarece sobre a tradução do livro “O selvagem e o inocente”, de David Maybury-Lewis, Roberto Cardoso de Oliveira (2002, p. 18) observa que este autor “consegue combinar com inigualável talento três características dificilmente encontradas num único texto: o ‘gênero crônica’, quando aspectos da vida dos Xavante e dos Xerente são registrados; o ‘gênero literário’, com sua recriação dos diálogos e do enredo de sua narrativa; e o ‘gênero confissões’, por meio do qual as condições de pesquisa foram relatadas de modo a proporcionar ao leitor pleno acesso à subjetividade do antropólogo e ao ‘encontro etnográfico’ vivido por ele e por sua família – esposa e filho – entre os índios do Brasil central”. Sobre esse tema, ver também Enzo Colombo (2005) e Alberto Melucci (2005).

O que chama a atenção no livro de Bruder (2021) é a violência com que a recessão norte americana de 2008 retirou as possibilidades dessa classe média, ampliando ainda mais a classe de “*houseless*” e produzindo o fenômeno das “casas com volante”, expressão material do modo como “eles estão sobrevivendo aos Estados Unidos” (Bruder, 2021, p. 13).

A quarta referência, finalmente, mas não menos importante, e de onde vieram os *insights* finais para escrever essa parte da tese se refere ao livro de David Stuckler e Sanjay Basu, *The body economic: why austerity kills* (2013). Os autores estudaram os efeitos desastrosos de medidas de contenção e de corte de investimentos no campo da saúde humana. Procuram discutir como esses efeitos são exacerbados por medidas de austeridade tomadas no momento em que mais os cidadãos precisaram de atendimento médico. Os autores ampliaram a concepção de escolhas econômicas, pois não a reduziram às questões de taxas de crescimento e de déficits, mas consideram os efeitos com que essas escolhas de governo produzem a vulnerabilidade financeira na saúde. A partir de experimentos conduzidos nas clínicas onde atuaram, fizeram o registro das histórias individuais que foram irremediavelmente transformadas pelas medidas de austeridade tomadas nos últimos anos em diferentes contextos, como na Inglaterra, na Islândia e na Grécia. Registraram situações limites, como o aumento do alcoolismo, da taxa de suicídio e uma série de casos que integraram a categoria de mortes evitáveis. Entretanto, à medida que demonstram ser esses casos o resultado direto da tomada de decisões governamentais no que se refere à política econômica, passam a considerar a produção de uma verdadeira política de vida e de morte pelos tomadores de decisão. Esse tipo de consequência ficou muito marcado recentemente como uma das faces do desmonte no setor de saúde, sobretudo no pós-pandemia da covid-19 (SARS-Cov-2). Esse talvez seja o efeito que mais salta aos olhos ao se falar do tema das consequências pessoais do desmonte.

### **3.2 As entrevistas e a organização de suas escritas.**

Comecei a realizar as entrevistas em 2019. Mas naquele ano fiz apenas uma, com o Artífice (ver apêndices 1 e VI). Retomei essas atividades no ano de 2021, já no contexto da pandemia da covid-19. As entrevistas dessa etapa foram realizadas remotamente, utilizando a plataforma do *Google Meet*. Consegui fazer 3 (três): a primeira com o Observador,<sup>72</sup> a segunda com o Empreendedor<sup>73</sup> e a última com o Extensionista<sup>74</sup> (ver apêndices 2, 3 e 4, respectivamente). Seguiu-se um período longo em que não consegui desenvolver mais nada, principalmente pela dificuldade em articular um encontro em meio às condições restritivas da pandemia.

Entre o final de 2022 e início de 2023 consegui retomar as atividades e entrevistei o Guardião<sup>75</sup> (ver apêndice V). Em seguida, retomei um diálogo antigo com o Artífice (ver apêndice VI), e dele cheguei até a Rosa,<sup>76</sup> ao Advogado<sup>77</sup> e ao Consultor<sup>78</sup> (ver apêndices 7, 8 e 9, respectivamente).

Não consegui coletar informações com todas e todos os representantes do poder público, das entidades de representação da sociedade civil e dos movimentos sociais. Mesmo assim, após essas etapas, passei a transcrever todos os diálogos. Estes diálogos foram todos organizados nos apêndices da tese.

---

<sup>72</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>73</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>74</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>75</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>76</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>77</sup> Nome alterado para confidencialidade.

<sup>78</sup> Nome alterado para confidencialidade.

Com esse registro em mãos, passei a estudar aquelas pequenas histórias individuais. Em seguida, usei de partes desse material para compor pequenos textos que contivessem as informações sobre a inserção de cada um dos entrevistados no Colegiado, as funções que desempenharam, que entidades representavam, as suas perspectivas sobre a política de desenvolvimento territorial, suas representações acerca do desmonte e a apresentação, em linhas gerais, de como esse processo afetou suas histórias individuais, a fim de que fosse possível redigir quais foram os deslocamentos por eles construídos compulsoriamente a partir desse momento.

### **3.3 Da *officina* do Codeter SE Paraense às histórias de vida e seus seguimentos.**

De um modo geral, os colegiados são instâncias de participação da sociedade civil e cada um deles, como o do Sudeste Paraense, representa as particularidades das institucionalidades participativas criadas nos territórios por meio da política desenvolvimento territorial para o meio rural no Brasil (Delgado, Leite, 2011; Delgado, Leite, 2015).

Na prática, aprendemos que essa instância é acionada concretamente quando acontecem a sua plenária geral e suas assembleias e as reuniões e trabalhos dos núcleos diretivo e técnico do Codeter Se Paraense. Mas havia um processo para que se chegasse até aí. Existiam condições de fundo sem as quais esses eventos não aconteciam, condições representadas pelo “humilde trabalho que, por força de paciência e de gestos repetidos ao esgotamento, [trazia] à luz o objeto por muito tempo invisível, *o complicado artefato cuja forma ou mecanismo exigiram semanas, ou até meses de elaboração*” (Lestringant, 2009, p. 12-13, grifos nosso). Um artefato que exigia semanas de elaboração, assim eram as plenárias, assembleias, reuniões e grupos de trabalho feitos pelo Colegiado. Na falta de um nome, pode-se dizer que essa era a oficina do Colegiado, um lugar e uma situação destinadas à elaboração, fabricação ou concerto desses “complicados artefatos” que eram estes momentos de encontro. Tal como a oficina de Lestringant, “[...] abriga *um leque de ocupações engenhosas*, do ourives ao professor de escola, do cunhador de moedas ao herborista, e do advogado ao falsário” (Lestringant, 2009, p. 12, grifos nosso).

Com isso em mente, alteramos os nomes das entrevistadas e dos entrevistados levando em conta o “leque de ocupações engenhosas” que desempenharam enquanto faziam parte do Colegiado, ou mesmo indicaram desempenhar na “oficina” do Codeter Se Paraense. Daí falarmos no Advogado, no Artífice, no Consultor, no Empreendedor, no Extensionista, no Guardião, no Observador e na Rosa.

Dito isso, passemos então à exploração dos pequenos seguimentos de histórias de vida recente que foram pesquisados, a fim de explorar quais foram as consequências pessoais do desmonte e quais os deslocamentos forçosamente fabricados por esse processo.

### 3.3.1 O Empreendedor

Ele esteve entre os últimos que tocaram o Codeter SE Paraense e permaneceu durante o período de maior evidência do seu declínio. Nas suas palavras, esta foi uma história curta, de pouco tempo atrás.

É servidor de uma empresa ligada à administração pública federal e que se dedica ao desenvolvimento de pesquisa e à transferência tecnológica para o meio rural no Brasil.

Antes de atuar no Codeter SE Paraense, trabalhou 4 (quatro) anos em Paragominas-PA, no Nordeste Paraense, onde passou a ter um maior contato com a política de desenvolvimento territorial rural, por ocasião de sua participação no projeto Agro Futuro<sup>79</sup> e por ter atuado como representante do poder público na composição do Núcleo Diretivo e do Núcleo Técnico do Colegiado daquela região.

Foi transferido para Marabá-PA, em 2014, já no contexto do desmonte, como ele mesmo observou mais tarde. Quando chegou no Sudeste Paraense, haviam duas questões que o preocuparam de imediato:

- (a) o pouco conhecimento da unidade de apoio de sua empresa por parte das instituições e organizações da sociedade civil que se encontravam instaladas no território;
- (b) o pouco conhecimento que tinha do território onde passou a atuar a partir daquele momento.

Fazer parte do Codeter SE Paraense ofereceu condições básicas para que enfrentasse essas duas questões. E foi o que fez.

Primeiro, com o Colegiado, “peregrinou pelo território”: “a gente foi mais nessa linha de conhecer e tentar colocar algumas tecnologias da Embrapa à disposição né, das secretarias de agriculturas onde a gente tinha acesso através do Codeter”.<sup>80</sup>

Segundo, a partir do Colegiado, “demarcou território”: “[...] eu saía me apresentando e apresentando a Embrapa, no meu primeiro mês de trabalho aqui. Percorri todos os municípios. A partir daí, a gente começou a “marcar território”, a expressão não é essa?”.<sup>81</sup>

Percorrer os municípios do Território do SE Paraense era também atividade do Colegiado, função básica e necessária na oficina de mobilização dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil para participarem das plenárias anuais e reuniões. Chamávamos essa atividade de “rodadas territoriais” e o Empreendedor sempre nos acompanhava desde que havia sido eleito para presidente do Colegiado.

Entretanto, a partir do segundo semestre de 2016, dado os eventos que se seguiram, colou-se a nós um incômodo dilema: de um lado, apesar dos cortes orçamentários efetuados pelo Governo Federal logo após o *impeachment*, os recursos financeiros destinados aos Nedets foram garantidos até o final daquele ano, o que, para nós, significava ter dinheiro em caixa suficiente para custear as “rodadas” e fazer a mobilização da plenárias. Porém, de outro lado, não havia cenário qualquer, nem nacional, nem regional, nem local, para que organizássemos essas duas atividades. Mesmo assim, eu, o Artífice, o Observador, a Arquivista e o Empreendedor decidimos usar os poucos recursos que tínhamos para redirecionar as “rodadas” no sentido de verificar nos municípios do SE Paraense a situação em que se encontravam os seus conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e, a depender desse quadro, procurar reativá-los para que tivéssemos uma base de onde resistir aos tempos sombrios que então se anunciavam.

---

<sup>79</sup> Projeto voltado ao estímulo do empreendedorismo no meio rural, geração de renda e criação de pequenos negócios. Foi executado com recursos do BDES e abrangeu, inicialmente, o Territórios da Cidadania do Nordeste Paraense-PA, da Grande Dourados-MG e o Território do Sisal-BA.

<sup>80</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 22 de janeiro de 2021, na cidade Marabá-PA.

<sup>81</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 22 de janeiro de 2021, na cidade Marabá-PA.

Em 2019 ele deixou a presidência do Colegiado e retornou mais ativamente à unidade de apoio de sua empresa. Está lá até hoje e coordena ações de inovação tecnológica no meio rural. Está empolgado com a possibilidade de investimentos no cultivo do açaí e do cacau. Tem praticado corridas com a família e monitorado regularmente sua saúde. Participou até de algumas competições municipais.

No final, pedi a ele para me indicar uma outra pessoa para dar continuidade às entrevistas. Ele me sugeriu um bom número de funcionários públicos com quem eu poderia me informar sobre Pronaf, ATER, PAA etc. O que me chamou a atenção é que eram outras pessoas as suas referências, diferentes daquelas do nosso tempo (até 2016).

Foi quando perguntei a ele sobre os representantes da sociedade civil e do poder público que faziam parte do Codeter SE Paraense com quem havíamos trabalhado. Então ele disse: “Não tenho contato! Com quem eu falo é com o pessoal do IFPA, né; o Observador, a filha dele até estagiou lá na Embrapa com a gente, e de vez em quando a gente conversa, mas pouca coisa.”<sup>82</sup> O conteúdo de sua fala me mostrava que para ele a vida seguira o seu curso, cada uma, cada um seguiu seu caminho, alguns mais do que os outros. Em muitos casos, para direções diferentes: para muitos, tratou-se de voltar a fazer o que aprenderam e já faziam antes do Colegiado, e retornaram para os seus antigos postos de trabalhos, sobretudo os representantes do poder público há bastante tempo. E ali resistiram. Para outros, estes não tiveram a oportunidade de desenvolver os laços que iniciaram no colegiado, por causa de eventos como o fim da política.

No geral, o que é possível depreender desse pequeno deslocamento?

- (a) Em primeiro lugar, as histórias no Colegiado compunham uma vida associativa que fora progressivamente desestruturada após: a interrupção da política logo após a sua criação (2010-2013); a extinção do MDA e da SDT (2016); a eleição de um governo conservador e autoritário com um claro projeto voltado ao agronegócio da região (2018); a destituição definitiva do Colegiado, agora sem legitimidade (2019); e as restrições impostas pelo contexto da pandemia da covid-19 (2020).
- (b) Em segundo lugar, o desmonte efetuado no Colegiado representou para o Sudeste Paraense uma descontinuidade definitiva da política de desenvolvimento territorial para o meio rural, pois, se, como em 2014, houve certa “paralisação” da política em função de cortes e adequações orçamentárias necessárias para o financiamento dessa política, a partir de 2019 essa condição passou a ser definitiva com a promulgação do Decreto 9.759/2019.

Sobretudo entre aquelas e aqueles que representavam as instituições do poder público, a eleição de Bolsonaro dividiu muitos corações e mentes no Codeter SE Paraense, como relatou o Empreendedor. Nesse sentido, a vida associativa ficou fragmentada entre histórias que se distanciaram e se polarizaram (existem deslocamentos bolsonaristas desde o colegiado), distanciamentos inevitáveis e encontros ao estilo da sociabilidade urbana presente em “Sinal fechado”, de Chico Buarque.<sup>83</sup> Até hoje prometo uma visita ao Empreendedor, a fim de tomar um café, falar sobre o passado e colher uma informação aqui e ali, mas, como ele mesmo diz, está em outra “vibe”, a pensar no futuro.

---

<sup>82</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 22 de janeiro de 2021, na cidade Marabá-PA.

<sup>83</sup> SINAL fechado. [Compositor e intérprete]: Chico Buarque. São Paulo: Phillips/Phonogram, 1974. 1 CD (33:24 min).

### 3.3.2 O Observador

“Rapaz, eu gostaria de participar, eu atuei na área de sociologia, então eu acho interessante porque eu gosto de participar para fazer algumas observações. Sou muito observador”,<sup>84</sup> foi como ele demonstrou à sua colega de trabalho seu interesse em participar do Codeter SE Paraense, em 2010, na condição de representante da secretária para onde havia retornado.

O Observador é um apoiador realista da política de desenvolvimento territorial no Sudeste Paraense, como é possível entrever de sua entrevista.

De início, faz questão de nos informar, com certa alegria, que participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PTDRS) do Território da Cidadania do Sudeste Paraense (2010).

Em seguida, ao descrever as principais conquistas do Colegiado, demonstrou conhecer bem quais foram as políticas agrícolas priorizadas ao longo dessa história, como também é capaz de identificar quais os contratos que foram aprovados, quais os que se encontravam atrasados até aquele momento e o *status* daqueles que foram implementados.

De sua posição, de dentro da administração pública, dissertou bastante sobre como enxergava a estrutura político-administrativa disponível para articular as ações do poder público nos níveis federal, estadual e municipal e promover a descentralização das políticas de desenvolvimento territorial. Porém, era bastante realista em relação às possibilidades desse quadro. Com observou, “[...]” via Colegiado, sinceramente... Belém nunca ligou para isso, não. Nunca. No sentido assim: depois dessas mudanças (*impeachment* e extinção do MDA), Belém não mais respondeu positivamente a respeito desse assunto”.<sup>85</sup>

Para ele, um problema central que explicava essas distorções se referia à presença de duas concepções de como se relacionar com a política pública: uma, que era a territorial, e compreendia a política de desenvolvimento para o meio rural; e a outra era a “político partidária”, que neste caso, só valorizava o Codeter Se Paraense desde que lhe trouxesse ganhos políticos.

Na época em que o entrevistei, ele me falou que, após diminuição gradativa da participação das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e mesmo de outros setores do poder público nas assembleias e reuniões; ele voltou para o setor onde trabalhava e desde esse tempo tem procurado manter a ideia da abordagem territorial da política, construindo propostas de com pensar a gestão de políticas a partir de uma aplicação dessa abordagem.

Talvez eu não tenha força para representar, enquanto Colegiado, mas uma das propostas que eu fiz lá em Belém era que a Sedap tivesse, nas suas coordenadorias regionais, uma pessoa responsável pela motivação dos conselhos municipais, que na área de atuação da coordenação tivesse uma pessoa responsável para fazer isso, né?!<sup>86</sup>

Ao que tudo indica, na sua visão, uma saída para o desmonte e uma forma de “salvar” a política seria a de que as prefeituras a assumissem, assim como a coordenação dos colegiados. Para ele, essa estrutura já estaria disponível no Sudeste do Pará, havia apenas a necessidade de transferir a gestão dos colegiados para as prefeituras municipais. Porém, o que escapou ao olhar do Observador é que realizamos essa entrevista no dia 26 de janeiro de 2021 e, por volta desse período, o governo Bolsonaro já havia completado um ano e nos encontrávamos em plena pandemia da covid-19. E foi nesse cenário que o governo federal fez os primeiros ensaios na direção apontada pelo Observador, mas nesse caso, a transferência de responsabilidades para os estados e municípios se referia à compra das vacinas contra a covid-19.

<sup>84</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 26 de janeiro de 2021, na cidade de Marabá-PA.

<sup>85</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 26 de janeiro de 2021, na cidade de Marabá-PA.

<sup>86</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 26 de janeiro de 2021, na cidade de Marabá-PA.

No que se refere às políticas para o desenvolvimento territorial dos espaços rurais, o PAA pode ilustrar essa estratégia, pois durante a pandemia da covid-19, foram transferidos recursos financeiros de forma emergencial às prefeituras que não se encontravam inadimplentes naquele momento, para que procedessem à compra de alimentos por meio dessa modalidade de política. Em trabalho de campo foi possível fazer o registro dessa estratégia para o caso da prefeitura de Marabá-PA, em entrevista realizada junto à Secretaria de Assistência Social de Marabá.<sup>87</sup>

Atualmente, o Observador ainda é agente do poder público, mas não o colocam mais na posição de representação. Tem muitas ideias, boas ideias, mas também não as valorizam. Tem um sítio próximo à cidade para onde vai os finais de semana e sua esposa trabalha no conselho municipal de merenda escolar. Ele continua, vai adiante e segue a vida.

Quando finalizo sua entrevista e depois de transcrevê-la fico com a impressão de haver um infeliz paralelo, algo meio incomodo, entre o abandono, o desmonte da política de desenvolvimento territorial para o meio rural, a destituição do Codeter SE Paraense, e a falta de reconhecimento de uma geração que aprendeu muito da abordagem territorial, que acumulou um conhecimento importante sobre como implementar políticas públicas por meio da participação popular, mas que hoje não encontra espaço e muito menos reconhecimento onde trabalham.

---

<sup>87</sup> Como nos relatou Luiz, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários de Marabá: “Marabá tem uma particularidade: nos aderimos ao PAA em 2020-2021, já na covid-19. O governo federal pegou um recurso que tinha sido destinado aos municípios que tinham que executar o PAA e que não conseguiram executar, por sua vez. Disponibilizou para os estados e os estados disponibilizaram aos municípios que queriam fazer essa contrapartida de fornecimento via PAA. Só que ele era bem específico: a aquisição de alimentos da agricultura familiar ia diretamente para os espaços de acolhimento ou para as ONGs que também trabalhavam com acolhimento. Marabá tinha o CRAS do Amapá como referência e ponto de apoio, e daí distribuía para espaços de acolhimento da pessoa idosa e para o ‘Lar São Vicente’. Eram os dois beneficiados que estavam inscritos para isso, nessa modalidade: a gente fazia a aquisição, os agricultores entregavam as mercadorias e a gente fornecia para o acolhimento” (Entrevista de pesquisa concedida em 23 de março de 2023, na cidade de Marabá-PA).

### 3.3.3 O Extensionista

Foi criada do projeto Lumiar. Em seguida, entre 2005 e 2006, passou a fazer parte da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará (Fecat), alcançando posteriormente a coordenação dessa entidade.

O segundo momento de sua história se refere à inserção no Colegiado.

Como nos explicou, a Fecat se constituiu em uma organização próxima à Fetagri, à Fetraf e ao MST, e com se relacionava com o governo, num modelo desde o confronto, como a luta pela terra, até uma interação mais colaborativa com o poder público, a exemplo do acesso ao crédito rural, às políticas para a organização da produção e da comercialização. “Então a Fecat sempre fez parte disso, claro, foi inserida nesse processo para participar realmente do conselho do Codeter e teve assento durante todo esse tempo”.<sup>88</sup>

Seu deslocamento desde o Colegiado tem início um pouco antes de 2016, quando se afastou para abrir uma empresa privada de assistência técnica, e logo em seguida ajudar à construção da Rede ATER Pará, da qual passou a ser presidente.

Relata que nos dois últimos anos, desde a saída de Dilma Rousseff da presidência, o setor de assistência técnica vem declinando.

Não é que a assistência técnica estatal seja tão ruim, é porque eles não dão conta da demanda; são poucos profissionais, com pouco custeio, com pouca estrutura e não conseguem atender. Marabá tem mais de cem assentamentos, mais de sete mil famílias, estou dando só um exemplo de Marabá, entendeu?! E se tu vais no escritório local da Emater, tu tens cinco ou seis profissionais para isso tudo; um carro, duas, três motos. Resumindo, a política pública da assistência técnica parou mesmo totalmente.<sup>89</sup>

Em um contexto como esse, o desmonte das políticas para o fortalecimento da agricultura familiar, que se tornou mais evidente a partir de 2016, foi o que de pior aconteceu: “se com o MDA não estava bom, imagina sem ele?!”.<sup>90</sup>

Mesmo assim, avalia que houve uma grande contribuição que se pode creditar ao Codeter SE Paraense, e se refere ao aprendizado de como priorizar políticas públicas para o meio rural a partir da participação e do debate entre as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e representações do poder público. “Então o debate era sempre nesse sentido, de pensar projetos e segmentos, vamos dizer assim, em torno da agricultura familiar com problemas que a gente tinha. Esse era o foco do debate, vamos dizer assim”.<sup>91</sup>

Atualmente, o Extensionista já não se encontra mais no Colegiado representando a Fecat, e muito menos Rede Ater do Pará. Desde 2019 ocupa cargo público no Município.

---

<sup>88</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 31 de maio de 2021, na cidade de Marabá-PA.

<sup>89</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 31 de maio de 2021, na cidade de Marabá-PA.

<sup>90</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 31 de maio de 2021, na cidade de Marabá-PA.

<sup>91</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 31 de maio de 2021, na cidade de Marabá-PA.

### 3.3.4 O Guardião

Migrou do Maranhão para Marabá, no estado do Pará, no início da década de 1980. Foi posseiro, fez parte de movimentos políticos dentro da igreja e, ainda cedo, aos 18 anos, veio a se tornar sindicalista, como me explicou mais tarde. Ele lembra dessa ocasião com muita alegria, e certo orgulho! Naquele momento, sua indicação para essa posição foi resultado de muita confiança e de admiração por parte de seus colegas quanto ao seu empenho em defender o direito de trabalhadores rurais na região.

Assim como muitos de seus companheiros, foi jurado de morte, seu nome e o de outros posseiros apareceram em uma lista de marcados para morrer.

Hoje, os sinais de preocupação em sua testa lembram a feição dos meus tios maternos. Às vezes ele parece alguém conhecido. Mas é o tempo.

No Colegiado do SE Paraense era membro do STTR do município e representou a Fetagri Regional Sudeste por um tempo. Era muito próximo ao Artífice e à Arquivista. Além das ideias compartilhadas com eles, havia uma perspectiva política e uma longa história de luta que os aproximavam em uma grande amizade, já de longa data. Era fácil perceber isso quando os observava nas plenárias, nas reuniões, na oficina, nos atos políticos e nas poucas ocasiões que os encontrei fora dali.

Em sua entrevista, reconhece que o processo de construção do Codeter SE Paraense, a partir de 2003, representou um período de ampliação dos projetos para os trabalhadores rurais e assentados, apesar de haver poucos técnicos logo no início. Como exemplos disso, cita a criação dos assentamentos; o programa Luz para Todos; a construção de cursos na Unifesspa e no IFPA, voltados para os filhos de assentados; a aquisição de infraestrutura, entre outras políticas.

Mesmo assim, é capaz de nos apontar a existência de duas ordens de mudança que o incomodam profundamente.

A primeira delas decorre do cenário do imediato pós-2016, quando Michel Temer assumiu interinamente a presidência: a extinção do MDA e o consequente cancelamento de diferentes políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar não afetaram apenas o funcionamento dos assentamentos, mas se fez sentir nas prefeituras, nos municípios, nas estradas e vicinais, assim como no poder de compra dos trabalhadores rurais. Esses eventos foram “um baque daqueles que a vasilha está de cara para cima e (depois) emborca ela”.<sup>92</sup>

A segunda ordem de mudança, e que parece ter como referência um aspecto geracional, afeta o controle dos territórios dos assentamentos e a representatividade política dos trabalhadores rurais. Por um lado, isso tem a ver com a substituição dos “assentados pioneiros” por uma nova geração que não (re)conhece a história dos posseiros, dos sindicalistas e da luta pela terra e pelo estabelecimento dos assentamentos. Ele relata a presença cada vez maior de uma perspectiva de tempo imediatista, sem uma preocupação com o futuro, e que afeta a ocupação dos lotes. Por outro lado, quanto à representatividade política dos trabalhadores rurais, denuncia que “[...] o sindicato, hoje, só faz questão de aposentadoria, vendendo declaração para os trabalhadores, o que não pode. Eu sempre fui contra: se eu sou associado, eu não preciso pagar mais porque eu já estou quite, eu não vou cobrar, vou exigir meu direito. E hoje, os sindicatos que tem aí, meu amigo, faz vergonha a gente andar em sindicato”.<sup>93</sup>

O tempo, ele nos dispensa. Quando me dirigi à casa do Guardião para realizar essa entrevista, vi que o tempo havia passado para nós dois: eu, com dores constante na costa, com a visão já comprometida e de óculos. Ele com os cabelos brancos. Mas para ele, esse não é um bom sinal. Disse que assim se refém a ele hoje em dia:

---

<sup>92</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 16 de novembro de 2022, na cidade de Marabá-PA.

<sup>93</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 16 de novembro de 2022, na cidade de Marabá-PA.

“Olha, ele tá de cabeça branca, não vai voltar mais para o sindicato”. [...]. E quem vai assumir a demanda dos trabalhadores no futuro? A gente formou quadros que não serviu para nós, não está servindo para nós. Isso a gente tinha, os trabalhadores que pelo menos, pelo menos um que dizia: “vamos entrar para o sindicato que o meu futuro é ser o presidente do sindicato, presidente da cooperativa, um presidente para trabalhar a questão dos assentamentos com os trabalhadores.”<sup>94</sup>

O desmonte de políticas, e a destituição do Colegiado que o acompanhou, parecem ter acelerado mudanças que já estavam ali.

O Guardião foi “aposentado”, assim ele me disse. Após o fim definitivo do Codeter SE Paraense em 2019, e durante a pandemia da covid-19, a Fetagri Regional Sudeste fez novas eleições. Uma mulher assumiu e a federação parece tomar um novo rumo atualmente. Os STTRs também mudaram. Após a entrevista finalizada, ele me disse que vez ou outra ainda vai à Fetagri, mas como uma espécie de “consultor”.

Hoje, ele e sua esposa passam a maior parte do tempo na roça, cuidando do lote no assentamento onde moram. Nos finais de semana, recebe a “visita” dos seus filhos, e há duas semanas eu também fui lá. Levei umas cervejas para abirmos após o almoço. Durante a conversa, próximo a hora de vir embora, ele me disse, “esse mês tem reunião da Fetagri, eu acho que eu vou”.

---

<sup>94</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 16 de novembro de 2022, na cidade de Marabá-PA.

### 3.3.5 A Rosa

Por indicação do Artífice, eu entrei em contato com ela, via *whatsapp*, e iniciamos um processo corrido, na busca de compatibilizar nossas agendas para a realização de mais uma entrevista. Após sucessivas trocas de mensagens e áudios, conseguimos marcar um encontro para o mês de janeiro, de 2023, em uma das secretarias do MST em Marabá. Descobri que é bem próximo de casa.

Quando cheguei e vi a Rosa, lembrei dela. Ela também, mas não me reconheceu imediatamente, e depois ficou surpresa ao saber que eu ali com ela. Logo em seguida, ela me acolheu e já mais à vontade realizamos a entrevista.

Embora o seu depoimento refletisse certo cansaço e até mesmo incredulidade em relação aos resultados da política de desenvolvimento territorial na região, Rosa foi uma das que mais enfatizou o papel do Codeter SE Paraense e demonstrou compreender a concepção de sua proposta.

Ela reconheceu o Codeter enquanto um espaço de encontro, de discussão e de articulação, questões essas muito importantes para a formação política de movimentos sociais, de organizações da sociedade civil e até mesmo de agentes públicos. Era uma boa relação, como ela me disse.

Destacou que essa boa relação, principalmente entre “os três movimentos do campo” – MST, Fetagri e Fetraf – foi responsável por fazer avançar a política de criação de assentamentos nas assembleias do Colegiado, onde foram aprovados processos de desapropriação de imóveis rurais e a compra das fazendas na região, como a Calmé, a Tibiriça, a Fazendinha etc.

Explicou, como ela mesma fez questão de deixar claro, que essa não foi a política mais importante, sobretudo para o MST. Para além do agrário e do agrícola, o Codeter SE Paraense era parte da construção coletiva de projetos para o território, pois “Nós tínhamos uma pauta coletiva dos movimentos sociais do campo, então tinha essa importância que passava por dentro do Codeter, entendeu?”.<sup>95</sup>

O Colegiado era também mais um espaço de encontro entre esses 3 (três) atores: a Fetagri, a Fetraf e o MST. Diante disso, cabe questionar: o que nos resta após o fim de um espaço como este? O tempo que passou é o mesmo que agora nos confunde, e o tempo que nos confunde, cansa! Para muitas e muitos de nós, restou o longo retorno às bases de onde viemos e, na falta dessas, seguir a vida.

Rosa nunca deixou o MST. O que resta a ela então? Nas suas palavras,

Então, nós não vamos se isentar de fazer o debate, de reunir com os outros movimentos e criar um grande debate na sociedade e na formação do povo brasileiro mesmo. Para dizer isso, inclusive: que nós não estamos iludidos de que o Lula vai resolver tudo, vai fazer a reforma agrária, vai desapropriar terra. Não é assim não, não é muito fácil tu desapropriar terra, não!<sup>96</sup>

Ao final da entrevista voltei para casa, caminhando enquanto pensava no quanto eu não conhecia aquela mulher. Passei a admirá-la a partir dali. Sua entrevista talvez seja a que melhor encarne o que seria uma história individual entrelaçada a um deslocamento mais resiliente frente ao desmonte das políticas públicas pelo qual passamos. E para isso concorreram muitos acontecimentos, não apenas o aprendizado de novas capacidades, como o trabalho remoto, as reuniões *onlines* e a organização de mobilizações feitas por meio de redes sociais. Mas essa, é uma outra história.

---

<sup>95</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 23 de janeiro de 2023, na cidade de Marabá-PA.

<sup>96</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 23 de janeiro de 2023, na cidade de Marabá-PA.

### 3.3.6 O Advogado

Nomeei de advogado, mas sua história foi por ele construída em uma íntima relação com a igreja, principalmente com a sua tendência mais combativa politicamente.

Ele foi fruto das pastorais sócias da igreja, militou na pastoral da juventude, desenvolveu trabalhos com a Cáritas do Brasil, e a CPT. É formado em gestão empresarial, mas destaca a importância de sua relação com as comunidades rurais na definição de seu perfil de trabalho. Em 2009 surgiu a oportunidade de trabalhar junto à SDT, desempenhando papel de poio à política de desenvolvimento territorial para o meio rural brasileiro, na condição de articulador estadual, resultado de sua contratação por meio de um acordo de cooperação entre o MDA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

No seu caso, enquanto articulador, seu papel foi o de intermediar fluxos de informações entre o governo federal, através do MDA, e a esfera do governo estadual do Pará e das prefeituras municipais, além dos colegiados, evidentemente. Ele “qualificava, refinava as informações para esses atores, incluindo prefeitura.”<sup>97</sup> No início, dentro do estado do Pará, foi responsável por cobrir os territórios do Baixo Tocantins e Marajó, o que lhe permitiu conhecer bastante do estado do Pará.

Além dessa possibilidade, destaca a importância da participação das universidades e institutos federais, dos núcleos de extensão em desenvolvimento territorial (Nedets), de sua participação em eventos e conferências nacionais, cita o exemplo do “Salão dos Territórios”, entre outros, o que lhe possibilitou qualificar suas informações e um grande acúmulo de conhecimento sobre os meandros da política, assim como da diversidade territorial dos colegiados no estado do Pará.

De sua entrevista, é interessante reter aqui algumas de suas observações quanto aos sentidos que a política adquiriu no que se refere ao desenvolvimento territorial para o meio rural no estado do Pará.

- (a) “Do ponto de vista do empoderamento, eu acredito piamente que conseguiu empoderar uma boa parte de organizações, de movimentos, de grupos, sujeitos que, dada a sua história, como mulheres e jovens no espaço rural, são pessoas que têm politicamente mais fragilidade por conta do acesso à informação, por conta do acesso às ferramentas e níveis de dificuldades por conta dessa alta burocracia que é o fluxo dos recursos”;<sup>98</sup>
- (b) “Uma outra coisa que é interessante dizer é que, pelos territórios, era possível que um grupo ímpar, que só existisse num território e não existisse nos outros territórios do estado, nem em outros territórios do Brasil, pudesse ser tratado com tanta importância como qualquer outro grupo hegemônico nos estados ou no país”;<sup>99</sup>
- (c) “os territórios discutiam coisas pequenas, infelizmente as coisas grandes acabavam não passando, mas eu acho que a transformação acaba acontecendo nas coisas pequenas, por exemplo, o Proinf, que é aquele pequeno recurso, aquilo tinha todo um processo de debate, de articulação, de envolvimento, as pessoas entenderem a lógica da coisa e tal. Então, assim, esse recurso era fantástico pela capacidade que o território tinha de priorizar uma organização produtiva, uma dinâmica, uma cadeia, um arranjo ou, quem sabe”;<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 05 de janeiro de 2023, na cidade de Marabá-PA.

<sup>98</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 05 de janeiro de 2023, na cidade de Marabá-PA.

<sup>99</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 05 de janeiro de 2023, na cidade de Marabá-PA.

<sup>100</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 05 de janeiro de 2023, na cidade de Marabá-PA.

- (d) “A outra política, mesmo com graves dificuldades, mas que se acentuou mais com os Nedets, é aquela coisa de apoio aos territórios, que era o recurso para bancar os assessores e o recurso para bancar as realizações das atividades, e eu acho isso fundamental. Por quê? É possível que um território, como por exemplo, no entorno de Castanhal, que é tudo ali pertinho, tu tenhas um amigo, alguém da Emater que pega o seu carrinho, bota mais três, quatro pessoas de um município ali, e todo mundo chega ‘rapidola’. Mas, por exemplo, lá no Baixo Amazonas não teria possibilidade disso sem esse aporte do recurso público, nem no território do Sul do Pará e Alto Xingu, devido as próprias distâncias naquela região ali de Conceição do Araguaia, Redenção, Santana do Araguaia, aquela região toda”;

Destaca ainda as particularidades que as políticas de ATER e de crédito rural assumiram dentro da abordagem territorial da política de desenvolvimento para o meio rural. Mas, gosto de destacar uma de suas reflexões mais importantes durante a entrevista, pela profundidade que ela atinge. Após uma longa abordagem dos eventos que se seguiram ao *impeachment* de Dilma Rousseff, ele diz o seguinte:

- (e) “[...] foram muitos eventos nacionais ouvindo os colegas articuladores estaduais, os professores dos Nedets das universidades que colaboravam na gestão dos territórios; isso enriqueceu muito a minha visão da política pública, da gestão, da importância da participação das pessoas; isso me ajudou muito porque, lógico, quando eu iniciei o debate da política, minha visão era a partir dos movimentos sociais, por causa da fonte de onde eu bebia, por causa da minha experiência de início na minha trajetória de vida, da minha trajetória política. O movimento social era a grande referência, o território vai me fazendo passar um pouquinho para compreender o papel da gestão pública, do poder público. Então eu saio um pouquinho de um momento de hostilidade da administração pública para entrar um pouco mais nela, porque como consultor eu não era parte dela, mas eu estava dentro dos interesses da administração pública também. Então eu começo a compreender como ela funciona e saio dessa fase da hostilidade, de dizer que tudo no governo é ruim, de que tudo nessa esfera não presta e tudo mais. É aí, na última fase dessa minha trajetória na abordagem territorial”.

Há aqui duas questões importantes a serem destacadas:

De um lado, é possível perceber em seu depoimento a presença de uma dimensão que vem ganhando cada vez mais atenção nos estudos de política pública. Trata-se de tomá-la como um campo onde se opera a fabricação de si mesmo (Aguião, 2018).

De outro lado, o último ponto destacado pelo Advogado caracteriza bastante um outro padrão de interação socioestatal, de caráter mais colaborativo e baseado na criação de “domínios de agência” (Houtzager, 2004; Lavallo *et al.*, 2019) para a formulação de políticas públicas, como uma forma de “ganhar” o Estado (para restituir aqui o termo usado pelos posseiros no Sudeste do Pará).

Este último destaque caracteriza bem o deslocamento efetuado pelo nosso querido entrevistado durante o período mais difícil da política e ilustra um aprendizado que envolve não apenas conteúdos factuais e procedimentais da política, como também conteúdos atitudinais, referentes a si mesmo. Hoje, ele é diácono permanente da diocese. Tornou-se advogado, como ele mesmo disse, ainda quando estava no período da política. Juto com sua esposa, organiza consultorias nas zonas rurais na região do Nordeste Paraense, e como vocês poderão conferir no apêndice VII, esta foi uma entrevista que ainda não terminou.

### 3.3.7 O Consultor

Aos 15 anos fez curso técnico em agropecuária. Em seguida, passou a ser assessor da Fetagri e, a partir de 2009, esteve entre os primeiros que coordenaram o Codeter SE Paraense. Permaneceu durante dois anos na região. Foi um período de experimentação, como disse.

Ainda rapaz jovem, foi colocado para representar a Fetagri no Colegiado. Quando poucos sabiam do que se tratava o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), ele e o Artífice se puseram a ler os documentos sobre essa política pública, começaram por fazer pequenas rodas de leitura e diálogos, na CPT, na Fetagri, nas sedes das cooperativas; após seis meses começaram a debater com a universidade, com o curso de Educação do Campo, na época, da UFPA; viram que a constituição do Colegiado trazia algumas coisas interessantes,

[...] era essa questão da definição dos investimentos voltados às novas tecnologias, ao processo de qualificação e melhoria dos sistemas da terra, propriamente dito; aí os movimentos de luta pela terra começaram a se engajar e naquele momento tinham duas pessoas que manjavam do negócio, entendiam do negócio, tinham lido todas as cartilhas e tal, que era eu e o Artífice.<sup>101</sup>

Após perceberem pouco engajamento, seguiram numa campanha de mobilização nos municípios do Sudeste Paraense, para articular

[...] lideranças dos sindicatos, conversar com as prefeituras através das secretarias da agricultura que tínhamos mais contatos à época, para que elas pudessem se engajar no processo; então começamos a explicar para eles: “olha, a política territorial é uma política de debate de construção de recursos financeiros, mas também da própria política pública; o que que o território tem de necessidade? E, a partir dessas necessidades, vamos fazer algumas prioridades para iniciar as coisas”<sup>102</sup>

Como explicou, na época, para a Fetagri, o Colegiado era mais uma frente de luta, daí a necessidade de ocupá-lo, pois “Tinha possibilidade de angariar recursos, de debater estratégias que pudessem favorecer o meio rural, os agricultores familiares, os sindicatos dos trabalhadores rurais, ou, mesmo, em nível de estado, a Federação”.<sup>103</sup> Para eles era uma política embrionária, e nos primeiros anos de funcionamento, a participação maior foi das organizações da sociedade civil.

Na época, fez ainda o curso de Serviço Social, com uma bolsa Prouni. Mas em 2011, o Consultor enfrentou problemas, foi ameaçado de morte e adoeceu emocionalmente. Com isso, mudou-se para Belém para fazer terapia e tratamento, e em seguida retornou para a casa de sua mãe. Quando estava melhorando de saúde, recebeu uma ligação da Arquivista, convidando-o para participar da composição de um Núcleo de Extensão, mas dessa vez, na região do Nordeste Paraense.

Embora tenha observado que após o *impeachment* em 2016, todo mundo ficou desgostoso sobre como ficariam as políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, consegue observar que se tratava de um processo muito anterior a esse período. Nas suas palavras,

---

<sup>101</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 20 de março de 2023, na cidade de Marabá-PA.

<sup>102</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 20 de março de 2023, na cidade de Marabá-PA.

<sup>103</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 20 de março de 2023, na cidade de Marabá-PA.

[...] era um processo que vinha em declínio, teve uma ascensão no governo Lula, início do governo Dilma deu uma puta de uma guinada, e no meio do primeiro governo Dilma, já começou a dar sinais de que o negócio não ia funcionar mais direito, por conta de desalinhamento, na minha opinião, sobre o entendimento do que que era essa política para o Estado. A primeira coisa que fizeram foi cortar os recursos, é o de praxe, foi todo mundo que assessorava para a rua, na verdade foi, mas não foi, porque ninguém disse que era para todo mundo ir, ficou segurando as pessoas sem as perspectivas necessárias; eu fui cuidar da minha vida.<sup>104</sup>

O Consultor está em um deslocamento bem difuso, ainda que em um campo de políticas públicas, como é o da assistência social. Está em outra rota nos dias de hoje; perdeu contato com as organizações, movimentos sociais e agentes do poder público do Codeter do Nordeste Paraense, onde atuava; já foi contratado por uma empresa privada em Marabá; passou por experiências desastrosas quando decidiu investir no mundo empresarial em Igarapé-Miri-PA e em Breves-PA; após ter trabalhado em São Domingos do Capim-PA, como assistente social, trabalha atualmente em Acará-PA, na mesma profissão. Reconhece que para o bom desempenho em sua área, a experiência no Codeter SE Paraense, e depois no Nedet do Nordeste Paraense, geraram um grande aprendizado sobre participação popular, políticas públicas, resolução de conflitos e, por isso, constituem-se em grandes contribuições para sua trajetória. Mesmo assim, como disse ao final de nossa entrevista: “eu vejo que é aquela questão, de seis anos para cá a vida muda muito, né? A gente foi adquirindo outras responsabilidades e outras questões a fazer, que hoje é difícil a gente reengajar nisso”.

---

<sup>104</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 20 de março de 2023, na cidade de Marabá-PA.

### 3.3.8 O Artífice

Ele me conta a história do Colegiado a partir de sua biografia, pois, como o filho mais velho de um pai sindicalista, aprendeu cedo a importância de fortalecer relações de cooperação mais horizontais, e como articulá-las. Esse aprendizado foi uma condição fundamental que se colocou para o seu engajamento em espaços de participação popular para a implementação de políticas públicas.

Explicou a mim como a ditadura militar foi responsável por hierarquizar as organizações sindicais que existiam durante esse período, mas acrescentou que após a redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e o estímulo à criação de espaços de participação popular no Brasil, os STTRs foram “ganhados” e foram criadas as primeiras Centrais Sindicais aqui no Sudeste do Pará.

Então para ele, quando a política de desenvolvimento territorial chegou à região e em 2008 foi instituído o Codeter SE Paraense, haviam condições preexistentes que foram importantes para esse processo. Como disse, existia já um “movimento sindical”.<sup>105</sup>

Em sua narrativa, lembrou ainda de acontecimentos bem específicos a respeito da formação histórica da Fetagri, da Fetraf e do MST na região, “os três movimentos do campo” que fizeram parte do Colegiado. Destacou a importância algumas conquistas obtidas nesse curto período, entre elas o fato de terem pautado a articulação de políticas nitidamente agrárias, como a da criação de assentamentos, e as de caráter marcadamente agrícola. Nas suas palavras, “o que mais mobilizava naquele tempo, fora a instituição assentamento, era o funcionamento do assentamento. Então batia muito sobre a questão das casas, da estrada, da assessoria técnica etc.”<sup>106</sup>

Este é o Artífice. Ele possui uma história particular que não é apenas uma parte da longa caminhada de organização política dos posseiros, da formação dos sindicalismos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, da construção da representação da agricultura familiar, do surgimento do movimento de trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, e da luta por políticas públicas para o meio rural no Sudeste Paraense. Como a maior parte dos seus amigos, a sua história se confunde com a desses eventos.

Quanto o questionei acerca das transformações recentes, organizou sua síntese distribuindo os efeitos imediatos da extinção do MDA no Colegiado, em 2016, em duas direções.

No que se refere à política agrária, denunciou os cortes no orçamento do Incra e o desvio das funções da ATER, “contratadas” por fazendeiros para fazer o levantamento de títulos de terra naquele momento, numa clara tentativa de “regularizar” a grilagem. No sentido da política agrícola e de promoção da segurança alimentar e nutricional, citou o cancelamento dos contratos de ATER, de projetos Proinfs já aprovados para os territórios rurais, e das compras públicas de alimentos da agricultura familiar, já efetuadas como o PAA para aquele ano.

Já bastante incomodado e visivelmente triste, fez questão de enfatizar em sua narrativa o esvaziamento das plenárias do Codeter SE Paraense, pois para muitos, inclusive para ele, diante das transformações que acabara de elencar, não havia sentido para mobilizar uma plenária, por exemplo. A sobrevida do Colegiado e o declínio de suas funções se arrastaram até a sua completa remoção, no ano de 2019, quando finalmente foi decretada oficialmente a destituição dos colegiados da administração pública federal, pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, nos primeiros meses de governo Bolsonaro. Por fim, a pá de cal veio com a pandemia da covid-19, quando se instaurou “o grande silêncio do cemitério”.

---

<sup>105</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 03 de março de 2019, na cidade de Marabá-PA

<sup>106</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 05 de janeiro de 2023, na cidade de Marabá-PA.

Mesmo diante de um diagnóstico nada animador como esse que havia acabado de desenhar para mim, ele afirmou com bastante certeza que:

[...] nós vamos ter que retomar o que era bacana dessas conversas, que eu chamaria de muito republicanas, dos responsáveis dos órgãos públicos discutindo política pública com os responsáveis das classes sociais, isso é para ser mantido. Agora a forma, acho que teremos que fazer alguns acampamentos dentro desses negócios porque vão ter que respeitar a gente. Volto a dizer: quero ver autoridade se sentar numa mesa, não uma mesa de conferência, não para abrir e fechar uma conferência. Por que não podem participar de um, de um GT?<sup>107</sup>

Ele nunca deixou de se engajar no que aprendera ao longo de sua história. Desde o fim do Colegiado passou a se dedicar às seguintes atividades:

- (a) tem integrado fóruns e outras arenas de debate de políticas públicas, como o Conselho Diretor do IFPA e, mais recentemente, o Fórum de Educação do Campo e a construção da Rede Paraense de Agroecologia.
- (b) fez participação especial em documentários de circulação nacional e internacional, como pude constatar depois, e, ainda abalado pela perda recente de um de seus companheiros, de sua geração, tem se dedicado a escrever o texto de suas memórias, com o objetivo de publicá-lo.

Diante do novo cenário que se anuncia, sua maior esperança ainda é o retorno do Codeter SE Paraense.

Mas o tempo andou mexendo com a gente.

Após finalizar nossa entrevista, eu o convidei para sentamos uns minutinhos a mais na cantina do Campus 3, da Unifesspa. Tomamos um café ralo pelos velhos tempos e para esticar um pouco mais a nossa conversa. Logo após, caminhamos até o estacionamento e me despedi dele. Subiu em um ônibus que estava saindo ali próximo. Foi quando escutei no meio da fumaça alguém gritando, era a Educação do Campo: “Ei, ei, ei... Puuxa, precisava falar com ele!”. Então eu disse: “acho que ele não te escutou”. E ela disparou: “Parece que ele está perdendo a audição. E pelo visto, tu também”.

---

<sup>107</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 05 de janeiro de 2023, na cidade de Marabá-PA.

### 3.4 Explorando os sentidos dos deslocamentos desde o Codeter SE Paraense-PA.

Para uma visão de conjunto dos deslocamentos apresentados anteriormente, cabe pensar o seguinte: quais são seus sentidos? Na língua portuguesa, a palavra sentido possui duas acepções: na primeira, sentido é bem próximo à ideia de significado: algo que faz sentido, que possui significado. Mas pode se referir também a uma direção, o sentido de um caminho, de um percurso, até mesmo de um deslocamento.

Nesta seção do Capítulo III da tese, o objetivo foi o de explorar os sentidos compartilhados nas histórias de vida anteriormente registradas, a fim de estabelecer diferentes tipos de deslocamentos. Para isso, foi necessário organizar, distribuir e aproximar as narrativas que deram sentido àquelas histórias, levando em conta questões importantes, tais como:

- (a) *a presença da política pública e a participação na história do Colegiado*, por parte daquelas e daqueles que realizavam a função de representação no Codeter SE Paraense. Tratou-se de saber se ainda hoje as histórias possuíam a política pública de desenvolvimento territorial com *um terreno comum* onde se articulavam parte dos seus encontros na região do Sudeste Paraense (2009).<sup>108</sup>
- (b) *a posição no Colegiado e as atividades e ocupações na política pública*. A composição do Codeter SE Paraense foi organizada a partir de *uma divisão*, pois, assim como em outros espaços como este, a composição desta arena foi dividida entre (a) os representantes do poder público e (b) as representantes das organizações da sociedade civil, resumidamente, embora tenha variado bastante o modo concreto de como foi feita a ocupação de cada um desses âmbitos.<sup>109</sup>
- (c) *a ocupação após o declínio e a destituição do Colegiado*. Significou saber até que ponto o fim do Colegiado afetou as histórias individuais, até que ponto promoveu uma desestruturação dos percursos daquelas e daqueles que representavam no Colegiado, seja no que se refere às posições ocupadas nesse subsistema de política pública, seja quanto às relações com as entidades que representavam.

A partir dessas questões, passeia agrupar o conteúdo das entrevistas já transcritas e das narrativas então fabricadas da seguinte maneira: de três agentes representantes do poder público que desempenharam esse papel no período de existência do Colegiado, apenas um deles não faz mais parte do poder público. Da parte das organizações da sociedade civil e movimentos sociais, foram entrevistados cinco representantes, entre eles, apenas dois passaram a fazer parte da administração pública nos dias de hoje, exercendo cargos políticos ou como contratados para prestar apoio às atividades desse setor.

Finalmente, para aproximar as histórias de vida recentes e delinear os deslocamentos revelados pela pesquisa, de modo a definir suas características, fiz sucessivas aproximações entre elas levando em conta os seguintes critérios: a história anterior ao colegiado; o papel desempenhado no Codeter; o aprendizado nessa arena; e, no contexto da destituição do Colegiado, o seu percurso por diferentes esferas de trabalho e de sociabilidade, tais como: setores do Estado, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais, partidos políticos, mercado etc.

---

<sup>108</sup> Dos entrevistados, quatro deles – o Empreendedor, o Observador, a Rosa e o Advogado – não participaram do momento inicial da institucionalização do Codeter, embora conheçam os meandros dessa história, como demonstraram em suas entrevistas.

<sup>109</sup> De acordo com a Resolução n. 48, de 16 setembro de 2004, e a Resolução n. 52, de 16 de janeiro de 2005, Condraf, os colegiados de desenvolvimento territorial deveriam apresentar uma composição representativa e que fosse diversa, obedecendo à orientação de mínimo de 50% das vagas para representantes da sociedade civil organizada e de no máximo 50% para representantes do governo.

### **3.4.1 Deslocamentos de passagem e de retorno.**

Referem-se às histórias individuais que passaram a fazer parte do Codeter SE Paraense um pouco tarde, após a sua institucionalização na região. Por isso, percorreram um curto intervalo de tempo e pouco participaram das rotinas, das atividades e das discussões dessa arena.

Mas isto não quer dizer que não houve empenho por parte daqueles que representam esse tipo de deslocamento, pois, como se pode depreender dos seus depoimentos, assumiram posições importantes, participaram de atividades centrais e conseguiram se apropriar de maneiras diferentes do conhecimento acerca do funcionamento da arena.

As narrativas do Empreendedor e do Observador ilustram bem esse tipo de deslocamento. São deslocamentos de passagem e de retorno porque após a destituição do Colegiado, retornam ao mesmo setor da administração pública onde trabalhavam. Voltaram a fazer o que faziam antes, e, a levar em conta as burocracias de seus locais de trabalho, encontram muitas dificuldades para mobilizar o pouco aprendizado que fora obtido nos tempos do Colegiado, e nem passaram a ocupar outros postos de trabalho mais acima nas hierarquias administrativas.

### **3.4.2 Deslocamentos provisórios e de ajustes sucessivos de trajetórias.**

Aqui o caso mais ilustrativo é o do Consultor e do Advogado.<sup>110</sup> É um deslocamento que se refere à construção de outros percursos a partir da inserção de seu sujeito em situações de pouca segurança em relação à grande dependência que existia de suas vidas, consumo e ideias em relação à política pública que foi desmontada.

Em suas histórias individuais, eles são levados a um constante se deslocar entre espaços de trabalho nem sempre próximos uma ao outro, e de representação política (organizações da sociedade civil, mercado ou poder público, por exemplo), onde permanecem sob condições frágeis e provisórias de permanência (contratos de trabalho, prestação de serviço). Essa situação se torna responsável por levá-los à um processo constante de (re)construção e de ajustes de suas trajetórias e em relação às suas estratégias de (sobre)vivências.

Aqui nada deve ser lido pelas lentes do empreendedorismo neoliberal, pois, no contexto que estamos tratando, os sujeitos deste tipo de deslocamento iniciaram seus percursos a partir de uma etapa de forte inserção no âmbito das organizações da sociedade civil e de movimentos sociais, tais como sindicatos de trabalhadores rurais, federações, associações da agricultura familiar, movimentos de luta pela terra, entre outros.

Esse engajamento antecedeu à institucionalização do Codeter SE Paraense e, por isso, foi fundamental para o bom desempenho de suas performances. Quando passaram a participar dessa arena, assumiram posições de protagonismo nesse processo. O resultado disso foi um acúmulo de conhecimento acerca da história da política de desenvolvimento territorial, do Colegiado e das relações de poder com as quais operavam o processo de implementação das políticas. Esse conhecimento constitui, nos dias de hoje, parte de suas capacidades de se adaptar às situações de sobrevivência na esfera do poder público e da sociedade civil, ou mesmo no mercado.

---

<sup>110</sup> Apesar de o Extensionista, aparentemente, ter cumprido o mesmo percurso que o Consultor: início em organizações da sociedade civil, participação no Codeter SE Paraense, inserção na iniciativa privada e, finalmente, entrada na esfera do poder público, não podemos considerá-lo como representativo de um Deslocamento Provisório e de Ajustes Sucessivos de Trajetória, e isso por dois motivos, pelo menos. Em primeiro lugar, está ausente o caráter compulsório do seu deslocamento, pois sua saída do Colegiado não se deu em função da destituição dessa institucionalidade, mas de sua candidatura a um cargo na gestão pública municipal. Em segundo lugar, o desempenho de seu percurso pode ser considerado de relativo sucesso e estabilidade, se comparado ao do Consultor, o que evita àquele ter de efetuar os ajustes em situações de vulnerabilidade.

### 3.4.3 Deslocamentos resilientes, na luta pela terra e contra o esquecimento.

Não queremos dizer que os deslocamentos apresentados até aqui não são resilientes, mas essa talvez não seja a característica que mais se destaca naqueles que foram apresentados até o momento.

Para aquelas e aqueles entrelaçados a esse terceiro tipo de deslocamento, o final do Codeter SE Paraense afetou em muito o curso de suas vidas. Mas, como antes, voltaram a fazer o que haviam aprendido com o tempo e sem muita garantia de proteção. Para elas e eles, o correr da vida e a construção de suas resiliências tem um sentido Rosiano porque “[...] a vida é assim: esquenta e esfria, aperta daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (Rosa, 2021, p. 293).

Aqui nos referimos às histórias individuais do Guardiã, da Rosa e do Artífice. Para ela e eles, resistir e se fortalecer nesse processo foi o que aprenderam desde que passaram a militar nas organizações da sociedade civil dedicadas à representação de trabalhadores rurais e agricultores familiares, e nos movimentos sociais como o MST.

Se recapitularmos a pequena história dos eventos que sacudiram a política de desenvolvimento territorial rural, tais como a interrupção da política logo após a sua criação (2010-2013), a extinção do MDA e da SDT (2016), a eleição de um governo conservador e autoritário com um claro projeto voltado ao agronegócio da região (2018), a destituição definitiva do Colegiado (2019); e as restrições impostas pelo contexto da pandemia da covid-19 (2020); é possível afirmar que a resistência enquanto retorno às suas bases tem sido uma constante em suas relações com essa política pública. Embora sejam afirmações feitas diante de um pequeno recorte, isso nos mostra que retornar às bases e às antigas atividades, permanecer em pé, enganar, negociar, contornar e, quando não houver mais saída, enfrentar o tempo que consome a todos, tornam-se estratégias legítimas e inovadoras e uma constante na história desses deslocamentos.

A Rosa, por exemplo, mantém-se no MST, seu percurso não foi alterado, a não ser a necessidade de se adaptar ao mundo das redes sociais e dos trabalhos remotos, herança da pandemia do novo coronavírus. O Artífice, sempre o encontro na Unifesspa. Mantém-se forte. Está às voltas com a escrita de sua memória e tem ocupado outros espaços de participação e fóruns temáticos, como o da agroecologia que recentemente passamos a mobilizar. O Guardiã, finalmente, à sua maneira, também luta pela terra e contra o esquecimento, de si e da história de onde veio. É teimoso, e hoje faz às vezes de um consultor da Fetagri, é o que tem mantido ocupada a sua cabeça, mãos e pernas.

### 3.4.4 Um deslocamento não tratado, mas observado em campo.

Muitas entrevistas não foram realizadas em função de contingências já esperadas em uma pesquisa, a exemplo da dificuldade de agendamento com a atual representação da Fetagri Regional Sudeste, apesar de inúmeras tentativas. Em outras situações, a entrevista não foi realizada a pedido da própria interlocutora, como aconteceu com a Arquivista, constantemente lembrada ao longo da tese. Essas são situações compreensíveis e que ilustram o desenrolar das dificuldades de qualquer processo de pesquisa.

Entretanto, nada pode ser comparado aos efeitos brutais e inesperados da pandemia, como indiquei na Introdução.

Para além disso, devo fazer um registro importante, de um deslocamento que fora identificado em campo, mas que não consegui dialogar, infelizmente. Não consegui alcançá-los, nem mesmo depois da flexibilização no trato com a covid-19. Mas penso que é importante fazer o registro de sua ocorrência. Principalmente para pesquisas futuras. Então, que deslocamento foi esse? Trata-se daquele cujo sentido está associado à ascensão do governo Bolsonaro, e foi por isso mesmo que o denominei de deslocamento “bolsonarista”, como duas cenas de pesquisa deixaram entrever.

A primeira delas foi no dia 10 de fevereiro de 2020, em uma audiência pública realizada no auditório da Câmara Municipal de Marabá, tendo como presidente Nabhan Garcia, Secretário Nacional de Assuntos Fundiários à época (ver Figura 4).

Eu estava na plateia e encontrei alguns interlocutores do Codeter SE Paraense, além de professoras e professores da universidade e militantes do MST. Ficamos ao fundo do auditório. Enquanto a audiência seguia, houve pronunciamentos críticos, manifestação de protestos e uma tensão se instalou naquele lugar. Como era de se esperar, Nabhan “acuou os Sem-Terra em seu discurso, cortou a palavra de servidora do Incra e mandou a plateia fazer silêncio várias vezes”, como muito bem resumiu matéria do jornal local. Nesse momento, ali atrás pude escutar falas de apoio ao Secretário, que reclamavam a falta de “ordem no campo”. Escutei ainda outros depoimentos que enxergavam com bons olhos a apresentação do “Programa Terra Legal”. Ordem e titulação definitiva, foram os dois significantes que ali indicavam a ascensão do bolsonarismo na região e em espaços como o Colegiado.

A segunda cena ocorreu um tempo depois, no dia 22 de janeiro de 2021, após finalizar a entrevista com o Empreendedor. Quando desliguei a gravação feita pelo *Google Meet*, prolongamos um pouco mais nossa conversa sobre aquele período, o cenário político do Brasil e lembramos do passado recente. A partir de um determinado momento, ele passou a me revelar os nomes de pessoas conhecidas e de representações do Colegiado que haviam declarado apoio ao “Bozo”, conforme as suas palavras. Lembrou do dia da audiência pública e de um incidente que envolveu Nabhan e uma servidora da SR-27, do Incra em Marabá, naquela ocasião. Disse que achou a confusão entre os dois um pouco estranha, pois ela mesma já havia declarado apoio ao governo Bolsonaro. Entretanto, conforme foi citando mais nomes, nada foi mais chocante do que ouvir dele a informação de que uma de nossas lideranças na região, militante muito querida e ligada aos movimentos nacionais de organização das mulheres no campo e de luta por direitos territoriais, também havia se declarado bolsonarista. Após encerrarmos nosso diálogo, entrei em contato com outros informantes, lideranças sindicais, militantes e pesquisadoras do Pará e do Maranhão a fim de checar essa informação. Tristes, todas as demais fontes me confirmaram o fato, e acrescentaram que esse posicionamento se devia a uma relação muito próxima entre aquela liderança e a sua igreja, evangélica. Fé?



**Figura 4** – Audiência pública sobre regularização fundiária, realizada no dia 10 de fevereiro de 2010. Destaque para a participação dos movimentos de luta pela terra e por direitos territoriais no Sudeste Paraense, apesar de ter ocorrido amplo apoio às demandas do “Programa Terra Legal” e à promessa de entregar “600 mil títulos definitivos de propriedades para a agricultura familiar”. Auditório da Câmara Municipal de Marabá, Marabá-PA.

Foto: SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (2021).

Em função das eventualidades já relatadas, não consegui entrevistar as representações que atuaram no Codeter SE Paraense que passaram a apoiar o bolsonarismo no meio rural, nas instituições do poder público e nos movimentos sociais. Mesmo assim, é possível cogitar a hipótese de que esses seguimentos de histórias de vida representem um dos mais radicais da atualidade e que se fizeram presentes no Colegiado como um dos efeitos do desmonte de sua política de desenvolvimento territorial para o meio rural. Deixo aqui apenas esse pequeno registro, que ficou mais aparente a partir do fim dessa institucionalidade.

### **3.5 O significado dos deslocamentos frente ao desmonte de políticas públicas.**

Diante de tudo isso, é possível questionar o seguinte: o que pode contribuir uma abordagem das consequências pessoais para a análise do desmonte de políticas públicas?

De fato, ao final desse trabalho, e de posse dos resultados obtidos até aqui, não é possível concordar no todo com o debate do *policy dismantling* a respeito desse tipo de mudança de políticas, que, quando leva em consideração os efeitos para além dos limites da política pública, tende a tratá-los como efeitos indiretos, uma vez que restringem o escopo da análise à dimensão *policy* da política pública. No caso de nosso tema de pesquisa, o desmonte atinge diretamente as novas institucionalidades participativas e, rapidamente, fez avançar o processo de desdemocratização de políticas como a de desenvolvimento territorial, ao desestruturar os deslocamentos e trajetórias pessoais que foram construídas junto ao Pronat e ao PTC. Senão, vejamos o seguinte:

Em primeiro lugar, se o ponto de partida for o que contam os pequenos seguimentos das histórias de vida recentes, aqui pesquisadas com o objetivo de rastrear as consequências pessoais do desmonte, parece mais pertinente ponderar que o declínio das institucionalidades participativas promovido diretamente pela aceleração do desmonte da política de desenvolvimento territorial a partir de 2016, chegou à sua etapa final com o Decreto 9.759, em 2019, ao destituir definitivamente os colegiados dessa política, a única “peça” que aparentemente restava. Mas não foi apenas esse o fator responsável, some-se a isso o fato de que a vida associativa dessa institucionalidade em particular já se encontrava bastante desestruturada até esse momento, as histórias de vida das representações já seguiam para outras direções a essa altura, e, por fim, não houve mobilização o suficiente para remediar ou mesmo fazer retroceder os efeitos daquele decreto, apesar de o Supremo Tribunal Federal ter concedido liminar para limitar o alcance daquele decreto, no dia 13 de junho de 2019 (Pontes, 2019).

Em segundo lugar, há a tentação de defender que, em um contexto de grandes restrições como esse, as histórias de vida são levadas a se “reinventar”, como querem os defensores do desmonte. Não é o caso aqui, pois os efeitos de um processo como este, nesse nível, são de caráter mais difusos como aponta a pesquisa. São ainda bastante heterogêneos em sua composição, pois se constituem de trânsitos diversos, e, por isso, produzem diferentes tipos de deslocamentos (Feltran, 2006), mas a maioria deles é de caráter “compulsório” porque não estão associados a um projeto como o “democrático popular”, a aposta que fora celebrada ao final da década de 1980, mas são fabricados em meio à violência de um governo autoritário que minou as políticas de proteção social. Esse tipo de deslocamento constitui-se uma verdadeira estratégia de sobrevivência e de resiliência frente às tendências desestruturadoras da vida associativa, de remoção de direitos e de destruição de todo e qualquer espaço de participação democrática, seja ele estatal ou não. Dos pequenos seguimentos das histórias de vida aqui pesquisadas, é possível contar 6 deles (levando em conta a da Arquivista) que demonstraram interesse em um retorno da política de desenvolvimento territorial e na reconstrução do Colegiado do Sudeste Paraense. E desses, poucos continuaram a participar de outros espaços de discussão e implementação de políticas, a exemplo do Artífice e da Rosa, o que interrompeu o aprendizado dessa política, sobretudo de sua concepção da abordagem territorial (Delgado; Leite, 2015).



**Figura 5** - Reunião entre ativistas, coletivos, organizações da sociedade civil da cidade e do campo e movimentos sociais de luta pela terra com o objetivo de organizar uma representação do Sudeste Paraense para participar do I Encontro Paraense de Agroecologia, realizado em Santarém-PA. O motivo maior desse encontro foi dar o *start* para a criação da Rede Paraense de Agroecologia (REPA), que até então não existia no estado. Unifesspa, Campus I, Marabá-PA.

Fonte: SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (2023).

Mas, e apesar disso tudo, é possível falar dos legados da política de desenvolvimento territorial rural? É possível considerar os espaços de discussão atuais como legados dessa política? (ver Figura 5, anteriormente)

Acredito que sim. Entre eles, é possível dizer, seguramente, que o Codeter SE Paraense conseguiu articular um campo discursivo em torno de suas categorias-chave, como o papel das instituições governamentais federais, o *mix* de políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, a abordagem territorial, o funcionamento de sua institucionalidade participativa, entre outros; que se colocam como um arcabouço e um conjunto de categorias a partir das quais são formulados os sentidos dados aos deslocamentos que a partir daí foram criados. Além disso, é também de onde partem a formulação de novos modelos de como encarar o futuro, a exemplo da mobilização recente em torno do debate da agroecologia, há muito dependente das políticas agrárias e agrícolas, mas que agora parece se colocar como uma agenda abrangente, com capacidade de mobilizar as forças que restaram do antigo Codeter SE Paraense.

## CONCLUSÕES

Quando o tema da pesquisa da tese ficou mais claro para eu e meu orientador, quando enfim decidimos não desperdiçar a experiência com o SE Paraense para refletir acerca dos efeitos do desmonte que avançava aceleradamente desde 2016; eu não imaginava que iria acabar por colocar em perspectiva as histórias de vida daquelas e daqueles que atuaram como verdadeiros mediadores ao longo da existência do Codeter SE Paraense. Esse foi o fio condutor da pesquisa, mesmo quando ainda não sabia, e mesmo durante boa parte de seu avanço. E não poderia ter sido de outra forma, pois a cada intervalo na Pós-Graduação no Rio de Janeiro e retorno à cidade de Marabá, foram aquelas pessoas com as quais eu mantive um diálogo duradouro, muitas vezes para além dos limites do Colegiado, o que me permitiu, de certo modo, olhar por sobre seus ombros e prestar mais atenção em outros detalhes muito importantes para entender os efeitos do desmonte, sobretudo aqueles que se colocaram no âmbito de suas histórias de vida.

Foi por isso que na organização do material escrito, comecei por explorar a história responsável por construir o quadro no interior do qual aquelas histórias de vida ganhavam sentido e, ao mesmo tempo, acrescentavam diferentes matizes a um processo que nos habituamos a interpretar canhestamente: a ocupação da região que ainda hoje denominamos de Sul e Sudeste do Pará.

Assim, no Capítulo I, vimos que as raízes institucionais que condicionaram e que deram sentido à construção da ação coletiva na região do Sudeste Paraense estão ligadas à história da organização política dos posseiros, da construção da suas representações na agricultura familiar e da relação entre as organizações da sociedade civil no campo e o MST, de onde resultou o estabelecimento de um padrão particular de interações socioestatais, mais consolidado no final da década de 1990, direcionado não apenas à luta pela terra, como também à luta por políticas públicas. Isso significa que, quando levamos em conta não apenas a luta pela terra travada por movimentos sociais como o MST, como também a experiência de sindicalização e dos movimentos relacionados à agricultura familiar; é possível dizer que as relações que se estabelecem entre sociedade e Estado não se baseiam apenas no confronto político, mas envolve a inserção de atores sociais na esfera do Estado também, podendo envolver até relações de cooperação. A partir dos anos 2000, esse padrão particular de interação passou a definir a organização e funcionamento do Codeter SE Paraense, bem como a construção de alianças e a negociação da ação pública do Estado desde a partir desse espaço de participação social. Com efeito, a história regional desses personagens nos mostra que espaços como este do Colegiado são constantemente ressignificados por meio de suas interações, e atuam, ao mesmo tempo, como (a) espaço de interação socioestatal; (b) arena interorganizacional onde é construída uma vida associativa; e (c) território de disputas por recursos, bens públicos e poderes: espaço de dominação e da política contenciosa (o Estado captura essa dimensão no período recente).

Acontece que estes espaços, bem como as capacidades dos movimentos sociais que os construíram – fortalecidas em função de sua maior participação na formulação e implementação de políticas públicas; foram duramente contestados, mesmo no período em que foram mais valorizadas por iniciativas governamentais a exemplo dos governos do PT. Nessa direção, colocaram-se ações como as das “agroestratégias” (Almeida, 2010), que desde a década de 1990 promoveram discursos de questionamento, revisão e de alterações no que se refere aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, assim como no que diz respeito às políticas

voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Atualmente, é como se essas iniciativas tivessem evoluído para uma estratégia governamental mais sistemática de cortes, reduções e de completa remoção daquelas políticas, alcançando a condição de um verdadeiro processo de “desmonte sistêmico”, para usar as palavras sugestivas de Sérgio Leite (2021).

Por isso, no Capítulo II, procurei apresentar a abordagem do *policy dismantling* como uma via possível para interpretar esse fenômeno, ciente de suas limitações, sobretudo no que se refere à análise dos seus efeitos, muito restritos à dimensão *policy* da política de desenvolvimento territorial rural. Dessa perspectiva, conseguimos chegar até a compreensão de que o desmonte foi responsável pela desmobilização das ações coletivas que eram organizadas por meio do Codeter SE Paraense. O processo que melhor representou isso é o de seu declínio e fim, efetuado com a destituição dessa institucionalidade promovida pelo Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019. Entretanto, a realização das entrevistas e a incorporação das histórias individuais das representações das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e do poder público permitiram expandir a análise dos efeitos do desmonte. Houve, por exemplo, a retirada da autonomia das organizações, movimentos sociais e entidades de representação da agricultura familiar quanto à implementação das políticas públicas de caráter agrário e agrícola no Sudeste Paraense, como resultado imediato da extinção de conselhos, comitês, câmaras técnicas, fóruns, e órgãos colegiados, a exemplo do próprio Codeter SE Paraense.

Entretanto, a pesquisa, principalmente as entrevistas, revelou que os efeitos do desmonte são mais extensivos do que imaginamos, e alcançam até mesmo a esfera das histórias de vida daquelas e daqueles que participam efetivamente da formulação e implementação de políticas públicas.

No Capítulo III, a análise dos efeitos do desmonte do Codeter SE Paraense foi feita a partir das histórias individuais dos representantes do poder público, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil que integravam o Colegiado no ano de 2016. Essas histórias foram trabalhadas a partir de seus deslocamentos, isto é, de seus trânsitos construídos entre as dimensões das vivências individuais, privadas e públicas, e os projetos coletivos em que cada uma/um se engaja em um percurso (Feltran, 2006). A partir da análise da história anterior à institucionalização do colegiado; do papel desempenhado no Codeter; do aprendizado nessa arena; e, após a destituição do Colegiado, do seu percurso por diferentes esferas de trabalho e sociabilidade, tais como: setores do Estado, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais, partidos políticos e mercado; foi possível identificar 3 (três) deslocamentos: os deslocamentos de passagem e de retorno; os deslocamentos provisórios e de ajustes sucessivos de trajetórias; e os deslocamentos resilientes, na luta pela terra e contra o esquecimento. São deslocamentos compulsórios produzidos pelo desmonte da institucionalidade participativa, e que nos mostram ser o desmonte de políticas um processo extensivo (para além da dimensão *polity*); difuso porque atingiu histórias individuais indistintamente; e profundamente heterogêneo, pois os deslocamentos são bem específicos, embora compartilhem características mais coletivas.

Enquanto escrevia essa conclusão, dois eventos me chamam a atenção sobre o futuro dessa política pública para nossa região, o SE Paraense.

Em primeiro lugar, durante o tempo que levou sua escrita, recebi as seguintes mensagens pelo whatsapp:

- O retorno do MDA, por meio do Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023.
- A restituição do Condraf, com Decreto nº 11.451, de 22 de março de 2023.

Isso criou uma atmosfera de expectativas entre minhas entrevistadas e meus entrevistados, algumas grandes, outras nem tanto, já cansadas.

Infelizmente não temos como prever. Mas é possível apostar em um retorno. Se nossas referências estiverem corretas, é possível sim um retorno dos colegiados, mesmo porque há algo novo ilustrado pela maior importância que o debate da agroecologia vem assumindo diante de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil do campo na região do Sul e Sudeste do Pará. Isso parece ser importante para refletir que espaços como os colegiados, ou qualquer outra arena de política pública do SE Paraense podem se colocar como “Instituições habitadas” (Hallet; Ventresca, 2006), dado a forma de como foram construídas historicamente e as estratégias que esses movimentos utilizam para se apropriar desses espaços, pois os padrões de interação herdados do passado definiram uma forma de como “ocupar” esse território, uma lógica de “produzir” ideias a partir daí e as estratégias de como “resistir” desde essa arena. Como nos lembra Melucci, “os movimentos são um sinal. Não são apenas produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas” (Melucci, 2001, p. 21).

Em segundo lugar, lembro que na Introdução desta tese afirmei a necessidade de explorar outros sentidos do desmonte, com a provocação de que não é apenas a austeridade que se coloca como a matriz discursiva utilizada para justificar o recurso às estratégias de desmontagem de políticas públicas.

Como vimos ao longo do Capítulo III, foi possível identificar a presença e a configuração de uma matriz “bolsonarista”, por assim dizer, a partir da qual o desmonte passou a ser justificado com o uso de outros significados, aparentemente fora da matriz da austeridade, embora sem negá-la, evidentemente: trata-se da ideia de que os cortes nas políticas para a valorização da agricultura familiar se justificavam em função da necessidade de pôr ordem no campo; de não pensar em uma agricultura brasileira dividida, mas como se ela fosse uma só, a do agronegócio; de agilizar a titulação definitiva de lotes nos assentamentos e promover, com isso, um ambiente de maior “liberdade” para a compra e venda de terras; a criminalização dos movimentos sociais, ao lado da política armamentista etc. O que redundou, sobremaneira, na conversão de antigos mediadores, e mesmo lideranças de movimentos sociais, em apoiadores da política bolsonarista dentro de arenas públicas, a exemplo do Codeter SE Paraense. Nessa direção, esses dados apontam para o fato de que, em um possível retorno de um espaço como o deste Codeter, é necessário levar em conta a possibilidade da presença de uma matriz discursiva como essa.

Enfim, o que resta do Codeter SE Paraense?

O que nos resta é continuar, abrir caminhos para a geração que vem, pois no encontro preparatório para a construção da Rede Paraense de Agroecologia, realizado no dia 28 de fevereiro de 2003, foi visível uma ampla participação da sociedade civil organizada do Sudeste Paraense... nenhum dos representantes das organizações sociais que estavam ali era uma pessoa do extinto Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R. N. (org.) **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira. Brasília: Editora da UNB, 2021.

ABRAMOVAY, P.; LOTTA, G. **A democracia equilibrista**: políticos e burocratas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

AGUIÃO, S. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. In: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. de S.; TEIXEIRA, C. C. (orgs.) **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014, p. 115-126.

AGUIÃO, S. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

ALEKSIÉVITCH, S. **Vozes de Tchernóbil**: a história oral do desastre nuclear. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

ALMEIDA, A. W. B. de. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: ALMEIDA JR., J. M. (org.) **Carajás**: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense/Brasília: CNPq, 1986, p. 265-293.

ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. de *et. al* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101- 144.

ALMEIDA, L. L. **O Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)**: institucionalidade das relações entre Universidade e o Sindicalismo de Trabalhadores Rurais. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

ALMEIDA, R. H. **Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará**. Belém: NAEA, 2012.

ANDERSON, P. **Brasil à parte**: 1964-2019. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSIS, W. S. de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

AVRITZER, L. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. de. (orgs.) **Conferências Nacionais**: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: IPEA, 2013, p. 125-140.

AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. de. (orgs.) **Conferências Nacionais**: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: IPEA, 2013.

BAUER, M. W. *et al.* (orgs.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies and effects. Londres: Oxford Univ. Press, 2012.

BAUER, M. W.; KNILL, C. Understanding policy dismantling: an analytical framework. In: BAUER, M. W. *et al.* (orgs.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies and effects. Londres: Oxford Univ. Press, 2012, p. 30-51.

BAUER, M. W. *et al.* Dismantling public policy: preferences, strategies and effects. In: BAUER, M. W. *et al.* (orgs.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies and effects. Londres: Oxford Univ. Press, 2012, p. 203-225.

BEZERRA, C. de P.; RODRIGUES, M.; ROMÃO, W. de M. Conselhos de políticas públicas no governo Bolsonaro: impactos do Decreto 9.759/2019 sobre a participação da sociedade civil. In: TATAGIBA, L. *et al.* (orgs.) **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre/SC: Editora Zouk, 2022, p. 37-64.

BLYTH, M. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. Autonomia Literária, 2017.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-192.

BRUDER, J. **Nomadland**: sobrevivendo na América no século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

CARLOS, E. Engajamento institucional, mudança e continuidade na ação coletiva: o movimento popular e o ambientalista no Espírito Santo. In: CARLOS, E.; OLIVEIRA, O. P. de; ROMÃO, W. de M. (orgs.). **Sociedade civil e políticas públicas**: atores e instituições no Brasil contemporâneo. Chapecó: Argos, 2014, p. 29-82.

CARLOS, E.; OLIVEIRA, O. P. de; ROMÃO, W. de M. (orgs.) **Sociedade civil e políticas públicas**: atores e instituições no Brasil contemporâneo. Chapecó: Argos, 2014.

CARLOS, E. **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2015.

CARNEIRO, A. M. F.; ARAUJO, C. C.; ARAUJO, M. do S. S. de. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. **SER Social**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 29-47, 2019. DOI: [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v21i44.23479](https://doi.org/10.26512/ser_social.v21i44.23479). Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/23479](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23479). Acesso em: 20 nov. 2021.

CEFAÏ, D.; VEJA, F. B.; MOTA, F. R. Introdução. In: CEFAÏ, D. *et al* (orgs.). **Arenas públicas**: por uma vida associativa. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2011, p. 09-63.

CHAVES, C. E. Um Frei entre o Xingu e o Araguaia: circulação de informação e civilização indígena no século XIX. In: SOUZA, C. M. de; CARDOZO, A. (orgs.). **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XIX). Belém: EDUFPA, 2008, p. 121-136.

COLOMBO, E. Descrever o social: a arte de escrever e pesquisa empírica. In: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2005, p. 265-288.

CRUZ, N. F. de O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016-2019. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-20, 2020.

DA MATTA, R.; LARAIA, R. de B. **Índios e castanheiros**: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros, v.35)

DAS, V; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2009.

DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. (org.) **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 141-156.

DELGADO, N.; GRISA, C. Governança territorial, dinâmica institucional e protagonismo social territorial: revisitando um percurso metodológico seguido pelo OPPA/CPDA no marco dos estudos territoriais. **Revista Gestão, Inovação e Sustentabilidade**. Brasília, v. 1, n. 1, dez, 2015, p. 48-66.

DELGADO, N.; LEITE, S. P. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 239-259.

DELGADO, N.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. In: **Dados. Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, p. 431-472, 2011.

DIREITOS NA PANDEMIA, mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. Boletim n. 10, São Paulo, 20/01/2021. Disponível em: [https://cepedisa.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2023/02/Boletim\\_Direitos-na-Pandemia\\_ed\\_10.pdf](https://cepedisa.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2023/02/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf) , Acesso em: 16 fev. 2021.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EdUSP, 2007.

DWECK, E.; ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs.) **Economia pós-pandemia**: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo/SP: Autonomia Literária, 2020.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FEARNSIDE, P. M. Desmonte da legislação ambiental brasileira. In: WEISS, J. (ed.). **Movimentos Socioambientais**: Lutas - Avanços - Conquistas - Retrocessos - Esperanças. Formosa/Goiás: Xapuri Socioambiental, 2019, p. 317-381.

FELTRAN, G de S. Deslocamentos: trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A (orgs.) **A disputa pela**

**construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra/Campinas-SP: Unicamp, 2006, p. 371-416.

FERREIRA, M. de M; AMADO, J. (orgs.). **Usos e Abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FRANKENBERG, G. **Técnicas de Estado:** perspectivas sobre o Estado de Direito e o Estado de Exceção. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, IPEA, n. 21, jun., 2000, p. 211-259.

GARCIA, N. R. Prorural: a criação da previdência social rural no Governo Médici. **Dia-logos**, Revista Discente da Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, n. 3, set 2009, p. 147-158.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília/DF: Liber livro Editora, 2005. (Série Pesquisa em Educação, v. 10).

GRISA *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar:** mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações. Rio de Janeiro/RJ: Fundação Heirich Böll, 2022.

GUERRA, G. A. D.; MARIN, R. E. A. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais. O caso do Pará. In: Cadernos do CEAS, n. 126, p. 47-56, mar./abr. 1990. Disponível em: [https://www.academia.edu/12619045/DAS\\_ASSOCIA%C3%87%C3%95ES\\_DE\\_LAVRADORES\\_AOS\\_SINDICATOS\\_DE\\_TRABALHADORES\\_RURAIIS\\_O\\_CASO\\_DO\\_PAR%C3%81?auto=download](https://www.academia.edu/12619045/DAS_ASSOCIA%C3%87%C3%95ES_DE_LAVRADORES_AOS_SINDICATOS_DE_TRABALHADORES_RURAIIS_O_CASO_DO_PAR%C3%81?auto=download). Acesso em: 29 out. 2020.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira:** campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2013.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. In: **Lua Nova**. n.º 58, 2003, p.193-224.

HALLETT, T.; VENTRESCA, M. J. Inhabited institutions: social interactions and organizational forms In: Gouldner's Patterns of Industrial Bureaucracy. **Theory and Society**, v. 35, n. 2, p. 213-236, 2006.

HÉBETTE, J. (org.) **O cerco está se fechando:** o impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

HÉBETTE, J. A resistência dos posseiros. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia, volume II. Belém: EDUFPA, 2004a, p. 191-196.

HÉBETTE, J. Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural na região de Marabá: a construção de um nível regional de ação em parceria. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia, volume IV. Belém: EDUFPA, 2004b, p. 139-164.

HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R da S. (orgs.) **CAT – ano décimo**: etnografia de uma utopia. Belém: EdUFPA, 2000.

HEMMING, J. **Fronteira amazônica**: a derrota dos índios brasileiros. São Paulo: EDUSP, 2009.

HIRSCHMAN, A. O. **El avance en colectividad**: experimentos populares en la América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

HOUTZAGER, P. P. **Os últimos cidadãos**: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo: Globo, 2004.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1978.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis:/RJ: Editora Vozes, 1979.

INTINI, J. M. **Luzes e sombras**: negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar. 2004. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

JENSEN, C.; WENZELBURGER, G.; ZOHLNHÖFER, R. Dismantling the welfare state? after twenty-five years: what have we learned and what should we learn? **Journal of European Social Policy**, v.29 (5), 2019, p. 681-691.

JOÃO Pedro Stedile. Produção: Flow Podcast: Youtube, 2 jun. 2023. 1 vídeo (2:19:56 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G0hr1v6QDaw>. Acesso em: 15 jun. 2023.

JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C; TUMPENNY, J. Policy dismantling: an introduction. In: BAUER, M. W. *et al.* (orgs.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies and effects. Londres: Oxford Univ. Press, 2012, p. 3-29.

JORDAN, A. ; BAUER, M. W. ; GREEN-PEDERSEN, C. Policy dismantling. **Journal of European Public Policy**, 2013 Vol. 20, No. 5, p. 795–805. Disponível no site: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501763.2013.771092> , Acessado em: 29 jun 2018.

JORDANA, J. Multiple crises and policy dismantling in Spain: political strategies and distributive implications. **Political Studies Review**, v. 12, p. 224-238, 2014.

LAVALLE, A. G. A relação entre sociedade civil e Estado: do pós-transição aos desafios do novo cenário político nacional. In: FIORE, M.; DOLHNIKOFF, M. (orgs.) Mosaico de olhares: pesquisa e futuro no cinquentenário do Cebrap. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: 2021, p. 143-156.

LAVALLE, A. G. *et al.* **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019. (Sociedade e Política).

LEITE, S. P.; DELGADO, N. G.; KATO, K. Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais no meio rural brasileiro. In: DELGADO, N. G. (org.) **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010, p. 319-359.

LEROY, J-P. Da fronteira sem lei nem direitos a uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R da S. (orgs.) **CAT – ano décimo**: etnografia de uma utopia. Belém: EdUFPA, 2000, p. 3-25.

LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LESTRINGANT, F. **A oficina do cosmógrafo ou a imagem do mundo no Renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MACHADO, E. P. C. de L. **“Policy dismantling” na agricultura familiar**: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Rio Grande do Norte. 2020 (Tese) (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

MAHONEY, J.; THELEN, K. A theory of gradual institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. **Explaining institutional change**: ambiguity, agency and power. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010, p. 1-37.

MARQUES, C. F.; ROBERTO, N. L. B. O que significa desmonte? Desmonte do que e para quem? In: **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 39, n. 2, p. 6-18, 2019.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. New York: Cambridge University Press, 2008.

MEDEIROS, L. S. de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a construção de classe no campo. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

MELLO, J. **Caminhos do desmonte de políticas públicas no Brasil**: condicionantes e hipóteses. Brasília: Ipea, 2022. Versão preliminar.

MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2005, p. 25-42.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MIRANDA, R. R. **(Contra)hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sudeste Paraense**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MORO antes da fama. Produção: Meteoro Brasil: Youtube, 8 jun. 2020. 1 vídeo (14:42 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5oTN1V7uL4>. Acesso em: 15 jul. 2020.

NORTH, D. Institutions and the performance of economies over time. In: **II Annual Global Development Conference**. Tokyo, 2000, p. 1-7.

NORTH, D. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018 [1990].

OFFE, K. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLO, L. (orgs.) **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999, p. 119-146.

OLIVEIRA, R. C. de. **Os diários e suas margens**. Brasília: Universidade de Brasília., 2002.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NUAP, 2010.

PEREIRA, A. dos R. **Do posseiro ao Sem-Terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

PIERSON, P. **Dismantling the welfare state?** Reagan, Thatcher, and the politics of retrenchment. New York: Cambridge University Press, 1994.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70. 2018.

PONTES, F. STF limita decreto do governo que extingue conselhos federais. **Agência Brasil**, Brasília, 13 jun. 2019. Justiça, p. 1. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-06/stf-limita-decreto-do-governo-que-extingue-conselhos-federais>. Acesso em: 15 jul. 2020.

QUIGGIN, J. **Zombie economics: how dead ideas still walk among us**. United Kingdom: Princeton University Press, 2010.

ROLLEMBERG, D. (org.). **Histórias de vida: experiências com história oral**. Niterói: EdUFF, 2012.

ROSA, G. **Grande sertão veredas**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2021.

ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. Economia política da austeridade. *In*: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. de (orgs.) **Economia para poucos**: impactos sociais e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 14-31.

ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. de (orgs.) **Economia para poucos**: impactos sociais e alternativas para o Brasil. São Paulo/SP: Autonomia Literária, 2018.

SABOURIN E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. **The dismantling of family farming policies in Brazil and Argentina**. *International Review of Public Policy*, Valaux-en-Velin, v. 2, n. 1, p. 45-67, 2020.

SABOURIN, E. *et al.* **Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil**. *Cahiers Agricultures*, Les Uis, v.29, p. 1-8, 2020.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. Tra. Lygia Araujo. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, F. C. da. Poder econômico e política fundiária no Pará. **Pará Agrário**, n. 2. Jan./jun/1987.

SILVA, J. J. L.; SANTOS, V. M. dos; CORREIA, M. V. C. Política de saúde e desmonte do SUS no governo Temer. **SER Social**, Brasília, v. 23, n. 48, p. 191-210, 2021.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2008.

SINAL fechado. [Compositor e intérprete]: Chico Buarque. São Paulo: Phillips/Phonogram, 1974. 1 CD (33:24 min).

SMITH, R. **Propriedade da terra e transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SOUZA JÚNIOR, J. A. de. O projeto pombalino para a Amazônia e a “Doutrina do Índio-Cidadão”. *In*: **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. Belém, v. 12, n. ½, jan./dez., 1993, p. 85-98.

SOUZA JÚNIOR, J. A. de. **Tramas do cotidiano**: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: EDUFPA, 2012.

STUCKLER, D.; BASU, S. **The body economic**: why austerity kills. Recessions, bud get battles, and the politics of life and death. New York: Basic Books, 2013.

TATAGIBA, L. *et. al* (orgs.). **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre/RS: Zouk editora, 2022.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. **Movimentos sociais e políticas públicas**: São Paulo: Editora Unesp, 2021.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1972.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel Editora/Difusão Editorial, 1979.

## **APÊNDICE**

## Apêndice I –

**Identificação do entrevistado:** Artífice, representante de organizações da sociedade civil, por ocasião de sua participação no Codeter SE Paraense.

**Entrevista:** gravador de voz.

**Data da entrevista:** 03 mar 2019.

**Início:** 9:35 h

**Duração:** 1h06m32s

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva

**M1:** Estamos realizando a primeira entrevista do projeto de doutorado sobre o Colegiado do Sudeste do Pará. A proposta é estudar o que foi essa experiência aqui na região, o que restou do Colegiado após o golpe de 2016 e entender, também, o que os atores sociais que faziam parte dele estão fazendo nos dias de hoje. A gente podia começar falando um pouco da tua história de chegada ao Colegiado, como é que isso aconteceu? Como foi a criação do Colegiado aqui no Sudeste do Pará?

**M2:** A primeira coisa que tem que lembrar um pouquinho na história é de todo o meu trabalho na região, aqui, que agora vai completar quase 43 anos, já completou 42 anos: então eu trabalhei na CTP, na FATA: 12 anos na CTP e 12 anos na FATA e 12 anos na Copserviços, inclusive, coisa interessante, né? E aí quando me aposentei é que fui chamado para ser, até presidente do Codeter, se não me engano, 2011 ou 2012, teria que verificar. Mas é o seguinte, de onde vem essa história de Codeter? Eu acho o seguinte, de uma maneira muito clara: sempre fiquei muito interessado, na minha vida, de trabalhar em tudo, porque eu era o filho mais velho do meu pai, que era secretário de sindicato – que era o cargo máximo lá na França – estava sempre muito interessado e eu estava vendo que ele estava sempre favorecendo tudo o que era as relações que a gente chamaria de horizontais. Ele não se preocupava muito com as questões hierárquicas. Chegando no Brasil, na época da ditadura militar é que, mesmo as organizações que se tinham, as poucas organizações que se tinham, principalmente as organizações sindicais, eram extremamente verticalizadas. Com a democracia, a volta da democracia e principalmente a Constituição, aconteceu um movimento extremamente interessante, de descentralização e de horizontalização das relações. Por exemplo, o sindicato dos trabalhadores rurais não podia ter reunião com o sindicato dos urbanitários, não tinha espaço para isso, poderia ter, mas não era oficial. Por exemplo, a central não existia. Essa foi uma questão extremamente interessante porque o meu modelo sindical da França é tudo baseado nas centrais, mas tu és filiado a uma central, mas tu não és filiado a um sindicato porque ele é filiado a uma central: CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), organizações do campesinato, aquela história toda. Era desse jeito. Então, quando aparece para a nossa região, eu diria assim, a CTP, a FATA e todo o trabalho que se tinha, por exemplo, com a criação da Fetagri do Sudeste do Pará, foi muito interessante porque esses eram, justamente, espaços que fazia com que pessoas de lugares diferentes, que trabalhavam em coisas diferentes, podia se encontrar. A FATA, por exemplo, foi muito forte, o sindicato entre eles não se conhecia e a FATA foi justamente, a partir de um trabalho de desenvolvimento, a partir de um trabalho de formação, de capacitação, permitiu justamente um espaço, inclusive o centro lá se chama Centro de Convivência, convivência de quê? Das organizações.

**M1:** O que que era a FATA?

**M2:** A Fundação Agrária Tocantins-Araguaia foi criada a partir da ideia de gente da região aqui. A ideia nasceu quando os sindicatos de trabalhadores rurais da nossa região foram conquistados por direção, que a origem era da luta pela terra, eram combativos, que a gente chama. Se não me engano em 85 tinham 5 ou 6 municípios aqui, perai: São João, que hoje são

5 ou 6 municípios; Marabá, também tem hoje 5 ou 6 municípios; Jacundá e Itupiranga. Quando esses 4 sindicatos foram conquistados por essas direções combativas, a primeira coisa, a luta que teve foi de regularizar e reconhecer o espaço dos posseiros, nasceu em 88 os primeiros PAs, inclusive com a luta das Araras (Castanhal Araras) etc. Mas a coisa interessante, eu vou me lembrar disso, o papo que tinha com as famosas figuras do Almir em São João, do Manoel Monteiro em Itupiranga, da Maria de Jesus em Jacundá e do Antônio Chico aqui em Marabá, era o seguinte: “estamos conquistando essa terra, e aí, o que a gente vai fazer com essa terra? somo todos imigrantes”. Os mais próximos eram maranhenses, mas vinha muita gente do Sul, vinha do Nordeste. “E o que que nós vamos fazer com essa terra?” a ideia era de juntar, de procurar um espaço onde poderia ter apoio de fora do próprio movimento, isso que era interessante. Foram atrás da Emater, da Sagri e a gente percebeu que não correspondeu. Naquele tempo esses órgãos não estavam ainda democratizados, conquistados por políticas públicas, não teve efeito nenhum. Mas na nossa região aqui tinha um espaço, uma mina para pesquisa do pessoal da UFPA, né? Que estava por aqui, principalmente o pessoal do NAEA, na figura da Rosa Azevedo, principalmente da Rosa Azevedo e do Jean Hébette. Sempre tinha um bolsista e eles entravam na nossa região e ia para a CPT, fazer as perguntas, não sei o quê, para conhecer o pessoal e lá encontrava justamente esse sindicalista que estava, na época, em oposição sindical com a chapa dois, e quando conquistaram o sindicato continuou essas reuniões, no fim das contas, com a CPT para discutir as coisas. Resumindo a história, em 87, então esses sindicalistas, três ou quatro de cada sindicato foram chamados, convite pela Universidade, a ir lá no auditório do NAEA, sobre o tema, não me lembro bem como era, sobre o futuro da agricultura familiar, coisa desse tipo. A coisa interessante é a maneira que foi conduzido os dois ou três dias, esse seminário, que levou à discussão que no fim das contas, o que é que a gente precisa? Os próprios agricultores falando. Agricultor sim, mas principalmente o movimento sindical. É bom lembrar que naquele tempo se sabia do MST, mas na nossa região ainda não tinha ninguém do MST, também não tinha a Fetraf, o único movimento camponês que tinha era do movimento sindical. A conclusão final foi interessante: montaram um tripé que era: a gente precisa se capacitar para conhecer melhor essa terra, conhecer entre nós, criar relações e etc., se formar, ter uma formação sindical e tudo. A segunda, nós temos ações que a gente gostaria de tentar, a ideia que estava muito forte era a questão da instalação: quais são as futuras estruturas que precisa, como se instalar no meio dessa mata toda, o que a gente precisa conhecer? E, portanto, já que estava conversando com a Universidade, porque não encomendar pesquisa? Esse tripé que foi a ideia, e no finzinho, no último dia, veio várias pessoas da Universidade, entre outros me lembro muito bem do Alexandre Fiuza, que era pró-reitor de extensão, e o reitor da universidade, Nilson Pinto, naquele tempo, estou falando de oitenta e sete, oitenta e oito, e eles colocaram de uma maneira muito clara que estavam dispostos a apoiar. Então criaram um programa da pró-reitora de extensão que chamava CAT – Centro Agroambiental do Tocantins – o nome mudou, agroambiental, no início acho que era Centro Agrário do Tocantins, mas tanto faz. Quando nós voltamos aqui, essa ideia... Como que vai funcionar esse tripé? Ficou claro que para isso funcionar, fazer um programa de trabalho desses aqui, precisava, no fim das contas, de dois espaços importantes para discutir, que era discussão do sindicalista entre eles, por isso que criaram a FATA – Fundação Agrária do Tocantins – cujos membros são sindicatos da região daqui e os pesquisadores já tinham uma Universidade aqui, mas era principalmente o pessoal do NAEA, criaram também uma entidade deles, um espaço deles, o Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins – Lasat –, com a ideia seguinte: nas discussões desses dois espaços que deveria nascer a proposta de formação de pesquisa, de capacitação e também ação de desenvolvimento. Contando o seguinte, essa convivência começou um casamento interessante, com altos e baixos, com namoro, lua de mel, com quase divórcio, aquela história toda extremamente interessante; e precisava de um espaço, aí que nasceu a ideia de montar o Centro de Convivência, um espaço onde podia se encontrar os

sindicalistas, podia se encontrar os pesquisadores, podia se encontrar, juntar todo esse pessoal num mesmo local, aí que foi construído o Centro de Convivência da FATA, que foi um projeto montado pela Universidade, em discussão com os sindicalistas, inclusive a própria planta foi montada com eles, me lembro que o curso de arquitetura fez a planta, o curso de hidráulica, a parte sanitária (...) E o projeto foi apresentado pelo, me parece que o Alexandre Fiuza, o Jean Hébette e o Almir Ferreira Barros que era o sindicalista presidente da FATA, foi apresentado esse projeto na comunidade europeia e naquele tempo, 87 ou coisa assim, a onda era a Amazônia, o projeto foi logo aprovado, foi muito pouco tempo. Então por isso que nós temos um centro daquele tamanho etc., que foi utilizado de uma maneira muito forte até, principalmente, o ano de 2000, a partir do ano de 2000 foi mais a EFA que funcionou lá. Então a partir daí começou o trabalho de formação para os sindicalistas, de capacitação, de curso, de todo o tipo, a partir de dois grandes tipos de trabalho: um que a gente chamava “estágio de base”, os agricultores entre eles que se encontravam, principalmente área de posseiro vizinha, que tinha uma história parecida, tipo de produção parecido, para discutir os problemas deles nessa questão de escoamento de produto, dificuldade, por exemplo, muitas áreas de posseiros não tinham estradas, não tinha posto de saúde, escolas, tudo isso. E um outro aspecto que a gente chamava “estágio temático”: pedia um curso de abelha, de cupu, de receita caseira e etc, etc – esse se chamava “estágio temático” – e nós conseguimos uma verba bastante forte do governo britânico, que funcionou três anos para fazer esse tipo de trabalho de curso e a partir daí começou a se montar atividade no campo principalmente hortas, viveiro, criação de abelhas, peixe, algumas coisas desse jeito; se a gente pegar as histórias dos relatórios da FATA daquele tempo, inclusive nos teus arquivos deve ter, se tu der uma olhada tu vais ver lá, chegou até mais de 70 atividades desse tipo no campo, ainda estava nascendo os PAs, mas a gente trabalhava com posseiros naquele tempo, grupo de posseiros, e aonde a gente trabalhava o sindicato criava a sua delegacia sindical. Me lembro que esse primeiro tempo a gente passou de 48 para 128 delegacias sindicais em dois, três anos na prática, com formação sindical tanto para os diretores do sindicato como passaram na FATA mais ou menos 1.500 agricultores por ano. Ainda teve essas formas de trabalho que (...). Então, eu acho que a FATA foi a incubadora de muita coisa que aconteceu aqui. Ela foi criada em Belém, mas foi o espaço que foi utilizado para criação da Fetagri regional, a partir do momento, principalmente, quando precisou de ter uma unidade de atividade de reivindicação nessa região. Foi lá que foi criada também a primeira EFA – Escola Família Agrícola – para os meninos. Lá que foi feito, a partir de um trabalho de pesquisa, pesquisa-ação que se chamava, o agricultor dizia o seguinte: “a gente precisa fazer uma experiência sobre o arroz, na hora da safra, a gente precisa de um pouquinho de dinheiro para poder colher, só para não vender o arroz na palha”. O arroz na palha quer dizer: tu vende uma safra antes a um preço extremamente baixo. Foi um pequeno adiantamento para os agricultores, eles entravam num grupo de dez, cada um entrava com um futuro dez sacos de arroz e o valor que era oferecido na palha lá, eles já recebiam em dinheiro, entregava esse arroz no meio de julho, agosto, quando tinha trânsito possível, era estocado na Cibrazem, aqui, e quando o preço do arroz estava lá no alto, sempre no mês de dezembro e janeiro estava duas vezes o preço de março, mais ou menos, aí eles vendiam, era feito toda a contabilidade da devolução do crédito, do juros, dos gastos que foram feitos, e sobrava um valor bastante valioso. De lá, quando passou a ter 75 grupos de dez agricultores, de 75 comunidades por aqui, a FATA não podia mexer com esse tanto de arroz, aí que foi criada a cooperativa, porque podia emitir nota fiscal, aquela história toda. Foi desse jeito que foi criada a Coocat, que virou, alguns anos depois, acho que em 2003, virou Fecat, uma federação de cooperativas da região; então só para te dizer essa história toda. Então foi nesse período da FATA que já começou a Arcasul – Agencia Regional de Comercialização do Sul do Pará – que foi uma primeira articulação dirigida, inclusive, pela Coocat, acho que o presidente foi o “barbudinho” que era o presidente da Coocat, tinha seu escritório e recebia uma pequena verba para sustentar seu escritório e a ideia era fazer

levantamento da produção e como que podia vender melhor essa produção; não me lembro qual era o programa, acho que já era no tempo do Fernando Henrique essa história, na época dos anos 95, etc. Foi também por aqui que começou a se discutir o FNO especial, foi um dos primeiros créditos que nasceram, depois de uma luta grande no Brasil inteiro, Grito do Campo, etc., de ter esse crédito e os futuros Pronaf, no fim das contas. E foi nesse período, eu não me lembro bem da data, mas seria muito interessante, que foi criado o CIAT – Comissão para Instalação de Ação Territorial.

**M1:** Isso foi em que período?

**M2:** Isso daí que tu precisa ver lá. Me parece que foi em 2003 porque foi com o nascimento dos territórios, nasceu o CIAT, se não me engano, foi em 2003 com o governo Lula. Porém já em 1998 ou 1999, já se tinham os conselhos municipais, aqueles conhecidos e tudo, mas nós aproveitamos, na nossa região, via sindicato, via algumas secretarias de agricultura e algumas pessoas das Emater locais, de criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, isso antes do CIAT, já existia: funcionando ou não funcionando e tudo, mas praticamente todos os municípios ao redor dos anos dois mil criaram esse conselho municipal (...), que foi interessante porque o dia que a gente começou, já que tinha esses espaços, para fazer um convite para o CIAT, foi muito fácil, foi só chamar esse pessoal, e naquele tempo o pessoal do Lasat, que já estava dentro da Universidade, oficialmente, o escritório tinha passado da FATA para dentro da Universidade, aqui no Campus II, já eram professores daqui e tinha esse escritório. Então eles deram todo o apoio ao CIAT em questão de pesquisa e tudo, foi muito interessante, e coincidiu naquele tempo, também, de que a Copserviços foi chamada. Eu participei do trabalho de campo, você veja que nasceu como a ideia do projeto Lumiar, que foi o primeiro projeto de assessoria técnica no campo, pública, mas não estatal, a primeira vez que era uma assessoria técnica para os assentamentos. Fernando Henrique, se não me engano, eu acho que deveria ter nascido a ideia na época do massacre, de 96, mas pode ser que seja um pouquinho antes. Tudo isso aqui também foi muito favorável: a ideia do território e de montar alguma coisa que faz com que essa famosa Comissão de Instalação de Ação Territorial. Território por quê? Estava evidente, isso aqui os sindicalistas entenderam muito bem, nós não podemos ficar trancados na estrutura vertical, como se chamaria isso aqui? Federal, estadual e municipal, inclusive o sindicato estava funcionando desse jeito. Temos também que ter questões mais ligadas as relações horizontais, porque a gente tinha aprendido isso aqui muito bem na FATA, porque funcionava. Também com isso, a federação regionalizou suas Fetagris. Se não me engano, em 95, ela criou 9 regionais que já funcionavam um pouquinho como território, o quê que era? Era espaço parecido, uma história relativamente parecida, portanto a gente podia começar a fazer propostas de ações, ou internas ao próprio movimento, ou então para negociar com o estado ou entidade governamental, coisa parecida. Para que dispersar nossas forças, quando podia encontrar essa aqui; e o CIAT foi um espaço excelente para isso. Não me lembro bem as ações que foram feitas, teria que pegar um pouquinho os relatórios, eu acho que deve existir um relatório de algumas coisas naquele tempo, talvez a Arquivista poderia te informar sobre isso, mas como Copserviços a gente fazia parte do CIAT. Eu, como presidente, participei de todas essas histórias; então essa questão territorial era muito interessante, a gente estava vendo que o futuro do desenvolvimento tinha que passar por isso.

**M1:** Tu recordas, além da Copserviços, quais eram as outras organizações que faziam parte da CIAT?

**M2:** Eu acho que do CIAT participou Amazônia Rural. Como é a do João Lima, do Paulo? Bom per aí, ele tem também negócio da Amazônia. Tinha a Copatiorô, lá do Sul, a gente encontrava muito. Bom, a Copserviços era um pacotão, né? A Emater participava, a Sagri participava, tinha os órgãos públicos, o Senai participava; tinha alguns bancos, principalmente

o Banco da Amazônia, sempre o Banco da Amazônia foi muito ligado à questão do território, eu acho que é por opção do próprio banco, que sempre nessa questão do território, a gente viu. Do Banco do Brasil, foi mais a partir da opção do gerente, mas o Banco da Amazônia foi realmente, até hoje é fácil de encontrar nas reuniões... O Incra, já estava esquecendo, o Jandir do Incra. (...). A gente estava percebendo, no fim das contas, que os órgãos governamentais que oficialmente participavam era muito mais, aí eu chamaria assim, a opção do funcionário por gosto deles, do que uma grande decisão no nível de chefia e tudo. Quer dizer que, como a portaria veio do governo federal, eles tiveram que preencher as vagas, só que foi interessante para nós porque quando a gente soube disso aqui, fomos atrás das pessoas desses órgãos. “Por que tu não pega esse negócio!? Não sei o que”. Eu lembro da figura do Jandir, lá do Incra, foi excelente para nós, era um cara (nota) 10. Inclusive, se não me engano, ele foi o primeiro presidente da CIAT, foi interessante. Por isso que a partir daí, todos esses encontros que eu chamaria de territorial, no nível de território, sempre acontecia, não me lembro de ter acontecido em outro lugar, sempre acontecia no Incra, no auditório do Incra. Só no período que o Incra teve a mudança de prédio, que não tinha mais auditório, não tinha mais nada, é que a gente foi em outro lugar, mas sempre foi no Incra. Então eu me lembro dessas entidades, eu diria, mais ou menos, as mesmas entidades que depois vão compor o Codeter, mais ou menos, apesar de que eu acho que já no tempo do Codeter, já tinha muito mais entidade da sociedade civil, se não me engano, não tinha ainda as Quebradeiras de Coco, aquelas entidades. Então, o CIAT teria que resgatar um pouquinho algumas reuniões: o quê que foi, o que a gente fez, não sei o que, não sei o que (...). Então, eu acho que é isso aqui.

Diante disso, em 2008, foi criado o Colegiado – Colegiado de Desenvolvimento Territorial – se não me engano em 2008. No fim das contas, (as organizações) estavam maduras, acho que a comissão não tinha muito poder, não tinha poder de decisão, era consulta. A partir do Codeter a gente vê que, por exemplo, apareceu o Proinf, tomada de decisão, né? O Codeter podia fazer proposta, inclusive proposta de licitação para os órgãos encaminharem e etc. Por exemplo, a gente discutia ATES e muito, lá dentro. Foi muito fácil, vamos dizer, criar o Codeter e logo a coisa interessante é que é a Universidade, quer dizer o Lasat, para falar melhor, não me lembro bem, porque o Willian era a figura dos dois. Não me lembro bem se ele foi como Lasat ou foi como Universidade, se ele foi o primeiro presidente do Codeter, se não me engano, tenho que verificar isso aqui com a Arquivista. O que foi interessante para nós, porque a primeira grande ação que teve do Codeter foi de montar um plano: teve vários encontros grandes sobre a maneira que seria feito o Codeter. A ideia foi de montar um plano a partir de reunião, pequeno seminário, com os conselhos municipais para levantar as questões e tentar unificar da onde nasceu, acho que um ano, dois anos depois nasceu nosso – acho que em 2010 – nasceu nosso Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sudeste do Pará; estou esquecendo de alguma coisa que precisa verificar, me parece que a CIAT já nasceu com a ideia de Território da Cidadania, que era de favorecer algumas áreas do Brasil, e a nossa região foi. A referência me parece que era o Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo do que a média, e a nossa região aqui tinha esse problema, além do que era falado como sempre, de área de conflito, área em grandes movimentos, Carajás, não sei o que, aquela história toda; então foi desse jeito que nasceu o Codeter.

**M1:** E lembrando daquele momento, quais eram as principais pautas?

**M2:** No fim das contas, a ideia, desde o início, talvez foi um pouquinho a partir na verdade do nosso Codeter daqui, nasceu a ideia de que: “nós vamos ter um Codeter forte se os conselhos municipais forem fortes”. Portanto, é a partir dos conselhos municipais, foi a partir das reivindicações deles que tentamos unificar, ver quais são as negociações que podem ser feitas no meio dessa história, as negociações comuns que tinham todos os municípios. Me lembro que tinha muita discussão a partir do Proinf, que é o programa de infraestrutura, e no início os

primeiro Proinfs que teve na nossa região foi, justamente, para estruturar o Codeter, para poder, justamente, articular esses conselhos municipais entre eles. Só depois, por exemplo, o plano, os seminários, pautamos favorecer a questão da EFA, as capacitações, estruturar a Fecat que já estava nascendo... Uma coisa interessante é que na frente, logo no início, já em 2003, tinha os três movimentos bastante na frente: a Fetagri, o MST e a Fetraf inclusive...

**M1:** Essas eram as mais atuantes?

**M2:** A mais atuantes sempre foi a Fetagri, pelo número, mas também o MST era sempre muito presente, muito presente nas comissões de trabalho e tudo. A gente montou grupo de trabalho para poder montar esse plano, foi montado em vários grupos de trabalho para a gente montar projetos etc. Eu acho que essa que foi bastante interessante. Outra coisa que foi interessante, o Codeter ele tinha duas coisas muito importante, duas grandes reuniões: a assembleia por ano, uma que era mais para discutir o negócio do Proinf e companhia, e a outra era mais assim, para o interno, para saber como é que estava andando, o quê que podia fazer; e a segunda era extremamente interessante, que era a visita aos conselhos municipais, inclusive, com informação e já com ideia de fazer, quem sabe, um curso, uma formação para os conselheiros; chegou, inclusive, a Emater montar uma proposta com a Margarida e etc., naquele tempo. Então foi essa aqui: era tentar abrir um espaço onde podia ter uma espécie de negociação e de discussão entre a sociedade civil e o governo, o que, no ponto de vista democrático, seria muito interessante. Essa que é a grande ideia. Funcionou, é e (...); mas quais são os entraves nesses caminhos todos? Na prática, poucas autoridades com poder de canetada participavam disso, muito pouco, raríssimos os prefeitos; alguns gerentes de banco, oficialmente todos os superintendentes do Incra apoiavam, porque era dentro da casa deles e não podiam fazer outra coisa. Mas eu nunca vi, nem no tempo do PSDB, nem no tempo do PT, por exemplo, um superintendente participar fora a abertura. Quando tinha abertura com ele, nunca participava nem do todo, nem o tempo todo. E era a mesma coisa, raramente, por exemplo, tinha presidente de Emater, não sei como se chama lá da Sagri, não sei o que. Quem participava sempre era segundo escalão, e no fim das contas, gente que, ou por concurso e vinha da base, ou por opção mesmo, que eles escolhiam. A ideia era de que essas pessoas pudessem ter força de discutir nas suas entidades isso aqui, mas a gente percebeu logo que, apesar da portaria estar dizendo que quem for nomeado dos órgãos governamentais deveria receber, deveria ser liberada com diárias, com não sei o que, para poder participar etc. até hoje não ouvi falar em nenhuma vez que um funcionário recebeu uma diária porque ele participou de alguma coisa do Codeter, a não ser nos eventos estaduais e nacionais, mas no nível do regional não. Uma outra coisa que também foi interessante, em 2012, teve a Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Brasília. É claro que foi maciçamente gente dos Codeter de todo o lado que participou, porque tinha acontecido seminário territorial, estadual e nacional. Eu era presidente naquela época: engraçado, quando eu saí da Copserviços, aposentado, aí logo o pessoal me chamou. O presidente, o Willian, tinha ido para Belém, não me lembro bem se era para fazer o doutorado, não me lembro, mas tudo bem, ele foi para Belém, para o NAEA, aí me chamaram para ser presidente, exatamente nesse período a gente passou por muita dificuldade porque não tinha praticamente nenhuma verba que apoiava, mas a gente conseguia fazer as reuniões, as reuniões do nosso território. E nessa conferência, aconteceu um negócio interessante, pelo menos no grupo onde eu estava que era a questão da sustentação do Codeter etc. Aí foi pedir, solicitar, porque não tinha jeito, precisa ter um pouquinho de dinheiro para poder receber o pessoal que vem da cidade para as assembleias, aquela história toda; e nasceu a ideia de que já tinha licitação para ter assessoria, só que era muito estranho, (...) por exemplo, vinha gente de Belém, vinha gente de Manaus, de não sei de onde. Um belo dia apareceu. “Não, a gente vem assessorar vocês aqui”. E nenhuma vez foi gente da região.

**M1:** Esse era quem? Era o assessor?

**M2:** Foi na primeira fase da CIAT, do Codeter, isso foi 2002 ou, até essa famosa conferência. E nessa conferência foi feita a proposta de ter, eu me lembro muito bem a expressão: “de ter uma assessoria séria”. Não é que os caras não valiam nada, mas séria no sentido de consistente, com tempo, não sei o que... E alguns sugeriram, já que tem campus por todos os lados, por que não utilizar as universidades? Aí a ideia que voltou logo depois, que nasceu logo depois é, o MDA fez a proposição de fazer uma licitação com as universidades, da onde nasceu justamente os Nedets. Essa foi muito interessante, porque pela primeira vez teve uma assessoria séria, assim, que tu podia contar com ela, que ia ser permanente e que se sabia exatamente com que dinheiro tu podia contar. O que tu podia fazer com esse dinheiro, porque com as entidades de fora tu não sabia. Mal mandavam, na última hora, mandavam um dinheirinho para fazer o almoço e depois mais tarde mandavam um dinheirinho para a janta, era desse tipo, eu sei porque como presidente eu sofri muito. É bom eu lembrar também que ninguém no Codeter recebe qualquer coisa, que seja, de remuneração, pode ter apoio em alguns custos, por exemplo: de viagem para Belém, hospedagem etc, etc. Mas por causa de trabalho, de cargo, não se recebia nada, que é um negócio que eu acho que é muito interessante porque só vem quem quer e quem está convencido que o território é uma coisa importante, por isso eu imagino que foi por isso que teve toda essa seleção “natural”, eu chamaria assim, principalmente nos órgãos governamentais, quer dizer, aquele que acreditava foi que veio. A partir de 2013, finzinho do ano 2013, se não me engano, 2014, aí teve uma assessoria técnica oficial via universidades, a Universidade aqui ganhou, justamente, a licitação de apoio, assessoria a quatro Codeter da região daqui; e funcionou perfeitamente bem, principalmente com relação à discussão com os conselhos municipais, as assembleias no mínimo duas por ano, e uma coisa interessante que a gente tinha montado um Núcleo Diretor de, se não me engano, 5 órgãos federais, 5 órgãos da sociedade civil que conseguiu se reunir uma vez por mês, por bem ou por mau, mas conseguiu se reunir, principalmente por que tinha esse apoio de que quem vinha de fora recebia o valor do transporte; também nas assembleias: quem vinha era indenizado no seu transporte, no custo do de transporte, e também tinha hospedagem aqui, hospedagem e alimentação, então podia fazer um encontro de dois dias sem problemas.

O MDA também tinha uma equipe de apoio que era interessante, que fazia com que esses assessores ganhassem espaço junto com o coordenador do projeto, tinham espaço para discutir com o MDA: ou diretamente porque os coordenadores tinham reunião em Brasília, ou vinha nas regiões para discutir, inclusive teve alguns encontros aqui mesmo em Marabá desse pessoal do MDA, para conhecer como que funcionava o núcleo, e não sei o que e etc., né? Fora o Proinf, que todo o ano a gente montava uma proposta de um projeto de mais ou menos 400 mil reais de um projeto que podia ser uma questão mais material, no início foi mais questão de capacitação, material para capacitação etc., mas devagarzinho foi se especializando por escolha mesmo do MDA de que era mais material para ação de desenvolvimento no nível do território, tipo: um caminhão, um tanque de leite, etc., que foi por aqui. A entidade que se apresentava em nome do Codeter, porque o Codeter não tem CNPJ, era a Sagri, a Sagri foi o espaço aonde a secretaria de agricultura do estado, onde se montou toda a pequena infraestrutura do núcleo que é onde se tinha, justamente, lhes davam apoio. Foi interessante e todo ano teve esse famosos Proinf, desde o início de 2004, se não me engano, só que era muito difícil a solicitação chegar até aqui; o que funcionou muito bem foi a verba da licitação da assessoria. Eu diria assim, mal chegou à metade, no fim das contas; se perdia no meio da estrada, eu, a gente tinha um projeto que as vezes as pendências de projetos fazia com que o projeto caducasse, aquela história toda. Eu acho que não foi só por incapacidade do próprio Núcleo, muitas vezes jogaram isso aqui e isso aqui, é muito fácil jogar porque o Núcleo não tinha a capacidade de fazer o gerenciamento. Foi por momento, foi realmente a incompetência da própria Sagri, que não deu valor a esse tipo

de pequeno projeto. Acho que talvez a gente errou em ter escolhido essa entidade como responsável. Deveria ter sido uma entidade regional, nossa aqui, governamental tudo bem, mas regional. Eu acho que se tivesse sido o Senai daqui, teria sido talvez melhor, mas isso aqui é outro assunto.

Eu diria assim, o problema com o golpe, a primeira coisa que fizeram, a gente sabia que a primeira coisa que ia acontecer era fechar o MDA. Fechando o MDA, a equipe da secretaria do território, a secretaria de assuntos territoriais, não me lembro bem, também sumiu. E foi completamente desmontada todas as condições justamente de poder funcionar esse aparato, que eu chamaria assim, de Codeter, em todo o Brasil essa questão de território. Não foram extintos os territórios, não foram extintos os Codeter, só que todas as condicionantes de apoio e de favorecer a criação, a continuidade desse território não continuou, né. É interessante porque nós continuamos aqui alguns encontros para as pendências dos Proinfs, ainda continuamos a nos encontrar, pelo menos no Núcleo, nós temos cobrança, direto, de alguns conselhos municipais, inclusive com convite, nós os assessores e também quem chega lá na secretaria; por exemplo, todos os conselhos municipais que funcionavam mais ou menos, já vieram atrás da gente, por exemplo: Canaã, Nova Ipixuna e Marabá. Marabá continuou, apesar de que esses dois, Canaã e Nova Ipixuna, sempre foram na frente desse trabalho do Codeter; refizeram as eleições agora, depois das eleições municipais, remontaram a estrutura do conselho, inclusive em todos os lugares também com o apoio da Emater e do, coisa engraçada, como se chama? Do BASA local, foi interessante, a cada vez eu encontrei justamente o gerente do banco, tanto em Nova Ipixuna quanto em Canaã.

Até esse ponto, eu chamaria assim: é uma brasa que está ainda presente, mas meio abafada debaixo da cinza, mas eu sei que dando algumas condições, por exemplo reativar mais ou menos a verba da assessoria e deslocar gente para fazer esse trabalho, algumas condições de deslocamento de verba para evento e, eu acho, fazer uma proposta de uma grande capacitação para os conselheiros, tanto municipais como os conselheiros no nível do territorial, seria muito interessante, eu acho que o futuro do Codeter seria esse aqui, se capacitar para fazer a gestão do nosso território. Por quê? Porque no nível das entidades governamentais e também da sociedade tem gente que tem toda essa formação, porém teria que ser canalizada na ideia do território. Quais são, o que que é uma ação territorial? Porque essa que a gente precisa. Então a gente tem muito trabalho pela frente.

**M1:** Como é um primeiro encontro, vamos caminhar para o fim da entrevista. Você disse que, após o golpe, vocês ainda reúnem, por causa de algumas pendências, mas tu consegue visualizar alguma ação após esse evento, em relação às demandas atrasadas, ou demandas novas, houve alguma coisa por parte do Estado após o golpe de 2016?

**M2:** É, por exemplo, teve dois pedidos recentes para o Codeter se reunir, tanto no Sul, quanto no Sudeste, para fazer uma audiência pública para autorizar o Incra a comprar terra desapropriada, isso continuou.

**M1:** Fala um pouco mais sobre esses pedidos. Como é que foi?

**M2:** É uma coisa interessante até, não me lembro bem quando, que nasceu isso, mas eu sei que o Ministério Público exigiu uma portaria que faz com que a decisão de compra de uma terra, no fim das contas, quem vai autorizar, quem vai representar a sociedade para dizer: “essa terra é uma terra que tem fim de reforma agrária?”, acho que até um tempo, a decisão era do Incra, e aí, uma coisa interessante é que foi decidido de que devia ter uma audiência pública, quer dizer, no fim das contas, a sociedade é que diz que o destino desse dinheiro é para comprar uma terra para a reforma agrária, quer dizer, a terra é para a reforma agrária, não é para outra coisa. Eu acho que valida muito mais uma ação, inclusive, do governo quando a própria sociedade dá a sua assinatura, tipo um referendo, tipo um referendo é muito mais forte. Eu sei que esse aqui

nasceu já faz quatro ou cinco anos atrás que tem essa exigência lógica e democrática de que precisa uma audiência pública para confirmar o destino desse dinheiro e dessa terra. Uma coisa interessante é que em muitas verbas, para muito destino de dinheiro, etc., precisa o aval, ou de um conselho municipal, por exemplo: verba de saúde, verba de educação, verba de não sei o quê, precisa do aval do conselho municipal, por exemplo, transporte municipal também. Dessas audiências a respeito da terra, está muito claro, na portaria está citado que o Codeter, nas suas assembleias, pode, é a melhor definição de audiência pública, porque tem representantes de todas as entidades da região e etc., e é uma organização, no fim das contas, um espaço de decisão interessante.

**M1:** E essas duas assembleias trataram de quais fazendas?

**M2:** A primeira que a gente experimentou foi o Complexo Peruano; a segunda foi o Complexo aqui do Cedro. Eu nunca entendi por que depois teve despejo, mas tudo bem vamos entender a razão. Aí tem um agora lá no Sul do Pará, qual é o complexo lá que eu não me lembro, e aqui também, eu acho que é aquela região aqui do Santa Rita? Santa Maria, Santa Maria, naquela região? O Zacarias lá do Incra me disse que teve a primeira e ia ter a segunda, não sei do resultado final porque foi bem em cima do natal agora. Mas aconteceram. E inclusive o Ministério Público está sendo convidado em todas essas audiências públicas, quer dizer, que está aprovado por muitos espaços governamentais da sociedade civil. Eu acho que é um respaldo interessante que, se a sociedade afirmou que essa terra é para a reforma agrária, então é a sociedade também que pode dizer que essa terra não pode ser mais para a reforma agrária, até hoje. Porque que um juiz ou uma outra portaria poderia mudar isso aqui? Em nome de quê, se o poder é exercido em nome do povo e não sei o que. Aquele artigo primeiro da constituição. Eu acho que são espaços extremamente interessantes, ainda que eu chamaria assim, nós não conseguimos ainda se apropriar desse espaço, não conseguimos ver como uma espécie de empoderamento extremamente forte. Do ponto de vista democrático não tem, eu acho que é muito difícil encontrar um outro tipo de decisão que pode ser feito no nível do território, dessa maneira. Eu acho que também temos um outro problema que, no fim das contas, nesses conselhos todos, inclusive os conselhos municipais, quem representa a sociedade no fim das contas são principalmente representantes mais populares, é muito raro ver associação de fazendeiro, UDR, presente nesses conselhos, deveria. E numa área, num território como o nosso, aonde esse poder é muito forte, numa área onde a mineração é muito forte, numa área onde a tem presença estrondosa, inclusive pelo trem que passa dentro da nossa cidade, da Vale do Rio Doce, é um território muito particular, eu chamaria isso aqui, na nossa região. De vez em quando, essa comparação – vou terminar com isso aqui – é difícil num território onde tem onça e cutia que vive no mesmo lugar, no mesmo espaço, quem vai ganhar? Essa que é a grande questão, inclusive a territorialização, tudo isso aqui, são termos novo para nós, que a academia já fala bastante, mas que a gente precisa entender que esse daqui é um espaço de poder. Quer dizer, somos nós que vamos decidir o quê que a gente vai fazer com esses recursos naturais, e aí? Vamos sonhar, por que não? Por que não decidir o que fazer? Por que não montar uma fábrica de carro com a fábrica de ferro de Carajás se é aqui de Marabá, ou de bicicleta, ou não sei... Por que não? Já que tem alumínio, já que tem ferro, já tem o que é preciso por aqui? Bom, brincando, mas é coisa séria no fim das contas.

**M1:** Eu queria te agradecer muito.

## **INTERRUPÇÃO**

**M1:** Sobre as entidades atuais do Colegiado.

**M2:** [...].

**M1:** Sim, foi lançado um livro sobre ela, agora, não foi?

**M2:** Seria bom uma entrevista com ela, tu não vai?

## Apêndice II –

**Identificação do entrevistado:** Empreendedor, agente representante do poder público, por ocasião de sua participação no Codeter SE Paraense.

**Entrevista remota:** via google meet.

**Data da entrevista:** 22 de janeiro de 2021.

**Início:** 9:45 h

**Duração:** 1h06m20s

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

**M1:** Para começar então, queria que você falasse um pouco sobre como começou o teu contato com a política dos Territórios da Cidadania, como é que tu conhecestes essa política e como tu chegastes aos Colegiado?

**M2:** Vamos lá. É uma história meio, não é longa, mas ela é de pouco tempo atrás. Eu comecei a ter contato diretamente com as políticas territoriais quando cheguei para trabalhar em Paragominas. A Embrapa tinha um projeto lá do BNDES, com recursos do BNDES, que era o Agro Futuro, que eram três territórios do Brasil: o Território do Nordeste Paraense, o Território da Grande Dourados e um na Bahia, salvo engano (Território do Sisal). E eu comecei a fazer parte do Núcleo Diretivo no Nordeste Paraense, porque eu era da Embrapa. Daí comecei a desenvolver um pouquinho mais. Apesar de não ser da área das agrárias, mas eu comecei participar das reuniões do Núcleo Técnico também, porque eu ia acompanhar o Mário, que era o agrônomo, e passamos a ter muito mais contato, e comecei a me envolver e perceber que o caminho era um caminho bem interessante para você ter acesso às políticas públicas, como conseguir levar um pouco mais de informação aos próprios agricultores; nisso foram quatro para cinco anos no Nordeste Paraense, foi quando fui transferido pela Embrapa para Marabá, para a região do Sudeste Paraense, para o nosso grupo de apoio aqui, e eu percebi que a Embrapa pouco era conhecida aqui, apesar de a Embrapa ter tido um núcleo aqui de 1998 até 2006 e ter instalado um núcleo em novembro de 2011, eu estive aqui na câmara quando foi reinstalado o núcleo (Núcleo Diretivo) aqui na região e, por coincidência, eu vim trabalhar nele a partir de primeiro de 01 de fevereiro de 2014, e, muito interessante. Comecei a me informar sobre o Codeter e tive a grata surpresa de conhecer o Artífice e a Arquivista, acho que eles já eram assessores da Universidade. E assim, não lembro quem era o presidente, acho que era o Extensionista, ele já era da AgroAtins Carajás. E depois ele se afastou. E a gente resistiu um pouco para a Embrapa assumir a presidência do Codeter, mas já estava naquela linha de desmonte: os conselhos municipais já pouco reuniam, alguns municípios queriam manter seus conselhos municipais, de desenvolvimento rural, e a gente apoiou. O Artífice, apesar da idade, foi incansável para querer conciliá-los, orientar como seguir com os conselhos municipais. Fiz algumas viagens com ele para Canaã, Parauapebas, São Geraldo, Eldorado, a gente fez Curionópolis, fizemos várias reuniões aqui, aqui também em Nova Ipixuna. Então eu penso que são poucos os municípios que estão com seus conselhos atuantes ainda. Assim, a gente foi mais nessa linha de conhecer e tentar colocar algumas tecnologias da Embrapa à disposição né, das secretarias de agriculturas onde a gente tinha acesso através do Codeter, e logo que cheguei aqui, apesar de conhecer pouco a região, eu fiz uma peregrinação em todos os municípios que compõem a nossa regional do núcleo do Embrapa, aqui na região que é igual ao núcleo da Emater, que são vinte e um municípios. Então eu saía me apresentando e apresentando a Embrapa, no meu primeiro mês de trabalho aqui, percorri todos os municípios. A partir daí a gente começou a “marcar território”, a expressão não é essa? Mas, assim, passou a ser conhecido e conhecer os parceiros. Eu estava olhando esses dias, aquele Plano Territorial que tem as instituições, Marcos, se você olhar na sigla você vê vários órgãos e não tem Embrapa, né?! Eu percebi quando fomos montar aquela, como é? Que você coloca mais aproximado

quem está com você, o “Diagrama de Venn”, a Embrapa não vai nem aparecer no diagrama quando foi feito aquele Plano Territorial, entendeu? Mas assim, que bom que hoje estamos bem envolvidos, fazemos parte do conselho municipal e, apesar do Codeter, eu penso que não existe mais, porque a gente não procurou mais nada, não procurou reunir e os conselhos municipais estão cada um trabalhando por si.

**M1:** Em 2016, foi quando praticamente começou o desmonte, e o MDA era uma peça importante porque através da SDT. Após a extinção do MDA, houve algum contato nesse sentido após essa extinção?

**M2:** Não. Praticamente desde que você saiu, que acabou aquele seu trabalho com os assessores da Unifesspa, não houve mais contato nenhum por parte da Secretaria (SDT). O Artífice ainda tentou quando o conselho municipal de Canaã e de Nova Ipixuna pediu apoio a ele e ele se dispôs a auxiliá-los. Canaã, Nova Ipixuna e Marabá ainda estão com os conselhos municipais ainda formados. Eles estavam atuantes até o começo da pandemia, tentou-se fazer uma reunião virtual e eu estava de férias, eu acho, ou estava viajando, o Everaldo participou. O Everaldo é o pesquisador que trabalha no núcleo agora com a gente, no NAPT. Então assim, de lá para cá não nos reunimos mais nenhuma vez, nem o conselho municipal, nem, tampouco, acho que desde 2016, não tem nenhum contato com nenhuma secretaria, por isso que eu digo, a partir de então, o Codeter foi dissolvido, porque não tem mais reunião, não tem eleição, não tem mais nada.

**M1:** De lá para cá não houve mais nenhuma reunião, nem...

**M2:** Não. Aliás, houve, no final de 2017 para 2018, o Ministério Público tentou forçar a barra para eu responder alguma coisa pelo Codeter né, porque tinha um grupo de fazendas do... que estava articulando em Brasília, no Incra, para colocar as terras deles na reforma agrária, entendeu. Então eles iriam receber uma grana preta, altíssima e a promotora me chamou lá, conversou, fomos conhecer a área porque ia ficar assim: iam assentar, salvo engano, cinquenta, sessenta e poucos agricultores, cada um ia ficar com uma área de quinze hectares para agricultura e a reserva seria coletiva, que é, justamente a mata, a reserva das fazendas. Então ficariam com uma área muito grande para reserva e uma área pequena para agricultura, ou seja, ficaria um negócio inviável. Se a reserva é coletiva, ela não é de ninguém. Tá entendendo? Foi uma visão deles lá e eu só fui acompanhar para conhecer a área, que eu não conhecia. É dentro de Marabá, aí teve que ir para Parauapebas, de lá a gente (junto com o ICMBio), pegou uma lancha para descer o rio, acho que é o Itacaiúnas. A gente saiu daqui era quatro da manhã, chegamos lá eram dez e pouco da manhã, olha só o tempo que a gente levou. Não foi fácil para chegar lá. E, assim, estava tudo armado dentro do Incra em Brasília. Aí o Ministério Público Federal também atuou, embargou. Teve uma chamada pública, alguma lá no Incra e o nosso voto foi contra, né, então outras pessoas também votaram contra. O fato é que a doutora Josélia... O Ministério entrou com uma ação, pediu o visto, alguma coisa assim, foi a maior onda; foi quando chegou 2018, começou a campanha e não podia mais fazer nada. Então embargou e... Não sei se tu ouviste falar do complexo dos Mirandas. É uma área muito grande, e a área de mata muito grande também, e a gente soube lá, assim bisbilhotando, que ele mesmo, um dos donos, que mandou o pessoal invadir para trabalhar e começar a plantar lá dentro já para dizer que as terras estavam invadidas, sabe?! Mas era um negócio absurdo de caro que o Incra ia pagar.

**M1:** Mas, assim, essa ocupação era espontânea? Não era MST, nem da Fetagri?

**M2:** Não, não, não. Não tinha nada a ver com o MST, entendeu? Tanto é que não tinha nada agredido, era uma área lá que montaram os barracos e estavam plantando. Olha essa comitiva, cara. Fui junto do carro do Ibama, com o Escarpari, eu e ele. No outro foi uma delegada dessas

questões agrárias aqui, uma delegada braba pra cacete, ela mais uns dois policiais civis, a promotora do Ministério Público Estadual, foi alguém da Polícia Federal. Bicho, foi um negócio assim meio que... A gente foi lá para conhecer. Eu disse: “o que é que estou fazendo aqui?” Assim, só estivemos nessa área, a gente bateu umas fotos lá e veio embora. De lá para cá só foi a audiência no Incra.

**M1:** E tu? Participaste dessa audiência no Incra?

**M2:** Não, mas o Observador estava, o Observador foi.

**M1:** Vou perguntar para ele, então, como é que foi. Porque, assim, Daniel, olhando um pouco para tudo que a gente fez, o trabalho do Colegiado é muito interessante porque parece que ele fazia duas coisas ao mesmo tempo e que eram importantes. Havia aquela dinâmica de priorizar as políticas públicas, por exemplo o Proinf, o PAA, o Luz para Todos. Enfim, isso era corriqueiro. A outra é justamente isso que tu estás tocando agora, aparecia bastante, eu lembro, além do complexo dos Mirandas, eu acompanhei também o caso do Helenira Rezende, que foi uma fazenda ocupada pelo MST. Às vezes estávamos discutindo no auditório do Incra e o Incra pedia para incluir algum pedido de compra de imóveis rurais. Então teve mais algum outro caso desse tipo após 2016 que tu tenhas conhecimento?

**M2:** Não. Eu não participei. Só essa porque o rapaz do Incra rapaz, como é, deixa eu pegar o nome dele aqui. Ele que alertou: “olha, bicho, sou contra; isso aqui está muito caro, isso aqui ainda não vai passar”. O Cartógrafo, que me chamou para conversar uma vez e disse: “isso aqui eu não estou concordando”. Ele queria ouvir a questão do Codeter, aí foi e a gente conversou, reuniu e acho que o Codeter foi contra.

**M1:** Mas no final das contas, a fazenda não foi comprada?

**M2:** Não, não foi não.

**M1:** Entendi. Depois de 2018, quando iniciou o governo Bolsonaro, chegou para vocês alguma resolução ou documento extinguindo também os Colegiados? Como é que estavam os trabalhos do Colegiado no início do governo Bolsonaro, o que o colegiado fazia nesse momento?

**M2:** Nós não fizemos nada aqui porque a gente não estava reunindo e eu estava em outra “vibe”, com relação ao Fundo Amazônia, estava aqui nas instalações dos projetos da ação do Fundo Amazônia, então eu estava em tempo integral instalando experimentos, as Unidades Demonstrativas, as UATs, né, as URTs – Unidades de Referências Tecnológicas – e não reunimos mais, não teve mais nenhuma ação. Estamos direto no campo, nos municípios de Novo Repartimento, Itupiranga, Nova Ipixuna, Marabá, Bom Jesus. Com a questão do mel, a gente está trabalhando em Parauapebas, Canaã e Eldorado. Então estamos com muito trabalho de campo e se receber alguma correspondência, alguma coisa, (...). E eu falei para ele que não tinha mais presidência, eu não estava mais nessa questão do Codeter, eu acho que não tinha mais finalidade e se não tinha mais, ia remar contra a maré, só nós?! Não tinha mais recurso para fazer nada, então... eu acho que ele foi dissolvido.

**M1:** A impressão que eu tenho é que parece que foi deixado de mão e, enfim.

**M2:** Foi isso mesmo.

**M1:** (...) uma pergunta que eu queria te fazer, Daniel, ainda batendo nessa tecla da compra de imóveis, já que tu estás um pouco mais na Embrapa, como é que vocês estão vendo essa campanha que vem com o Incra da titulação de imóveis rurais? O “titulômetro” do Incra. Eu lembro que cheguei a entrevistar o Cartógrafo. Teve um evento em Santarém...

**M2:** Um mutirão?

**M1:** Um evento de inauguração.

**M2:** Pensei que era um mutirão.

**M1:** Tu acompanhaste algo do tipo por aqui?

**M2:** Marcos, o contato que eu tinha no Incra era com a Keila, ela trabalhou na ATER, depois ela foi para o (...), hoje ela é ouvidora do Incra, Keila Almeida. E tinha contato com ela também porque ela é muito amiga do Naldo, um pesquisador que veio para cá agora. Ela acompanhou muito a gente nas primeiras investidas a campo, tanto em Novo Repartimento, Itupiranga, Nova Ipixuna, aqui em Marabá; uns assentamentos que a gente visitou e o pessoal sempre reclamou as questões da titulação, mas ela nunca falou que o Incra estava titulando terras, ela dizia que ia levar para lá as reclamações, as demandas dos agricultores. E, assim, o assentamento que estamos trabalhando lá em Itupiranga, que é o PA Mamuí, é um assentamento com 63, eu acho, agricultores. Salvo engano, 57 já têm título ou aquela questão do uso da terra, (...) de uso, uns são titulados mesmo e a titulação é recente. Tanto é que tava conseguindo para eles a questão da outorga ou da dispensa de uso da água, seja de nível subterrâneo, seja superficial. Então a gente tá também nessa “vibe” também aí de trabalhar com SAFs, com plantio. Em alguns casos você precisa de irrigação, mas como são áreas pequenas e a irrigação é pouco, não atinge a cota mínima que é de 5.000 mil litros diários, 5 metros cúbicos, então tudo vai ser dispensa praticamente. Mas em nenhum momento eu soube dessa questão do “titulômetro” e que o Incra está nessa correria, sei que eles estão com gente em campo, remedindo áreas porque tem muita gente que está no lote que não está em RB, lotes que já foram vendidos, já foram repassados, então está tendo alguns conflitos em questões de demarcações, aí tem de “re-demarcar”. Tem gente que está diminuindo lotes para vender metade para um e ficar com outra metade. Tipo lá em Nova Ipixuna, a Keila estava com uma equipe quando estive lá em dezembro ou novembro, estava com uma equipe lá, estava demarcando uma área urbana que um agricultor cedeu para fazer a vila. Entendeu? Então ele tinha lá, fez uma escola, uma igreja, tem umas outras casas onde vai ser a vila, a área urbana do assentamento. Estavam remarcando a área urbana, os lotes urbanos que era pra sair da área do Incra. Acho que é assim, cara, que funciona. E a SR 27 tem tudo para ganhar esse “titulômetro”, porque é onde tem mais assentamentos aqui, tem mais famílias assentadas.

**M1:** Isso. E agora há uma pressão do governo federal com o Nabhan Garcia. Não sei se tu participaste da audiência pública que teve sobre regularização fundiária aqui em Marabá, acho que foi em 2019. Eu lembro que voltei do Rio de Janeiro só para participar. Eu gravei, depois, se tu quiseres, eu posso te passar pra tu dar uma olhada.

**M2:** Eu participei um pouco e tinha muita gente, cara. Lá teve uma ‘cagada’ com a dona, deixa ver se eu lembro do nome dela. Como é o nome dela, rapaz? Uma senhora de idade.

**M1:** Eu conheço, também estou esquecido do nome dela, mas não tem como não lembrar.

**M2:** E ela é Bolsonaro doente.

**M1:** É? Eita.

**M2:** Ela é Bolsonaro pra caralho.

**M1:** Cara, que coisa. Pois é.

**M2:** Se tu veres as postagens dela. Eu não tenho ela aqui na minha agenda, aqui não. Dona Ione, não é? É Ivone.

**M1:** Dona Ivone. É, exato. Eu lembro delas nas plenárias do Codeter.

**M2:** Ela mora bem ao lado do AgroAtins, ali na, na. Tu sabes onde é a AgroAtins, o escritório?

**M1:** Sim, sim.

**M2:** É bem do lado, naquela esquina que ela mora.

**M1:** Eu estava lá. Fiquei até o final e vi essa discussão que ela teve com o Nabhan. Quem tu achas que eu poderia entrevistar e que poderia me dar mais informações sobre essa questão da titulação? O que eu quero saber é quais os assentamentos em que já ocorreu a titulação agora recentemente, qual a estratégia deles para titular e quais são os próximos assentamentos que vão ser titulados, como é que eles estão fazendo? Eu queria entender um pouco isso.

**M2:** Quer o contato da Keila?

**M1:** Tu me passas depois, então? Acho que seria uma boa.

**M2:** Pois é. Eu te passo e você conversa com ela, que ela é ouvidora, mas ela está como ouvidora, ela está de, salvo engano, do começo do ano para cá, começo do ano de 2020, entendeu?!

**M1:** de 2020 para cá, né?

**M2:** E se ela não puder te informar, ela vai te dizer quem é que sabe, ou quem pode te orientar, ou pode te informar mais dentro do Incra.

**M1:** em 2020 foi lançado o programa Titula Brasil. Não sei como é que estão as outras organizações em torno disso, o que elas acham sobre essa questão da titulação.

**M2:** É que tem aquela pressão do pessoal da bancada dos fazendeiros, né?! Dos grandes proprietários que também estão lá com o uso da terra, mas não estão titulados. Então tem uma pressão da bancada da agricultura, bancada agrária, uma coisa assim.

**M1:** A bancada ruralista.

**M2:** É, a bancada ruralista. E a ministra, também, eu acho que ela era do meio. Cara, com essa pressão e juntando mais alguns movimentos sociais que estão aí, a tendência é titular um bocado de terras mesmo. Mas conversa com a Keila, que ela vai te dizer como é que está a situação dentro do estado do Pará.

**M1:** Entendi. Para a gente caminhar para o final: daqueles membros do Colegiado e das entidades, tu tens alguma informação sobre eles, o que aconteceu depois desse final do Colegiado? O que eles estão fazendo, se a pandemia da Covid-19 afetou alguém do Colegiado?

**M2:** Não tenho contato. Com quem eu falo é com o pessoal do IFPA, né; o Observador, a filha dele até estagiou lá na Embrapa com a gente, e de vez em quando a gente conversa, mas pouca coisa. Tinha uma questão do laticínio, da Vila Sororó, do PA Piquiá, que era um negócio de 2004, 2005, ou antes, que era para ser comprado uns tanques de resfriamento e era tanque para ser resfriado a gelo, na época. Aí quando foi agora, recente, em 2016, 2017, 2017 praticamente, aí o rapaz lá de Belém, o Magalhães, da Sedap lá de Belém, queria retomar a questão da compra, mas só que era pra comprar não sei quantos tanques de 10 (dez) mil litros, um tanque só. Aí eu falei: “não, desses não se usa mais, pô.” Aí refizeram a licitação e compraram dois tanques, salvo engano, de (...) e elétrico. Então a prefeitura de Marabá refez a estrutura lá da construção lá, reformou tudinho e no dia que vieram inaugurar, cancelaram a inauguração, a parte elétrica, alguma coisa, não estava funcionando e largaram de mão. Uma semana depois, passei bem na frente. Cara, roubaram até as telhas.

**M1:** Eita.

**M2:** aí bacana né, mas o tanque está em uma secretaria. Aí a prefeitura refez de novo, refez a estrutura lá e parece que agora vão reinaugurar. Botaram um vigia lá, tudo mais, e vai ter um ponto de resfriamento de leite, lá né. Isso também foi uma questão do Codeter, aí teve mais alguns outros pontos; foram comprados um monte de computadores, nobreaks e impressoras que eram para a FATA, uma escola que iria funcionar na FATA também, foi lá pelos idos de 2004, 2005, por aí, 2006, foram comprados e ficaram na Sagri em Belém. Pega um monitor aqui, pega uma CPU aqui, pega um nobreak aqui... o fato é que: sumiram todos. Ai a gente pressionou o Magalhaes que era justamente para ceder para a EFA, que o Damiano tinha pedido para a EFA, para a Escola Família Agrícola. A gente pressionou, mas também não sei o que foi que deu. Mandamos cartas lá para a Sagre, ainda era a Sagre, e eu não sei o que fizeram, porque tinha destinação daqui para colocarem esses computadores lá na EFA, ou que fossem comprados outros. Teve, também, o trator que veio, cara, que estava há uns oito anos, trator com carroceria e carreta, chega o trator estava com uma cera, um limo por cima, de estar guardado por lá, o pneu novinho e não prestava mais. Muito tempo parado, guardado, as “carretinhas” vieram desmanchando a parte da madeira, ficava só a ferragem dela. Ou seja, o negócio foi comprado, recurso público não foi destinado e não entregaram para quem de direito. A Sagre pediu aqui para o território e ficou, não sei para onde está isso também, cara, mas o Observador deve saber essa questão dos equipamentos.

**M1:** Sim. já que tu tocaste nisso, tens informações ou sabes me dizer sobre como ficou a questão das compras públicas: o PAA, por exemplo. como é que isso vem se dando hoje, após todas essas mudanças?

**M2:** Eu fui chamado pelo Ministério Público para compor uma comissão com a Secretaria de Educação de Marabá, a questão da merenda escolar. Cada município tinha que comprar pelo menos um percentual mínimo de 30% do recuso destinado. E Marabá veio em uma crescente, estava com onze, doze para quatorze, chegou a dezesseis, chegou a dezenove, salvo engano. E a gente fez um certo trabalho com a Secretaria de Agricultura para tentar trabalhar com a Rede BioFort, para trabalhar o feijão, a batata doce, milho. Ter alguns agricultores para trabalhar com a Rede BioFORT, que são produtos enriquecidos. Não é OGM, não é transgênico, é cruzamento de plantas mesmo para melhorar a questão, por exemplo o feijão-caupi, ele tem onze vezes mais ferro do que o outro. o normal; a batata doce chega a ser laranja, ela é quase dessa cor dessa aqui. Sério, a batata doce é carregada no betacaroteno. Então assim, tudo tem seus enriquecimentos e alguns agricultores começaram a plantar e tudo mais. A prefeitura também fez um trabalho paralelo com a equipe dela e eu não sei em que percentual está hoje, mas lá em Novo Repartimento tem a Coopercau, uma cooperativa que ela arrecada alimentos, farinha, um monte de coisa para entregar para a merenda escolar, que eu estou sabendo. E outro município também que está comprando bem é Parauapebas, por informações extraoficiais. Mas em Marabá eu sei que está acontecendo isso. E... acho que é a dona Aldenir, acho que é Aldenir, lá do Brejo do Meio, ela também tem um CNPJ, tipo uma cooperativa, onde ela compra, ela arrecada alimentos para vender para merenda escolar. O PENAE e o PAA está funcionando dessa maneira, mas, oficialmente, eu não tenho nenhuma informação de percentuais, de quantitativos. Seria interessante ir à Secretaria de Educação, a Secretaria de Educação pode ter uma informação mais precisa.

**M1:** Sim. E a Conab, ainda funciona aqui?

**M2:** Não, ela foi extinta, salvo engano, na época em que o vice-prefeito, o prefeito ainda era o Salame ainda. Tinha o Luiz Carlos Pies, ele estava em uma empreitada para transformar aquele bloco daquele prédio da Conab, não em uma Ceasa, mas em um centro de distribuição, receptor de produtos da merenda escolar da agricultura familiar para repassar para as feiras. Se você conversar hoje com a Keilah do Ideflor – são duas Keilas na história, a Keila do Incra e a Keilah,

que tem um H no final, do Ideflor. Ela me disse que o Fabio, que é o gerente regional da Sedap, está muito envolvido nessa questão de que o governo do estado vai requisitar aquela área lá, aquele espaço, aquele galpão, para fazer um centro receptivo e de distribuição de material da agricultura.

**M1:** Eu queria entender o papel do Ministério Público nesse processo, como é isso?!

**M2:** Marcos, a questão do Ministério Público não é que ele convoque, ele queria que a lei fosse executada, a compra mínima, né, então o que aconteceu? Então ele fez pressão para a prefeitura comprar o mínimo. Então foi comprovado que nos vários setores do município foi setorizado o município para compra, para não comprar alface lá do Brejo do Meio para vir para cá, para Morada Nova. Houve vários núcleos para compra da merenda escolar, e mesmo assim não se atingia esse percentual mínimo. Fazia parte dessas reuniões do Ministério Público, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Finanças do Município, a Secretaria de Agricultura, a Embrapa, a Unifesspa – a Unifesspa quem participava era o Igor. Sabe quem é o Igor, né?

**M1:** Sim.

**M2:** O Igor. Tinha mais gente que participava, cara. Tinha um grupo de inscrições para tentar ver se conseguia atingir pelo menos o mínimo, eu acho que ele atingiu, cara, porque do jeito que a Secretaria de Agricultura está trabalhando eu penso que já chegaram nesse nível, se não, estão bem próximos mesmo. O Ministério Público era mais para cobrar, para ver o que a prefeitura estava fazendo para tentar chegar nesse nível dos trinta por cento.

**M1:** Entendi. E a política de ATER, tu tens alguma informação de como é que ela está hoje, de como é que ela está funcionando?

**M2:** Eu não vou te falar que eu sei, porque eu não sei. Estou trabalhando mais com a ATER na Secretaria de Agricultura, né. Quem também está participando tanto com a gente, cara, porque a Emater a gente chama, chama para a reunião, alguma coisa, eles não vão e nos municípios que a gente vai pouco a Emater participa e nós temos; a Embrapa tem nosso setor de transferência de tecnologia. Então a gente procura trabalhar com as secretarias, hoje seriam mais as empresas de ATER que foram extintas, entraram em questão de dormência porque não tem mais contrato, não tem mais quem atender. Então essa questão da lei de ATER não vou te falar nada, não.

**M1:** Tu tens o contato de alguém que poderia saber um pouco mais, até de uma empresa de ATER?

**M2:** Olha, tem uma que está atuando ainda, que é a Coopercau, em Novo Repartimento. Ela tinha contrato de... Ela nunca teve contrato com o Incra, depois eu fui saber por quê. Os contratos dela eram direto com o MDA, entendeu?! Porque ela não entrou naquela – ei, tá gravando, né? (risos). Ela não entrou naquela onda do toma lá, dá cá.

**M1:** Eu vou procurar o contato dele.

**M2:** Eu tenho o contato da Coopercau, a própria Keilah, que eu vou te passar depois, do Ideflor, te passei o contato da Keila do Incra.

**M1:** Eu recebi aqui.

**M2:** Eu vou te passar depois o do, aquele que eu te falei ainda agora. O do Fábio da Sedap, ele que está à frente desse negócio do centro de distribuição.

**M1:** Beleza. Eu acho que a gente esgotou aqui. Era, um pouco para dar esse panorama mais geral de como é que estão as políticas aqui, no Sul e Sudeste, na verdade mais no Sudeste Paraense e o estado atual do Colegiado. O contato do Observador tu me passou, né?

**M2:** Passei, agora.

**M1:** Chegou aqui. Tu tens o contato do Zacarias, também?

**M2:** Tenho.

**M1:** Se tu puderes me passar, eu já vou já salvar aqui. Agora, assim, tem algumas coisas que são bem estranhas, né?! Essa política da titulação, ela tem uma resolução, já foi apresentada, agora tem o problema do orçamento do Incra, que praticamente foi reduzido a mais da metade. Então não sei como eles vão fazer com isso. E a última, o Nabhan está com a Covid-19, ele estava internado.

**M2:** É mesmo?

**M1:** É. Semana passada saiu uma nota que informava isso, ele testou positivo e estava internado.

**M2:** Sim.

**M1:** De resto, estou tentando ver um pouco do que aconteceu com as outras políticas. Ontem estava lendo o Plano Territorial do Sudeste Paraense, mostrando o quadro de demandas. Enfim, o retrocesso que houve, se a gente for comparar ao que tinha nesse plano, parece que simplesmente foi deixado de lado, porque eu nunca recebi uma informação oficial assim: “olha, o Colegiado acabou”. Simplesmente não. Não tenho mais contato.

**M2:** É Marcos, a gente, é. Nas últimas reuniões já não ia mais quase ninguém. O Observador vai ver lá, na ata. Então, assim, foi por inanição.

**M1:** É, também achei isso.

**M2:** E deixou de ser. O próprio conselho municipal, às vezes não conseguiam quórum para reunir.

**M1:** E hoje, na dinâmica de trabalho de vocês, como estão fazendo em relação às entidades? Estão mantendo reuniões quando dá, estão fazendo *online*?

**M2:** Até então as reuniões eram presenciais, a gente usou muito o Incra, como estava trabalhando em assentamento, e algumas entidades locais. Em Novo Repartimento a gente foi na prefeitura, com a Secretaria de Agricultura e a Coopercau. Então, antes de ir para o *online*, quatro agricultores. Aqui em Itupiranga, a gente foi na prefeitura, na Secretaria de Agricultura, a Emater foi com a gente, acho que esteve o Incra também e mais a Extensão Amazônia, uma empresa de ATER aqui, eles queriam trabalhar a questão do açaí com a gente. E acabou que ficou só a gente, nem a Secretaria de Agricultura vai lá, nem a Emater, a gente trabalha direto com eles. Nossos técnicos dão assessoria na questão das nossas unidades implantadas. Ainda ontem eu fui lá, sem viagem, eu fui lá em Itupiranga, tinham dois colegas lá para fazer a primeira adubação, uma segunda adubação já do inverno. Já está com o SAF lá. Nesse um ano, um ano e pouco, já está produzindo muita banana e daqui a pouco vai ter cacau e açaí lá nos SAFs. A gente tem ido direto lá com eles, tem, não sei se tu conheces lá em Nova Ipixuna tem o GTAE, já ouviu falar?! Grupo de Trabalhadoras (Artesanais e) Extrativistas. É um movimento, era liderado pela Claudelice, aquela irmã do Zé Claudio que foi assassinado lá em 2011, José Claudio Junqueira.

**M1:** Ah, eu sei, eu até tenho o contato dela.

**M2:** Pois é. Ela estudou na Unifesspa, estava fazendo Direito Agrário (Direito da Terra), eu acho, direito de alguma coisa; e... ela está no Canadá agora, no Canadá não, está perto da Inglaterra, Escócia. Ela está para lá e não pode vir embora, alguma coisa nesse sentido. Mas só que o GTAE não tem personalidade jurídica. Então a gente não vai poder ficar trabalhando com vocês porque tem que buscar editais, tem que fazer alguma coisa para vocês começarem a ter os recursos de vocês para trabalhar. Depois a gente fez lá o trabalho lá de SAFs, inclusive foi a Keila que começou a trabalhar a com a questão florestal, como exemplo, que nós temos e mais o AgroBIO, que trabalha a questão do mel com elas. Porque o mel e a andiroba são produtos básicos para os produtos deles, matéria prima básica para sabonetes e cremes que eles fazem lá. Então estamos trabalhando lá com elas também.

**M1:** Entendi.

**M2:** O GTAE. Então, assim, a gente não tem a parceria com ninguém das instituições que acompanham a gente.

**M1:** Entendi. E aí, na Embrapa, como é que estão os estágios? (risos) Eu nem te falei, a minha irmã entrou em Agronomia, eu tenho uma irmã mais nova e ela está fazendo Agronomia na Unifesspa. Parece que ela ia começar a trabalhar no laboratório, mas com a pandemia suspenderam as atividades. Ela está gostando do curso.

**M2:** (risos) dependendo do projeto, a gente absorve sim, estágio, sim. Tem que conhecer o projeto do pesquisador, não vai faltar oportunidade de submetê-los, entendeu?! E além dos projetos em si, que a gente pode ter a questão do estagiário, mesmo com o pesquisador lá em Belém, né? Mostrando o trabalho aqui, supervisiona por aqui e faz o trabalho dele aqui mesmo, depende muito do projeto, tem como absorver.

**M1:** É, mas essa pandemia afeta bastante alguns tipos de trabalhos, por exemplo: ela gostou muito de trabalhar na prática, no campo, e essa foi uma das atividades que foram suspensas. Ontem estava conversando com ela e ela já fez a matrícula dela nesse semestre, vão ser cinco disciplinas, todas *online*. Para quem trabalha com Agronomia é muito complicado, cara, porque se tu não tiveres essa experiência do campo.

**M2:** Tem as disciplinas teóricas que pode fazer, mas é complicado. Se ela não tiver uma boa base de Matemática, por exemplo, como é que ela vai ter Física Geral, como é que ela vai ter Cálculo, não sei o quê?! Não sei como é a estrutura da Unifesspa, se ela tem aquele quadro que já está tudo pré-feito, você vai fazendo e apaga, já vai saindo no monitor dos alunos. Não sei se ela tem esse quadro eletrônico, magnético.

**M1:** Quando eu saí, tinham três quadros desses em toda a universidade, cara. Não sei se compraram mais, mas acho que não, duvido muito.

**M2:** Para uso da EAD? Para EAD mesmo?

**M1:** Porque, assim, na época ninguém imaginava que ia acontecer isso. Fora que, dentro da universidade tem um preconceito contra EAD, e às vezes é por besteira; porque o professor não sabe operar e critica o uso disso. Na verdade, acho que muita gente é muito mais por não saber operar o EAD. Agora a consequência é que em termos de equipamento para EAD, a universidade agora que está comprando por causa da pandemia. Mas tinha muito pouco, muito pouco. O que eu tenho visto é que os professores, ou eles dão aula, que nem a gente está fazendo aqui, a entrevista, *online* e simultâneo, ou ele grava a aula e manda lá para o sigaa, que é o sistema da universidade e o aluno baixa o vídeo e assiste, mas aí é complicadíssimo.

**M2:** Melhor ver um vídeo, né? Baixa o vídeo no *Youtube*...

**M1:** É quase isso. Porque a maioria dos alunos às vezes não consegue acessar na hora, dá um problema, aí quando ele consegue, o que ele vai fazer? Ele vai baixar a aula, mas perde a interatividade e não pode perguntar porque a aula já foi gravada. Então ainda está caminhando nesse sentido, muito mesmo.

**M2:** E o aluno tem que ser determinado, porque o volume de material vai cair do mesmo jeito, então, se ele não se propor a estudar, não se propor a cumprir os horários e prazos, ele só vai acumular material e depois não tem como.

**M1:** Não tem, cara.

**M2:** Vai dizer que o EAD é fraco. Não, acho que é o compromisso, o comprometimento do aluno em si e o professor também tem que estar disposto para isso. A Embrapa está treinando um grupo de pesquisadores, antes da pandemia já estava começando, agora com esse negócio da EAD, tanto é que já houve uns dois treinamentos para o pessoal de como lidar com a câmera para falar sozinho por um bom tempo. É treinamento isso, cara.

**M1:** É, é isso mesmo. Queria te agradecer pelo teu tempo, agradecer muito pela ajuda com a entrevista. Eu vou organizar... Agora o próximo é o Observador, vai ser na semana que vem, já marquei com ele. Se der, estou tentando organizar para a gente fazer um encontro de todo mundo, mesmo virtual. Pelo menos para a gente se ver, dar um alô, ver como é que está todo mundo.

**M2:** Pode organizar aí.

**M1:** Isso. Aí eu vou te avisar.

**M2:** Beleza. Obrigado, cara.

**M1:** Beleza. Olha, muito obrigado mesmo. Agora vou para as atividades do lar, que se intensificaram.

**M2:** Abraço, cara. Valeu (risos).

**M1:** Tchau, até mais.

### Apêndice III –

**Identificação do entrevistado:** Observador, agente representante do poder público, por ocasião de sua participação no Codeter SE Paraense.

**Entrevista remota:** via google meet.

**Data da entrevista:** 26 de janeiro de 2021.

**Início:** 08:10 h

**Duração:** 45m45s

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

**M1:** A primeira pergunta que eu queria te fazer é: como é que foi o teu contato inicial com a política de desenvolvimento territorial, e como é que tu chegaste ao Colegiado, como foi essa história?

**M2:** Eu estava cedido para Adepará. Quando eu voltei para cá, em 2010, era a Luciana que era a secretária do Codeter. Aí na viagem que a gente fez para lá para Itupiranga, fui acompanhando ela, a gente ia conversando e ela estava me falando a respeito, e tal. Aí eu mostrei interesse: “Rapaz, eu gostaria de participar, eu atuei na área de sociologia, então eu acho interessante porque eu gosto de participar para fazer algumas observações”. Aí quando a Luciana passou para a Emater, em 2010, ela foi para Emater (2010, 2011), ela me indicou para o coordenador, era o Bruno Luiz Roberto, para que eu ficasse no lugar dela, e foi assim que eu entrei no colegiado. Mas eu participei de algumas reuniões antes, acompanhando ela, e aí quando ela saiu, eu fiquei no lugar dela. Na época era o professor Willian que era o presidente.

**M1:** Tu entrastes representando que entidade?

**M2:** A Sagri. Antigamente Sagri, hoje Sedap.

**M1:** E como é que tu vias, como é que era, naquele início, o funcionamento do Colegiado? Teve alguma mudança no funcionamento? Como que era no início?

**M2:** Quando eu cheguei e fui recebendo as orientações da Luciana...

### INTERRUPÇÃO

**M2:** Sim! Como estava falando, quando eu cheguei, fui recebendo as orientações pela Luciana. As reuniões eram bem dinâmicas, as ações do colegiado, as reuniões eram frequentes, as assembleias também, inclusive a gente realizou um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, aqui nos 14 municípios que faziam parte do nosso Colegiado, né?! Então era bem ativo, a gente não parava, era reunindo constantemente, visando à motivação e à instalação dos conselhos de alguns municípios que não tinham. Mas era bem atuante. Havia recursos disponíveis para a realização dessas atividades, então era bem atuante mesmo. Isso a gente foi até chegar a entrada de 2016, quando foi minguando a coisa, e você já estava presente nessa época.

**M1:** E nessa história do Colegiado, quais foram as entidades mais atuantes, mais presentes?

**M2:** Olha, no Núcleo Diretivo, a gente tinha, em termos de parte do governo, realmente era a Sedap, a UFPA, que era o Lasat, na época o professor Willian, e a Emater. Tinha o Incra, também, o Incra também participava bastante; agora da sociedade civil, geralmente era a Fecat, Fetagri e o MST, que participavam mais ativamente eram esses.

**M1:** Sobre as conquistas do Colegiado, em termos de política pública, quais as que foram mais importantes, mais visíveis ao longo dessa história?

**M2:** Rapaz, inclusive a gente tem uma que era para instalar (...) um mini laticínio aqui no [km] 38, 35, 38... aqui na Vila Sororó! Essa ação, quando eu cheguei, ela já estava rodando, até agora ela não foi concluída, embora os taques já estejam aqui em Marabá, mas até hoje ela não foi concluída; a parte do governo foi feita, mas a parte municipal, a prefeitura foi enrolando, foi enrolando, entra prefeito, sai prefeito e até hoje os tanques estão lá na Seagri e não foram instalados ainda. Talvez ainda seja (instalado), mas o Magalhães disse que essa possibilidade estava quase se encerrando. Mas, assim, houve algumas conquistas concretas; depois que eu cheguei, elas já estavam. Foram carros, motos que foram repassados, mais especificamente, para a sociedade civil, que era o alvo principal da Fecat e a EFA, também. E por último a gente tinha feito um projeto, acho que em 2012. Não, já era antes, bem antes, na época do Domingos Roberto. Ainda era com a Luciana. Era um caminhão, esse caminhão ainda está aqui em Marabá, depois de muita luta, depois de muita luta ele veio, é um caminhão para distribuir calcário, também está aqui né?, em Marabá. E em 2012 a gente pediu três patrulhas (...), dessas três, o Magalhães informou que duas foram adquiridas, uma veio para cá no arrastão, no apagar da luz, pegamos o caminhão para trazer lá de Belém, e na época o coordenador era o Marivan e o acordo foi feito para que essa máquina viesse e não fosse para nenhum outro município para que ela viesse para cá, mas que prestasse um serviço logo de imediato lá em Itupiranga. E ela foi para Itupiranga, só que depois disso a gente não consegue tirar ela de lá. É prefeito, é secretário, ninguém consegue. Com esse desmonte a gente foi perdendo força e a gente não consegue tirar essa máquina de lá, embora a gente tenha interesse, já conversei com o Fábio, atual coordenador, já fui em Belém, conversei com o pessoal lá, existe essa possibilidade, mas como o Colegiado perdeu força, não houve a destruição concreta do Colegiado, o zeramento dele, ficou só os conselhos municipais, mas cada um no seu município, aí fica difícil a gente fazer um planejamento, até para trazer essa máquina tem que fazer uma justificativa, não só no nosso município, porque ela visa atender o território. Fica cada vez mais difícil, agora, praticamente, teria que começar do zero, que algumas prefeituras mudaram, aí tem que começar tudo de novo. Mas assim, a gente conseguiu algumas coisas, tem essas de concretas; a gente tem um caminhão aqui em Marabá, tem essa patrulha que está em Itupiranga e tem uma outra que a gente está tentando rastrear lá em Belém, já fui lá já, conversei com o Magalhães, mas assim, a gente teria que entrar com uma ação pedindo via colegiado, o conselho municipal não pode fazer...

**M1:** Entendi.

**M2:** E via Colegiado, sinceramente, Belém nunca ligou para isso, não. Nunca. No sentido assim: depois dessas mudanças (*impeachment* e extinção do MDA), Belém não mais respondeu positivamente a respeito desse assunto. Aqui o nosso carrinho Fiesta, que foi comprado especificamente para o Colegiado, teve um coordenador (Sedap) que esteve aqui, mandou para Floresta do Araguaia para carregar banana, muda de banana, tu acredita? Estamos tentando trazer ele, ele agora está em Redenção. Essa é a última tentativa com o outro coordenador agora, que é o Fábio. Eu conversei com ele e a gente disse: “Não. Vamos fazer o seguinte, até para a gente ativar os conselhos, fazer eles serem mais atuantes: vamos ver se a gente... pelo menos para nossa regional aqui, a gente fala para os municípios que a gente vai atender aqueles que tiverem o conselho seja atuante”. Nisso a gente conseguiu alguma coisa, mas assim, para fazer essa cobrança, teria que ser via Codeter né, mas infelizmente a gente nunca mais reuniu, então não tem como. Eu, enquanto secretário, não posso só eu fazer pedido. Teria que ter uma ata, e aí está difícil, mas nós não desistimos.

**M1:** Sim. Sim. Entendi. Então a EFA também foi uma conquista pelo Colegiado?

**M2:** Foi. Foi. Teve uma época que eles estavam precisando de uma reforma, a gente conseguiu via Colegiado essa reforma na EFA. Ela não foi concluída porque aquele que ganhou licitação

veio, começou esse trabalho, fez e tal, mas depois se enrolou, disse que não recebia e fez uma confusão. A obra praticamente não zerou, mas não foi concluída por causa desse processo, daí para frente o material que a gente adquiriu via Conselho, que era computadores, Notebooks, Nobreaks... esse material foi adquirido, foi comprado, estava em Belém, só faltava vir para cá. Mas é assim, muda a gestão, sai um secretário, entra outro e os diretores que são colocados achavam que aquilo pertencia à Sedap (no caso a antiga Sagri) e não mandaram para a gente, e a gente pedia, pedia e cobrava. Teve uma reunião aqui, trouxemos o Magalhães e o Damião. O Solidade da Emater cobrou incisivamente na reunião, mas, assim, o próprio “Magá” chegou a informar que isso dependia da diretoria: a gente pede, faz os pedidos, mas quando chega na diretoria ela não pensa em território e as coisas nunca vieram. Esse material foi adquirido para nós, tornou-se obsoleto, mas nunca veio. Nenhuma dessas questões, ficou tudo para lá. O caminhão só veio porque o Magalhães, em uma reunião *in off*, falou com a gente, estava lá e a gente cobrou, apertou o secretário e ele mandou o caminhão para cá, mas se não fosse isso... E eles estavam usando o caminhão lá, e as patrulhas também, o secretário mandou... Isso porque o secretário de agricultura é o presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, isso porque ele é, mas não pensa como. Ele vai mais pela linha da política partidária, aí a gente sofre as penas aqui. Essas questões foram esmorecendo as reuniões; a gente planeja, a gente pede, a gente faz os projetos, a gente manda e quando adquire, para chegar aqui, é uma luta, quase não chega e quando chega a gente não consegue usar.

**M1:** Por que tinha que ir primeiro para Belém o objeto que era aprovado, depois que vocês ganhavam? Por que o objeto tinha que ir primeiro para Belém, por que não vinha direto para Marabá?

**M2:** Porque, assim. Primeiro, porque o responsável direto é o próprio secretário. Ele representa o governo do estado nessa ação, o CNPJ é de Belém, o endereço físico é de lá também. Por isso tinha que passar primeiro por lá, as reuniões sempre começavam lá. Tudo o que a gente fazia aqui era encaminhado para Belém, inclusive, até para fazer o pedido para inserir o projeto no Siconvi, era Belém que fazia. A gente mandava o projeto e eles faziam isso lá. Teve uma vez que eles tentaram compartilhar a senha para que chegasse, por exemplo, para que nós aqui de Marabá pudéssemos fazer essa inserção, mas isso durou acho que umas duas semanas só e não foi para a frente, ficou mesmo centrado lá. Se tinha uma falha no projeto que precisava ser corrigido, demorava a chegar aqui com a gente, não havia esse *feedback* assim em tempo real para que a gente pudesse reagir a tempo, quando tomava conhecimento, já havia vencido os prazos, não tinha mais como fazer alteração, já havia fechado o portal, não tinha mais como fazer o pedido, aí a gente passava para o ano seguinte. Nós perdemos um projeto que a gente fez aqui para as quebradeiras de coco por causa disso, nós mandamos e aí não foi inserido a tempo, ficou faltando algum detalhamento, quando a gente tomou conhecimento aqui, já tinha fechado o portal, não dava mais. No ano seguinte nós tentamos novamente o mesmo projeto, bateu nas mesmas quadras, aí assim o pessoal não sabia dizer por quê que não foi, o que precisa corrigir, o que precisa melhorar para que a gente pudesse fazer os ajustes, mas infelizmente não havia esse *feedback* em tempo real e a gente pudesse fazer essa correção, e a gente terminou perdendo. Quem deu força a esse projeto foi o Ideflor-BIO, através do Salomão, eles assumiram, compraram o material, adquiriram aquilo que a gente tinha colocado no projeto e aí foi assim que elas conseguiram parte desse material, porque pelo Colegiado, infelizmente, não foi possível.

**M1:** Eu lembro desses dois anos que a gente insistiu nessa proposta do MiQCB. Então pelo colegiado não deu, acabou que saiu pelo Ideflor-BIO?

**M2:** Foi pelo Ideflor-BIO. O Salomão assumiu. Inclusive ele tinha dado essa ideia, ele assumiu e conseguiu – via Ideflor-BIO – o material que era para ser adquirido, que eram as bacias, era

uma prensa, umas carrocinhas para transportar o coco. Inclusive tem que buscar, elas ainda estão aqui, não sei por que que não foram ainda, mas elas estão aqui na garagem, duas carrocinhas, não sei porque ainda não foram para lá.

**M1:** A Arquivista chegou a acompanhar esses projetos, do MIQCB?

**M2:** Eu acho que ela não estava, no início ela estava, mas acho que ela não foi até o fim, não me recordo direito, mas acho que ela não foi até o fim desse projeto do MIQCB.

**M1:** Tu estavas na etapa final, já com o Ideflor-BIO?

**M2:** Estava, estava nesse período.

**M1:** E tu tens algum contato lá do Ideflor-BIO, só para ter mais informações desse projeto?

**M2:** Tenho. Eu posso passar depois o número do Salomão, que é a pessoa mais indicada, inclusive não está mais aqui em Marabá, mas certamente ele vai lembrar desse projeto.

**M1:** Beleza. Depois tu me passas, então. E a FATA também foi pelo Colegiado, como é essa história da FATA?

**M2:** Pois é, a FATA, que eu falei a EFA, mas na verdade era a FATA, ela foi aquela que estávamos tentando fazer aquela reforma lá; compramos as janelas, as portas, estruturamos a cozinha; nós tínhamos várias reuniões com o pessoal da Caixa Econômica, aí nós fomos lá, declaramos o projeto, fizemos os ajustes que era para ser feito, foi feita a licitação, é... O rapaz que ganhou, deixa só eu ver o nome dele aqui. Estava aqui na minha mesa, mas eu tirei o papelzinho que estava com o nome dele, eu devo ter guardado em algum lugar. Ele ganhou essa licitação, veio, iniciou o processo de fazer a reforma. Inclusive foi o mesmo que ganhou para reativar aqui o mini laticínio. Mas ocorreu a situação semelhante nas duas frentes, no mini laticínio ele foi, contratou o pessoal, botou o pessoal para trabalhar, mas ele alegou, depois, que não recebeu e, por isso... Porque tem as metas, cumpre as metas, a Caixa Econômica pagava, aí não tinha recursos suficientes para atuar nessas duas frentes e terminou deixando de mão, tanto o mini laticínio quanto a reforma inconclusiva lá da FATA. Ele não concluiu as duas obras, não houve mais licitação para essa parte.

**M1:** Nos arquivos do Colegiado, ainda tem o levantamento de quantos projetos não foram executados? Vocês ainda têm esse levantamento?

**M2:** Temos. Temos sim. Assim que a gente concluir aqui, posso até ver se entro em contato com o Magalhães. Vou ver não, vou entrar em contato com ele e pedir para ele me mandar um arquivo mais atualizado sobre em que pé ficou, como é que está, por quê parou. Eles estavam fazendo esse levantamento lá, aí te passo dados mais atuais, mas vou entrar em contato com ele para a gente vê isso daí.

**M1:** Como era a participação do MST, como é que tu vias essa participação deles no colegiado, quais eram as demandas que eram importantes para eles?

**M2:** Olha, ele, pelo que eu pude observar, participavam das reuniões aqui do Núcleo Diretivo, nas Assembleias eles também estavam presentes, defendiam a ideia do território e faziam proposições para projetos. Não só o MST, mas assim eles se uniam, né?!, o MST, a Fetagri e a Fecat, e formavam, vamos dizer assim, um bloco de bons amigos para defender projetos e recursos que viessem atendê-los. (...). Mas eram atuantes e dinâmicos em cima disso aí. Quem faziam as proposições maiores do Colegiado. Elas estão mais voltadas para esses três, incluindo também a Fecat. Trabalhavam juntos.

**M1:** Eu lembro que em algumas Reuniões e Assembleias havia a discussão sobre compras de imóveis rurais. Tu lembras quais foram os imóveis que foram comprados via Colegiado?

**M2:** Esse foi um pedido do Incra, através do Zacarias, que na época era o coordenador, porque tinha que haver a chamada pública, a reunião pública para que pudesse indicar, e aí a gente chegou à conclusão que a Codeter tinha essa representatividade e aí nós fizemos aquelas reuniões para adquirir o complexo dos Mirandas, inclusive o último, acho que foi o complexo dos Mirandas, terminou não dando certo, porque nós fizemos, mas o Colegiado, a política em si já estava se desmoronando, já havia se desmoronado, e a representação foi muito baixa lá. Inclusive o próprio Núcleo Diretivo, e deixaram a responsabilidade com o Núcleo Diretivo para que a gente pudesse decidir. O pessoal interessado na área do complexo dos Mirandas apareceu em peso lá, pressionaram mesmo para que fosse adquirido. E aí teve uma reunião do ICMBio, que eu faço parte ainda do conselho lá da reserva do Itaperapiri, e nessa reunião a gente expôs a respeito dessa situação do complexo dos Mirandas que estava sendo adquirido, daí moço, houve uma revolta *in loco*, o pessoal da OAB estava lá, o pessoal que não participou das reuniões, que foram convocados, mas não participaram, mas na reunião do ICMBio eles estavam presentes. Então eles se reuniram e na segunda-feira seguinte, após a reunião do ICMBio, eles foram no Incra para questionar juridicamente que essa ação não tinha validade e tal e parou. Realmente o complexo dos Mirandas não. Depois o Incra fez outra chamada, convocou o pessoal, eu estive presente também e pude constatar, mais uma vez, que a OAB não estava presente, a SEMA estadual não estava presente, o municipal também não, o Ibama também não, que foram os que reclamaram, não estavam presentes. Então assim, eu não sei se concluíram esse processo da compra do complexo dos Mirandas, mas um outro que eu não lembro agora qual foi, eu tenho ali, mas não lembro de cabeça, que era aqui em Eldorado, esse foi adquirido sim, foi feito no início, o Artífice também participou desse processo, inclusive, nós achamos interessante que deu uma visibilidade para o Colegiado, inclusive foi a segunda vez que eles convocaram a gente para fazer isso, na segunda vez foi que não funcionou. Mas esse primeiro lá deu certo, não me recordo o nome das fazendas que foram adquiridas, mas esse processo foi para frente.

**M1:** Foi em Eldorado?

**M2:** Era, era Eldorado, que inclusive era Eldorado e parece que havia uma parte em Marabá, mas o grosso mesmo era Eldorado e a gente trouxe o pessoal de Eldorado para cá, do Colegiado que fazia parte do conselho municipal, juntamos com o pessoal daqui e com os interessados que estavam presentes, o pessoal do MST e foi adquirido essa propriedade lá, eram duas, parece, não me recordo o nome, mas posso dar uma olhada e te passar depois.

**M1:** Eu lembro também que teve uma discussão sobre o acampamento Helenira Rezende, eu lembro na época que apareceu uma proposta, mas a CPT também questionou. Tu não sabes o final dessa história, qual foi o resultado?

**M2:** Não. Não. Desse aí eu não me lembro.

**M1:** Tu sabes onde eu poderia achar pelo menos um registro dessas demandas que passaram pelo colegiado, da compra de propriedades rurais ou da desapropriação de terras?

**M2:** Eu acho que a pessoa que poderia te dar uma informação, deixa eu ver. Eu vou procurar aqui nos nossos arquivos, mas eu acho que uma pessoa que poderia falar bem sobre isso era o Artífice.

**M1:** Eu ainda vou voltar a entrevistá-lo (risos). Vamos nos aproximando de 2016. Nesse ano tivemos uma reviravolta, acompanhamos a extinção do MDA e da SDT. A minha pergunta é: depois desses eventos, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar que foi criada no lugar do MDA entrou em contato com o Colegiado?

**M2:** Não, não fizeram nenhum contato, se fizeram alguma tentativa, talvez, eu não posso afirmar isso, mas foi via Belém, talvez. Mas não chegou até a gente aqui. No nosso território do Sudeste Paraense não, não chegou! O pessoal de Belém tem o nosso contato, mas não chegou não. Inclusive, em agosto de 2019 eu fui em Belém, fui justamente para ver se a gente ainda tinha essa representatividade se a gente podia provocar essa briga, se a gente podia discutir mais essas questões. Então fui lá em Belém especificamente para conversar com as pessoas responsáveis e ver se conseguia falar com o atual presidente do Conselho Estadual; não consegui falar com ele, mas falei com as pessoas que se intitulavam responsáveis por fazer essa parte da política territorial funcionar. E aí assim, a gente ficou um tempo conversando, eu dei algumas ideias, digo, olha, as ideias que eu sugeri, eles estavam fazendo um planejamento, era que houvesse transparência, das reuniões do Conselho Estadual. Quem é que tem acesso a essa reunião, ao resultado, à ata? O que você sabe que foi discutido lá? Ninguém sabe, a gente não sabe! Qual era a ideia? A mesma coisa eu trazia para o Conselho Municipal – eu participo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural aqui em Marabá, não como representante da Sedap, eu participo como participava do colegiado, como observador, então estou participando ativamente, até para dar ideia, sugestão, mas não tenho voz e voto, quem tem é o pessoal da Sedap. E qual é a ideia? Seria que, vamos começar por Marabá, que a Secretaria Municipal de Agricultura ou a Prefeitura Municipal de Marabá tivesse na sua página oficial um *link* específico do Conselho Municipal, onde o Conselho Municipal colocaria lá as suas agendas, colocaria lá o que foi discutido, colocaria as ações, tudo que fosse discutido, fosse colocado lá. Porque de qualquer local do país você poderia acessar essas informações. Essa ideia levei para ser colocada no Conselho Estadual, por que nós aqui de Marabá poderíamos saber, né, o Conselho Municipal de qualquer município do estado poderia saber o que o Conselho Estadual estaria pensando, se o que a gente está discutindo aqui tem alguma coisa a ver com o que estão pensando lá, ou até a gente adequar a nossa discussão pra ver. Mas assim, acharam a ideia boa, anotaram, mas não saiu das ideias, continua no papel, mas eu achei interessante e estou brigando por isso, pelo menos se eu consigo implementar aqui em Marabá para a gente daqui partir para frente; porque eu lendo o regimento do Conselho Estadual ainda naquela ocasião que tinha essa validade, eu vi lá que é responsabilidade do Conselho Municipal fazer o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Uma vez que o Conselho Municipal faz o plano, ele encaminha para o Conselho Estadual e a partir daí isso se tornaria uma política pública para o estado, mas só que isso nunca aconteceu, talvez por falta dessa caminhada. Então estamos provocando nessa direção, mas não estamos conseguindo andar muito, mas estou insistindo nessa ideia.

**M1:** O retorno deles, em termos de informações, é repassado para vocês o que eles estão fazendo, o quê que eles propõem?

**M2:** No Conselho Estadual não, ainda que seja a Marta Pina a secretária, mas não. A gente não tem nenhuma informação do que está sendo feito lá: se reúne, se não se reúne, não estou sabendo, a gente não tem nenhum retorno. Nosso representante oficial é o Magalhães, o Magalhães só sabe das coisas quando ele está vindo para cá. “Olha, tô indo aí e tal, marca alguma coisa”. A gente só sabe em cima da hora, na véspera.

**M1:** E sobre as reuniões do colegiado após 2016, como é que tu me descreverias, como é que vocês fizeram depois de 2016?

**M2:** Olha, nós até tentamos ainda, enquanto eu e Artífice ainda tínhamos uma força, a gente tentava, chamava, convocava, mas foi havendo uma diminuição gradativa e chegou em um ponto em que não havia mais fórum, vinha geralmente só eu e ele, a gente foi também parando, até que parou mesmo, a gente não voltou mais, o presidente, o último, devido às suas atividades, terminou ele também não tendo pernas para, não vou dizer nem cobrar, porque a gente não cobrava, mas para insistir, e a gente foi perdendo a logística até de apoio, o carro foi mandado não sei para onde, lá para São João do Araguaia levar as mudas de banana e aí assim a gente não tinha como só fazer a convocação por telefone, porque aí você não tinha nenhuma prova de que a pessoa foi avisada a tempo, e precisa levar o convite para protocolar, para ter uma validade jurídica, mas a gente não foi tendo mais como fazer isso.

**M1:** E depois, tu voltaste para a Sedap? Como foi?

**M2:** Eu fiquei na Sedap, estou aqui ainda, e aos poucos eu fui construindo essa ideia com as coordenações que foram se sucedendo. Qual a ideia? Talvez eu não tenha força para representar enquanto Colegiado, mas uma das propostas que eu fiz lá em Belém era que a Sedap tivesse, nas suas coordenadorias regionais, uma pessoa responsável pela motivação dos conselhos municipais, que na área de atuação da coordenação tivesse uma pessoa responsável para fazer isso, né, porque assim, não seria enquanto Colegiado, mas a Sedap ela puxaria isso pelo menos para ficar provocando os conselhos, ficar indo atrás, fazer funcionar, a gente teria pelo menos uma chance, porque os conselhos (estaduais e municipais) eles ainda estão valendo ainda, mas aí a gente bate nessas questões: não tenho veículo; combustível aqui é a conta gotas; diárias nem se fala, não tem! Então essa desestruturação ela, não vou dizer que foi o governo federal em si, no que diz respeito à ação do Colegiado ou desse representante que seria aqui uma pessoa, mas o próprio, vou afirmar sem medo de errar, o próprio Secretário Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável não tem interesse nessa política. Ele fala, fala, mas em termos de articulação de conselhos municipais, para se formar um colegiado, eles não têm esse interesse. Já provoquei duas chefias anteriores, porque agora a gente tem o Centro Integrado do governo. Então qual é a minha proposta – e estou tentando fazer com que isso funcione –? Seria justamente esse representante fazer essa articulação com os municípios e a gente fazer tipo uma plenária aproveitando a força de governo que tem a estrutura para a gente trazer esse pessoal para cá, para fazer uma discussão mais ampla. Mas assim, a ideia é boa, eles acham interessante, mas acho que politicamente eles não vêm interesse nisso e não sai de jeito nenhum, a gente fica preso, eu não consigo ir nos municípios, não tem como eu ir e só por telefone a gente fala e tal, mas não é a mesma coisa. Ai não sabe como está o conselho. Quando a gente pergunta, eles respondem: “nós temos”. Está funcionando? “Não, não está”. O que a gente pode fazer? Eu já tenho uns três municípios agendados para a gente ir enquanto Sedap, mas eu vou sempre com esse pensamento de ir para o conselho para fazer essa motivação, essa articulação para a gente poder fazer uma reunião mais ampla e essa seria via Secretaria Regional de Governo do Sudeste Paraense, que tem aqui, para poder fazer isso, até para discutir, já que no Conselho Municipal de Marabá eu sugeri que a gente pudesse fazer um “Inter-Conselho”, por exemplo, do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, junto com o da Saúde, da Educação e outros, né?, para fazer uma reunião ampla para ver quais os pontos, onde se entrelaçam as ações de um para com outro; para reforçar, para cobrar, para ajudar o meio ambiente também. Mas a gente ainda não conseguiu fazer com que isso funcione, para que possa haver esse interesse mútuo dos colegiados para que a gente possa se juntar, até para ver o que um pode sugerir de melhoria para o outro, ou ver o quê que um está fazendo que dá certo, porque no rural não dá certo e o meio ambiente dá certo?! A gente tem uma noção do porquê, mas ver que estratégia que vocês usam que nós podemos adotar no nosso para melhorar, né? Era juntar para fazer essa discussão. Mas a gente não consegue, é difícil; não é o povo, a gente bate sempre naquela tecla do Secretário ser o Presidente e aí... não. Inclusive é uma proposta que eu tenho para alguns

conselhos municipais fazerem essa alteração no regimento interno para que possa puxar né, sair dessa... Até aqui em Marabá nós estamos tentando, não conseguimos ainda, é que, tudo bem que a secretária executiva do conselho seja a Seagri, mas que ela tenha alguém específico só para cuidar do conselho, não pode ser um servidor da prefeitura que venha dividir funções, se não, não dá certo! O cara não se preocupa com ele; tem as atividades ainda para desenvolver, ele não vai se preocupar com isso. E aí o que acontece? Agenda do Conselho não é marcada, as reuniões não ficam. Quem guarda essa documentação? Onde está a ata? Se você for lá atrás talvez você não consiga achar, porque não tem uma pessoa responsável, a gente não tem um local específico. “Essa sala aqui é do conselho municipal, aqui vai funcionar, tem alguém que vai ficar aqui só para isso”. E essa pessoa se preocuparia em ligar, em mandar ofício, ir atrás para fazer. Como eu questionei o último presidente do conselho municipal: “olha, qualquer membro do conselho que quiser questionar a validade das ações que foram discutidas pelo conselho nesse tempo agora, juridicamente vai ter razão. Cadê a ata? Cadê a prova que tu convocou o cara, ele assinou? Ele recebeu? Não tem documento, é só telefone, telefone. Juridicamente eles não vão reconhecer, precisa do papel, mas se não tiver ninguém para fazer, não vai dar certo”. Mas a gente ainda não conseguiu, mas eu ainda estou com gás para essa briga.

**M1:** Hoje tu estás na, aliás, tu sempre estiveste na Seagri, hoje tu retornaste...

**M2:** (Eu estava na) Adepará, da Adepará eu vim, vamos dizer assim, concluí minhas atividades na Adepará, que eu sou da Sagri, no caso, aí voltei para a Sagri e a Sagri mudou pra Sedap.

**M1:** Entendi. Uma pergunta, vocês acompanham ou tem informações sobre como está no Sul e Sudeste do Pará a questão do PAA?

**M2:** Não, nós aqui em Marabá, nós, vou falar enquanto eu, não tem. O nosso aqui, eu participei da reunião desse plano, do desenvolvimento desse plano, na verdade, mas o que eu vi e que eu discuto sempre com um colega meu é que na verdade isso é só para dar legalidade, porque a lei exige isso, é só para legalizar uma ação e não ouvir propostas, porque a coisa já vem pronta, é só para dizer: “nós temos isso, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”. Para colher as assinaturas, porque isso vai dar a legalidade perante o governo federal, não só perante o governo federal, mas se houver um questionamento de um Ministério Público: “Não, está aqui, a sociedade discutiu (etc)”. Mas não, as coisas vêm tudo pronta. Nós fizemos proposições de melhorias, mas isso eu não vi. O resultado que a gente ainda conseguiu ver, a da sistematização, não tem as ideias que a gente colocou lá.

**M1:** E, assim, tu tens acompanhado alguma coisa sobre a compra de alimentos da agricultura familiar pelo poder público, sabes como é que está se dando esse processo?

**M2:** Tenho uma informação *in off*. A minha esposa trabalha na merenda escolar e eu converso com ela a respeito do conselho e ela me fala que tem o conselho da merenda escolar e eles compram, ela geralmente fala de alguns agricultores que fornecem para a merenda escolar, mas não posso te afirmar que é uma associação, mas compram pontualmente de uma pessoa que compra de outros para fornecer, mas compram, não sei a quantidade, mas compram.

**M1:** E a política de ATER, ainda vem sendo feita?

**M2:** Não tenho certeza, mas eu acredito que ela está mais voltada para as prestadoras mesmo, particularizadas.

**M1:** Tu tens contato do Extensionista para eu conversar com ele sobre isso?

**M2:** Eu teria o contato, se ele não tiver mudado de telefone.

**M1:** Eu tenho ele aqui, eu tenho o contato dele aqui.

**M2:** Ele é outro.

**M1:** Então, acho que seria bom conversar com ele, né?

**M2:** Seria interessante conversar com ele porque ele sempre martela nessa direção aí.

**M1:** Para a gente finalizar. Como tu avalia esse impacto da Covid-19 nas articulações que vocês vêm lutando para manter?

**M2:** Olha, se nós já estávamos com dificuldade sem a Covid-19, acho que ela veio como uma luva para fechar de vez [o Colegiado]. Eu acho nesse sentido. Agora precisamos de um escudo. Aí, assim, um ano já sem a gente conseguir e esse outro sem nenhuma previsão, é bem mais difícil. Depois que a gente retornar, vamos ter que ir para a estaca zero novamente, para poder andar alguma coisa. Eu acredito que o governo se aproveitou disso para... Falando aqui pelo governo estadual, o federal a gente já nem fala porque já não estava mesmo. Mas não era interesse, com a Covid-19, só aumentou o desinteresse.

**M1:** Entendi. Mas dos membros do Colegiado, ela não pegou ninguém?

**M2:** Que eu tenha conhecimento, não.

**M1:** Ainda bem.

**M2:** A causa não foi a Covid-19, o povo já estava doente.

**M1:** Enfim, eu acho que é um pouco esse o quadro geral. Tu falaste muito bem, acho que a Covid-19 veio meio como uma “pá de cal” para aumentar a luta de quem já estava na luta. Já era difícil reunir quando era presencialmente, imagina reunir pessoas que não tem acesso à internet.

**M2:** Pegou como uma luva, fechou de vez (fez um gesto de estrangulamento como as mãos).

**M1:** Então era isso. Eu te mando um “zap” depois. Vou organizar as duas questões: uma são os projetos atrasados do Colegiado, para tentar solicitar lá de Belém; e a outra é o quadro geral sobre quantas propriedades foram discutidas dentro do Colegiado, porque eu lembro que tinha isso. Algumas não foram aprovadas, outras até que deram certo. Aí eu te mando direitinho pelo “zap”. Okay?

**M2:** Okay. Eu te respondo. Assim que eu encerrar aqui vou ver se entro em contato com o Magalhães para pedir para ele essa informação mais atualizada.

**M1:** Eu queria te agradecer muito pela ajuda.

**M2:** Tranquilo. Precisando é só entrar em contato, agora já sei que teu número é do Rio (risos).

**M1:** É, não é cartão de crédito, não, heim (risos).

**M2:** Quando tu me ligaste, cara, eu olhei contato: do Rio de Janeiro, “ah, mano, não conheço ninguém do Rio” (risos).

**M1:** Eu faço a mesma coisa.

**M2:** (risos).

**M1:** Mais uma vez, obrigado. Fica bem por aí, te protege e depois eu entro em contato contigo.

**M2:** Vou te mandar agora o telefone do Salomão do Ideflor.

## Apêndice IV –

**Identificação do entrevistado:** Extensionista, representante de organização da sociedade civil, por ocasião de sua participação no Codeter SE Paraense.

**Entrevista remota:** via google meet.

**Data da entrevista:** 31 de maio de 2021.

**Duração:** 24m20s

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

**M1:** Então vamos lá, né? Eu queria que tu falasses um pouquinho desse histórico de como é que tu chegaste na Fecat, como é que se dá esse teu encontro com a Fecat?

**M2:** Então, professor Marcos. Bom, eu sou técnico agrícola né? E, depois desse período, acabei estudando administração e comecei a atuar como técnico agrícola lá no ano 2000, finalzinho do projeto Lumiar, na verdade, nos últimos seis meses do projeto Lumiar. Foi um dos primeiros projetos de assistência técnica do governo federal: eram equipes, tipo assim, escolhiam alguns assentamentos... Eram equipes multidisciplinares, mas equipes pequenas, vamos dizer assim. Não era uma assistência técnica maior em quantidade de famílias assistidas, vamos dizer assim. E aí, bom, comecei a atuar na Copserviços, uma cooperativa que é ligada à própria Fetagri, ao movimento sindical, ao sindicato dos trabalhadores e à Fecat, que era oriunda da Coocat, uma cooperativa do Araguaia-Tocantins que organizava a produção aqui na região. Então, numa época muito, era a década de 90, era muito forte o trabalho da FATA, que era o antigo projeto CAT junto com a Coocat, que logo depois se transformou em Fecat, uma federação de cooperativas, aonde constituíram algumas cooperativas municipais: a Coomfama em Marabá; a Coomafi em Itupiranga; o Correntão em Nova Ipixuna, que já fazia parte; veio para dentro da Fecat; a Coopér lá em Parauapebas veio também para dentro dessa federação chamada Fecat. E aí começamos a fazer trabalhos conjuntos. Na verdade, nós estávamos muito na linha da “porteira para dentro”, vamos dizer assim, dando assistência técnica, elaborando crédito rural, na época, o Pronaf, e a Fecat estava nessa lógica de organizar compra de insumos para esses projetos, de trabalhar a verticalização da produção. A Fecat e algumas cooperativas dessas tinham agroindústrias, tipo Marabá, que ainda tem agroindústria, Parauapebas também, e Nova Ipixuna, o Correntão também. O projeto para todas as outras, para os municípios de São João, São Domingos, Itupiranga, era elaborar projetos para chegarem nesse nível de ter uma agroindústria nesses municípios também. Isso acabou não acontecendo, enfim, em virtude de muitos problemas, dificuldades. Mas, assim, a minha chegada a Fecat foi isso, né, uma época, já em 2006, 2005 para 2006, eu decidi me afastar um pouco desse serviço de assistência técnica lá dentro da propriedade para ir para essa lógica da gestão, de organizar a produção, ajudar a comercializar, e acabei fazendo parte da direção, vamos dizer assim, da Fecat, meio que um gerente administrativo e comercial.

**M1:** A Fecat existe antes do colegiado. Como é que se deu essa entrada, como é que a Fecat foi fazer parte do colegiado?

**M2:** Então, esse debate da política dos territórios, bom, ali no governo Lula, já no final do primeiro, vamos dizer assim, na metade, vamos dizer assim, do primeiro governo; resolveu-se fazer aquela política dos territórios, e o nosso território, o território do Sudeste Paraense, veio muito numa lógica de ouvir as entidades, os movimentos sindicais, o próprio Incra, que é a instituição para quem trabalhava com a agricultura familiar, de construir esse conselho. Primeiro o Núcleo Diretivo. Na época, eu me lembro bem, existia um projeto chamado Arcasul, que era uma agência regional de comercialização que tinha convênios com o governo federal para também orientar nessa lógica produtiva de organizar a produção, comercializar, era um pouco nesse papel também. E a Fecat, como sempre, fez parte da discussão dos movimentos,

junto com a Fetagri, a própria Fetraf, que antes era Fecap, uma federação de centrais de associações, o próprio Movimento Sem Terra – MST – sempre debatia junto. Desde a luta pela terra, vamos dizer assim, os conflitos, até realmente o crédito rural, a organização da produção, a comercialização. Então a Fecat sempre fez parte disso, claro, foi inserida nesse processo para participar realmente do conselho do Codeter e teve assento durante todo esse tempo.

**M1:** Tu me falaste sobre a questão da agroindústria, que era um projeto, mas, além disso, quais foram as principais conquistas obtidas via colegiado para a Fecat?

**M2:** É. Na verdade, é assim, o colegiado discutia alguns projetos anuais que seria o tal Pronat, que era o (Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais). Agora não me recordo mais o que significa, mas era uma política, claro, ligada aos territórios de alguns recursos disponíveis para serem investidos aqui e isso era discutido. Lembro muito bem que em um ano todos os movimentos decidiram apoiar a Escola Família Agrícola, então foi a lógica de reformar lá, de comprar equipamentos, de capacitar os educadores, era nessa linha. No outro ano se discutiu: “não, esse ano vamos entrar na linha da produção”, por exemplo, “vamos organizar”. Por exemplo: a Fecat não tinha uma despoldadeira, vamos dizer assim, compatível com a quantidade de fluxo que ela recebia né e, aí, adquiria, adquiria embalagens. Então era um pouco assim. Câmara fria!!! Aí “o problema, esse ano aqui, a gente vai discutir, nós estamos com um problema de conseguir trazer a produção da zona rural”. Aí eu lembro. “Não. Vamos comprar, adquirir, um caminhão carga seca que é pra Sagri na época” – que agora é Sedap, né? Então o projeto foi descentralizar o dinheiro via Sagri, aí a Sagri adquiria um caminhão, entendeu?! Então o debate era sempre nesse sentido, de pensar projetos e segmentos, vamos dizer assim, em torno da agricultura familiar com problemas que a gente tinha. Esse era o foco do debate, vamos dizer assim.

**M1:** Entendi. E com relação aos problemas, quais eram os principais obstáculos naquela dinâmica do colegiado?

**M2:** Acredito que, como todo conselho, tem um excesso de burocracia; a gente tem muitas leis, decretos, normativas, resoluções que acabam atrapalhando. Eu lembro da dificuldade, vou dar um exemplo: todos, a maioria desses convênios, todos esses projetos tiveram que passar pela Sagri, por exemplo. O governo federal não conseguia fazer diretamente com as entidades, né?! Mesmo que as entidades estivessem 100%, vamos dizer assim, redondas, como a gente chama. Tinha muita dificuldade nisso, a burocracia é muito grande, às vezes o projeto que era para sair, tipo assim, previsão de liberação em doze meses, saía em vinte e quatro, dois anos e meio, entendeu? Geralmente sempre atrasava muito. Era um excesso de burocracia e, claro, política também, porque em alguns momentos o governo estadual era aliado dos movimentos, em outros momentos não. Então isso também fazia com que a coisa fluísse mais ou menos, né!?

**M1:** Uma coisa que me chamava a atenção era que várias entidades não participavam só do colegiado, elas tinham também outras frentes de atuação. E com a Fecat, ela atuava em outros espaços também?

**M2:** Não, não. A Fecat, exclusivamente, era isso. Era essa a lógica de beneficiamento da produção, organizar a produção ou para a venda *in natura*, ou para beneficiamento. Seria, basicamente, essa a função da Fecat.

**M1:** Entendi. Uma coisa que tu mencionaste que me chamou atenção, era essa questão da luta pela terra, que é muito importante. Eu lembro que em algumas situações, na pauta das assembleias, das reuniões do Colegiado, aparecia, por exemplo, a arrecadação de terras pelo Incra, que levava essa demanda. Como é que se dava essa relação, como é que a Fecat via essa questão da demanda por compra de terras no Colegiado?

**M2:** É assim. Em determinado momento, acredito que houve umas alterações lá na legislação entre Incra e MDA, e a política dos territórios parece que exigiu que determinadas ações de regularização fundiária ou de aquisições de terra para a reforma agrária passasse pelo grivo do conselho. Eu lembro muito bem de um caso emblemático dessa aqui da fazenda Cabaceiras (assentamento 26 de março), que é um problema histórico. Foi um problema – ainda é, de vez em quando ainda há alguns conflitos, mas naquela época muito maior – de que nós, o Colegiado, autorizou o próprio Incra a fazer a avaliação do imóvel. Isso foi bem nessa (...). Eu não lembro qual o ano, se não me falha a memória, por volta de 2006 ou 2007, não lembro bem exatamente, mas eu lembro que a gente fez um longo debate sobre isso. Nós tínhamos um receio assim: imagina uma área de conflito como aquela, a responsabilidade dessa assinatura. Até explicar: “olha, esse é um processo legal, dentro da legalidade”. Para que a gente não sofresse a tal perseguição pessoal de ameaças, enfim, agente naquela época ficava muito preocupado com isso.

**M1:** E em 2016 tu ainda estavas no Colegiado? Estava, não estava?

**M2:** 2016??? Bom, acredito que não. Na verdade, eu não me recordo bem quando eu me afastei mesmo, mas acredito que foi antes de 2016, eu acredito que por volta de... Assim, como a gente abriu uma empresa de assistência técnica, quando eu deixei a Fecat, eu falei: “olha, gente, tal, vamos passar aí para turma aqui, o Alberto depois acabou voltando, que era um consultor que tinha ido para a França, Montpellier, até a professora Livia da Unifesspa foi fazer mestrado ou doutorado, não me lembro bem, na França, e aí ele voltou e eu falei assim: “Alberto, agora tu assume, o tempo que eu estive por aqui eu dei a minha contribuição e a gente vai tocar uma questão de uma empresa particular nossa, de assistência técnica”. E aí acabei meio que me afastando do debate. Claro que construímos a Rede ATER Pará, uma entidade que a gente conseguiu organizar, composta por empresas e entidades que trabalham com assistência técnica e nos últimos dois anos atrás eu estava presidente dessa rede. Está um pouco parada, também pela dificuldade nossa de trabalho, da assistência técnica não ser prioridade mais desde a saída da Dilma, com a entrada do Temer, a assistência técnica vem decaindo, no governo Bolsonaro é quase zero.

**M1:** E além desse problema, como é que tu vê esse impacto das medidas que foram tomadas a partir de 2016, com Temer e depois Bolsonaro, principalmente para a Fecat e para a Rede ATER?

**M2:** Amigo, assim, eu enxergo que o que tinha de pior para acontecer, aconteceu. A gente já percebia na extinção do MDA, a gente já previa assim: “Rapaz, ele tirou...”, tipo assim, “Se com o MDA não estava bom, imagina sem ele?!” Eu falo a mesma coisa de algumas falas, a gente ouve umas fofocas de extinguir o Incra, por exemplo. Então eu falo assim: “se com o Incra não está bom, imagina sem ele”. Então acabar um instrumento público, né?! Aonde tem profissionais e, de certa forma, tem um acúmulo do trabalho, da realidade, do meio rural, e aí... “vamos mudar para a casa civil para ficar mais próximo da cúpula do governo”. De fato, aquilo não foi para fazer isso, foi realmente para acabar. Geralmente, quem está mais próximo ao centro do governo, ao centro, ali vamos dizer assim, do presidente, claro que dependendo da visão do presidente, pode ser benéfico ou maléfico. Nesse caso, no que eu entendi, foi muito mal para todo mundo. Se acabou com praticamente tudo, o que não acabou, reduziu em 80% (oitenta por cento); por exemplo: PAA, por exemplo, aquisição de alimento. Já teve atendimento de milhões de famílias, hoje acho que não chega a milhares, por exemplo. Pronaf, por exemplo, é um negócio que praticamente parou; então, não se vê mais uma política realmente com vontade de fazer a agricultura familiar avançar, pelo menos aqui para a região Norte, né?! Não tenho os dados do Sudeste, do Sul. Sei que no Nordeste é muito parecido com a nossa realidade, também parou tudo, assistência técnica. (Sobre a assistência técnica) O que

eu entendo, Marcos, assim, ela é uma cadeia, se tu tiver o técnico, o agricultor, vai ter condições de ter acesso ao crédito; se tiver acesso ao crédito, o crédito vai fazer com que aqueça o comércio e o mercado no município aonde é a propriedade do agricultor, é meio que uma cadeia, né?! Então um contrato de assistência técnica gera emprego; o técnico vai, tipo assim, ser a ponte para o camarada pegar um financiamento, sei lá, uns 50 (cinquenta), 100 (cem) mil; o comerciante vai vender; lá na frente o camarada vai produzir e vai vender. E isso travou, parou de uma forma muito ruim para todo mundo. Se tu imaginar, nós tínhamos cem profissionais, não temos nem um.

**M1:** Eita.

**M2:** Isso de, agora, de 2016 para cá, então uns cinco anos aí. E a assistência técnica estatal tem que existir, ela deve existir, mas a demanda é muito grande. Não é que a assistência técnica estatal seja tão ruim, é porque eles não dão conta da demanda; são poucos profissionais, com pouco custeio, com pouca estrutura e não conseguem atender. Marabá tem mais de cem assentamentos, mais de sete mil famílias, estou dando só um exemplo de Marabá, entendeu?! E se tu vais no escritório local da Emater, tu tens cinco ou seis profissionais para isso tudo; um carro, duas, três motos. Resumindo, a política pública da assistência técnica parou mesmo totalmente.

**M1:** E, assim, quem tu me indicarias ali da Emater para eu saber um pouco mais sobre esses impactos na assistência técnica? Eu gostaria de conversar com alguém.

**M2:** Rapaz, tem uma, ela até passou conosco na Copserviço, a Lélia, ela já está a muito tempo, acho que ela tem uma visão muito interessante; tem o Genival também, que é um camarada que está há mais tempo, tem um conhecimento da história; o próprio (...), acho que esse dois que são, tipo assim, servidores da Emater, concursados, principalmente o Genival, que é bem antes da própria Lélia, é Lélia o nome dela.

**M1:** Lélia.

**M2:** Não sei se tu conhece ela? Ela é uma agrônoma.

**M1:** Eu também não sei, porque muita gente eu conhecia, mas não lembrava do nome.

**M2:** Mas consegue chegar nela. Qualquer coisa eu te mando o número do Rick, que é um técnico que está lá também, tem um certo conhecimento, Rick. Já passou, tipo assim, atuou conosco na assistência técnica desde a época do CAT, enfim, um pouco dessa história que estou te contando também, e depois virou servidor da Emater, já no governo da Ana Júlia, por volta de 2012, 2013, por ali assim. Mas é isso, essa turma tem um certo conhecimento também do quê que se deu, da dificuldade. Eu converso com eles direto, como estou no MDB e, é claro, base o governo do estado é MDB, a gente tem dialogado e tentado ajudar. Apesar de ser só vereador do município, mas eu enxergo que a assistência técnica precisa avançar, entendeu? Não dá, tipo assim, para esse camarada, esses cinco, seis ali, a equipe, tem a boa vontade, querem fazer mais projetos, têm à disposição, mas tu vais? Tipo assim, os camaradas recebem quinhentos reais de gasolina por mês.

**M1:** Não vai.

**M2:** Não vai, isso não vai avançar nunca, entendeu?! Aí eles tinham um convênio com a prefeitura de Marabá, o Anselmo, que era um profissional da Emater cedido para o município de Marabá, eu estava nessa essa lógica da arborização, faleceu da Covid-19.

**M1:** Eita.

**M2:** Aí, tipo assim, cancela o convênio. “Vamos rediscutir o convênio”. É um negócio altamente burocrático que não tem tido muito avanço, sabe?! Agora, claro que, se o município enxergasse isso e falasse: “Não. Vamos potencializar isso aqui”, juntava com os técnicos do município, da secretaria da agricultura, entendeu?! Fazer realmente um trabalho, dava para dar uma “startada”. Até mesmo se o município quisesse e tivesse à frente quem enxergasse isso, ir realizar convênio, chamadas públicas de assistências técnicas. Não nos moldes, nos valores que eram do Incra do governo federal, mas é possível, é possível aportar recursos e, claro, produto. Se quer investir, mas quer que se receba algo em troca. Qual é o produto a ser entregue pela assistência técnica? É crédito rural? Um exemplo. Não sei, aí tem que pensar nisso.

**M1:** E só para a gente finalizar. Tu havias dito que tens que sair, né? Mas é mais informação mesmo. Quem que tu me indicarias para essa questão do PAA? Eu tenho interesse também de ter uma ideia de como é que foi o impacto no PAA, aqui na região.

**M2:** Rapaz, pior é que eu não sei se o camarada tinha um profissional da Conab aqui. Só também havia uma rotatividade grande. Sinceramente eu não sei se ainda tem esse camarada aqui, mas eu acho que quem pode te informar isso, hum... eu vou te mandar o número do Marcos, ele é da Seagri aqui do município, ele é o secretário adjunto e ele pode te falar bem se ainda tem e quem seria esse camarada, pode ser que tenha alguém ainda por aqui. Eu sei que era a Conab que encaminhava isso, mas eu te envio o número do Marcos, eu acredito que ele saiba. Como ele está no conselho municipal, enfim, ele está mais atualizado desse debate atualmente.

**M1:** Eram essas as perguntas. É um bate-papo bem rápido mesmo, para ter uma visão mais geral desse nosso contexto atual.

**M2:** Sim.

**M1:** É, estou tentando reunir todo aquele povo lá do colegiado, mas é muito disso que tu estás falando, com todo mundo que entrevisto essa imagem vai se repetindo, do impacto que teve a retirada do MDA, etc. É como tu falaste. Eu lembro que um debate era, justamente, os problemas que haviam na política, mas de forma alguma o pessoal cogitava a possibilidade de acabar com tudo, a ideia era tentar superar os problemas e aí, quando extingue, cria um problema bem maior.

**M2:** É verdade, verdade. Não, quando a gente pensa que muita gente falava: “porra, mais uma reunião, é chato, porque não sei o quê, e não delibera e fica essa enrolação...” E hoje que não tem nem reunião, então?!

**M1:** Pois é. Não tem mesmo.

**M2:** Existe o problema e não existe mais nenhuma reflexão de como resolver o problema, né?! Não tem acesso, tu não tens mais um camarada que a gente conhecia lá em que tinha o *whatsapp* ou ligava, mandava um e-mail. “Me ajuda aí nisso”. Terrível, terrível.

**M1:** Então é isso. Eu não vou mais te empatar, tens que ir agora fazer aquela tua atividade. Muito obrigado pela entrevista.

**M2:** Valeu. Sucesso aí, meu irmão, e estamos por aqui, precisando da gente estamos aqui à disposição.

**M1:** Beleza. Até mais, então.

**M2:** Valeu, meu irmão. Um abraço, fica com Deus.

## Apêndice V –

**Identificação do entrevistado:** Guardião, representante de organização da sociedade civil, por ocasião de sua participação no Codeter Se Paraense.

**Entrevista:** gravador de voz.

**Data da entrevista:** 16 nov 2022.

**Início:** 10:15 h

**Duração:** 58m15s

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva

**M1:** O fundamental é a gente resgatar sua participação no Colegiado a partir da sua entidade representativa. Então fale um pouco sobre o período em que o senhor participou no Colegiado e qual era a entidade que o senhor?

**M2:** Bom dia a todos. Professor hoje faço parte da agricultura familiar. Mas, professor, naquela questão do Colegiado, naquele tempo eu era representante dos trabalhadores no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, inclusive eu fazia parte de algumas reuniões quando tinha aquelas reuniões no Incra, na própria Copserviços, que era o tempo da Copserviços, a gente participava na decisão de que a gente podia colaborar, a gente colaborava naquilo que podia, mas o nosso foco era da agricultura familiar, para que a gente, os trabalhadores, pudessem se beneficiar, seja ele nos convênios, seja ele nas decisões, mas era nessa questão, nesse foco que a gente defendia os trabalhadores rurais como um todo, principalmente os assentados, porque tem aqueles companheiros que estavam nos acampamentos, é claro que a gente defendia também que eles pudessem estar almejando um pedaço de terra para ser assentado, mas naquele momento que a gente sentava para defender já era o assentado, ele que era o beneficiário da questão da reforma agrária como agricultura familiar, defendia eles como todos. A questão do fomento, da habitação, da moradia – habitação é a mesma moradia – mas nessa questão aí, na questão do técnico, o técnico agrícola que fosse dar assistência aos trabalhadores para que os trabalhadores também pudessem ter uma qualidade de vida adequada na questão dos assentamentos. Mas era isso a gente defendia nessa questão da estrutura do Codeter quando ia para reunião que era chamado, que era uma reunião mais de técnica, e você sabe que o sindicato, por mais que seja bem formado, ele não tem como defender uma tecnologia que o técnico estudou para aquilo, então ele é mais formado para... E a gente, muitas vezes vocês diziam assim, alguém dizia assim: “Não, mas vocês, como trabalhadores, talvez saibam mais que a gente”. Não, na prática a gente sabe, agora a teoria é diferente, muitas vezes ele está dizendo uma coisa, o técnico está dizendo e a gente está conflitando, inclusive tem dois técnicos que estudou aqui em casa, meu filho não abraçou a causa, mas tenho um (filho), um técnico que muitas vezes a gente discute, ele quer de um jeito e eu digo “desse jeito não dá certo, desse jeito não dá certo”... Mas acaba que a gente cede na questão do técnico, ele estudou, ele sabe onde bota os pés e a gente que não estudou, tem que ser submisso a ele para poder pautar aquilo que ele disse, porque foi quem estudou, quem somos nós, que não temos a formação, pra dizer que o professor não está certo? Muitas vezes a gente sabe, às vezes não está cem por cento, mas tem coisa que o professor sabe que eu não sei, mas tem coisa que eu sei que ele não sabe. Então tem que ser uma parceria nessa questão de que a gente conversa para ir na mesma linha, acaba que a gente tem um acordo, um consenso de ir na mesma linha. É nessa questão que a gente defende.

**M1:** Aqui no Sudeste Paraense a luta por assistência técnica, por financiamento, por equipamentos; ela vem bem antes do Colegiado, inclusive o próprio sindicato fazia um pouco disso. Comenta um pouco para a gente como é que se dava essa luta pelas políticas, antes do Colegiado existir, como é que vocês faziam antes?

**M2:** Isso é bom a gente lembrar, daquilo que a gente fez, porque, de qualquer maneira, é um filme que fica repassando na cabeça da gente. Melhor dizer para vocês que quando eu cheguei aqui em Marabá, em oitenta, oitenta e... No dia primeiro de janeiro de oitenta e quatro, eu cheguei aqui, lá onde a gente tem essa terra aí (PA Três Ilhas), quando eu estava lá sossegado, me chamaram, inclusive o próprio Antônio Chico que era o presidente do sindicato, me chamou para a direção do sindicato, como diretor. Nesse tempo o Chico, que vocês conhecem muito bem, ele era o presidente do sindicato e ele, como eu já vinha com uma luta lá do Tocantins, disse: “olha, tem um cara que mora muito longe daqui, vamos atrás dele para que ele possa exercer uma função por dentro do sindicato, já que ele é um cara que sempre defende os trabalhadores” – nesse tempo eu era dirigente da igreja – “e aí nós queremos chamar ele para esse ramo”. E aí eles foram na minha casa, nesse tempo meus filhos eram tudo pequenos e eu abracei a causa, eu já era sindicalista desde o Tocantins, do Maranhão, quando eu fui só para o sindicato eu era novo, eu tinha uns dezoito anos quando eu me associei no sindicato; desse tempo para cá, eu venho abraçando a causa e sempre lutando pela causa da massa de trabalhadores rurais. Eu sempre digo para os caras, eu tinha toda a possibilidade de ser um – talvez um grande? Não! – mas um médio fazendeiro, eu tive a oportunidade, mas eu nunca tive aptidão de ser um fazendeiro, nunca. Primeiro que quando eu cheguei lá na minha, lá naquela região que hoje eu tenho terra, tirei duzentos alqueires de terra, acredita? Cara, podia chegar lá e não era invasão, era invasão no estado, mas não era terra comprometida com ninguém, e a gente foi e tirou essa terra e ficamos lá, quando esses companheiros chegaram, eu já estava muito bem estruturado. Aí a gente tem que saber como vai, o quê que eu vou fazer. “Não, você vai ser diretor do sindicato, suplente do sindicato e vai começar por aí”. Aí me instalaram logo uma delegacia para eu começar a trabalhar um pouco e aí fiquei. Quando o Chico foi para a FATA, aí me chamaram para exercer como diretor do sindicato, como secretário agrário, nesse tempo já era o Tião que era o presidente, e o Chico foi executar a FATA, Tião presidente, e eu fui como diretor de política agrária do sindicato, foi aí que a gente começou a luta. A gente defendia essa causa como primeira instância de que os trabalhadores tinham que ocupar a terra, tem muita gente que chama invasão, invadir, não o nome não é invadir, o cara ocupa a terra porque, por exemplo: esse computador está aqui, ele só está aqui porque ele achou espaço que não estava ocupado, ele chegou, se assentou e a gente defende que não é invadir, ele ocupou um espaço que não tinha ninguém e, se tinha, não era o legítimo dono. E aí gente começou a fazer, quando eu cheguei aqui tinha oito assentamentos, quando eu sai tinha oitenta. E todos esses assentamentos tinham uma mãozinha, um empurrãozinho meu, porque eu sempre trabalhei e dizia: “não, se eu quisesse defender o grande latifundiário, eu era um”; porque eu tive uma estrutura de ser um médio latifundiário, não quis. Então, a gente vai trabalhar com essa massa trabalhadora. Daí eu fiquei sendo diretor, nesse tempo a gente ocupou várias áreas nessa região, inclusive foi no tempo da Macaúba, que mataram a família do Dedé, ele, a filha e a mulher tudo de uma vez só, nesse tempo era o foco. Mas aí, quando a gente desapropriava já ia em vista no MDA, para que a gente não pudesse só desapropriar e deixar largado lá. Tinha que ter uma estrutura que a gente pudesse defender o trabalhador, primeiro para ganhar o fomento para poder fazer o pé de meia, para levar para o lote; depois vinha, do fomento vinha a ferramenta, o rancho, o arame, alguma coisa para começar a vida e depois vinha e lutava para que tivesse moradia, a educação também, para que não pudesse deixar só trabalhadores lá, todo trabalhador tinha filho e esse filho tinha que estar estudando, inclusive os meus, os meus juntamente com os dos trabalhadores e eu defendia essa lógica de que os trabalhadores tivessem os filhos estudando; e depois vinham as estradas, estruturas, estruturas como um todo, estradas, a saúde, e também vinha a moradia, que era casa, “Minha Casa, Minha Vida”, que não era minha vida, na rural tinha outro nome e até esqueci. E aí a gente começou, foi quando criou as associações que um bocado era a favor, mas outros não eram, mas o consenso optou que tinha que ter uma associação no assentamento e essa associação tinha que ser vinculada ao sindicato

para poder cobrar as estruturas para dentro do assentamento. Mas a gente teve muito entrave; quando o cara era um cara legal, tudo bem, mas tinha cara que não tinha o pensamento que a gente tinha. “Hoje eu tenho uma associação que tem um CNPJ diferente posso fazer o que eu quero, vou no sindicato se eu quiser”. E não era assim, o que a gente queria não era esse termo, a gente queria que fosse todo mundo, que entrasse num consenso e fosse trabalhar juntos, muitos vinham, muitos não queriam de jeito nenhum. E aí começava as vezes, entrava, inclusive, a questão da FATA. A gente, naquele tempo, a gente formou mais de oitenta técnicos, que era o “técnico cidadão”, para poder dar suporte aos assentamentos, a gente brigava com isso, eu defendia com unhas e dentes que o jovem chamado, de cada um assentamento, que viesse estudar, fazer uma qualificação para defender o próprio assentamento. O cara queria, naquele momento ele queria, mas na hora que se achava a última bolacha do pacote, ele dizia: “Não, não vou mais querer, não”. E acabava prestando serviço para o agronegócio; e a gente não defende essa lógica, eu, toda vida digo: “olha, eu não defendo essa lógica”. Se a gente vai defender essa lógica, não é a lógica que a gente quer, a gente quer que os trabalhadores venham da roça, se formem e voltem para prestar serviço para os mais velhos na roça, nos assentamentos. Muitos iam, muitos não, e eu vou dizer, naquele tempo eu acho que era cinco por cento que ia, o resto não queria ir de jeito nenhum; a gente fazia uma conversa e tal, era o jovem cidadão. “Que a gente não foi formado para aquilo”. E chegou uma hora que a gente ia para aquelas associações reivindicar os direitos dos trabalhados, inclusive com toda estrutura, que a gente não achava um jovem daquele que foi formado para fazer uma lista ou um relatório. Então a gente acabou que a gente – por não ter um letrado na testa de bom ou ruim – a gente acabou levando para esse lado, já estava formado e a gente também não ia discriminar o cara. Hoje o cara, como é dentro de uma democracia, a gente exerce do jeito que quer, mas sabemos que não podia dizer: “bota lá a corda no pescoço do cara”, “não, tu tem que vir”. Não, porque se tu fosse obrigar ele vir, ele poderia fazer tudo errado e acabar com o movimento e a gente fala: “não, nessa questão aí não está certo, mas também não está errado, tu vais para o lado que tu quer”. Igual hoje, você vê hoje – eu vou sair do roteiro, mas você vê que, o (curso de) direito da terra, meu compadre, esse direito da terra, tem muito cara que nem quer vestir a camisa do direito da terra, porque não vai... “Não vou defender esse negócio e tal”. Se ele foi inscrito, foi mandado um relatório, foi feito uma aptidão escrita pelos sindicatos, que ele fosse exercer essa função para defender essa causa: “Não, mas eu não quero agora, agora estou formado eu não quero, Deus me livre, eu não vou botar no meu peito direito de terra”. Nessas questões a gente, muitas vezes, tem lutado quase em vão por que... Eu não perguntei teu nome.

**M1:** Marcos.

**M2:** Marcos. Marcos, é o seguinte, se a gente coloca um cara desse para fazer essa questão e ele não quer, ele vai fazer, com a licença da palavra, só cagada, e a gente não consegue trabalhar também. Vão dizer: “Não, vamos colocar porque eles querem fazer coisas indevidas”. Não, a gente só quer fazer dentro da legalidade, agora dentro da legalidade a gente não quer formar os nossos filhos trabalhadores que vêm citado pela gente para prestar serviço para o agronegócio, a gente sabe disso, mas infelizmente, como eu disse para vocês, não temos o direito de dizer: “Não, não vai”. É qualificado, mas o direito dele era estar lá no assentamento para reivindicar todo aquele direito de técnico. O animal do trabalhador, do proprietário, do assentado deu algum tipo de epidemia, ele ia com o papel dele lá para defender e dizer: “Eu estudei para isso e vou te orientar, vou te dar o suporte nisso, esse animal está por isso, isso e isso”. Mas não, é muito difícil, mas com a gente, a gente trabalhou muito bem nessa questão, graças a Deus, hoje nos assentamentos quase não contamos com as pessoas porque, os assentamentos hoje, os assentamentos de noventa, de dois mil e dez para cá, se tu for lá, tu não acha cinco por cento das pessoas que te ajudaram, que ocuparam, que lutaram; venderam tudo. É errado? Talvez não seja, mas (...) Eu tenho documento aqui dos anos noventa que diz: “terra da reforma agrária não

é para vender, não é para ceder, não é para alugar, não é para dar, não é para vender”. Eu tenho em documento isso, mas também sabemos que nem todo governo abraçava essa causa e acaba que os caras ficavam lá sofrendo e, mesmo, velho, os filhos vinham para a cidade e não voltavam mais, qual era a alternativa deles? Era vender, e a gente não podia dizer que não. É correto? Não. É incorreto? É. Mas era o jeito, era a situação que fazia com que eles fizessem isso. Mas se tu fores hoje, Marcos, nessa questão das estruturas, eu cansei de sair aqui de Marabá para vistoriar duas mil casas. “Minha Casa, Minha Vida”, “Casa Rural”. Tinha presidente sacana? Tinha. Pegava o dinheiro e muitas vezes estragavam, extraviava, deixava a metade por metade, a gente ia e fazia novas emendas no MDA para poder fazer as casas e muitas vezes o cara assinava naquela incumbência de tanto ganhar a casa que ele assinava antes de receber a casa e tomava ferro. A gente tornava ir lá em Brasília para poder fazer aquilo voltar para dar a casa do cidadão. Nessa questão, cansei de vistoriar quando foi para fazer o Luz para Todos, aqui nesse município de Marabá, eu me lembro que eu saía daqui de Marabá, do sindicato, eu fui até numa vila – Lindoeste – fazendo levantamento, ponto a ponto, para poder beneficiar os trabalhadores. Só isso? Não, tinha mais. A gente, não sei se tu lembras, tinha uma casa, uns colégios, inclusive aqui em Marabá tem oito, que o exército era para fazer toda a estrutura, inclusive tem um aqui no São Pedro, tem outro no Murajuba, tem vários aqui na região, a gente vistoriou todinhos. Outra coisa, pegamos o gerente do Banco do Brasil, de nível estadual, saímos aqui fazendo esse “Mais Alimento”, aonde o cara tinha o direito de reivindicar o tratorzinho, a equipe mecânica dele fazer, não só dele, mas quando tu chegava nessa questão das estruturas, o cara queria só para ele, aquele que tinha muita estrutura queria só para ele, porque ele queria o domínio, mas não era para ele, era para a associação e essa questão de associação tem muitas que dão certo, mas é só dor na cabeça. Eu me lembro que aqui, em Contestado, fizemos uma reivindicação de uma casa de farinha, com a estrutura de uma usina de arroz, casa de farinha... eram três estruturas numa só. Gente, era dinheiro, dinheiro. As primeiras Mitsubishi que eu vi foram dessa associação, três, veio três, e caminhão, máquina de arroz e tudo, casa de farinha tudo junto. Meu amigo, isso deu dor na cabeça, tu acreditas que nunca se torrou uma saca de farinha? Os caras desviaram tudinho. Nessa questão os caras culpados são culpados, mas também o governo, a questão do municipal e estadual tem uma grande culpa, porque não fiscaliza, não fiscalizava. Nós íamos lá e os caras ainda ficavam zangados com a gente. “Esse dinheiro não veio para fazer isso, gente, veio para fazer isso”. Mas ao invés de ter aquilo como um conselho, eles ficavam era zangados com a gente, íamos fazer o quê? Às vezes até ameaçavam.

**M1:** Essas vistorias já eram na época do colegiado?

**M2:** Sim, sim.

**M1:** Das organizações da sociedade civil, quem é que ia?

**M2:** Tinha o sindicato e a Copserviços, nesse tempo era o auge da Copserviços, que também ajudava a gente nessa questão da vistoria. A Copserviços, nesse tempo, exercia um projeto grande que a gente fez juntamente com a Fetagri, a Contag e criou a Copserviços para fiscalizar e também reivindicar o direito do trabalhador na questão financeira. A Copserviços era uma das que estava junto.

**M1:** Eu estou tentando lembrar onde que ela funcionava.

**M2:** A Copserviços é bem aqui na Cidade Nova, bem aqui na Rua São Francisco, junto da, tem uma casa que vende peças, cara, bem aqui, descendo da praça do Banco do Brasil, pertinho do Banco do Brasil.

**M1:** Agora me localizei.

**M2:** Era ali a Copserviços. Quantas reuniões grandes que a gente fazia juntando os trabalhadores, o presidente da associação botava, às vezes, cinquenta presidentes de associação e dizia: “o caminho é esse, gente. A gente não pode só reivindicar o dinheiro e deixar que esse dinheiro desça pelo ralo, isso tem que ser empregado”. Mas muitas vezes a gente ainda era confundido de que estávamos querendo pautar, dizer o que tinha que fazer; porque se vem um dinheiro para comprar uma mesa, tinha que comprar a mesa, cara, tinha que fazer com que essa mesa ficasse composta de comida e tivesse a serventia dela. O dinheiro veio para quê? Muitas vezes o cara entendia que o dinheiro vinha para o bolso dele, não era. A gente teve muitos acertos e erros nessa questão, tinha muito cara que, meu Deus do céu, até ameaçava a gente quando íamos lá dizer o que ele tinha que fazer, o que estava errado. “Não, a associação é minha, tenho um CNPJ diferente do sindicato da Fetagri”. Não sabia que toda aquela estrutura veio através do nosso acampamento. Nós botávamos dez mil, quinze mil pessoas para passar um mês na frente do Incra. Me lembro que naquele tempo era muito gostoso, tínhamos muitos entraves, mas era muito gostoso aquilo ali, porque, de qualquer maneira, era uma luta para a gente chegar até no, no, no... não quero chamar de patrão, no poder público para reivindicar os direitos dos trabalhadores. Alguém sofria as consequências, inclusive eu sofri. Eu fui, condenado no processo, naquele tempo do Incra, que, Ave Maria, quando me lembro disso fico meio sentido; nesse tempo era a companheira Bernadete e o menino, o Ernesto, que eram superintendentes, ela era superintendente e ele adjunto, me multaram feio, eu tive que prestar serviço por um ano e seis meses na APAE, e eu sei de certeza que eu não merecia aquilo, porque nem lá estava nesse dia, mas o juiz, você sabe que palavra de juiz é um tiro. “Eu acredito mais no meu policial que disse que te viu lá na porta que em tu, porque ele te viu”. Eu disse: “Moço, nesse dia que a Bernadete ligou eu estava jantando na minha casa, não era eu que estava lá”. “Não, mas eu acredito mais nele”. Então está bom, vou fazer o quê? Mas foi. Nessa época foi eu, o Batista, eu, o Batista e o Di Assis da Soledade que fomos. Eles que tinham mais uma condiçãozinha pagaram, o Di Assis sempre é liso demais, eu digo: “Não, eu vou pagar o meu serviço e não estou nem aí, vou prestar e dar conta do que, mesmo sabendo que eu não estou, que não fui merecedor desse processo, mas estão dizendo que eu estava, fazer o quê?”. Mas Marcos, foi nesse sentido que a gente beneficiou muito o trabalhador dessa região, não atoa, os trabalhadores estão tudo bem de vida, tudo. Hoje se tu for nas Três Poderes, se tu for na São Raimundo, se tu for lá no Cabanagem, se tu for no Mar a Vista, se tu for no Cupu, se tu for lá no Contestado, se tu for para o lado do Ipixuna, no São Pedro, se tu for para o lado do Piquiá; os trabalhadores estão todos bem; mas hoje o trabalhador esquece de que a estrutura que eles têm foi, é claro que eles ajudaram, mas foi fruto do movimento reivindicando para a agricultura familiar, para hoje eles terem aquilo.

**M1:** E nesse movimento, além do sindicato, que outras entidades ajudavam vocês?

**M2:** É entidade é um conjunto, né? Nesse tempo foi criado logo a Fetagri, foi criado em dois mil e seis? Não, em noventa e seis, aqui em Marabá. Depois, de tabela, teve o massacre de Eldorado, criaram o MST e ficou todo mundo numa estrutura, com estratégias diferentes, tu sabes que o sindicato tem uma estratégia diferente do MST, mas, nessa questão, quando era para unir para poder reivindicar os direitos dos trabalhadores, vinha todo mundo junto. Vinha o MST, vinha a Fetagri, vinha a Contag; a Fetagri estadual, a regional, todo mundo brigando pela sua causa e essa causa era para dar o suporte aos trabalhadores rurais que estavam assentados, que mais precisavam lá na ponta: precisavam da estrada, precisavam de toda a estrutura para poder sobreviver, porque, de qualquer maneira, a gente defendia os trabalhadores, não só arrumando a terra e deixando largados lá, com algumas coisas. É claro que não tínhamos poder, tínhamos o poder de reivindicar, mas não tínhamos o poder de executar, a gente não

tinha dinheiro, a gente tinha o poder de reivindicar o direito para que alguém do poder público desse o suporte para ele, a gente entrava só com a briga de direto, era isso.

**M1:** Quando o colegiado começou a funcionar, o senhor notou se houve alguma mudança de como é que se dava a luta antes, com o sindicato, a luta por política pública, e depois que o colegiado começou a funcionar, houve alguma mudança?

**M2:** É claro que tem, para o bem ou para o mau, tem que ter uma mudança, mas, como o Colegiado trabalhava junto com a gente, teve uma mudança, foi uma época que mais houve projetos para os trabalhadores, porque havia técnicos formados, inclusive até tem uma restrição porque aqui nessa região não tinha técnico, tivemos que buscar técnico lá no Ceará, técnico formado, inclusive conheço vários técnicos que vieram para Copserviços para a estrutura do Codeter, que não eram dessa região. Vinham para cá. Uma coisa era para ganhar dinheiro, para o emprego, e outra coisa era trabalhar nos direitos, tanto é, que se deram tão bem que cada um, quando saíram da estrutura, cada um arrumou uma prestadora de serviço para eles. Então, quem se beneficiou, também, foram eles. Os trabalhadores se beneficiaram, mas mais foram eles, pois criaram, cada um, uma prestadora de serviços e foram prestar serviço para os trabalhadores cobrando muito caro. Mas teve um grande avanço, a gente não pode negar que teve um grande avanço nessa questão das estruturas dos trabalhadores, é claro que não foi cem por cento, mas quem soube aproveitar, hoje está muito bem; foi um grande aproveitamento. Quando se saía dessa questão da estrutura do Codeter, quem se deu bem, tudo bem. Quem não se agarrou, se amarrou, não tem nada, porque acabou, sempre disse, aquela oportunidade; alguns chamam mamata, eu não chamo mamata, chamo de oportunidade, acabou a oportunidade, quem se deu bem se deu, quem não se deu, hoje vive a Deus dará; outros pegaram uma oportunidade e deixaram escapular pelas mão, venderam os lotes e hoje estão pelas periferias da cidade, matando cachorro de taco, o que não era para ser se todo mundo tivesse no seu lote. Eu tenho um lote que tirei em 84 (oitenta e quatro) e até hoje eu tenho lá, estou lá, tenho um título definitivo, porque para mim eu tinha que dar exemplo para os trabalhadores. “Ah, por que tu não vende aquilo lá?” E digo: “Eu não tirei terra para vender não, cara”. Quantas pessoas não chegaram e diz: “Tira um lote para tu em cada assentamento que tu queira, a gente te dá um lote e tu faz o teu pá de meia”. Não, eu tenho que dar exemplo para os trabalhadores porque se eu faço isso, os trabalhadores: “Tu que é o presidente do sindicato, foi diretor da Fetagri, faz isso, por que eu não posso”. E eu me sentia, primeiro que eu não tinha essa opção de estar vendendo aquilo que não era meu. Outra coisa, me sentia na obrigação de não fazer esse tipo de coisa porque eu ia pegar na cara. “Tu que és o presidente da Fetagri, o diretor da Fetagri, tu que foi o diretor do sindicato, faz isso, por que eu não posso fazer?”. Ai eu não tinha coragem de chegar lá dizendo: “Não vende teu lote, cara, vai trabalhar, pega teu lote hoje e sonha com ele daqui a vinte anos, cara, bem estruturado”. Alguns entraram por essa lógica, outros, que não entraram, estão todos por aí, largados.

**M1:** Quais foram as principais políticas que marcaram essa contribuição do Colegiado?

**M2:** Rapaz, se a gente for falar de política que marcou a vida do Colegiado dos trabalhadores é muita política. Se tu for, hoje, lá no Antônio da Melancia, que está a trezentos quilômetros daqui, já no município de São Félix do Xingu, hoje, o Luz para Todos ainda está lá. Se tu ver uma questão da Universidade, que nós temos aqui, que foi um grande projeto brigado pelos trabalhadores para que os filhos dos trabalhadores viessem se formar, isso foi um avanço, cara, não se pode negar isso, abrir mão e dizer: “Não, não aconteceu nada, não aconteceu muita coisa”. Como eu sempre digo, o nosso governo. Hoje, um bocado acha que foi um governo que não fez nada, mas temos contado vinte e dois projetos que foram criados e executados por esse governo em nome dos trabalhadores, vinte e dois projetos. Eu sempre digo, quando começo a discutir com bolsonaristas, eu digo: “Me mostra um projeto desse cara aqui em Marabá, me

mostra um, então me mostra”. Digo lá na cara dele: “E a universidade do campo, aqui dos trabalhadores, que tem cota para pobre, para preto, para indígena, para quilombola”. É claro que, também, o filho do rico está lá, mas antes nós, não tínhamos essa oportunidade, foi um grande avanço nessa questão. Se tu vires, hoje, quando eu vejo o SAMU, é o mesmo que estar vendo a cara do Lula estampada lá; porque foi um projeto que foi muito bem executado; essa questão dos “Médicos Sem Fronteiras” foi um dos projetos, e tudo isso, é claro que teve executor, mas tudo isso foi reivindicado por uma massa trabalhadora enquanto fazíamos os assentamentos, os acampamentos aqui, ia tudo para a pauta fazer e executar esse negócio. É muita coisa, cara. Eu tenho anotado vinte e dois projetos que foram elaborados e executados no nosso governo e eu tenho isso como base porque na hora que o cara quer discutir comigo eu jogo logo: eu tenho isso de base e qual é a base que tu tem para vir discutir comigo e dizer que esse governo não fez nada? Eu tenho uma briga feia com os caras que ficam, tu sabes que esses bolsonaristas são meio fogo, mas a gente, eu não quero brigar, não vou brigar, mas também eu digo: “olha, é isso, isso, isso e isso. Diz que não, que eu te mostro aqui, te mostro”. Mas foi muito boa essa questão. É claro que depois de quatro anos, acabou, a gente não teve mais alternativa, os trabalhadores aquietaram, não sei, foi um balde de água fria, mas, com fé em Deus, agora a gente vai poder conversar, voltar, criar projetos para os trabalhadores para que eles possam viver mais dignamente. Me corta o coração, eu sempre digo – Eu tenho uns parentes aí, inclusive sobrinho, que dizem: “eu sou bolsonarista” – “Mas eu, eu não tenho nada, não sou rato, mas eu tenho o que roer e mesmo assim não sou contra o nosso companheiro Lula”. Agora sou contra o projeto infeliz de um povo estar na fila do osso, sou contra. vem aqui no supermercado grande, o povo na fila no container, cortando o pedaço da banana boa, pedaço do tomate, do pepino, para levar para os filhos sobreviver; “vocês querem que volte isso, gente?”. Pelo amor de Deus. Então nessa questão, eu sempre digo que o nosso governo, dentro daquilo que era possível executar, deu certo. Mas é isso, Marcos, tenho muitas lembranças de alguns projetos. Eu fui um cara que lutei por essa massa dos trabalhadores, fui quase morto, torturado, fui preso, não, fui preso não! Não cheguei a ser preso porque o povo me escondeu, e eu vou dizer uma coisa, os únicos trabalhadores, são vários aqui, mas daqui do município eu fui o único que sentou com o Lula numa mesa, na cabeceira da mesa, e eu na outra: quando eu fui julgado a morrer a qualquer hora, queimado pelos indígenas, por um grande latifundiário da minha região, foi ele (Lula) que me deu suporte e mandou até que eu fosse embora, o Lula disse: “Olha, vai embora”. No tempo do Márcio Thomaz Bastos, que era o ministro dele, ele disse: “Meu filho, vá embora, que eu sou aqui do Rio Maria e vim embora para não morrer e se você tentar vai acabar morrendo”. “Doutor, eu nunca fiz coisas indevidas que eu mereça morrer”. Eu sempre digo: “Quando eu não posso te ajudar, atrapalhar, eu não te atrapalho”. Agora tem essa questão da reforma agrária que eu tinha debate com os trabalhadores e eu, cara, eu mais aquele Batista, nós podíamos ser milionários, mas nós não fomos eleitos para fazer esse tipo de coisa, não fomos eleitos, fomos eleitos para defender os trabalhadores. Ele como um projeto da CTP, da Comissão Pastoral da Terra, eu como sindicalista, vim para exercer essa função, mas não para me corromper juntamente com vocês, não. Mas foi muito bom.

**M1:** Eu lembro que em algumas plenárias aparecia como pauta a desapropriação de terras, lá no auditório do Incra. O senhor chegou a participar de mais alguma dessas ocasiões para discutir a desapropriação de terra?

**M2:** Muitas, muitas, muitas. Inclusive, quando a gente ia reunir nos acampamentos, que chamava o presidente do Incra nacional, juntamente com o regional daqui; a gente já ia com a pauta feita. “Nós queremos essa, essa e essa”. Dava para mais de sessenta, isso a questão desapropriação, e tinham os projetos (PAs) que eram criados que queríamos estruturar e para isso tínhamos que levar pautados. Imagina que, uma vez, estávamos no Incra, cheio de Polícia Federal, não sei se era porque era medroso ou corajoso demais, eu dizia: “Não Di Assis, a hora

que tu quiser que a gente faça é só balançar com o dedo: soltar as abelhas”. Aí o Di Assis: “Nós estamos com cinquenta caixas de abelhas para botar aqui”. Os caras ficavam se coçando assim. Eu dizia: “Eita, diabo”: nadinha, nadinha, nós não tínhamos nada naquela hora. Mas a gente conseguiu um bocado de coisa para os trabalhadores, os trabalhadores de hoje não podem negar, os trabalhadores daquele tempo não podem negar, dizer que a Fetagri, o MST, a Fetraf não fez nada, porque fizemos muitas coisas. Hoje, tem uns que agradecem outros não, de qualquer maneira, nem todo mundo, é diferente um do outro, mas tem aqueles que quando me vê, Ave Maria. Mas tem uns assentamentos que quando a gente chega lá parece um estranho, ninguém conhece a gente. E eu também não vou atrás disso porque, de qualquer maneira, noventa e cinco por cento não é mais do nosso povo que está lá. Os caras chegaram lá: “Ah, eu estou aqui porque comprei”. Eu digo: “Olha, direto ou indireto, tu tá aqui por causa da reforma agrária. Não vem dizer que tu podias comprar um pedaço da fazenda do cara, que o cara não ia querer te vender um lote. Direto ou indireto tu só está aqui por causa da reforma agrária e fomos nós que pautamos, fomos nós que fizemos com que o MDA desapropriasse isso daqui. Não venha com essa questão de que comprou, eu sei que tu comprou, mas comprou porque convenceu um cara que não tinha mais alternativa e aí te vendeu”. Hoje, quando o cara diz: “Vou vender meu lote porque não dou conta mais, não presto...”. Eu digo: “Não, não é assim não, o cara que vai comprar não vai comprar coisa podre, ele só compra porque está vendo o futuro dele lá na frente, se tu não vê o teu futuro daqui a cinco anos, o outro está vendo daqui a cinquenta anos”. Mas é nessa questão que a gente combatia a não venda da terra nos assentamentos, era isso.

**M1:** E nesse período, com relação a posição do Incra, como era a relação com o Incra?

**M2:** Essa questão, tu sabes que em toda a instituição tem uns caras que são mais sensíveis e outros que são casca grossa; tinha uns caras que ajudavam muito, não vou mentir, ajudava muito, mas tinha uns caras que atrapalhavam. Só que a gente tinha o poder de pessoas, o cara que tem um movimento de quinze mil pessoas, dez mil, cinco mil pessoas, é claro que cinco mil pessoas pensando em um só rumo não é uma cabeça só que vai tirar, mas tivemos grandes avanços e tivemos grandes participações. Eu me lembro de um cara que era superintendente, que a última vez que fui em Brasília nessa questão da Tibiriça, Ave Maria, esse cara dizia: “Rapaz, esse é o cara, um cara que a gente considera, é um cara que vem para ajudar os trabalhadores, eu acho que um cara desse tem que ter todo respeito”. Isso juntamente com o presidente do Incra Nacional, ele falando. Então teve uns caras que eram muito sensibilizados com a questão dos Sem-Terra, que ajudavam, que faziam pautas, outros só empurravam com a barriga e diziam que ia fazer, acho que engavetavam. Mas tinham uns que executavam muito bem os projetos. Tivemos muita ajuda de uns caras aqui da região, do Incra de Marabá, da superintendência.

**M1:** Em 2016 aconteceu o processo do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e logo em seguida, quando Michel Temer assume, ele edita uma Medida Provisória que extinguiu o MDA. E aqui em Marabá, como foi vocês sentiram isso?

**M2:** Rapaz, isso, isso, Marcos, isso foi um baque, um baque daqueles que a vasilha está de cara para cima e emborça ela. Porque acabou todo recurso que tinham dos trabalhadores que vinham pelo MDA. Quando esse cara fecha o MDA, acaba com toda a estrutura e não vou dizer que foi só dos trabalhadores, sentiram as prefeituras, os municípios, os assentamentos como um todo e diretamente com os trabalhadores. (...) No tempo do MDA tu andava em todas as vicinais, tinha ponte, pelo menos de madeira, hoje tem ponte que você tem que fazer um buraco para rodar por dentro do córrego porque não passa. Naquele tempo tinha estrutura. As vicinais, vou dizer isso, lá do Antônio da Melancia até aqui, era piçarra que era um veneno a estrada, um veneno porque podia morrer a qualquer hora; quando acabou essa questão do MDA, acabou-se toda a estrutura. Esse governo, quando foi caçada a companheira Dilma que entrou esse outro cara,

acabou com tudo, foi um baque para o movimento, não só para o movimento como para o município, pois quando a roda gira para fazer coisas boas, todo mundo ganha com isso. Você vê que não foi só o trabalhador rural que se beneficiou com isso, quando criávamos um assentamento, Marcos, olha. Nesse tempo era a “Olé, Olá”, ela vendia bomba, ela vendia o tanque, ela vendia a televisão, ela vendia o fio, ela vendia tudo que era de eletro; cada um que tinha aquele financiamento vinha comprar com eles. Eu me lembro de um cara, o Irton, conversei muito com o Irton antes do pai dele morrer, o Alberto Leite, que era o dono da, acho que não era o dono, mas executava a Revemar, ele dizia: “O governo que mais ganhamos dinheiro foi no governo Lula”. Inclusive é um cara que sabe disso, não posso negar isso, é um cara que sempre ajuda o movimento naquilo quando a gente precisa, ele ajuda naquilo que pode porque ele sabe que se o governo voltar às a ações do Governo Federal, todo mundo ganha dinheiro, todo mundo ganha dinheiro; os empresários foram os que mais ganharam dinheiro, os trabalhadores ganharam, é claro, mas quando tu compra esse computador ele vem de onde? Ele vem de lá, tecnologia vem de lá e o trabalhador compra, isso não sai de graça para o trabalhador, então são eles que ganham dinheiro; então quando fazíamos uma desapropriação, ganhava todo mundo, todo mundo. A cerâmica vendia a telha, o tijolo; a loja de cimento vendia o cimento. Então era uma coisa que a gente, acho que nunca mais. Pode até vir, nosso governo está prometendo que vai fazer muito mais, mas eu já digo assim, se ele fizer ao menos o que já fez, copiar aquilo que ele fez lá atrás, vai ser muito bom de novo, eu acho que todo mundo ganhou junto.

**M1:** Nessa época o senhor estava no sindicato? E o sindicato reuniu depois de 2016? Ele fazia o quê?

**M2:** Quando eu digo que foi um baque (...). Hoje o sindicato, cara, o sindicato faz vergonha. O sindicato, hoje, só faz a questão de aposentadoria e vendendo a declaração para os trabalhadores, o que não pode. Eu sempre fui contra, se eu sou associado eu não preciso pagar mais porque eu já estou quite, eu sou quite, eu não vou cobrar, vou exigir meu direito. E hoje, os sindicatos que tem aí, meu amigo, faz vergonha, a gente andar em sindicato. Te digo que, Marcos, tem sindicalista aqui na nossa região que é bolsenarista doente. Porra, será que a gente trabalhou para fazer isso, gente? Pelo amor de Deus, vocês sabem do que estou falando, sabe, a advogada sabe do que estou falando, tem companheiro com essa visão de que hoje está no sindicato pelos trabalhadores, os trabalhadores empossaram, mas ele deixa de fazer as coisas que venha a beneficiar trabalhadores e vai beneficiar latifundiário, isso não pode, é muito doído. Vou lhe dizer, vou voltar lá na questão dos técnicos que a gente formou, a gente não tem quadro, o sindicato, hoje, não tem quadro. Quando a gente diz: “Olha, ele tá de cabeça branca, não vai voltar mais para o sindicato. O caboclo Tião está velho, lascado não vai voltar”. E quem vai assumir a demanda dos trabalhadores no futuro? A gente formou quadro que não serviu para nós, não está servindo para nós. Isso, a gente tinha, os trabalhadores que pelo menos, eu sei que cada um tem o pensamento diferente, mas pelo menos um que dizia: “(...) vamos entrar para o sindicato que o meu futuro é ser o presidente do sindicato, presidente da cooperativa, um presidente para trabalhar a questão dos assentamentos com os trabalhadores”. Assentamento não vai acabar. Tem uma herança desgraçada desse governo que foi dar não um título definitivo, só um provisório para poder concentrar lote de terra dos trabalhadores para colocar na mão dos fazendeiros, Gente. E se não tiver uma luta, de novo, através ou de uma cooperativa ou de um sindicato, da Fetagri como um todo, isso vai ser um desastre no futuro.

**M1:** Esse é o Titula Brasil, né?

**M2:** Um desastre.

**M1:** Eu queria só que comentasse um pouco mais, porque a gente já está falando sobre ele. Como é que está repercutindo nos sindicatos o governo Bolsonaro?

**M2:** Essa questão do Bolsonaro, você sabe que se ele pudesse, ele pode, mas não pode chegar e ditar, se fosse por ele já tinha fechado todos os sindicatos. Esse cara não é a favor de organização nenhuma dentro da estrutura brasileira, ele quer fechar tudo, quer, tanto é, e eu sempre digo, quando os caras diz assim: “Olha, o cara que deu o título”. Eu digo: “Ele não desapropria, mas ele está certificando o nosso trabalho, ele está certificando”. Agora, nessa questão da organização, ele quer acabar com, acabou. Quando tu ver, hoje, o sindicato com as portas fechadas é porque não tem mais o habitação, não tem mais o fomento, não tem mais o “Mais Alimento”, porque acabou com tudo, os trabalhadores ficam, o trabalhador só coopera contigo se ele estiver vendo o futuro, como é que ele vai pagar um sindicato que não reivindica o direito dele no estado, no município, no nacional? Ele não vai, de qualquer maneira, hoje, o dinheiro é tão pouco que tem trabalhador sobrevivendo de uma migalha para poder dar para os filhos, como é que ele vai pagar o sindicato? E isso leva em conta a herança do governo desgraçado que quer fechar tudo acabando... Não precisa tu dizer assim: “Eu vou matar fulano de fome”. Nem só dizer: “eu vou matar”. É só tu cortar as estruturas, só tu cortar os direitos que ele tem. Os direitos que ele tem a gente achava pelo Incra. Já pensou, o cara tem o carrinho dele lá no final da vicinal, tem o carro, mas não tem a estrada para ele passar no lugar, não tem a estrutura, e por que não tem? Porque o governo cortou as oportunidades dos caras. Isso eu te digo, não é só para o sindicato, todas as estruturas que trabalham nessa questão social, o governo quer acabar com tudo. Acabar não vai, não vai extinguir porque ele vai sair, já saiu e não vai mais mandar nesse país e a gente vai brotar aquilo que vínhamos fazendo para poder fazer de novo e dar a vida digna para os trabalhadores.

Você vê aí, eu tenho andado, a gente vê assentamento, cara, que está só os elefantes brancos. Os caras já mudaram todos, as famílias já mudaram todas, não tem condição, o fazendeiro quando quer viajar, se não tiver a ponte, ele freta um helicóptero, pousa lá e fica tranquilo; ele bota uma castanha, corta castanha, para gente pobre a castanha é proibida, mas para ele não é não, para madeireiro não é proibido, porque se fosse a Amazônia não estava indo toda para o chão e com o aval desse governo que está aí, dando aval para os caras cortarem. Então é nessa questão que eles extinguem a questão social do movimento como sindicato, como a cooperativa, como a associação, é não dando oportunidade. Sempre eu te digo, Marcos, o governo Lula nunca me deu nada, você sabe que qualquer um governo, se a gente não trabalhar não vai ter as coisas, mas te deu oportunidade, cara. No tempo que eu era novo igual esses meus meninos aí, eu trabalhava que só um burro de carga, nunca tive condição de comprar a mais do que uma bicicleta; o Lula me deu nada? Não, mas me deu oportunidade. Hoje tenho casa, tenho carro, tenho moto; meus filhos, todos os quatro, comem com as próprias mãos porque ele me deu oportunidade. Quando eu digo isso para os caras: “Meus filhos estudaram todos na Universidade, se fosse para eu pagar, eu tinha condições de pagar isso? não tinha”. Meus filhos tiveram o privilégio, e não foram só meus filhos, aqueles que quiseram, tinham uniforme, tinham bota, tinha a (...), tinha tudo, o livro para estudar, desde a lapiseira; isso é oportunidade. Por isso que eu digo, esse governo, o que mais ele fez foi cortar essas regalias de associação, de sindicato e tudo, para que os trabalhadores só fizessem o ensino médio que era para votar nos majoritários e isso cortou tudo. Graças a Deus que ele agora vai sair e nosso governo, que eu sempre digo para os nossos trabalhadores: “Não é só tu votar no cara, tem que eleger pessoas que possam ir até ele cobrar o que ele tem que fazer”. O cara fica lá no planalto e não sabe se estou passando fome, mas tem que ter pessoas que cheguem lá e digam: “Na nossa comunidade está se passando por isso e isso e nós queremos, nós elegemos e nós queremos um jeito para isso, queremos uma alternativa para isso”.

O negócio é que esse outro governo que está passando não dava oportunidade para nada, a não ser radical demais, falar de mulher e cotas, de mulher e negros e dizer só palavrão; desculpe estar atacando ele, mas foi isso que aconteceu, fazer o quê?

**M1:** A gente está entrando agora em um momento de mudança, né? Lá no sindicato, tem algum debate sobre essa mudança, há alguma expectativa com relação a esse período novo? Qual o debate que vem sendo feito lá no sindicato? Em termos de agricultura familiar.

**M2:** Olha, tem um grande debate e os trabalhadores quando elegem, a gente fez muitas reuniões nos assentamentos, nas comunidades e parece que vai voltar aquele tempo da luta pela terra, a luta pelo benefício da estrada, a luta pelo crédito, tudo isso vai ser renovar, agora tem que eleger pessoas comprometidas a partir da associação, a partir do sindicato, a partir da regional, a partir da estadual e a partir do nacional, pessoas que tenham comprometimento com essa causa, com a agricultura familiar, porque se a gente não eleger pessoas comprometidas vai ficar do mesmo jeito. A gente, através do Batista, da CPT, a gente vai fazer uma reunião, o Di Assis está chamando para a reunião para que a gente possa, daqui para frente, montar uma estratégia para que possamos refazer a nossa luta e beneficiar os trabalhadores, a agricultura familiar tem que vir em primeiro lugar. Através do sindicato, ou de uma cooperativa? Não sei, mas a gente tem que arregaçar as mangas e voltar a acontecer as nossas ações que aconteceram. Isso, é claro que o governo está acabando de entrar, só a partir do primeiro de janeiro, mas a gente já está começando a conversar as ações que vamos fazer, é claro que, hoje, eu não sou mais nem coordenador da Fetagri, nem do sindicato, mas a gente vê, nos bastidores, as falções e quando tem proposta assim sempre eles me chamam para ajudar a debater, qual meu ponto de vista. Mas é nesse sentido que a gente vai começar, já vai ter reunião com a Fetraf, com a Fetagri, o MST para colocarmos nossas ações em dia, saber qual o rumo que vamos tomar a partir desse nosso novo governo. Mas é isso.

**M:** E é isso (risos).

## Apêndice VI –

**Identificação do entrevistado:** Artífice, representante de organizações da sociedade civil, por ocasião de sua participação no Codeter SE Paraense.

**Entrevista:** gravador de voz.

**Data da entrevista:** 05 jan 2023.

**Início:** 10:25 h.

**Duração:** 51m56s.

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

**M1:** Eu queria que tu puxasses pela memória, rapidinho, e resgatasse como foi que tu iniciaste no Colegiado, como foi no início e entidade que tu representavas naquele momento?

**M2:** Primeiro tenho que lembrar que cada vez que tinha possibilidade de montar uma articulação entre, não necessariamente, uma organização, mas uma articulação, uma rede entre as organizações do campo, eu sempre apoiava, até sustentava. Essa aqui vem desde o tempo da CPT, mas também em toda a minha juventude, eu fui criado com um pai que fazia parte de não sei quantas cooperativas: cooperativa de trigo, cooperativa de venda, cooperativa de alfafa etc. Mas também, por exemplo, cooperativa de crédito, né? E ele achava que uma organização está forte a partir do momento que tu entende que o cara da tua classe é importante, mesmo que moralmente seja um cara ruim, não sei o quê, mas é importante. Ele brincava dizendo assim: “tem que ter muito cuidado porque às vezes o diabo se apresenta na forma de anjo e engana muito bem”. Ele sempre falava. Pensa em qual é o inimigo principal, nunca pode ser alguém da tua organização, pode ser adversário pode ter debate democrático e tudo, mas nunca inimigo. A nossa força só tem uma, a força do formigueiro, não tem outra, a força do campesinato. Dito isso, também insistiu muito sobre a questão da democracia, não tem democracia se não tiver rodada aonde todo mundo pode falar, então todas as organizações, todas as formas que provocam isso aqui, valem a pena. Só para dizer, por exemplo, onde que nasceu a organização da Fetagri Sudeste? Foi na FATA. Aonde que nasceu a ideia da pedagogia da alternância? Foi na FATA. Aonde que nasceu a ideia da cooperativa Coocat daquele tempo? Foi na lá na FATA. Tudo isso aqui nasceu, também da famosa ideia do CAT. A gente apostou na fundação do CAT, uma organização dos agricultores e uma organização dos pesquisadores, como um apoio. Eu sempre falava: tem a organização do lavrador que vem com seu conhecimento quente, suado, e ele vem discutir com o saber livresco, chamo de saber quente e saber frio. Mas tem de lembrar que sempre tem um terceiro, é sempre triálogo, que são as organizações, as organizações que podem ser no nível da família, no nível da comunidade, no nível do sindicato, o campesinato só tem força nesse nível. Qualquer coisa que favorecia isso aqui era esse, as primeiras ideias que tiveram de juntar foi a, como é que se chamava? Que era a Coocat, justamente que (...) aí Meu Deus do Céu. Juntou um organismo, mais ou menos, em 2005, em 2006, como que se chamava mesmo, meu Deus? De repente desapareceu. Era o “barbudinho” que era o representante, não é Cone Sul (a Arcasul), mas é um nome parecido. Trabalhou lá, também, o Alberto; estava funcionando onde funciona hoje a Fetraf. Vou tentar achar. Então, já era uma ideia de juntar sindicalistas, organização profissional, tipo cooperativa, para discutir essa questão de qual é a proposta para a agricultura familiar? E aí depois teve a criação dos conselhos. Primeiro os conselhos municipais, acho que custou para os conselhos municipais nascerem, inclusive, acho que foi na época do Fernando Henrique, se não me engano, no finzinho do Fernando Henrique. E depois o Colegiado também, essa ideia de ter uma organização, eu chamaria de um diálogo democrático, entre governo e a organização da sociedade, essa aqui eu acho que foi um achado e eu estava tão apaixonado por essa ideia, que entrei como Copserviços, mas na hora que eu sai da Copserviços para me aposentar, eu diria assim, meia hora depois me chamaram para presidente.

**M1:** Do Colegiado?

**M2:** Sim, do Colegiado. Acho que foi na época que saiu o pessoal do Lasat, o Willian. Tinha acabado de terminar o Plano (Plano Territorial), estava com o queijo e a faca na mão. Uma organização com o plano prontinho para discutir isso aqui e um colegiado já formado, o Codeter já funcionado. Mas desde o início eu estava nesse negócio.

**M1:** Então, quando tu passaste para a coordenação do Colegiado, quais eram as entidades que eram mais atuantes?

**M2:** Primeiro, eu vou tentar ver pelo menos quem era o Núcleo (Núcleo Diretivo), né? Desde o início, a ideia foi a de ocupar espaços dentro dos órgãos federais. Então a Sedap foi no nível regional, mas foi interessante porque foi lá que desde o início teve reunião dos Núcleos, e as assembleias sempre foram no Incra, mesmo quando o Incra não apoiou, mas de propósito, para manifestar justamente a importância disso aqui. Quem é que participa? Sempre os três movimentos, eu acho que já tinha a Fetraf também, ou era a Fecap, talvez naquele tempo, não me lembro bem.

**M1:** Os três movimentos, quais eram?

**M2:** Era o MST, a Fetagri e a Fecap – que logo depois se tornou a Fetraf. Eu não me lembro de quando é que passou a ser chamado de Fetraf. Eu acho que no início tinha o Banco do Brasil, a Universidade e, logo que criou o IFPA, o IFPA entrou na organização. Foi muito tempo depois que a gente pensou assim: “IFPA, com a entrada da universidade que ganhou a licitação, aí que não tinha sentido, por exemplo, a UFPA, naquele tempo, estar dentro nem o IFPA”. Eu me lembro dessa aqui, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, esses três movimentos, o Incra. Eu acho que de movimentos não tinha outros do que essas três, não me lembro. Não tinha ainda a rede ATER e esse tipo de coisa. A Embrapa também não existia, não tinha nenhuma atividade. Mas eu me lembro bem dessas aqui. Eu acho que deve ser possível de achar quem é que fazia parte das assembleias quando o Willian assumiu, deve se achar ainda, vou dar uma procurada.

**M1:** Quais eram as políticas públicas que eram importantes para cá e que mobilizavam essas entidades?

**M2:** O que mais mobilizava naquele tempo, fora a instituição assentamento, era o funcionamento do assentamento. Então batia muito sobre a questão das casas, da estrada, da assessoria técnica etc. E era muito focada, muito focada nessa aqui, a prova é que cada vez que tinha um dinheirinho para o Codeter decidir alguma coisa, sempre foi o laticínio ou o trator, trator no nível dos municípios; sempre foi isso aqui, não era muito dinheiro, por sinal, já era razoável, mas sempre foi esse o foco. Por exemplo, tinha muito apoio dado à agroecologia etc., mas era mais fala. Me lembro que eu participei dos fóruns da educação do campo e etc., mas o foco não era esse aqui. Estou falando no nível das conversas. Agora que nós conquistamos a terra, que está instalado os assentamentos, era uma grande segurança a terra, aí a gente pensava: agora vamos ter que ver estabelecer – era uma fala muito forte – estabelecer nosso território. Começava a se falar no território, que foi realmente cortado com a chegada do “abestalhado” que atrapalhou tudo. Mas essa questão de território ficou muito forte depois, porque eu vejo as reuniões da Fetagri, eu acho que participei de quase todas que teve depois, sempre batia nessa tecla do território. Engraçado, uma palavra que começou a ser utilizada pelos povos agricultores, pelo menos as lideranças né, eu diria assim, antes da conquista da terra não se fala em território, eu acho que é um negócio interessante, o estabelecimento do nosso território, esse que é, no fim das contas, o objetivo final. Um comentário que eu gosto de fazer: só que o nosso território tem muito problema porque na nossa mata mora a cotia e a onça, quem é que vai ganhar? Nos nossos rios tem os peixinhos e os tubarões, e aí quem é que vai ganhar? Mas não morreu o movimento, foi muito apagado, por exemplo, algumas vezes eu perguntei: “Mas por

que não faz acampamento dentro do Incra?”. A resposta foi genial que eu escutei várias vezes pelos próprios trabalhadores: “Sim, mas o que a gente vai negociar com o Incra? Não tem nada para negociar”. E de fato, ia negociar o quê? Título de terra? Como já fizeram. Mas não tinha mais assessoria técnica, não tinha mais planejamento, não tinha mais orçamento, não tinha mais nada. Então o que que eu vou fazer lá para negociar o quê, porque é lógico, né? Tu só vai negociar se tu sabes que do outro lado tem alguma coisa para comer, senão tu não vais.

**M1:** E além do Incra, como o MDA participava quando vocês iam discutir política pública?

**M2:** O MDA, eu acho que, de certa forma, foi mais forte depois, quando se discutia orçamento, o orçamento do Incra. Mas eu acho que a grande discussão que teve com o MDA foi nas famosas Conferências (Nacionais), eu devo ter participado de uma ou duas, mas me lembro de uma das grandes conquistas que foi levantado, principalmente o pessoal da Amazônia, que era a assessoria das universidades, eu acho que essa aqui foi muito interessante, que a licitação seja proposta para dentro das universidades e aconteceu, eu acho que entenderam muito bem. Vou dar um exemplo: aparecia aqui um cara que vinha de Manaus. Tudo bem, muito disponível, não sei o quê, nomeado por não sei quem, encaminhado por não sei quem. A gente recebia, mas não tinha eficácia nenhuma, e principalmente com essa licitação, envolver a universidade, também, que é muito importante, envolver diretamente, mesmo.

**M1:** Antes do Colegiado, a universidade já participava com vocês, não é?

**M2:** A universidade participava, inclusive dentro do Colegiado mesmo, o IFPA e a UFPA, e o próprio Willian era presidente do Núcleo (Diretivo), coordenador, articulador, não me lembro bem como se chamava. Eu acho que é interessante, né?

**M1:** Tu achas que a luta pela terra e por política pública mudou após o Colegiado?

**M2:** Eu diria, assim, vou dar um exemplo: muita gente diz que a FATA acabou. Sim, mas aonde nasceu o IFPA? Começou lá, inclusive o ensino médio teve duas ou três turmas que se formaram na FATA. É claro, na FATA tinha a assessoria técnica social e ambiental, e o pessoal dessa assessoria era gente que depois foi para o Incra ou os próprios caras do Incra que era, exatamente, a assessoria técnica da FATA. Não foi só esse exemplo, mas, um belo dia apareceu a ATES, coisa engraçada, não é? Não estou dizendo que influenciou, estou dizendo que (a FATA) deu alguns princípios, que esses princípios nasceram de lá, mas se tem uma proposta que tem força e é válida, tem que se tornar política pública, essa é a ideia. Tudo bem, por um tempo, quando eu era coordenador da CPT, eu pegava o microfone porque ninguém pegava; esculhambando o Incra, mesmo na frente deles. Agora, o dia que teve os presidentes de sindicato, na hora que chamava para representante do trabalhador, podia me chamar vinte vezes lá na frente que eu não ia mais, porque representante já está oficializado. Era mais complicado para negociar etc., a gente fazia as reuniões antes. “Ah, mas eu não sei falar”. Sabe falar sim. A gente discutia as coisas etc. Eu acho que é desse jeito que tem que ser, a partir do momento que tu ganha um espaço, quem assessoria tem que se retirar, retirar. Agora não pode também deixar a cadeira vazia porque é sacanagem, os caras entravam no Incra para ocupar, tu tinha que ajudar com o que fazer na negociação etc. Depois, por exemplo, quando fui para a FATA, só entrava quando me chamavam como FATA, mas como outra coisa, não senhor. Teve um tempo que falava que as organizações do campo em Marabá tinham um por metro quadrado, principalmente a partir do MST, a Fetagri com os seus sindicatos, as suas delegacias etc. Eu acho que uma organização profissional faz parte da política pública como cidadania etc.

**M1:** Fazendo um balanço, quais das conquistas do Colegiado que são mais importantes?

**M2:** Eu acho que a mais importante de tudo foi criar um espaço aonde podia se discutir políticas públicas como os órgãos responsáveis. Quer dizer, a gente ia atrás das organizações, falava com o chefe, mas a gente sabia que tinha fulano, fulano e fulano que ia aceitar. Era muito difícil um chefe de organização participar de alguma coisa do Codeter, muito difícil, eu vi gerente de banco, do Banco da Amazônia, mas era mais uma posição que eu chamaria de pessoal, porque ele gostava. Eu me lembro que o Banco da Amazônia gostava desse tipo de trabalho, mas era só ele sumir, daí pronto.

**M1:** E as lideranças, por que não participavam?

**M2:** Aí era o contrário, quem participava sempre nas lideranças, geralmente, era justamente os presidentes, os coordenadores que participavam, por exemplo, se a gente pegar a Rede ATER e as Quebradeiras de Coco, sempre era alguém da liderança, não necessariamente alguém da diretoria.

**M1:** Não era representante?

**M2:** inclusive o sindicato também, era ao contrário. Nunca vi um cara do Incra. De vez em quando participava da abertura, da mesa final, mas de participar de cabo a rabo, por exemplo, nunca vi. Agora, tinha gente do Incra que vinha da nossa base, vamos dizer assim, que participava. Para mim um dos sinais que foi interessante, mas que foi possível fazer a partir do momento que a gente tinha acesso a um pouquinho de grana, para tu ver, as entidades governamentais deviam liberar as pessoas que eram designadas para fazer parte e custear o seu deslocamento, nunca vi o Incra ou a Embrapa pagar diretamente alguma coisa para o funcionário que ia; inclusive muitas vezes era bancada pelo próprio Codeter indiretamente, com as nossa diárias e não sei o quê, mas tanto faz, isso aqui foi o jeito. Para mostrar que mesmo no tempo do PT, a partir do momento que tu tinhas um negócio meio democrático, que tinha que conversar, negociar, não sei o quê, caía fora. Eu acho que autoridade não gosta de democracia, eu chamaria assim para simplificar. Por isso que se tiver outro Codeter, valoriza o Codeter ou então entrega para ele uma possibilidade de negociar grana, eu acho que é isso aqui... um orçamento, valores, né? Aí que a gente vê...

**M1:** Tu poderias me dizer quais foram os obstáculos, os problemas que aconteceram e que, muitas vezes, até impediam o acesso às políticas públicas?

**M2:** Essa que é... Uma proposta que vem de uma organização, uma proposta que vem de um órgão meio democrático, sempre tem que fazer o acampamento para acontecer, entendeu? Tem que ter... nunca teve tanto acampamento do que o tempo democrático. Estou falando aqui no Incra, no tempo do Fernando Henrique e no tempo do Lula. Eu acho isso interessante, só podemos mostrar nossa força no campesinato se for um formigueiro, voltando nessa expressão, se tu não mostrar a tua força, não negocia, mesmo os caras que tem um discurso democrático.

**M1:** Era importantíssimo o debate sobre a compra de propriedades rurais para a construção de assentamentos, por meio da desapropriação. Fala para gente um pouco sobre essa demanda.

**M2:** Eu acho que tudo bem que o Codeter podia ser consultado, agora eu acho que certos processos, para mim, foram para inglês ver, já estava feito. Tudo bem, a gente aprovou, como é que a gente ia aprovar alguma coisa se a gente não sabia que toda a papelada já estava no jeito e que tinha dinheiro para comprar. Mas aonde que o Codeter participou antes, na caminhada para chegar lá? Eu chamaria que o Codeter foi meio utilizado, porém nunca me recusei de participar disso aqui, inclusive a primeira vez que aconteceu foi no tempo do Codeter, depois da instituição já dentro da universidade, antes eu não acontecia isso aqui.

**M1:** E como é que eram feitas antes as desapropriações que eram aprovadas?

**M2:** Não estou criticando, mas (eu penso assim): e antes? Por que o Codeter não foi chamado para discutir os encaminhamentos, para chegar lá, etc? Mas tudo bem, Deus me livre de não aceitar de participar de um negócio desse; mas eu chamaria, assim, é meio que uma decisão que já estava feita, não precisava mais brigar, já estava feito, era só o “buquê final” para ficar bonito.

**M1:** Não teve nenhum pedido de compra e venda que o Codeter foi contra?

**M2:** Não. Estava sendo criticado, por exemplo, o valor, “por que esse cara vai receber tudo isso aqui?” Por exemplo, eu me lembro que quase sempre tinha uma discussão sobre o valor que o cara ia receber, que era geralmente um valor superior ao valor comercial da terra; e quem prova – porque a gente não participava de nada – que essa terra era dele? Eu me lembro muito bem aonde teve uma discussão mais séria foi onde é o IFPA hoje: porque foi achado duas coisas lá, foi achado um cemitério clandestino – de quem eram esses corpos? – e tinham graves crimes ambientais. Esse foi o favor para que não chegasse a um preço muito alto. Era o PA, como que é? (PA 26 de março).

**M1:** Daqui a pouco a gente lembra (risos). E se tu fosses falar hoje da experiência do Codeter, ela foi importante para o Sudeste Paraense?

**M2:** Eu diria o seguinte: foi um primeiro passo que foi importante de experimentar, uma convivência experimentada de discutir, vamos dizer assim, o sonho; é meio besta. No lugar de acampar por que a gente não negocia? Por que não se negocia políticas públicas? Por que vai precisar de um massacre de dezenove pessoas para discutir o quê que a gente vai fazer lá na (fazenda) Macaxeira? Então essa é a questão, esse espaço. Só que eu percebi, de uma maneira clara, que nenhuma autoridade, qualquer que seja, gostava desse tipo de intervenção, eu chamaria assim... Quer dizer, eu acho que uma ou outra que tenha uma postura mais republicana, e não autoritária. Autoridade aqui não é serviço, autoridade manda. O Codeter começou a roer essa facilidade de mandar, eu sempre estranhei esse tipo de coisa porque as referências, por exemplo, desde moleque, de qualquer coisa que eu escutei em casa, na escola e tudo, são os valores republicanos de democracia, de igualdade, fraternidade etc, que era importante. Autoridade, então, eu sempre vou me lembrar, pode perguntar à Socorro, ela perguntou para minha irmã, que era vereadora: “E aí, tu ganha o quê?”, “Eu ganho meu salário de enfermeira”, “E como vereadora?”, “Ganhar dinheiro como vereadora? Isso é um serviço”. Ela falou assim, quer dizer, estranhando, nem vinha na cabeça dela esse tipo de coisa de que autoridade é para mandar, de que em certo momento, é para pisar, que eu acho que esse tipo de organização (o Codeter) começa a roer esse tipo de posição. São esses valores republicanos que não existem no Brasil, muito pouco.

**M1:** Nesse período, quem era que representava o MST no Colegiado?

**M2:** Eu acho que no início era a Raimunda participava, mas depois foi a Isabel.

**M1:** Tu tens o contato da Isabel?

**M2:** Eu devo ter por aqui.

**M1:** Depois, se tu conseguires, eu queria dar uma conversada com ela.

**M2:** Elas estavam, as três, no encontro que teve com a Suely. Deve ter lá a lista, sábado início de dezembro, ela apresentou o trabalho dela para os ex-alunos da IFPA, interessante... a Suely deve ter essa lista de presença lá, mas eu acho que eu tenho.

**M1:** Vamos lá, agora vamos passar para 2016, particularmente o contexto que se seguiu após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Eu lembro que a gente ainda chegou a fazer uma plenária lá no Incra. O quê que aconteceu depois? Como o *impeachment* e a extinção do MDA repercutiram no Codeter?

**M2:** De certa forma, para algumas pessoas, elas pensaram assim: para que o Codeter se não tem mais o orçamento para discutir? Eu acho o seguinte, que não é suficiente esse espaço de conversa de políticas públicas com o movimento, com organização formal e informal, isso era importante. Agora para chegar nisso aqui precisa um bocado de tempo para que consiga chegar lá. E outra coisa, com a chegada do Temer, a gente podia pensar que talvez poderia acontecer alguma coisa. Aqui com o Asdrubal, que foi o primeiro civil, e eu não fiquei surpreso que tenha sido ele, o primeiro civil do Getat, antes eram todos militares, porque mudou, por exemplo, antes entrava no Getat com carteira de identidade que ficava no portão, a partir dele (Asdrubal) teve até acampamento, teve até negociação, então eu não fiquei surpreso que ele assumisse isso aqui, só que a gente estava vendo que virou um negócio em decomposição. Eu vou dizer assim, o grande espaço do movimento para as políticas públicas é o Incra, pode dizer o que quiser, mas tudo passa por lá, de certa forma. O orçamento do Incra... foi distribuído 250 títulos de terra e pronto. Eu me lembro de várias pessoas da Copserviço e da FATA que passaram no concurso do Incra, aí fui ver eles várias vezes – geralmente o INCRA estava assim de gente: de manhã, faziam fila para falar sobre o Pronaf –, não tinha ninguém. Daí perguntava, o que tu estas fazendo? Os caras da ATER, todinhos, indo atrás de histórico de título de terra, inclusive de histórico, quando eu falo histórico não se trata de agricultor, de assentamento, assentado o Incra pode dar o título na hora que quiser se tem toda a papelada ele faz, era de fazendeiro.

**M1:** Fazendeiro contratando ATER para fazer o histórico das propriedades?

**M2:** Claro. Eu vi no jornal a lista dos assentados que receberam e a lista dos fazendeiros, tem muito mais fazendeiro do que assentados. É claro que foi regularização de roubo de terra.

**M1:** Tu tens essa lista?

**M2:** Teria que verificar isso aqui, o tamanho que foi regularizado. Seria interessante de ter esse trabalho. O que eles aproveitaram para fazer enquanto a boiada passa, não é?

**M1:** E aqui em Marabá, nesse período, tu chegaste a acompanhar o que o MST e a Fetagri, o que eles fizeram nesse período quando o Bolsonaro assumiu?

**M2:** Uma das coisas que eu mais acompanhei, com certeza, foi o IFPA. Eu era do Condir, estava em todas as reuniões do Condir, eu estava lá rerepresentando não sei quem. Eu vou fazer uma proposta, eu gostaria de continuar no Condir, mas sem direito a voto, só à voz.

**M1:** Condir, o que que é?

**M2:** É o Conselho Diretor do IFPA, que é, justamente, um “pequeno Codeter”, onde tem representantes dos três movimentos. Mas, lá a gente viu também o retrocesso da participação dos pais dos alunos e tudo, acabou sendo mais uma reunião, como é que chamaria isso aqui? Reunião de docentes; cada setor lá é representado. A última vez eu falei: “desse jeito”...

**M1:** E aquele pessoa lá do Codeter, tu chegaste a ter contato com eles depois daquela plenária de 2016?

**M2:** Com quem?

**M1:** As outras organizações do Codeter?

**M2:** Individualmente, sim.

**M1:** Com quem tu mantiveste contato?

**M2:** Principalmente com a EMBRAPA, né?...

## INTERRUPÇÃO

**M2:**... nessas estradas, junto com o carro do Embrapa. Os movimentos, mas muito mais a Fetagri, eu participei de tudo, fui convidado várias vezes, várias vezes não, em quase todas as assembleias aqui na Cabanagem ou na FATA; eu participei, também, da (Sinaflor), lá em Brasília, o pessoal da Fetagri daqui me levou, fomos de ônibus lá, passar oito dias, foi ano passado.

**M1:** E aí? Vocês reuniam, mas como não tinha mais MDA, vocês se reuniam e qual era o objetivo?

**M2:** As reuniões eram mais internas, no fim das contas. Resolver uma diretoria, resolver... Ai, eu acho, os movimentos ficaram olhando para os seus umbigos, pouca coisa coletiva. Porque o Codeter oferecia pelo menos “o Chico ver o outro Chico”, entendeu? Eu participei, por exemplo, de vários encontros da Fetraf, que antigamente era meio assim, estava muito mais ligada a Fetagri, mas como estava vendo que a Fetraf estava começando a tomar algumas posições, inclusive, teve colegas que foram assassinadas lá no Sul. Aí eu participei de várias assembleias, também porque o “Chico da CIB” é meu amigo, desde o tempo que ele era posseiro da CIB; teve mais preocupação interna da sobrevivência, em grana inclusive, do sindicalista como organização; por exemplo, eu vivia criticando bastante movimento sindical, principalmente movimento sindical que estava vivendo com saudade do seu passado, era mais histórico, muitas lideranças eu conheci vinte anos atrás, não se renovou. Eu tenho esperança que o pessoal que está saindo do IFPA e da educação do campo seja um dos elementos que possa mudar um pouquinho essa condição... Eu gostaria de saber, por exemplo, pegar a lista de caras do IFPA e saber onde eles estão hoje, os que saíram, estão fazendo um levantamento agora, fiz essa proposta e estão trabalhando essa questão, é interessante de ver onde que estão; inclusive tem alguns sindicalistas, tem um prefeito... São coisas interessantes para ver.

**M1:** Durante esse período, como foi o impacto da pandemia da Covid-19?

**M2:** Da Covid? Bom, aí foi o grande silêncio do cemitério. Todo mundo mascarado, tu não reconhecia ninguém, principalmente eu porque era complicado etc.; praticamente dois anos com máscara, sem reunião. Agora, a grande novidade que eu acho que foi interessante é os *lives*, os áudios que, hoje, de vez em quando continuam. Nós tivemos reunião do Condir mesmo recente, para quê chamar gente não sei aonde? Muito mais barata, muito mais fácil, tu fica na tua cadeira na tua casa e conversa muito bacana com qualquer um; eu acho que essa aqui é uma das vantagens dessa estrutura que seria bom conservar para evitar transporte de avião, transporte de não sei o quê. Talvez para o Codeter seria bem interessante continuar a ideia dessas reuniões audiovisuais, e funciona perfeitamente bem com qualquer... Eu, veja, eu da periferia, que não tenho uma boa internet, não é lá essas coisas, mas funciona perfeitamente bem, pode até agravar, aquela história toda. Eu acho que esse é um instrumento que pode ser útil. Tudo bem, fazer uma conferência em Brasília, com todo mundo andando de avião para cima e para baixo, no hotel e tudo, tudo bem; mas não seria interessante guardar essa grana para uma formação continua na FATA, com duzentos diretores de sindicatos ou da Rede EMATER, uma formação de um ano? Estou pensando assim, né?

**M1:** E agora que esse período praticamente passou, quais as expectativas em relação a essa nova etapa?

**M2:** Eu vejo o seguinte, nós vamos ter que retomar o que era bacana dessas conversas, que eu chamaria de muito republicanas, dos responsáveis dos órgãos públicos discutindo política pública com os responsáveis das classes sociais, isso é para ser mantido. Agora a forma, acho que teremos que fazer alguns acampamentos dentro desses negócios porque vão ter que respeitar a gente. Volto a dizer: quero ver autoridade se sentar numa mesa, não uma mesa de conferência, não para abrir e fechar uma conferência. Por que não podem participar de um, de um GT? “Ah, porque é superintendente do Incra, porque ele não sei o que”. (...) Se não é diretamente o chefe, mas que seja o chefe.

**M1:** Alguém que decida.

**M2:** Que assine. “Eu vou levar essas propostas para o meu chefe para ele ver”. Não, é agora. Estamos negociando agora. Como diz o Lula, “a fome não espera”, tu estás com fome na hora do almoço, “há, mas na janta vai chegar”, “não quero saber da janta, quero saber do almoço, agora”. O grande desafio é recuperar os cacos dos assentamentos.

**M1:** Recuperar?

**M2:** Sim, recuperar os cacos que sobraram dos assentamentos. O que que aconteceu nos assentamentos? Quantos assentados ainda têm, assentados pioneiros, dentro desses assentamentos? Eu acredito que vai ter uma venda de terra tremenda porque não tem aposentadoria segura. O cara trabalhou quarenta anos dentro do lote, como que ele poderia realizar, vamos dizer assim, é realizar o trabalho dele? Realizar no sentido de valores. Vai ser vendendo a terra; e essa terra vai ser vendida para quem? Diferente da ideia republicana de que a terra do assentado tem como destino a agricultura familiar, o título permite a volta da terra para o agronegócio? Permite a reconcentração da terra? Eu acho que nós vamos ter que ter muito serviço, esse tipo de coisa recente que o Codeter vai ter que... se a gente conseguir nesse ponto, e os próprios sindicalistas. Vivo dizendo isso aqui: “Olha lá, daqui a pouco não vai ter mais nenhum assentado e nenhum da agricultura familiar porque devagarzinho vai morrendo, morrendo, morrendo”. E aí? Vai ter que reocupar a terra de novo, brigar de novo? Só um exemplo, o que sobrou do pioneirismo da transamazônica, os colonos?

## Apêndice VII –

**Identificação do entrevistado:** Rosa, representante de movimentos sociais, por ocasião de sua participação no Codeter SE Paraense.

**Entrevista:** gravador de voz.

**Data da entrevista:** 23 jan 2023.

**Início:** 17:15h.

**Duração:** 42m55s.

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

**M1:** Retomando as entrevistas, gostaria de saber quando a senhora entrou para o colegiado representando o MST?

**M2:** Foi em dois mil e quatorze, na época que eu entrei. Na época era a Suely que participava e depois ela foi para outra tarefa, aí eu fui representar o MST no Codeter. Então foi em dois mil e quatorze que eu participei.

**M1:** A senhora ficou até quando?

**M2:** Eu fiquei até dois mil e quatorze, dois mil e quinze, por aí. Acho que foi até o final mesmo.

**M1:** Quinze, dezesseis já estava no final, ali. E para o MST, como é que vocês viam essa coisa do Colegiado? Era importante?

**M2:** Na verdade, para nós era importante, porém, é isso que nós já havíamos comentado: precisavam ser efetivados os planejamentos, as propostas que os trabalhadores faziam, né. Por exemplo: na plenária que nós fizemos, do Codeter, lá no Incra, que era o espaço que nós usávamos para fazer as grandes plenárias, eu me lembro que foi feito um grande planejamento para a região. Proposição desde o meio ambiente, o “Luz para Todos”, “Minha Casa Minha Vida”, um programa de sociedade, várias questões. Educação no campo, garantir o Pronera para formação dos camponeses na região. Foram várias questões que tinham para o campo e a gente vê que, aí era para o campo e tinha vários municípios aqui da região do Sudeste do Pará que era para, de fato, pensar o território do Sudeste do Pará, Sul e Sudeste do estado do Pará, aqui da região, que era através desse colegiado aqui que a gente ia debatendo, coordenava, na verdade, na articulação, para trazer o povo para o debate. De fato, o povo dizia o que existia e o que precisava melhor (...). Então a gente observa que pouco, ou quase nada, o planejamento desenvolveu, porque tu colocas no papel, era uma pergunta que nós fazíamos: “Sim, nós estamos discutindo” – Veio um pessoal de Brasília, também participaram, ouviram, sistematizaram – “Tá, mas quando é que isso vai entrar em vigor, quando é que isso vai entrar em vigor, quando é que isso vai começar a ser efetivado? E aí a gente observa que pouco andou, né? Que tinha essa questão do “Luz para Todos”, que andou em determinado período, em determinado assentamento. O “Luz para Todos” só ia onde tinha estrada e onde o povo se movimentava. O “Minha Casa, Minha Vida” começou e depois parou também, tinha o “Minha Casa, Minha Vida” e também teve depois, que era o Incra que trabalhava com essa questão da habitação no campo, nos assentamentos. No final entrou na mesma política do “Minha Casa, Minha Vida”, para ser da mesma política, tentando unificar a política, tanto para o campo quanto para a cidade. Então, na verdade, o “Minha Casa, Minha Vida rural”, não funcionou, porque já estava no final e não conseguimos fazer, o Incra em si, o MDA, não conseguiu realizar o “Programa Minha Casa, Minha Vida rural”. Nos assentamentos têm habitação, mas dentro da outra modalidade que o Incra já trabalhava anteriormente, que, na verdade, para quase todos os assentamentos é o programa de habitação rural feito nos assentamentos.

**M1:** Tinha uma política, acho que era o Programa de Aquisição de Alimentos, tu sabes se chegou a funcionar junto com os assentamentos?

**M2:** O Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA.

**M1:** Isso, isso mesmo.

**M2:** Aqui na nossa região ele nunca funcionou como deveria. Algum e outro aí, muito pouco mesmo o percentual, acho que não chegava nem a um por cento da população camponesa daqui que tenha acessado o PAA, aqui para a nossa região. Esse programa funcionou bem nas regiões Sul e Sudeste do país; isso porque eu conheço o pessoal nosso do MST de lá, vixi, a felicidade deles era o PAA, mas para nós aqui, nós do MST nunca acessamos o PAA e eu acho que o pessoal da Fetagri deve ter acessado, mas também, pouca coisa.

**M1:** Quais eram os problemas para acessar o PAA, por exemplo?

**M2:** Burocracia, primeiro a burocracia, né?! A outra, também, é que os camponeses aqui não estão muito acostumados com isso, entende? Isso, na verdade, é uma política nova para a região e os camponeses daqui não estão muito ligados para essa questão dessas políticas de organizar a produção, de tirar nota e de tal, tal, tal... é muita burocracia para a cabeça dos camponeses. Produção tem bastante, todo mundo produz bastante, mas na hora de organizar a burocracia é onde trava. Desde alguns ritos, tipo assim, para tu acessares o PAA, tu tinhas que fazer nota, nota do camponês, nota que a gente tira na SEFA e tudo mais. É uma complicação para quem domina, imagine um camponês que mal assina o nome e escreve alguma coisa, então existe esse travamento da burocracia. E aí para cá não é muito comum, o pessoal pouco acessava, pouco vinha também.

**M1:** No Colegiado participavam várias outras entidades. Como era a relação do MST com as outras organizações da sociedade civil?

**M2:** Olha, eu considero que, entre nós que fazíamos parte, era uma relação boa, não teria, não tinham muitos problemas de linhas políticas com relação aos programas, mas essa questão do recurso mesmo, quando vinham, como é que fazia para usar, na verdade, não só nós do MST, os outros também não acessaram esses recursos. Então, assim, na minha avaliação, o problema não estava em nós, no colegiado, nas organizações que ali compuseram o colegiado, o Codeter. Tinha o MST, tinha a Fetagri, tinha a Fetraf, tinha a Emater, tinham as prestadoras de serviços, tinha, também, os bancos. Inicialmente tinham organizações sociais do campo e tinham as organizações governamentais e as governamentais financeiras, que eram os bancos, também participavam; nos finalmente, ficavam só os movimentos sociais, mais a Emater, a Seagri, ficava esse público aí e as prestadoras, as instituições financeiras se retiraram automaticamente, sem ninguém mandar embora. Eu acho, não sei, acho que o banco não anda muito só para estar lá participando, eu acho que ele só vai onde tem dinheiro para ele movimentar, eu que penso, não sei se é isso, eu acho que para eles era uma perda de tempo estar ali, debatendo coisas, sem eles emprestarem dinheiro, sem captarem dinheiro, só para estar ajudando a construir políticas para os outros, eles iam saindo. O Banco do Brasil, o Basa, que eu lembro, esses dois bancos. Tinha essa participação também, né?! Era muito bom no sentido de estar em movimento, estar se articulando, estar conversando, estar debatendo essas questões, eram muito importantes, nesse sentido, para a região, e eu acho que se voltar traz um papel importante para a região, para a gente retomar o debate, colocar em pauta novamente.

**M1:** Tem uma outra coisa que me chamava atenção: acho que em umas duas assembleias que eu participei, foi discutido sobre desapropriação de terra, compra de imóveis que eram para construir assentamento. Qual era a importância desse momento para o MST?

**M2:** Nós participávamos todos, os três movimentos sociais do campo estavam sempre juntos naquele tempo. MST, a Fetagri e a Fetraf, esses três sempre estavam nas decisões importantes, estavam juntos. Teve assembleia lá no Incra para decidir se o Incra ia comprar ou não quando foi colocado e foi aprovado para o Incra fazer o assentamento. (Fazenda) Calmé, se não me engano, foi uma que passou por lá, que é uma no Sul do Pará, e a outra aqui, que é a (fazenda) Cedro, passou por lá, também, se eu não me engano foi três das nossas que a assembleia aprovou para o Incra criar o assentamento.

**M1:** O Helenira chegou a passar?

**M2:** Pois é, que é a fazenda Cedro. Estou falando da fazenda Cedro. Calmé é uma fazenda, a Cedro e outra foi, onde hoje Frei Henri? (Fazendinha). Não é Marambaia, não. Esqueci agora, mas assim, onde hoje é o assentamento Frei Henri, também passou e foi aprovado para fazer o assentamento.

**M1:** E teve, assim, mais outras?

**M2:** Teve o da Fetagri, também, que foi colocado, da Fetraf, foi colocado em pauta e as áreas importantes que os movimentos decidiam que tinha que ser, colocava e era aprovado, né? Ia para a mesa, todo mundo, ia muita gente e o Incra aprovava, todo mundo junto aprovava. Fazer, depois, que era a história.

**M1:** É, aprovar é uma coisa, fazer...

**M2:** É, fazer é outra (risos).

**M1:** Então, nesse caso, qual foi a política pública mais importante para o movimento nesse período em que o colegiado funcionou?

**M2:** Eu acho que, não é que seja a mais importante, mas eu acho que o fato de os movimentos sociais e as organizações, mesmo não sendo do campo, mas que trabalhavam com os camponeses, só em estar juntos debatendo as políticas para o campo, já foi fundamental. Eu acho que não tem o melhor momento, acho que todos os momentos foram importantes, né? Estou trazendo no sentido de que os movimentos juntos, no sentido de propor, ter uma pauta conjunta, isso nos fortalecia de pautar com o Incra nacional, com o MDA, com Brasília que tinha, tem ainda, o comando nacional do financeiro; porque aqui a gente pautava no Incra, fazia a pauta e não tinha dinheiro, você ia em Brasília e vinha o recurso para os assentamentos. Ia para lá, fazia acampamento, fazia, fazia tudo, se juntava. Nós tínhamos uma pauta coletiva dos movimentos sociais do campo, então tinha essa importância que passava por dentro do Codeter, entendeu? Tinham as prestadoras de serviços que faziam parte, que prestavam assistência técnica dos assentamentos, tudo isso estava dentro da pauta. No geral, foi fundamental esse momento importante que houve aqui na região.

**M1:** E depois? Em dois mil e dezesseis teve o *impeachment* da Dilma, seguiu o governo Temer, e logo esse governo extinguiu o MDA. Como vocês viram a repercussão desse momento aqui no Sudeste e no Colegiado?

**M2:** Moço, para nós foi difícil, né? Na verdade, esse colegiado que nós acabamos de falar, que tinha uma pauta coletiva e tal, de repente acabou com tudo, não tem mais, não participa de mais nada. Aí se afasta, no sentido de não ter espaço para fazer esses debates, e ser todo mundo – não enquanto pessoa, mas enquanto movimentos – ser todo mundo ameaçado de não participar, de não fazer nada, “não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”, ser até ameaçado nesse sentido, de extinguir os movimentos sociais no campo.

**M1:** Eu lembro que teve muitas situações difíceis, teve processos de reintegração de posse, alguns, a gente até acompanhou lá na universidade, como foi o caso do Helenira.

**M2:** Sim, teve. Foi muito difícil exatamente nesse sentido de às vezes não querer que os movimentos existam, extinguir mesmo os movimentos do campo que para eles é uma ameaça, o povo organizado era uma ameaça para o governo fascista do Temer, na época. Então era uma grande ameaça para os governos, para esse tipo de governo. Teve despejo, teve algumas prisões e teve morte, embora não foi do MST, mas teve morte também, tiveram as chacinas que aconteceram. Depois de Eldorado dos Carajás, teve outras e a gente não pode esquecer disso, tem que estar na memória, faz parte da luta e nossos companheiros, independente de qualquer movimento, são companheiros da luta né, e a gente não pode esquecer. Foi um período difícil nesse sentido, tivemos despejos, tivemos mudança de povo de um território para outro para poder se manter enquanto acampados, existir enquanto ser humano, enquanto cidadãos, enquanto pessoas que lutam pela vida, né?

**M1:** E essa pauta, da desapropriação de terras, da construção de novos assentamentos, teve algum nesse período? Algum assentamento foi criado nesse período?

**M2:** No governo Temer?

**M1:** Sim, do Temer para cá.

**M2:** Teve, teve. Porque já eram áreas, territórios que já estavam encaminhados. Os passos já estavam dados, né? Então teve o assentamento Roselino Nunes que foi criado e teve, embora não está ainda cem por cento criado, teve o acampamento Frei Henri, mas os passos não voltaram e foi desafetado, inclusive, o fazendeiro, ainda foi no governo Dilma, mas eles não voltaram atrás; ainda tentaram, acharam que iam, mas não conseguiram reverter o processo já construído. Então teve, mas não que eles criaram isso, isso já estava criado, já estava tudo dado. Então o que que eles fizeram? Inclusive fizeram uma campanha, assim que eles assumiram, de que todo mundo que estava acampado tinha que se desligar do MST. Porque eles se desligando do MST, tirando a bandeira, literalmente a bandeira hasteada, e as pessoas dizendo que não eram mais do MST, é que eles criariam o assentamento, né? Já não precisa mais de MST, de nada. Lá em Belém, na região que nós tínhamos um acampamento, eles fizeram isso, um acampamento pequeno, eles entraram, botaram pessoas para fazer essa entrada lá dentro e começaram a trabalhar com o povo, o trabalho que a gente chama de trabalho de formiguinha, meio escondido, de casa em casa, um amigo ali e tal, eles botaram isso na cabeça do pessoal, o pessoal tirou a bandeira e até hoje não foi criado nada, entendeu? Claro que tem gente lá que resiste até hoje enquanto MST, mas parte quis se desvincular para se assentam e até hoje não tem assentamento, por que não é isso, por que qual era o objetivo deles? Desmobilizar o MST.

**M1:** Aqui no Sul e Sudeste do Pará, como é a relação do MST com o INCRA?

**M2:** (...) Antes do Temer, mesmo antes do governo do PT, o Incra era uma referência para os camponeses no sentido de o camponês ir lá conversar, claro que ele não resolvia tudo, como nunca resolveu em tempo nenhum, mas tinha uma referência para os camponeses. Depois do Temer para cá, até o governo Bolsonaro, perdeu totalmente a referência e o respeito com o povo.

**M1:** Passando para o governo Bolsonaro, em 2018. Eu lembro que algumas declarações dele nos jornais, mas aqui na região, quem era que dava eco para as ideias do Bolsonaro? Como é que isso chegava aqui no Sudeste Paraense?

**M2:** Ele mesmo veio aqui no Pará e começou, (...). Então várias pessoas que estavam guardadinhos por aí foram aparecendo, mas, eu não me lembro exatamente o dia, sei que ele passou aqui, acho que ele ia para Redenção, ali onde é o foco dos fazendeiros, passou na Curva

do S e deu uma declaração que foi pública e todo mundo viu, que quem merecia mesmo bala foi quem morreu, quem merecia bala eram os integrantes do MST e tudo mais. Ele fez isso e também ele não é só, né? Embora a gente ache que ele é doido, ele não é doido, ele é um psicopata, mas ele não é doido, ele é ligado a um projeto, e quem é que acompanhava ele? Deputado Éder Mauro; é um dos que incentiva até hoje, bem antes do Bolsonaro, ele nunca apoiou, sempre foi contra o povo. Depois, Zequinha Marinho, que é daqui da região, que nunca, não falava muita coisa anteriormente, mas agora fala muito no sentido de ser contra; ser a favor do Bolsonaro, se junta mais o Éder Mauro. E o próprio Giovanni Queiroz, que era deputado federal, foi deputado estadual, foi da Sedap, ainda bem que não foi eleito para ter seu poderzinho. O Giovanni Queiroz era totalmente contra, disse que Sem-Terra, o dia que ele pegasse um, ia amarrar Sem-Terra na caminhonete dele e ia sair arrastando no asfalto. Então, assim, tem vários ecos, aqui na região, de políticos e aqui em Marabá também tem, tem vários ecos aqui, tem uns que aparecem mais, outros que aparecem menos, mas têm vários e isso entra nos municípios. Eldorado é um município camponês, mas tem lá seus políticinhos que começam criar raízes dentro dos próprios assentamentos, dos acampamentos, não só do MST, vai criando ali. É muita gente envolvida no sentido de fortalecer o Bolsonaro, a política que o Bolsonaro compõe.

**M1:** Houve uma mudança na legislação que além de permitir ao proprietário de terras ampliar o número de armas, ele passou a poder circular com elas dentro da propriedade, eu lembro que eu vi isso no jornal, mas não tenho ideia do impacto disso aqui na região. A gente sabe que aqui é uma região já extremamente violenta, pela história dela, mas tu achas que isso ampliou a violência aqui na região?

**M2:** Na verdade, essa questão do armamento, que o Bolsonaro fez a campanha também com essa história de armamento, que todo mundo tinha que se armar para se defender; quem tem e quem sempre tem não são os pobres, e nunca vão ter. Quem sempre teve e quem sempre terá são os que têm dinheiro, que são os fazendeiros, e quem usa, além do pobre, quem usa arma são os capatazes das fazendas. Muita gente se iludiu achando que “vamos andar armado”, “vamos resolver na arma” e tal, como se iludiu achando que seria fácil tirar um porte de arma. O quê que é um porte de arma? É um documento que te dar poder de tu asar aquela arma, entende? Tu vai ter um registro, “está aqui a minha rama, tal, calibre tal, tal, tal, tal, então eu posso usar porque estou legalmente amparado pela lei, então eu posso andar”. Esse documento não se tira assim fácil, entende? Muita gente se iludiu achando que ia só comprar ali na loja uma arma, botar na cintura e sair por aí dando tiro. Isso sofreu um impacto muito grande, porque muita gente andou por aí, mesmo sem registro, atirando. Não sei se tu ouviste falar, aqui em Marabá teve gente que passou atirando por aí, outra cidade a gente ouviu comentário de pessoa atirando aleatoriamente, isso foi um problema grave e ainda está sendo. Então, assim, quem usa arma é esse povo que sempre teve, são os fazendeiros com a (...), os jagunços, porque são controlados por eles, as empresas de segurança, quem cria empresas de segurança para fazer a segurança nas fazendas que é para matar trabalhadores, essas questões aí, esses têm, mas não é fácil esse negócio de arma. E foi muito difícil aqui para região porque o povo começou a ficar com medo de sair, de fazer seus trabalhos, ir para a cidade algum momento da noite se fosse preciso, até mesmo no assentamento, o pessoal tem momento que não sai com medo, né?

**M1:** Como o período da pandemia repercutiu na organização do MST no Sudeste Paraense? Porque eu lembro que aqui na Unifesspa, logo no início, a gente tentou fazer uma campanha para tentar arrecadar alimentos, mas a gente viu que era muito mais complicado ir até o campo por causa da pandemia. Como o MST enfrentou esse período? Como é que vocês passaram o período da Covid-19?

**M2:** No período da pandemia, logicamente, foi um caos para todo mundo no sentido de vir as mortes imediatas, até porque ninguém estava preparado para isso, para a pandemia; muito difícil aquele momento, mas nós aprendemos algumas coisas durante a pandemia. Nós aprendemos a fazer reunião *online*, foi o rumo das coisas que a gente aprendeu e não demorou muito, o MST nacional tem uma equipe muito boa e isso ele formou rapidamente nos estados, nossas equipes nos estados para dominar essa tecnologia de fazermos reunião, então cada estado tem um representante que dominava essa técnica para repassar para os outros e assim nós sobrevivemos durante esses dois anos. Não reunimos pessoalmente, mas reunimos mais que os outros anos, que os outros momentos não-pandêmicos, a gente fez muita reunião de orientação de como se proteger durante a pandemia, que era a questão da alimentação, tinha que se alimentar; a outra era ir para casa, não ficar achando que era bom, se recolher nas suas casas nos seus assentamentos, organizar a produção, se alimentar bem e mudar o hábito de alimentar, na verdade é mudar hábito alimentar, fazer os exercícios que tinham que ser feito para manter e seu corpo reagir no momento e isso a gente conseguiu fazer durante a pandemia. Nós tínhamos um coletivo livre nacional, que dávamos o nome de “gabinete da crise”, que era a crise da pandemia. A gente reunia toda semana, às vezes duas vezes, mas oficialmente era uma vez por semana, se precisasse, aí reunia mais vezes, toda semana tínhamos que reunir para ver como é que estavam todos os *status*, a situação de cada pessoa, não só a militância que está ali na ativa, os assentamentos, como é que estavam os assentamentos, onde tinha que ir atrás de medicamentos, onde era que tem que orientar, onde era que tinha que fazer isso. O movimento trabalhou os piores dias, os primeiros momentos de muitas dificuldades, a gente conseguiu fazer esse trabalho para dentro. E em determinado momento a gente organizou a questão das cestas básicas para doar para fora, para os outros que precisavam comer, aqui a gente fez algumas doações com alimentos, a gente fez doação para o pessoal que estava precisando aqui, o pessoal da Lar São Vicente, aqueles indígenas da Venezuela, eu acho, o pessoal lá que ficava na Velha Marabá, e outros espaços que a gente organizava: Parauapebas, Marabá, Belém... todinho a gente organizou essa questão da alimentação para os demais que estavam precisando. Lógico que nós não atendemos todo mundo, nós não tínhamos como, até porque era difícil; a gente não podia andar muito. Mas a gente trabalhou nessa perspectiva, e o que nós avaliamos no final? Não acabou, ainda tá... a pandemia ainda existe, tudo mais, mas com a vacina deu uma amenizada. Mas a gente trabalhou nessa perspectiva e aí nós fazíamos o levantamento em cada assentamento nacional e mandava para o nacional, para ter um panorama nacional de quem teve Covid e se veio algum óbito, em nível nacional a gente tem um panorama de todo o nosso movimento; das nossas percas e de quantos tiveram Covid, quantas pessoas. Foi um trabalho que tivemos que rebolar para fazer usando a tecnologia e foi assim que a gente sobreviveu, mas não foi fácil não.

**M1:** Uma coisa que eu vi em Redenção é que lá tem algumas prestadoras de serviço de ATER que vêm trabalhando naquele programa “Titula Brasil”, que era a proposta do Bolsonaro de titular terras, ao invés de fazer reforma agrária. O que representa para vocês esse programa? Como é que o Movimento vem observando esse programa dele?

**M2:** Na verdade eles não querem que o movimento exista porque o movimento traz informação para o povo, a gente sabe que a gente não chega aos cem por cento, mas chega em algum percentual. Então, qual é o problema da titulação? Nós não somos contra a titulação, nós somos contra a forma da titulação, porque eles falam que vão titular, por exemplo, aquele churrasco que teve aqui, teve muito camponês esperando, porque o sonho do camponês é ter seu título, sua propriedade e isso não é de hoje, isso é desde muito tempo, independente do que eles entendam por reforma agrária ou não, eles querem o documento da terra, para eles é muito importante ter um documento. O problema da titulação é isso, eles não explicam que tipo de título tu quer, eles vão te passar um TD, que é um Título Definitivo, e esse título definitivo tu

vais ter que pagar; eles não explicam isso para as pessoas, eles só querem expedir o título. E por que eles não gostam do MST? Porque o MST vai explicar como é que faz, tu podes ter uma concessão de uso, tu podes ter uma outra modalidade sem precisar tu para (...), essas coisas que eles não fazem, né? Aí eles chegam e já vão querendo fazer aquele que vai receber, receber o dinheiro, e vai dizer quanto é, mesmo tu não pague na hora, mas para podes receber tu vais ter que para “x”, ou sei lá, parcelar e depende essas questões; a outra que eles fizeram propaganda de que iam titular todo mundo e eles não conseguiram fazer isso. Primeiro que o Incra não tem servidor suficiente para isso, a outra é que eles não tinham pessoa, não tinham transporte e não tinham dinheiro para pagar o povo para fazer o trabalho, por isso que eles devem estar com essa consultoria para fazer, porque no Incra não deu para fazer, era pra fazer toda essa região aqui, se não me engano, deve ter feito uns dez mil por aí só. E quando o Bolsonaro veio, muita gente ficava se perguntando: “e agora, vamos receber o título, vamos receber o título?”, aí o Bolsonaro foi embora e não deu o título. Ficaram: “oh, e meu título?”. “Oxente, tu não é fazendeira, tu não é fazendeiro”, ele deu o título para quem tem dinheiro, para quem tem terra, quem é da turma dele, foi regularizar aqueles que estavam irregulares para poder fortalecer a política dele, embora tenham dito que vão titularizar todo mundo, mas não vão se preocupar em dar título para quem não tem nenhum centavo no bolso.

Mas, assim, por que eles querem forçar isso? porque eles sabem que nós somos contra essa forma de titulação. Eles querem, por tudo, forçar a fazer tudo para poder contrapor e dizer que o movimento, que não precisa mais do movimento.

Mas não é que sejamos contra, não. Mas tem que dizer para a pessoa o que ela está recebendo e qual o valor que ela vai pagar.

**M1:** Bom, chegamos o final desse período e houve uma mudança no cenário político com a eleição. Fala para a gente um pouco do ponto de vista das demandas do MST, da luta pela terra nesse novo período, quais as expectativas?

**M2:** Do governo Lula? (risos)

**M1:** Sim.

**M2:** Nós temos várias. É o seguinte. Nós tivemos um papel na sociedade, durante a campanha, nós tínhamos bem certeza que nós tínhamos que fazer também a nossa parte, não só nós, para irmos fazer a campanha para tirar o Bolsonaro; é Lula, só o Lula tirava o Bolsonaro de lá, como tirou. Lula é eleito, nós temos claro que o Lula não vai resolver os nossos problemas, como nós gostaríamos que resolvesse. O Lula é um governo amplo, de várias pessoas, várias organizações, vários e vários, nós somos a gota d’água do oceano, vamos ter pouca participação, nesse sentindo, né, temos claro isso, o quê que nós temos claro? Vamos ter uma pauta para o Lula, para entregar para o Lula, dizer: “Lula, sabemos disso tudo, mas nós queremos que bote nossa pauta em marcha, para resolver algumas coisinhas para os assentamentos, para os acampamentos”. Não é somente nossa a pauta, estou falando nossa porque é do MST, estamos construindo isso aí, entendeu? Isso, é claro, temos claríssimo, não estamos nenhum pouco iludidos que o Lula vai... “Agora é Lula e acabou”. Não, estamos ali, sabendo o nosso papel enquanto movimento social do campo, podemos propor, se tu quiser, algumas proposições que dizem respeito aos nossos territórios, nosso movimento, mas é claro para nós. Nossa expectativa é boa pelo seguinte, tirando Bolsonaro já, mesmo sabendo que a tentativa de golpe vai ser todo dia, teve grande tentativa, todo mundo assistiu, e não vai ser fácil, não vai ser fácil para o Lula governar. Ele é um senhor bem sábio, mas tem que ter muita coragem, muito pé no chão, muito cuidado, ele tem que ter. Mas para nós são muito claras essas questões.

**M1:** Vamos reunir, né? (risos)

**M2:** (risos) Então, nós não vamos se isentar de fazer o debate, de reunir com os outros movimentos e criar um grande debate na sociedade e na formação do povo brasileiro mesmo. Para dizer isso, inclusive: que nós não estamos iludidos de que o Lula vai resolver tudo, vai fazer a reforma agrária, vai desapropriar terra. Não é assim não, não é muito fácil tu desapropriar terra, não.

## Anexo VIII –

**Identificação do entrevistado:** Advogado, agente do poder público, por ocasião de sua participação no Codeter SE Paraense.

**Entrevista:** google meet.

**Data da entrevista:** 05 jan 2023.

**Início:** 14:15h.

**Duração:** 1h42m40s.

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

**M1:** Eu queria conversar contigo no sentido de que tu nos falasse como iniciou esse teu contato com política de desenvolvimento territorial, dos colegiados, enfim, como é que tu chegaste nesse contexto?

**M2:** Bom, vamos dizer assim, sou fruto das pastorais sócias da igreja católica, mais precisamente do Nordeste Paraense, na diocese de Bragança. Eu milito na pastoral da juventude, depois passei por uma temporada na Cáritas Brasileira, num projeto de combate ao trabalho escravo em comunidades rurais, nesse fluxo migratório entre Norte e Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do país, liderado pela Cáritas brasileira, em uma parceria com um organismo equivalente a Cáritas dos Estados Unidos e a CPT. Aí depois também vou para a CPT, passo também uma temporada lá. Depois desse processo da Cáritas e CPT, surgiu a oportunidade de colaborar, já em 2009, junto à Secretaria de Desenvolvimento Territorial nessa lógica de apoiar os Territórios Rurais de Identidade, que depois se tornam Território da Cidadania. Então, o meu perfil tem mais a ver com a minha relação com as comunidades rurais com o movimento social, estive militando muito tempo por isso aí. Lógico que a minha formação inicial, eu sou formado em gestão empresarial, também tive a oportunidade de me licenciar em biologia e, por fim, ainda trabalhando nos territórios, eu consegui me formar em direito. Então, essa experiência do movimento social, essa experiência da graduação me possibilitou prestar um serviço melhor na relação com os territórios. Mas, assim, quem contratava os articuladores estaduais era uma organização internacional chamada IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – que tem sede na Costa Rica e no Brasil, lá em Brasília, e eles tinham um projeto de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O IICA, a partir da sua experiência internacional em vários países em desenvolvimento, sobretudo com essa questão da agricultura familiar, tem essa *expertise* e veio colaborando por todo aquele tempo junto com o MDA, e o MDA, também, colaborando com o IICA, na produção de conhecimento, na produção de publicações que fartamente foram divulgadas Brasil afora. Então, foi nesse contexto que eu entrei, passando pelas pastorais sociais, se relacionando com os movimentos sociais e a Cáritas e a CPT foram, vamos dizer assim, os espaços que me ajudaram muito a qualificar o pensamento, a sistematizar, projetar, planejar, organizar, me qualificar como sujeito nessas duas dimensões entre o técnico e o político.

**M1:** Fala um pouco sobre o papel que articulador estadual desempenhou um pouco mais na prática. O que significou esse trabalho do articulador? O que ele fazia? O que foi feito durante esse início da tua experiência?

**M2:** O articulador estadual estava dentro do fluxograma, do organograma de atividade de comunicação e de articulação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nessa abordagem territorial da política pública, da gestão pública e, vamos dizer assim, da governança, incluindo a sociedade, incluindo as pessoas, incluindo os recortes territoriais dentro do recorte territorial em si mesmo. Os articuladores cumpriam um papel entre dialogar com os estados e a política nacional, os estados todos da federação tinham os articuladores estaduais conforme cada realidade, então tinha estado que tinham dois, três, quatro, um ou dois; no estado do Pará nós

éramos três, por exemplo, o estado do Amapá só tinha um, o estado do Sergipe só tinha um, mas o estado do Pará tinha três; cada um desses três articuladores era responsável por acompanhar determinada quantidade de territórios, por exemplo, a mim, no meu início de serviço com relação aos territórios, eu fiquei com o Baixo Tocantins e o Marajó, que, diga-se de passagem, tem muito a ver com suas características, as questões identitárias, a questão do açaí, do extrativismo, da água, do peixe, da cultura, do miriti, entre outras coisas. Eu era responsável por dialogar com esses dois territórios versus a Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário no Pará versus a Secretaria de Desenvolvimento Territorial em Brasília. Por esse organograma a gente fazia um fluxo de comunicação, de orientação, de priorização das políticas priorizando os sujeitos, principalmente mulheres e os jovens do meio rural. O articulador seria essa pessoa que trazia de Brasília para os territórios, para os estados e vice-versa, esse fluxo de informação; qualificava, refinava as informações para que esses atores, incluindo prefeitura, mesmo que a administração pública por si mesmo já se pressupõe que elas estivessem qualificadas, do ponto de vista da gestão política, mas não era exatamente isso que a gente observava nos casos concretos. Muitas prefeituras totalmente alheias do traquejo com os fluxos da gestão pública, do planejamento, do acesso às políticas públicas, da elaboração e qualificação de propostas para lançar no Siconv, depois liberar isso junto aos operadores, os intervenientes, como é o caso da Caixa Econômica. Então, nós tínhamos um papel de intermediar entre os estados e o Ministério de Desenvolvimento Agrário. E dentro dos estados tinham os assessores territoriais. Então cada território, cada colegiado, tinha outro profissional com experiência, conhecimento de território que mediava, que facilitava, que fazia esse mesmo trabalho que a gente fazia entre os estados e o âmbito nacional, tinha um assessor territorial que fazia esse fluxo, esse mesmo trabalho entre os estados e o seu território.

**M1:** Me corrija se eu estiver errado, mas me parece que, no momento que as universidades entraram com os projetos de extensão para dar apoio aos Colegiados, esse papel do articulador estadual se ampliou mais. Ali, por volta de 2014, 2015, parece que essas atribuições se ampliaram um pouco mais. Há até certa mudança nesse formato com a entrada dos projetos das universidades, com o Assessor de Gestão Social (ATGS) e o Assessor de Inclusão Produtiva (ATIP). Foi quando a gente se conheceu. Como é que tu enxerga isso? Houve depois alguma mudança nas atribuições do articulador?

**M2:** Como o articulador estadual é contratado pelo projeto de cooperação internacional do IICA com o MDA, então os estados estavam garantidos com os articuladores estaduais. Mas quando chegava nos territórios, ali... por exemplo, quando eu entrei nós tínhamos uma média de sete a oito territórios, salvo engano, e nós tínhamos uma dificuldade de contratação dos assessores territoriais porque esse consultor, esse assessor não fazia parte da estrutura da gestão pública, ele era um consultor, então não tinha um vínculo empregatício, não tinha. Então esse arranjo não foi muito fácil, por muito tempo, na gestão dos territórios essa figura importante, que era a do assessor territorial, que depois surge o assessor de dinamização econômica que tinha uma vertente mais produtiva (ATIP), uma vertente mais comercial, do ponto de vista dos arranjos e tal, e outro mais tradicional, que era o articulador territorial era aquele que pensava, organizava mais o fluxo da funcionalidade e do passo a passo da trajetória do colegiado enquanto o espaço de governança, das forças que se cruzam, dos conflitos, mas também das soluções das questões pertinentes ao seu território (ATGS). Então, muitos territórios andavam sem a presença do assessor territorial. O articulador estadual, logo ali em 2009 até 2010 a gente tinha muita dificuldade porque o articulador tinha, meio, que fazer essa coisa mais estratégica do ponto de vista macro, mas também tinha que descer do ponto de vista intermediário ali, junto com os territórios porque nós tínhamos que descer para acompanhar as plenárias e fazer, por vezes, o papel do assessor territorial. Então a gente ficava meio que, vamos dizer assim, entre o macro e o micro, fazendo muita coisa ao mesmo tempo. E essas entidades apresentadas pelos

territórios, algumas delas tinham dificuldade operacional, as vezes contratava com o governo, tinham o dinheiro para pagar o assessor territorial, mas, às vezes, no meio do caminho, tinha algum entrave que dificultava a continuidade do projeto, se o projeto era para um ano, um ano e meio acabava que, por questões operacionais, por um técnico qualificado que se relacionasse com a Caixa Econômica ou com o Banco do Brasil, tinha o seu projeto travado na hora de executar, de prestar conta, de renovar o pacto, sei lá, fazer um aditivo. Então a entidade era importante do ponto de vista da política, do ponto de vista da, da...

## **INTERRUPÇÃO**

**M1:** Voltou, voltou.

**M2:** Até onde tu me ouviste?

**M1:** Até onde tu estavas falando sobre a questão do fluxo de informações com o articulador territorial. Estava falando que alguns territórios não tinham esse articulador e o articulador estadual tinha que dar um jeito nessa situação.

**M2:** Muitos articuladores iniciavam o contrato, mas não andavam nos territórios porque tinha essa dificuldade que a entidade que assumia no Marajó, no Baixo Tocantins ou nos outros territórios, às vezes tinha algum entrave, alguma dificuldade, na execução no nível de exigência que a Caixa Econômica, no nível de exigência que os analistas dos ministérios exigiam; então aquela organização territorial tinha grande relevância política, grande relevância nas dinâmicas territoriais, mas nesse refinamento técnico exigido às vezes pela Controladoria Geral da União, exigido pelo Tribunal de Contas da União, exigido pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica, enfim, esse nível de exigência, não é?, às vezes não estava no nível das pessoas que estavam ali, na quantidade de pessoas para tocar isso; eu não estou falando das pessoas que estavam lá na ponta, estou falando das pessoas que faziam a gestão burocrática e por isso fez vários entraves no processo de gestão territorial.

As universidades já entram, as universidades já eram parceiras do desenvolvimento territorial do ponto de vista do conhecimento, do ponto de vista da estratégia. Esse processo do amadurecimento, de qualificação do pensamento da perspectiva territorial do desenvolvimento, da política pública, desse recorte territorial já vem de muito tempo, inclusive aí no Sudeste paraense tinha como, por exemplo, um dos coordenadores representantes da UFPA, na época do Lasat, do antigo Lasat, e outros lugares e outros territórios as universidades compõem o núcleo diretivo, compõem câmaras temáticas, as experiências das universidades, em muitos territórios Brasil afora foi muito enriquecedor para chegar aonde nós chegamos nos Núcleos de Extensão Territorial (Nedets), que assume esse papel que antes eram feitos por aquelas entidades territoriais que assumia a gestão desses valores, desses recursos para a contratação de assessores territoriais. Inclusive esses recursos lá atrás, como expliquei também, tinha o recurso para garantir a realização das atividades, das oficinas, das plenárias etc. assim como o Nedet – o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – teve também. Então, para nós foi um processo de amadurecimento porque os grandes eventos nacionais, o Salão dos Territórios, a Conferência de Desenvolvimento Rural, a Conferência de Assistência Técnica e Extensão Rural, de certa maneira, as universidades, os IFs, todos eles contribuíram, então, a chegar nesse nível, de que as universidades adentram no território, agora não só mais como um ator que está ali participando, colaborando “etc. e tal”, mas agora passa a ter uma posição, vamos dizer, mais ativa, mais para dentro do território, não só colocando conhecimento, colocando todo o conjunto da Universidade porque os núcleos de extensão tinham esse pressuposto de que não era só aquele conjunto de pessoas que estavam envolvidas no núcleo, mas todo um conjunto da universidade que, de alguma forma, direta ou indiretamente, estaria envolvida nessa qualificação do pensamento do desenvolvimento territorial. Então, isso ganha força, também,

quando a SDT muda de gestão. Então não é verdade que foi somente uma trajetória natural do debate territorial, a mudança dos gestores da Secretaria de Desenvolvimento Territorial que, diga-se de passagem, muitos deles já vem da experiência da Universidade, sobretudo da UFRJ, UNB e outros, né, isso ganhou mais força nessa capacidade de articular Brasil afora; e lógico que, por exemplo, nós tivemos professores das universidades que alguns deles tiveram a experiência de ser assessor territorial, ou assessor estadual. Então, um conjunto de coisa favoreceu que essa visão territorial da política pública, dos conflitos, da solução, pudesse chegar a esse nível.

## INTERRUPÇÃO

**M2:** Voltou?

**M1:** Voltou.

**M2:** Sabe, por exemplo, esse áudio que tu estavas me enviando, eu te ouvia aqui pelo *Google Meet*, tu gravando, eu te ouvia e tudo mais...

**M1:** Então acho que é a minha internet que está dando *bug*.

**M2:** Tipo assim, quando acontece isso, tua internet fica bem nublada, a tua imagem aqui fica bem ruim, agora que nós estamos nos vendo bem, está nítido. Mas nesse momento que tu não consegue falar comigo, eu vejo a tua imagem bem nublada. Acho que realmente tem a ver com a qualidade da internet.

**M1:** Então eu vou adiantar aqui... acho que tem duas questões nisso que tu falaste, que acho que seria interessante a gente abordar. Uma é: quando tu começaste a fazer esse acompanhamento, como é que tu enxergaste o impacto dessa proposta para os movimentos, as organizações sociais? Se puder, também, fala um pouco sobre alguma experiência com Sul e Sudeste do Pará.

**M2:** A minha observação, acaba que é uma observação geral para todos os territórios. Essa ideia dos territórios em discutir uma matriz de política pública, de discutir valores, ainda que pequenos, de discutir uma destinação de parcela da política pública; era um valor muito importante no sentido da organização dos atores sociais que estão em volta de vários cenários, cada território é um ecossistema de cenários políticos. Forças que, mesmo que sejam antagônicas por compreensões políticas ou por divergências ideológicas e tudo mais, mas eles acabam, ali dentro do território, encontrando alternativas de soluções de problemas que atingem a todo mundo. Então, mesmo quem está no serviço público na hora lá, ou quem está na sociedade civil, ambos discutem, mas no final encontram soluções possíveis. Nós não estamos falando de soluções ideais, mas possíveis, considerando o recurso discutido, considerando aquela política pública que está sendo ofertada, considerando o todo, inclusive, a capacidade que aquele território tem de fazer a sua gestão. Por exemplo, as prefeituras do Marajó e as prefeituras do Baixo Tocantins, diferente das prefeituras que estão ali muito mais no entorno do Sudeste, passam a ter mais condições de incidir mais ainda em acessar recursos, em liberar recursos, em prestar contas, em pegar de novo, de mobilizar atores justamente para definir onde que aquela política vai ser aplicada, mas a partir desse ponto de vista, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista empoderador... Porque eram as entidades pequenas, era a senhorinha lá do rio, a senhorinha lá da RESEX, era a senhorinha lá do quilombo, era o jovem, o artesão, pessoas que, de alguma forma, não precisavam, não precisariam estar discutindo, vamos dizer assim, com um atravessador político, como um deputado, um senador; um atravessador político como um lobbista, alguém importante de um partido ou outro, mas sim discutindo aquilo que já estava disponível, e as pessoas iam, né? Como parte desse processo de

empoderamento que eu achei que ficou muito fantástico. Era a capacidade que as pessoas tinham de olhar para aquilo que foi discutido e, em um outro tempo, voltar e dizer em que nível as pessoas se sentiam contempladas. Porque o governo podia dizer assim: “dessa política, a gente executou 60%, dessa aqui a gente executou 80%, dessa aqui a gente executou 100%, essa aqui a gente executou isso, isso e isso”. Mas a comunidade voltava a tudo isso e dizia: “Não, isso aqui não aconteceu, isso aqui não é verdade, nós não temos esse sentimento de que isso aconteceu”, porque pode ser que a política tenha tomado outro caminho, a comunidade, o colegiado decidiu dessa forma e na hora de executar foi executado de outra forma, foi parar na mão de outros atores de outra forma, de outro lugar. Então do ponto de vista do empoderamento, eu acredito piamente que consegui empoderar uma boa parte de organizações, de movimentos, de grupos, sujeitos que, dada a sua história, como mulheres e jovens no espaço rural, são pessoas que têm politicamente mais fragilidade por conta do acesso à informação, por conta do acesso às ferramentas e níveis de dificuldades por conta dessa alta burocracia que é o fluxo dos recursos, como liberar os recursos, como requerer o recurso, como acompanhar o recurso, mesmo que tudo isso esteja disponível na internet, disponível nas plataformas, mas as pessoas nos campos, nas florestas e nos rios não têm isso facilmente; então, o território facilitou para muita, muita, muita gente, muitas cooperativas, muitos grupos de produção, muitas prefeituras, muitas pessoas participassem de organizações como, por exemplo, a Feira da Agricultura Familiar, entendeu? Conferências importantíssimas como a Conferência de Assistência Técnica de Extensão Rural, o Salão dos Territórios, a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, entendeu? O próprio Condraf, como um conselho importante em âmbito nacional, representante de grupos e comunidades que antes não eram escutados. Então o território (a política de desenvolvimento territorial) facilitou isso, possibilitou isso, essas conferências acontecerem e essas conferências acontecerem de forma qualificada, com propostas qualificadas do ponto de vista dos sujeitos, não é uma coisa de alguém, um iluminado, um técnico, pensando daqui para baixo, mas com a escuta, escuta real de homens e mulheres simples que diziam as coisas do seu jeito, os problemas do seu jeito, e a turma da técnica, das universidades, das empresas de assistência técnica, dos assessores, qualificavam isso para caber dentro do fluxo desejado. Do ponto de vista do empoderamento, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista de apresentar uma política real, de baixo para cima, seja do ponto de vista das mulheres, do ponto de vista dos homens, do ponto de vista das comunidades tradicionais, do ponto de vista das pessoas como acontece mesmo na Amazônia, então não é alguém pensando de cima para baixo.

Uma outra coisa que eu acho que é fundamental lembrar do território é que o território, apesar do recurso investido pelo governo, ele era autogestionado, entendeu? O recurso era algo que ajudava a fortalecer, mas o território não dependia, para realizar suas atividades e nem para dizer o que fazer, de uma determinação do governo. Não era um conselho que precisaria de um decreto, de uma legislação, mas o território como uma colegialidade, como um grande conselho, um grande fórum de atores sociais do território. Isso existia por si mesmo; o estado brasileiro, enquanto Ministério do Desenvolvimento Agrário e Governo Federal como um todo, só aportava naquilo que a lei já previa, apoiar toda a forma de controle social, toda a forma de gestão social e, mais ainda, do ponto de vista institucional, que era fomentar a participação da população, apoiar a participação social na gestão, seja na elaboração das políticas, seja no controle, na gestão, seja na escuta, né? Fazer com que a sociedade participe, da maior forma possível, do processo político das políticas públicas.

Uma outra coisa que é interessante dizer é que, pelos territórios, era possível que um grupo ímpar, que só existisse num território e não existisse nos outros territórios do estado, nem em outros territórios do Brasil, pudesse ser tratado com tanta importância como qualquer outro grupo hegemônico nos estados ou no país. Então imagine que as quebradeiras de babaçu, do Maranhão, por exemplo, só pudessem existir ali no Maranhão, mas elas eram tratadas tanto com as suas especificidades, de forma mais empoderada, vamos dizer assim, como das mesmas

formas que o MST, que está presente em vários estados brasileiros. Eu acho que esses resultados foram importantes. Acho também que é importante lembrar que a Universidade ter entrado nessa lógica da abordagem territorial e ter permanecido até o último momento também é o resultado da trajetória territorial porque as universidades, mais do que muitos outros espaços, já discutiam o rural por várias áreas do conhecimento, por vários institutos, por várias formas, quase todas as áreas do conhecimento têm incidência no rural. Acho que as Universidades ter olhado para essa abordagem territorial e ter colocado crença, acreditar que essa via é uma via possível, é uma via importante nessa mudança de paradigma da gestão pública, é um resultado porque é a sociedade que estava lá e que de alguma forma foi dialogando. No estado do Pará eu sou testemunha de que várias reuniões aconteciam dentro dos espaços das universidades, no Marajó, aqui no Baixo Tocantins, aqui em Belém, os próprios professores colocavam a disposição dos territórios tecnologias sociais, formas de organização, dinâmicas. Inclusive os estudantes, os extensionistas, as pessoas todas vinham para dentro da universidade, pesquisar estudar, devolver e trazer as suas experiências, então as universidades, também, de alguma forma, são o resultado dessa política territorial, que penso que as universidades, me parecem que podem carregar para o novo governo a garantia do retorno. Se as universidades aportam dentro desse novo governo do presidente Lula dizendo assim: “Ei, o território é algo possível. Erramos, tivemos problemas, mas os acertos, do ponto de vista dos sujeitos, do empoderamento aconteceram”. Porque assim, qualquer coisa na sociedade tem que empoderar as pessoas, as pessoas podem comer bem, naturalmente, mas se elas não se empoderarem mais na frente, pode aparecer outro que vai fazer com que ele volte a não comer bem. Se hoje estamos falando de defesa da Amazônia é porque durante quatro anos pessoas fizeram com que a gente descuidasse dos cuidados com a Amazônia. Então, acho que o empoderamento das pessoas do ponto de vista da luta, do ponto de vista da compreensão de que a gestão pública, é uma conquista de todos.

Agora eu sinto que tivemos um outro problema, é que enquanto nós discutíamos os territórios a gente vivia numa pujança crítica, política e de posições acirradas, inclusive de manifestações nacionais, mas quando na fase da saída da presidenta Dilma e a permanência do Michel Temer como presidente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário acabou-se, não acabou só uma política territorial, uma abordagem, uma perspectiva da política pública que se foi, praticamente foi toda a política em si que vertia sobre o campo, as florestas e os rios. Os povos das florestas, dos campos e das águas foram no pacote, foi um extermínio da política pública e nós, literalmente, não conseguimos reagir, uma letargia, a gente ficou anestesiado. E aquela turma que, Brasil a fora, por qualquer coisa que ficasse fora da vírgula, fora do quadrante, esperneava, assistiu o desmonte de várias políticas que foram implementadas a custo de muita força, muita luta, muito desabor. A gente simplesmente não conseguiu espernear, a gente não conseguiu... Eu falo a gente, mas é todo o movimento social, todas as organizações porque não era só o movimento social, mas parte do governo também, os municípios e os estados que aderiram a essa perspectiva territorial, parece que a gente viu o prédio ruir com tudo o que tínhamos construído por décadas e parece que não conseguíamos gritar, o fenômeno que eu não consigo entender é isso: a gente esperneava por tão pouco durante o processo do debate territorial ao longo do governo Lula e Dilma, mas quando tudo caiu a gente simplesmente se redou inertes, me parece.

Mas o acúmulo das universidades, aquilo que a comunidade científica acadêmica acumulou, eu acho que pode servir para ainda mostrar para o novo governo, para o novo MDA, para dizer assim: “Olha, essa abordagem territorial deu certo”. Mesmo que algumas pessoas tentem medir a política pública pela via cartesiana, de só ver quanto valor foi empregado, mas os resultados, do ponto de vista desse público que a gente navega, não pode se medir só pelo ponto de vista matemático, mas o ponto de vista da resistência, né, por exemplo, a pobreza extrema não está na beira do rio, a pobreza extrema não está nas florestas, porque a pobreza extrema não pode

se medir pela questão numérica de quanto a pessoa tem no bolso, mas exatamente por quanto a pessoa come, por quanto a pessoa é feliz, por quanto a pessoa se relaciona com os sujeitos a sua volta, por quanto ela se sentem gente, por quanto ela se sente interagindo, né? E no meio rural as pessoas interagem, no meio rural as pessoas vivem, no meio rural elas têm tudo, né? A piscina que a gente vai tomar um banhinho, se a gente for contabilizar, tem um valor, o rio que ele banha, aquela lata de farinha que ele troca por uma galinha caipira, o campinho de futebol que todo mundo se reúne no final da tarde, todos os dias nas comunidades. Então a pobreza extrema não está no meio rural. Então, a política pública de desenvolvimento agrário, da agricultura familiar, do campo, das florestas, das águas, não pode ser medida como se mede a questão na cidade; eu acho que é esse o legado... estou falando isso, não porque estou tirando da minha cachola, mas porque é isso que eu aprendi dentro dos territórios.

**M1:** Esses dois pontos, guarda porque depois eu quero voltar, tanto essa ideia do legado quanto essa, que eu acho que não é só tua, essa impressão do “estar anestesiado” durante esse período, vou voltar ainda nesses dois temas. Mas eu queria aproveitar essa tua experiência, esse teu olhar de um assessor estadual, eu queria que tu comentasses, do ponto de vista dessa experiência, que políticas tu achas que foram importantes? Que, de certa maneira, conseguiram atingir e chegar nos territórios e, que dada essa diversidade, são importantes? Nessa tua experiência, se tu fosses falar para a gente, que política tu achas que foi importante nesse período e que se sobressaíram?

**M2:** Era uma marca dos territórios e talvez isso possa ser repensando em uma eventual retomada, os territórios discutiam coisas pequenas, infelizmente as coisas grandes acabavam não passando, mas eu acho que a transformação acaba acontecendo nas coisas pequenas, por exemplo, o Proinf, que é aquele pequeno recurso, aquilo tinha todo um processo de debate, de articulação, de envolvimento, as pessoas entenderem a lógica da coisa e tal. Então, assim, esse recurso era fantástico pela capacidade que o território tinha de priorizar uma organização produtiva, uma dinâmica, uma cadeia, um arranjo ou, quem sabe... por exemplo, o Marajó teve um ano que prestigiou a reforma e adequação do Museu do Marajó, que tem um padre que criou esse museu, não sei se é padre Ângelo Gallo (Giovanni Gallo), não sei; aquilo, todo o território, de alguma forma, colocou... lógico, tu sabes que os municípios (no Marajó) são ilhas descontinuas, elas não estão interligadas, mas todos aqueles territórios entenderam que aquele recurso podia restaurar, proteger um bem que é símbolo daquele território, daquele arquipélago; então, o Proinf como política pública eu acho ele fantástico porque ele serviu para isso, entendeu? Dependendo do território, foram muitas casas de farinha, em comunidades quilombolas ou comunidades indígenas que, pela natureza da sua configuração jurídica, teria mais dificuldade de acessar algumas políticas públicas, porque as prefeituras, considerando que os quilombos são territórios mais vinculados ao Governo Federal, porque está ligado à instituições do Ministério da Justiça, os indígenas à Funai; então tudo o que está ligado ao Governo Federal, as prefeituras e o Governo do Estado acabaram cruzando os braços por que diz que é coisa do Governo Federal.

Então, o Proinf serviu como um esforço, um aperitivo, até porque eram recursos pequenos, para apoiar iniciativas pequenas, mas vitais em comunidades rurais. Sabe, quantas comunidades à beira do rio ali no Marajó e no Baixo Tocantins, ali no baixo Amazonas, coisas que cinquenta mil resolvia, cem mil resolvia e a prefeitura foi lá ou, na maioria das vezes, na época era a Sagri, agora é a Sedap que era o guarda-chuva dessas organizações; às vezes o território podia fazer da seguinte, exemplos de alguns territórios, “Olha, tal comunidade tinha interesse em uma rabetá, a outra comunidade tinha interesse em um perfurador de solo a outra comunidade tinha interesse em uma casa de farinha, um grupo de mulheres tinha interesse em tal coisa”. Então, feito o mapeamento e depois, feito o estudo da questão econômica, se percebia se toda aquela demanda levantada pelo território pelos vários grupos dali, se aquele recurso fosse possível de atender, aí a Sagri fazia o projeto e contemplava todos aqueles itens conforme aquela demanda

no território, e aquelas comunidades recebiam a sua rabetá, recebiam o seu perfurador, recebiam a sua casa de farinha, recebiam, dependendo, era uma caminhonete, ou alguma coisa assim, e tal. Era uma coisa flexível que permitia com que as comunidades territoriais, as organizações territoriais pudessem ser atendidas com coisas pequenas, que aquilo não era, vamos dizer assim, “ah, uma grande coisa”. Mas, como estou falando sempre do empoderamento, ter uma rabetá, por exemplo, nos rios do Baixo Tocantins, para uma associação de extrativistas de açaí, para uma associação de produtores de alevinos, sei lá, é um instrumento de empoderamento tu teres um “casco” de uma voadeira para fazer isso, fazer aquilo; esses instrumentos, naquelas comunidades, eram instrumentos de empoderamento, de fortalecimento e de crença nessa perspectiva territorial. O Proinf, sem dúvida, era uma política que, a meu sentir, era fundamental na existência do território porque me parecia que era a marca, o Proinf era a cara do território, todos anos tinha aquele debate.

A outra política, mesmo com graves dificuldades, mas que se acentuou mais com os Nedets, é aquela coisa de apoio aos territórios, que era o recurso para bancar os assessores e o recurso para bancar as realizações das atividades, e eu acho isso fundamental. Por quê? É possível que um território, como por exemplo, no entorno de Castanhal, que é tudo ali pertinho, tu tenhas um amigo, alguém da Emater que pega o seu carrinho, bota mais três, quatro pessoas de um município ali, e todo mundo chega “rapidola”. Mas, por exemplo, lá no Baixo Amazonas não teria possibilidade disso sem esse aporte do recurso público, nem no território do Sul do Pará e Alto Xingu, devido as próprias distâncias naquela região ali de Conceição do Araguaia, Redenção, Santana do Araguaia, aquela região toda. Não se pode falar também da BR-163, ou seja, grande parte dos territórios, aliás, eu diria que os territórios mais fáceis de se articular estariam aqui, que é o Nordeste Paraense, que estaria em torno da Belém-Brasília. Rapidinho todo mundo chega em qualquer lugar; região do Salgado e o entorno de Castanhal, que é o Território do Nordeste 1, próximo à Bragança, é rapidinho ali. Os municípios de Peixe-Boi, Bragança, Capanema, Salinas, Tracuateua, Augusto Correia... só no entorno de Bragança tem uns cinco municípios que todos eles estão numa distância de cinco quilômetros. Dos dez territórios que nós temos atualmente, naquela época, pelo menos dos dez, em faria uma movimentação rapidinho, “rapidola”, e fariam um evento. Já os outros dez, sem esse aporte financeiro, certamente comunidades indígenas comunidades à beira do rio, comunidades em Resex, por exemplo, em Altamira que é o Território da Transamazônica (...)

## INTERRUPÇÃO

**M2:** Então imagina, por exemplo, na Transamazônica, quem mora no município de Senador José Porfírio, Porto de Moz, entendeu? A galera que morava na Resex Verde para Sempre, sem esse aporte financeiro para devolver as “passagenzinhas”, para garantir a alimentação; não ia rolar a possibilidade da sociedade civil participar. Eu acho que esse recurso da política pública voltada para gestão do território, eu acho isso fundamental.

Uma outra política que, lógico que isso varia muito de território para território no estado do Pará, mas, por exemplo, Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER). No meu olhar na ATER para o Nordeste eu sei que não é a mesma coisa, eu sei que tem empresas de ATER no Sul e Sudeste do Pará que são muito, vamos dizer assim, honestas, que trabalham bem, que executam bem o trabalho, e isso eu acho que é uma política que foi fundamental para que a política territorial existisse, porque sem uma assistência técnica, lá no campo, que possibilite o agricultor, a agricultora, a camponês de projetar a sua produção, de se organizar, de qualificar a sua demanda, de acessar mercados institucionais, de acessar políticas públicas, porque a Assistência Técnica de Extensão Rural saltou daquela visão recortada, da visão produtiva e passou para uma visão mais integrada do desenvolvimento; já trouxe aquela visão interdisciplinar, trouxe o assistente social, trouxe o pedagogo, trouxe outras pessoas de várias

áreas do conhecimento para incidir naquelas propriedades, naquelas comunidades aonde aquela empresa ia trabalhar. E isso saltou porque as mulheres começaram a ser beneficiadas, quer um exemplo do que estou te dizendo? Na forma tradicional de fazer as atividades da assistência técnica era assim, reunia um bando de homens e as mulheres não podiam participar. Por que não podiam participar? Porque a abordagem era, vamos dizer assim, o homem como o centro, a abordagem na forma de falar, na forma de agir, tudo era para o homem. Com essa abordagem mais interdisciplinar, mais multidisciplinar, vamos dizer assim, que respeite essa questão de gênero, as mulheres poderiam participar, inclusive porque a dinâmica da reunião já era contabilizando duas coisas, primeiro é: vai ter alimentação no final do evento, vai ter o almoço; a outra coisa: vai ter um evento pedagógico para as crianças, ou seja, por que a mulheres não poderiam participar do evento da ATER, da Emater ou da prestadora lá, por quê? Porque se ela saísse de casa e o marido voltasse e a comida não estivesse feita, ela ia sofrer, sei lá, um “esculhambaço” do marido. Se ela fosse para a reunião, ela não tinha com quem deixar o menino, o menino ia passar a reunião toda perturbando. A questão de gênero é muito forte. Nessa nova abordagem, muito mais emplacada no segundo mandato do presidente Lula, é que todas as atividades da ATER tinham que ter a participação de cinquenta por cento de mulheres, e ai já tinha a atividade paralela, com os recreadores, os pedagogos que faziam atividades pedagógicas com as crianças, numa atividade paralela, de maneira que as mulheres pudessem participar com os homens em igual valor, inclusive se aquele evento não tivesse no mínimo trinta por cento de mulheres, mas o recomendado era cinquenta por cento. Mas se não tivesse no mínimo trinta por cento de participação de mulheres, aquele evento não poderia ser realizado porque o MDA não ia pagar aquele evento, porque tinha que forçar a entidade a incluir na pauta as mulheres, ou seja, as mulheres precisavam ser levadas a participar para irem tomando gosto; os filhos ficavam nas atividades pedagógicas, no final tinha alimentação para todo mundo, e as mulheres voltavam, entendeu? Inclusive, no Marajó teve uma experiência de que no recurso da prestadora tinha até recurso para botar gasolina na rabetinha para o cara ir e voltar, já que não tinha esse negócio do bilhete de passagem.

Eu acho que a assistência técnica... não foi um sucesso tecnicamente falando, por conta de várias questões, o próprio Incra não tem gente suficiente para ficar medindo o nível de execução e liberar os recursos no tempo certo para poder pagar os profissionais, muito projetos naufragaram justamente por causa dessa questão do Incra pagar regularmente o serviço das empresas e ai muitas empresas quebraram. Outras é porque, sei lá, fizeram lambança por aí, não fizeram um bom serviço e a auditoria, talvez, bloqueou. Mas é uma política séria, é uma política importante, não há que se falar em desenvolvimento territorial, do ponto de vista rural, do ponto de vista da identidade rural, sem uma Assistência Técnica de Extensão Rural real, que não fique só na história do “ateste”, mas que entre no lote, que entre no debate da comunidade e que preste um bom serviço.

A outra coisa é o crédito. No Pará, na Amazônia principalmente, mas no Pará de forma específica, por exemplo o Pronaf Mulher e Pronaf Jovem, dá pra contar no dedo era mais ou menos uma média de cinco, seis Pronafs em todo o estado do Pará, ou seja, nós ainda não conseguimos fazer com que os jovens e as mulheres tivessem empoderamento e autonomia para eles mesmo irem lá na prestadora e pedir seu projeto, elaborar seu projeto, ir lá no banco e pedir seu crédito e sair da aba do pai, não como quem rompe com o núcleo familiar, mas como quem diz: “olha, eu também posso. Nós vamos somar”. E ele mesmo ter seu crédito, ele mesmo ter seu arranjo produtivo, ele mesmo entrar numa estratégia. É impressionante como as prestadoras, a política pública no recorte municipal, no recorte territorial e no recorte estadual ainda não olharam para o jovem como um sujeito que pode ser empoderado, que pode se empoderar, que pode ser um empreendedor... Então o crédito é uma coisa que, no Pará, nós estamos com grande parte dos municípios, eu não saberia dizer agora o percentual, mas quase todos estão travados

pelo nível de inadimplência, e pasmem, por exemplo, considerando que nós saímos do governo em 2015, foi em 2015 que a gente saiu do governo? 2016 que a Dilma saiu, né?

(é, março de 2016).

**M2:** Pois é. De 2016 para cá, eu já estimaria que todos esses Pronafs que estariam inadimplentes por vários motivos, eles estariam, hoje, de uma forma mais simplificada, para poder ter uma forma de rebatimento. Então eu acho que se for negociar com o Banco da Amazônia, negociar com os bancos aí, sei lá, o Banco do Brasil, eles certamente vão rebater noventa por cento esse valor que antes era, sei lá, cinco, dez, quinze mil reais, vai cair para algo tão simbólico, parcelado em duas, três vezes; e é isso, a gente consegue voltar de novo à realidade de poder pegar crédito. Se, talvez, quem estava inadimplente conseguiu resolver e não consegue pegar, mas aqueles que nunca pegaram vão poder pegar. O crédito sempre foi, em disparada, a principal política do desenvolvimento rural nas florestas, nos campos e nos rios, nos nossos territórios. Principalmente o Sudeste, diferente do Nordeste, sempre teve mais, vamos dizer assim, incidiu mais em iniciativas produtivas, em arranjos produtivos, produziu mais; a experiência do Sudeste (Paraense) comparada ao Nordeste (Paraense) é muito maior, basta você comparar o Ptdrs do Sudeste Paraense e o Ptdrs do Nordeste Paraense e você vai ver que a experiência do Sudeste é maior.

**M1:** O que tu estavas fazendo em 2016, depois do *impeachment* da presidenta Dilma? Logo após o *impeachment*, o Temer, ainda interino, extinguiu o MDA; como é que tu observaste o impacto desses eventos nesse cenário que a gente tinha, até então, construído em torno da política de desenvolvimento territorial, dos colegiados, da discussão da política aqui no estado do Pará?

**M2:** Então, o Ministério foi extinto logo na sequência, com a pose do Michel Temer e, é lógico, essa visão, esse debate, essa construção que vinha acontecendo foi toda paralisada, então não tinha mais nada para ser feito por uma razão muito clara, porque qualquer coisa que fosse feito dali para frente não iria ser implementado, mas ainda tínhamos recursos, ainda tínhamos planejamento, eu ainda tinha uma parte do contrato, era pouco tempo que eu tinha que meu contrato venceu em julho de 2016, então eu peguei ainda alguns meses do Michel Temer. Nesse momento, e talvez uma coisa curiosa é que a gente fala de que os militares assumiram muita coisa dentro do governo a partir do Bolsonaro, mas, por exemplo, na SDT foram os militares, já no Michel Temer, que assumiram, eram militares tipo coronel, tenente, sargento, pessoas da reserva da polícia militar, de lugares que foram designados para ocupar essas pastas e a postura deles era exatamente como é a de hoje; e lá na SDT eles começavam a patrulhar todo mundo, ninguém podia reunir, ninguém podia fazer rodinha, ninguém podia discutir nada, tudo era monitorado, tudo era controlado, nada podia ser feito sem a autorização dessas pessoas que assumiram a gestão da SDT. Nosso pessoal da direção, todos foram destratados, naturalmente, mas ficaram alguns consultores por causa do nosso contrato com o IICA e por ter esse contrato com o IICA nós tínhamos status de consultor internacional, por esse motivo o MDA não podia impor ao IICA o distrato e eles também não podiam romper com o contrato internacional que tinha com o IICA. Lógico que depois que acabou a gente não voltou o PCT (Projeto de Cooperação Técnica) internacional que o IICA tinha com o MDA tomou outra configuração, certamente o IICA continuou junto com o Ministério da Agricultura (MAPA), mas já com outras intenções, com outras formas de agir, não mais com essa visão mais campesina, com essa visão mais da agricultura com essa abordagem familiar, não tinha mais isso. Pode parecer que os militares tenham assumido as coisas só depois, coma a ascensão do Bolsonaro, mas não, por incrível que pareça, naquele ano em que o Michel Temer assume após o golpe, pelo menos na Secretaria de Desenvolvimento Territorial foram militares, foram pessoas da reserva, da

forma “mais coronel possível de ser”: pessoas truculentas, pessoas desagradáveis, pessoas assim que destratavam todos lá dentro... porque, mesmo a gente estando no Pará, a gente conversava com os colegas que ficaram lá. Eu tinha uma colega que foi articuladora estadual aqui do Pará e ela estava na equipe de consultores nacionais que moravam em Brasília, ela preferiu ir para Brasília, e ela falava muito que tinha um clima muito tenso, muito pesado... então, lá em Brasília não foi fácil para equipe que ficou lá. Então todo mundo ficou só contando o tempo: políticas como a Arca das Letras, políticas como essa coisa do Salão dos Territórios, políticas como a Conferência de ATER, a Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável, tudo isso foi a primeira coisa que eles acabaram; frearam os Proneras da vida, frearam tudo que envolvia a agricultura familiar. O debate do desmonte da política pública que versa sobre a agricultura familiar, sobre a vida campesina, no meu sentir, era visto como o desmonte da esquerda brasileira, era o desmonte do PT, era para acabar com os comunistas, e essa ideia não surge exatamente com o Bolsonaro, em 2018, entendeu? Foi em 2018 ou 2019 que ele assumiu? 2019 né?

(em 2019. Em 2018 ele foi eleito).

**M2:** Exatamente. O Michel Temer já vinha com isso, os militares já tomando posições aqui e acolá, dentro do governo dele. O desmonte do MDA, as reformas, as coisas que ele veio fazendo, justamente, miraram naquilo que o Bolsonaro vem “tratorando”, entendeu? Nos trabalhadores rurais, trabalhador rural como uma forma geral, os camponeses, o povo do campo, os movimentos sociais como, desde 2015, quando houve aquele processo de “denuncismo” no processo da Dilma, que as ONGs começaram a ter dificuldade de acessar recursos públicos e tal, já vem daí um processo, cada vez mais, de exterminar a participação da sociedade civil por meio das organizações sociais na gestão pública.

Nos territórios, desde 2016 eu comecei a perceber a letargia. Eu lembro que por muito pouco os territórios faziam movimentos, a gente não deixava passar nada sem a devida cobrança; e quando a política territorial foi acabada pelo Michel Temer, a gente pode agora dizer assim: “Não, porque o Bolsonaro acabou com a política do desenvolvimento agrário”. Não, não foi. Foi o Michel Temer. O Bolsonaro só intensificou porque a reforma previdenciária mexeu com a vida no campo, o desmonte de algumas políticas de secretarias que tinham *status* de ministério mexeu com a vida no campo, mas isso já vem sendo um projeto dirigido desde 2015, quando se discutia o *impeachment* da Dilma, e todo o processo de retirada do PT do governo. Nesse momento, eu estava sozinho e já não tinha mais ninguém nos territórios como articulador territorial, eu era o único que acompanhava os dez territórios, e o bom de tudo é que nesse momento eu contava com os Nedets, todas as universidades federais, mais o IFPA, no caso o de Castanhal, tomaram para si essa participação, essa corresponsabilidade de manter firme essa perspectiva territorial do desenvolvimento, da política pública, da gestão social. Eu, sozinho, não tinha forma alguma de dar conta, não conseguiria acompanhar, por exemplo, dez plenárias que na maioria das vezes acontecia tudo no mesmo período, não conseguia acompanhar dez conferências de ATER. Eu posso te falar com toda a certeza que eu gostava disso, não tinha problema. Eu lembro que eu fui acompanhar uma conferência ou uma plenária territorial em Conceição do Araguaia, eu peguei o avião de Belém até Marabá, depois peguei uma van acho que até Xinguara, ou até Redenção, e lá tinha um carro, o carro do Assessor Territorial, ele foi lá me buscar, e aí eu passei umas quarenta e oito horas viajando para ficar duas horas de tempo na plenária e fazer todo o processo de volta, parecia coisa de desbravador, coisa de louco, mas eu gostava, eu me sentia bem em colaborar, enriquecer, se a minha presença enriquecesse eu estaria lá, entendeu? Se a minha presença colaborasse, desse valor, agregasse à atividade que aqueles atores daqueles territórios estivessem fazendo, eu faria qualquer sacrifício para estar presente porque, no final, não é só uma questão de ser consultor, de ganhar os meus honorários,

de ganhar o valor que me pagavam, mas era a pertença com esse processo. Naquele momento eu tinha um contrato, ingressei em 2014, e foi no período em que os Nedets estavam entrando e foram dois anos juntos; para mim foi um grande processo de aprendizado porque cada universidade, cada Nedet tinha as suas particularidades considerando, justamente, o seu próprio território, então cada universidade estava no conjunto das suas universidades e dos seus territórios, cada território tinha as suas caracterizações considerando a composição, considerando a questão econômica; então eu aprendi muito vendo, ouvindo, participando dos debates com os professores, com os extensionista do Nedet. Isso em âmbito nacional, que foram muitos eventos nacionais ouvindo os colegas articuladores estaduais, os professores dos Nedets das universidades que colaboravam na gestão dos territórios; isso enriqueceu muito a minha visão da política pública, da gestão, da importância da participação das pessoas; isso me ajudou muito porque, lógico, quando eu iniciei o debate da política, minha visão era a partir dos movimentos sociais, por causa da fonte de onde eu bebia, por causa da minha experiência de início na minha trajetória de vida, da minha trajetória política. O movimento social era a grande referência, o território vai me fazendo passar um pouquinho para compreender o papel da gestão pública, do poder público. Então eu saio um pouquinho de um momento de hostilidade da administração pública para entrar um pouco mais nela, porque como consultor eu não era parte dela, mas eu estava dentro dos interesses da administração pública também. Então eu começo a compreender como ela funciona e saio dessa fase da hostilidade, de dizer que tudo no governo é ruim, de que tudo nessa esfera não presta e tudo mais. É aí, na última fase dessa minha trajetória na abordagem territorial, entendeu? Porque, saindo dessa fase do movimento social até as universidades que estavam dentro do território, em algumas falas, em algumas posições, as universidades elas eram muito críticas com relação a administração pública, muito críticas, também, e eu acho que os Nedets reposicionaram a posição da universidade dentro do território. Continuava, lógico, apresentando as críticas, mas também cooperava no processo de superação desses *déficits*, na superação desses problemas. Eu acho que eu fui justamente nessa evolução, eu saí dessa visão de movimento social, começo a compreender mais a administração pública que, às vezes, nem todo problema na administração pública é uma questão de má vontade, às vezes é o próprio sistema que trava: imagine o mesmo peso que eu coloco para um município como Marabá, que tem toda uma eficiência na gestão, eu vou colocar na prefeitura de Curalinho que tem menos gente que um bairro de Marabá, entendeu? O mesmo peso que eu vou colocar no município de Castanhal vai ser colocado no município de Afuá, no Marajó. Eu sei que às vezes não é uma questão de boa ou de má vontade, às vezes o próprio sistema trava, imagine que para alguém vir do Marajó para Belém pode custar um preço, para voltar pode custar outro, o tribunal de contas não vai entender isso, a CGU também não vai entender. “como que para o mesmo evento eu gastei mais para o cara voltar?”. Eles não entendem que tem conexões que são diferentes, a maré para um lado corre para outro e isso faz diferença de preço. Isso o território mesmo me ensinou. Quando eu comecei a escrever meus primeiro relatórios, meus produtos que eu tinha que escrever, eu batia demais e meu chefe dizia assim: “[...] tu não é mais da Cáritas, tu não é mais do movimento social, tu, agora, é um consultor que presta serviço para o governo, não é para tu bater, tu tens que nos ajudar a resolver o problema, tu estais contratado para nos ajudar a resolver, não é para ficar batendo como se tu não fosse parte da solução”. Isso eu amadureci nesse processo, então eu comecei lá no início com uma visão muito movimento social, depois, no meio, começo a compreendendo o território, e acho que já junto com os Nedets, com as universidades, a gente começa a amadurecer mais e o discurso, a proposta, a compreensão, até ajudar os iguais, os diferentes dentro dos territórios a compreender que nem tudo é uma questão de boa ou de má vontade do Governador, do Presidente. Tudo é uma questão de lógica que a lei traz que não coaduna com o recorte territorial. Por exemplo, um evento territorial em Castanhal é muito baratinho se comparado a fazer no Marajó, inclusive fazer evento no Marajó é mais caro que fazer o evento do Marajó em Belém, que é mais fácil.

**M1:** Eu percebi isso.

**M2:** Trazer do Marajó para Belém é mais fácil do que fazer no Marajó.

**M1:** É muito doido. Bom, mas eu entendi quando tu mostras que já haviam tendências ali no governo Temer, que só foram ganhando força no governo Bolsonaro. Agora se tu tivesses que me falar o que foi próprio do governo Bolsonaro, o que seria? O que que aconteceu a partir de 2018 que a gente pode atribuir ao governo Bolsonaro, e que não é só uma mera continuidade do que aconteceu no governo Temer?

**M2:** Se eu fosse dizer do ponto de vista material, tem uma portaria, a 01, de 2018 que é aquela que barra determinantemente o processo de desapropriação. Isso define o que é desenvolvimento agrário para o Bolsonaro. Nos primeiros cem dias do seu governo, ele define o que que ele vai ser. A medida provisória 871, que é aquela que caça a atribuição dos sindicatos de conferir a qualidade rural dos assegurados especiais, nela ele baixa de cinco anos (para 90 dias). Por exemplo, uma agricultora familiar ela recebe quatro salários mínimos como salário maternidade, assim do dia em que a criança nasce, ela teria até cinco anos para dar entrada. Então ele baixa para noventa dias, ou seja, uma mulher que deu a luz em Afuá, para ela chegar a Belém para pedir esse benefício do salário maternidade, ela já teria passado do prazo, ela não conseguiria mais, já perdeu o direito. Por quê? Porque toda gravidez é de risco, tem umas que são mais de risco; para ela pegar uma canoinha, pegar um lugar que tem um barquinho, pegar aquela maresia toda, até chegar a Belém, ela já tem que estar segura do que ela vai fazer, até lá ela já perdeu, já passou os noventa dias. Passado isso, ele também criou esse elemento que é tirar a questão previdenciária e colocar no Ministério da Economia, ou seja, tu tiras aquilo que é do micro e coloca no macro, ou seja, os agricultores familiares tem que entender a lógica de como funciona o Ministério da Economia. Essa medida provisória foi convertida na reforma da previdência e todo mundo acha que a famigerada reforma da previdência aconteceu em novembro de 2019, mas não, ela aconteceu com dezoito dias em que ele já estava na presidência, pela medida provisória de 871, com isso eles empurraram lá que todo agricultor familiar, todo extrativista, todo quilombola, todo homem ou mulher que more no campo brasileiro, tem que constar no banco de dados do Ministério da Economia a partir do dia primeiro de janeiro de 2023, isso lá em 2019 eles diziam isso, mas que foi que falou disso para alguém, quem? A previdência estava fechada, o governo não falou nada, a imprensa não falou nada, ou seja, quem, exatamente hoje, dia cinco de janeiro, tiver pedido alguma coisa, não vai ter, porque se você não constar no banco de dados do ministério da economia, você não vai ser reconhecido. Qual é a leitura que eu faço, Alexandre? O Ministério da Economia que dizer que você é um homem economicamente ativo, porque tu não vais constar no Ministério da Economia se tu só compra balinha, se o que tu compras não tem nota fiscal, porque o agricultor, o extrativista, o pescador, o indígena, o quilombola, ele compra aonde é mais barato, e aonde é mais barato não tem nota fiscal, ele vai comprar enxada sem nota fiscal, ele vai comprar farinha, ele vai comprar o açúcar, ele vai comprar as sementes aonde é mais barato e não tem nota fiscal, ou seja, ele não é uma pessoa vista pela administração porque ele não se movimenta economicamente, então ele não tem como constar no Ministério da economia. Moral da história, o princípio dessa lei é que ele não precisa mais provar que ele é agricultor, basta que ele conste nesse banco de dados, só que ninguém disse onde ele tem que ir, o que ele tem que levar, com quem ele tem que falar, o que ele tem que fazer, ninguém disse nada; já passou da reforma de 2019 para janeiro de 2023, nós passamos quase três anos, moral da história: é golpe, continuação do golpe. Eles previram que iriam economizar em quatro anos uma determinada fortuna. O INSS, revelou que em dois anos eles bateram a meta que estimavam alcançar em quatro. Como que eles economizaram? Não foi porque as pessoas pediram menos, foi porque eles impediram as pessoas de acessar o direito previdenciário, isso tudo está na legislação deles, isso é marca do Bolsonaro, entendeu? Não

bastava a reforma da previdência, ele criou dispositivos; lembra que em Março de 2020 ele dizia que toda a economia tinha que estar na rua? O INSS até hoje não voltou. Qualquer um de você que for lá no INSS não vai ser atendido, mas o problema é que ele diz: “Agora nós vamos facilitar, vamos criar o “Meu INSS”, que é um aplicativo”. Mas o cara da Resex não usa aplicativo, o cara da Resex não sabe usar um reconhecimento facial para poder acessar, não sabe usar a biometria para poder acessar, ele não sabe fazer um PDF e anexar, ele não sabe nada disso. Moral da história, tu entendes como é que eles conseguiram bater o que eles iam fazer em quatro anos e conseguiram em dois? Foi porque eles impediram as pessoas de acessar o direito previdenciário. O direito previdenciário é a forma mais clássica da manutenção do homem do campo, do campo. É isso, o nosso rural vai encolher cada vez mais porque o homem do campo vai sofrer; ele já sofre sem estrada, já sofre sem saúde, já sofre sem qualidade de vida e agora ele não tem mais o que comer porque o homem com sessenta e cinco anos de idade no meio rural, não é que ele é um homem deprimido, mas ele é um homem que já sofreu muito; aí os filhos vão vender a terra para o latifundiário... Então essa é a marca do trabalho do Bolsonaro. Ele marcou todo no homem do campo, no rural brasileiro, nos pequenos agricultores porque para ele é o símbolo da esquerda, está no campo. Os sindicatos não podem mais subsistir porque não conseguem mais expedir carta comprovando que o cara é agricultor, então o cara não vai mais contribuir sindicalmente, agora os sindicatos estão cada vez mais se desmontando, por outro lado, os agricultores não conseguem acessar o direito previdenciário, isso quer dizer o quê? Vão vender as suas terras, vão arrendar as terras para o grande latifúndio, com isso, cada vez mais, nós estamos diminuindo organizações como, por exemplo, o MST, como a Contag, a Fetagri, a Fetraf, o movimento dos pequenos camponeses, entre outros, que estão vinculados mais a via campesina; então é um processo dirigido, isso lá, talvez o Michel Temer não tenha tido tempo de encampar, porquê da turma do PMDB que morre de amores pelo Bolsonaro o Michel Temer é um deles e a tropa ligada ao Michel Temer é a tropa bolsonarista que compôs o governo do Bolsonaro e segue. O que nos surpreende é que o Alexandre de Moraes, sendo indicado de Michel Temer, é o que, é o único que faz enfrentamento.

A gente fala de enfrentamento porque é o jeito de dizer, mas ele está sendo um juiz diligente, ele não recebe uma coisa hoje e amanhã manda prender. Ele tem todo um processo legal, diferente do Sérgio Moro, que atropelou todos os ritos, os prazos justamente para impedir que o Lula fosse o candidato ou que apoiasse livremente um candidato.

Então, essa é a marca, a medida provisória que regula, que reforma a previdência, com dezoito dias que ele assume a presidência; a portaria do Inbra, que, inclusive, ele não só determina essa cassação do que estava em curso de desapropriação de terras, como ele retira do Inbra todos os poderes para tal, o Inbra perdeu todos os poderes, o Inbra tinha uma única função: desapropriar terras. E para isso ele deu a última canetada que foi determinar que o presidente do Inbra, um militar aposentado, tirasse a única coisa que sobrou do Inbra, que era a desapropriação, e ele suspendeu isso. A marca do Bolsonaro é um ódio aos movimentos camponeses, diga-se de passagem. Movimento camponês independentemente da sua tática, independentemente da sua matriz ideológica, é um bloco de esquerda que subsiste no Brasil e que por conta dos apoiadores do Bolsonaro, ele precisa continuar mantendo esse público de extrema direita guerreando com a esquerda e ele mirou nos movimentos camponeses que já vinha lá, de novo, desde 2015, com a Dilma, já vinham esse processo de marginalização dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos camponeses “etc. e tal”. A marca dele foi isso. O Ministério do Desenvolvimento Agrário poderia ter continuado dentro do Ministério da Agricultura, não é porque mudou para o Ministério da Agricultura que a política pública deixou de acontecer, deixou de acontecer porque, exatamente isso, ele armou a artilharia dele para cima, então tu não tinha teto, tu não tinha crédito, tu não tinha absolutamente nada; esses créditos que ele liberou pelo novo sistema que suprimiu a DAP, era justamente porque ele tinha um rol de pequenos apoiadores que não são grandes latifundiários, mas são também pequenos agricultores que não é da agricultor

familiar, pode ser um pequeno monocultor, pequeno sojeiro, ele é um pequeno agricultor, um pequeno produtor rural, na verdade, ele não é agricultor familiar, ele é um pequeno produtor rural que não é um grande latifundiário mas está dentro dessa base, então ele conseguiu fazer um arranjo, porque a DAP era para a agricultura familiar, a DAP era para alguém que estivesse no regime de agricultura familiar, de economia familiar e o novo sistema já tira de escanteio o agricultor de regime familiar e dá mais moral para o produtor, e aí tu tens os grandes produtores que estão organizados Brasil afora pelos silos secadores que eles têm, mas juntamente tem os pequenos produtores, que ele não é grande, mas ele também não é o pequeno agricultor familiar, ele é aquele pequeno produtor que, tipo assim que é grande, que pensa grande, que é da corrente, que é bolsonarista “etc. e tal”. Então para articular isso entra em cena esse novo sistema; e com essa coisa da DAP ele tira de cena cooperativas, ele tira de cena um mercado institucional criado há décadas pela luta, pela questão produtiva, pela segurança alimentar, pela economia solidária “etc. e tal”. Então é todo um processo assim, mirou mesmo na artilharia porquê de alguma forma a luta de resistência ao bolsonarismo se manteve mais orgânica a partir dos movimentos do campo. Inicia-se com Michel Temer, Michel Temer não conseguiu, talvez pelo pouco tempo que ele tinha, não conseguiu desmontar tudo, mas o Bolsonaro ele armou, não foi só uma artilharia, foram bombas atômicas, porque não existe política pública alguma voltada para agricultura familiar, não adianta que o cara que mora no assentamento João Batista, em Castanhal, não vai conseguir pegar Pronaf algum. Não adianta que a pessoa que mora na Resex Verde para Sempre, lá em Porto de Moz, não vai pegar absolutamente nada porque eles não estão dentro dos critérios, eles não têm garantia para dar nenhuma para o banco, eles não têm uma empresa especializada, por que hoje surgiu uma nova forma de assistência técnica que são empresas contratadas para fazer aqueles grandes projetos megalômanos, e eles esquentam tudo que é possível e ficam com cinco por cento do valor que eles vão conseguir pegar do banco, e aí eles vão pegar o quê? Quinhentos mil, é três milhões, cinco milhões; é um conjunto de produtores rurais, pequenos, médios e grandes que se associam para garantir isso, porque é para isso que o Governo Federal facilita. Inclusive eles colocam os ministros para intermediar qualquer entrave que tiver, o presidente da Caixa, o presidente do Banco do Brasil, o presidente da Caixa Econômica, o presidente do Banco da Amazônia, entendeu? Então a marca é essa, mirar em todo movimento social do campo porque seriam, vamos dizer assim, os remanescentes da resistência ao bolsonarismo que nasce lá, ainda, com o Michel Temer.

E, Alexandre, deixa eu falar uma coisa? A gente tem como continuar a nossa entrevista... a gente parcelar ela?

**M1:** Tem, tem sim.

**M2:** Tenho uma viagem daqui há pouco para Bragança.

**M1:** Eu estou por conta do teu tempo, então fica à vontade.

**M2:** Mas eu quero continuar porque faz tempo que eu não falo com alguém sobre os territórios que me dá vontade de falar cada vez mais.

**M1:** Eu quero sim, inclusive, porque além da entrevista estou fazendo o acompanhamento de como o pessoal está se rearticulando.

**M2:** Eu vou pedir para a gente encerrar agora que eu tenho uma viagem para Bragança. Eu não sei se te falei, eu sou diácono permanente da diocese. Nós vamos ter uma assembleia diocesana amanhã e daqui de Paragominas para Bragança dá umas cinco horas de viagem. A gente podia combinar para segunda-feira, pode ser? Segunda-feira à noite é mais tranquilo.

**M1:** Pronto, pronto. A gente já fica combinado. Até lá já vou ter mais material para a gente dialogar.

**M2:** Eu acho que essa nossa conversa, de repente, a gente podia fazer numa, até preliminarmente, numa roda de conversa pelo Google Meet, esse teu é ilimitado, né?

**M1:** É. É sim.

**M2:** Pois é, o que eu ia te propor era isso, a gente, quem sabe, de uma forma preliminar, a gente fazer uma videoconferência e ir chamando alguns... tipo assim, o Valdir, que esteve nesse processo, alguns assessores territoriais daquela época, entendeu? E alguns professores daquela época, para a gente fazer uma...

**M1:** Eu topo.

**M2:** Tem o Miqueias que é uma pessoa muito comprometida, desde a época que ele foi assessor territorial lá no território dele. Tem o Ivaldo, que foi assessor territorial do Salgado. O Williams, também interage muito bem, ainda continua atuando. A gente faria uma rodada para aperfeiçoar porque, de alguma forma, eu visualizo isso, eu acho que se os territórios retomam, imagino que esses atores que contribuíram ao longo do tempo nos territórios aqui do Pará, também serão os mesmos. E os atores territoriais que estavam conflitando serão os mesmos, e quem sabe os conflitos serão os mesmos. O que a gente, talvez, precisa amadurecer é a forma de lidar com esses conflitos, né? Tem um cabra que é do CIRAD, e eu acho que até tu conheceu, é o Marc Piraux.

**M1:** Sim, sim, eu o conheci.

**M2:** Tinha um curso que ele fez pela SDT Brasil afora, era chamado de Gestão de Conflitos, isso me ajudou muito a lidar com essas coisas, com essa questão. Talvez vamos precisar entender e lidar com isso, a gente não pode voltar, (...) retomar agora com os ares da idade média, nos territórios. Tipo assim, o governo não é nosso inimigo, porque o governo é nosso, nós precisamos saber como se dirigir, agora que a gente elegeu o presidente Lula de volta, não que a gente vá ser complacente com o que não dá certo, mas a gente não pode, de novo, fazer guerra com quase nada e na hora que temos que armar a artilharia, a gente não atira.

**M1:** Isso, isso. Eu topo sim. Topo e já estou colocando isso como parte da minha agenda, a partir desse ano.

**M2:** Então pronto. Eu tenho alguns colegas que participaram da... Tem o Frank, não sei se tu lembras do Frank Bentes, que era da UFPA de Cametá e ele assessorava...

**M1:** Sei, sei, sei. Esse não é o Francinei? Francinei Bentes? Eu sei quem é o Francinei.

**M2:** Francinei. Tinha, também, lá no Baixo Amazonas, tinha um professor... um baixinho, branquinho, esqueci o nome dele. Ele era o coordenador do Nedet. Enfim, eu monto uma lista e a gente vai sem que precise ter uma pauta muito definida, mas só para ter uma orientação geral só para a gente já começar a iniciar no estado do Pará o debate.

**M1:** Para dar um Start, né?

**M2:** Na formatação que ficou o MDA, não tem superintendência e nem delegacia, eu achei isso super esquisito porque como é que a coisa pode fluir se a gente não tem com quem trabalhar nos estados, mas eu imagino que o ministro que assumiu deva suprir essa carência, se isso vai virar uma superintendência, se isso vai ter pelo menos uma delegacia, como é que isso vai ficar. Imagino que a política territorial vai retornar e eu acho que a fonte para a restauração disso tudo está nas universidades porque eu acho que as universidades trataram de qualificar isso. Os territórios têm muita coisa, mas tá sim (disperso), porque a medida que o território ia alternado a gestão, hoje era o sindicato, amanhã era a cooperativa, no outro era a Fetagri, etc. Sabe? Parte desse acúmulo, desse acervo, ia se dispersando. E eu lembro que no conjunto de plano de

atividades das universidades tinham muitos levantamentos acerca desse acervo, acerca desses diagnósticos, acerca desse material, inclusive da composição etc. Que eu acho que as universidades que vão ser a arca da memória dos territórios e graças a Deus que tenha sido as universidades porque isso está lá. Ou isso está lá de forma bruta, como matéria prima, ou isso está lá traduzido nos relatórios, traduzidos das produções, dos artigos das coisas e eu acho que isso materializou.

**M1:** Beleza, então.

**M2:** Segunda, a noite, a gente retoma e vamos conversando, eu vou criando uma lista e vou compartilhando contigo pra ver o que tu achas para a gente já ir se antecipando no debate territorial.

**M1:** Beleza, então. A gente fica marcado para a segunda-feira. E eu queria te agradecer muito, gostei da nossa conversa E a gente fica, então, para a segunda-feira.

**M2:** Fechado. Um abraço.

**M1:** Até mais. Um abraço.

## Anexo IX –

**Identificação do entrevistado:** Consultor, representante de organização da sociedade civil, por ocasião de sua participação no Codeter SE Paraense.

**Entrevista:** google meet.

**Data da entrevista:** 20 mar 2023.

**Início:** 20:30h.

**Duração:** 54m26s.

**Entrevistador:** Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

**M1:** Fala para agente como foi o teu início de contato com o Colegiado? Como é que tu chegaste aí e como se deu a tua participação ali no início?

**M2:** Então, quando eu estava em Marabá, eu estava assessor dos movimentos sociais, na época. Na verdade, foi assim: ninguém queria, ninguém sabia como lidar com isso (Colegiado) dentro da Federação que eu fazia parte. Eu era um rapaz jovem, que tinha vontade de fazer as coisas, então eles me colocaram como um representante da Federação para representá-los junto ao Codeter. Só que eu comecei a ler, na época, graduando ainda no Serviço Social, ainda estava no processo de graduação, e me interessei pelo debate, achei o debate interessante, e nessa perspectiva de achar o debate interessante, comecei a me aprofundar mais. Naquele momento não existia o Codeter, isso em 2009, se não estou enganado, foi nesse período (2009), e nesse *ínterim*, que o Artífice começou a olhar a política territorial muito parecida com a política que ele já tinha participado na França, que era um processo de participação popular e tal. Então começamos a fazer pequenas rodas de diálogos. Em um momento nós fazíamos na CPT, outros momentos fazíamos lá na própria Fetagri, e em outros momentos nós já fazíamos na sede de algumas cooperativas de serviços; daí foi que depois de mais ou menos uns seis meses é que a gente começou a discutir e a universidade se interessou pelo debate. Até então, através da Educação do Campo, se não estou enganado, do Núcleo de Educação do Campo, não sei se estava estabelecido, mas tinha uma galera que estava trabalhando a Educação do Campo lá na UFPA, no polo da Nova Marabá (atual Campus 1 da Unifesspa). Então nós começamos a debater a constituição de um Colegiado de Desenvolvimento Territorial a partir da política de desenvolvimento territorial; que ela trazia algumas coisas interessantes para o povo rural, que era essa questão da definição dos investimentos, principalmente, voltadas às novas tecnologias, voltadas ao processo de qualificação e melhoria do sistema da terra, propriamente dito; aí os movimentos de luta pela terra começaram a se engajar e naquele momento tinham duas pessoas que manjavam do negócio, entendiam do negócio, tinham lido todas as cartilhas e tal, que era eu e o Artífice. Diante disso, nós começamos a movimentar a galera, vimos que tinha uma grana que poderia ser empenhada através do, acho que era o MDA, cara, se não estou enganado. MDA, né?

Então o MDA era o mantenedor financeiro disso, e nós vimos que era possível angariar recursos de acordo com os territórios, e aí nós começamos a trabalhar isso sob uma perspectiva de plenárias, e essas plenárias, inicialmente deram pouquíssimas pessoas, tipo dez pessoas, oito pessoas; a gente ficou bem triste, na época lembro que o Artífice falou assim: “uma política tão boa, as pessoas não entendem, eu acho que eles não entenderam, então vamos tentar fazer isso funcionar de uma forma mais coerente”. E nós começamos ir aos municípios conversar com as lideranças dos sindicatos, conversar com as prefeituras através das secretarias da agricultura que tínhamos mais contatos à época, para que elas pudessem se engajar no processo; então começamos a explicar para eles: “olha, a política territorial é uma política de debate de construção de recursos financeiros, mas também da própria política pública; o que que o território tem de necessidade? E, a partir dessas necessidades, vamos fazer algumas prioridades para iniciar as coisas”. E nessa coisa de conversar com as prefeituras, de conversar com os

sindicatos, conversar com as associações, nós engajamos, no auditório do Incra, uma vez, 150 pessoas interessadas nesse debate; foi quando eu fui eleito presidente do Codeter, o primeiro presidente do Codeter. Nesse debate eu fiquei responsável por representar aquele território diante dos demais territórios e da SDT, à época, que exigia que os territórios tivessem representação para poder facilitar o diálogo, para poder facilitar as informações, e assim foi constituída. Começamos a trabalhar nessa perspectiva, trabalhamos um ano, dois anos, no máximo, acho que 2011, aí eu adoeci. Nesse processo eu saí de lá, nessa minha saída de lá, eu vim de volta à Belém e aqui fui convidado, naquele outro momento, que já era uma outra lógica, com outro princípio de assessoramento, já tinha evoluído bastante coisa, tipo: os territórios agora tinham assessorias, não era mais voluntária, tinham coisas que a SDT percebeu que era necessária, aí vieram as universidades em parceria e começaram fazer os termos de cooperação, e esses termos de cooperação se transformaram em um instrumento muito importante para tocar os territórios, para debater as políticas e construir um diálogo permanente com a sociedade e tal. Foi aí que foi construída a história do ATGS e do ATIP, né? Se não estou enganado. Então esses profissionais... Eu fazia parte desse contexto profissional; quando estava em Marabá eu estava terminando a minha graduação e quando cheguei em Belém tinha terminado, terminei ela em Belém, na verdade. E, quando me tornei profissional, tive a oportunidade de voltar para esse debate da política de desenvolvimento territorial por meio da Assessoria Técnica de Gestão Social; aí fiquei, só que, agora, no Território do Nordeste Paraense com uma dinâmica totalmente diferente; muito mais municípios, muito mais desafios, muito mais povoados – os municípios – então tinha uma dinâmica de trabalho diferente a ser trabalhada, muito mais organizações. O Nordeste Paraense é um mundo de organizações, o cara não consegue vencer o tanto de organizações que tem; então a gente começou a mesma coisa que nós já fazíamos de forma voluntária em Marabá. Eu comecei a ganhar um recurso através do CNPq, que incentivava por meio das cooperações, um valor, um recurso financeiro que dava para que pudéssemos fazer esse “corre” nos municípios, juntar informações, escrever, produzir texto, além de organizar os espaços, os espaços de acolhidas das instituições e das pessoas que as representavam. Nós fizemos várias reuniões do, do Pronat? Está certa a palavra?

**M1:** Acho que foi o Proinf.

**M2:** Proinf, Proinf.

**M1:** O Pronat era o programa que existia antes do Programa Território da Cidadania (PTC). O Proinf já era um programa voltado para a aquisição de infraestrutura e serviços para os territórios.

**M2:** Isso, isso. Então é Proinf que era de infraestrutura, né?

**M1:** Isso.

**M2:** Tá. Então, nós fizemos algumas plenárias de Proinf nos municípios de São Miguel do Guamá, no município de Concórdia, no município de Santa Maria do Pará e, não me lembro o outro, mas acho que foi Bragança, cara, se não estou enganado; que nós tivemos a dinâmica de fazer um debate sobre a prioridade das infraestruturas para a melhoria da relação com a agricultura, e tinham várias outras temáticas. Tinha muita coisa interessante. E aí, caboco, depois disso vieram as nossas ditas transições, que teve um primeiro momento em Belém, que a gente teve que dialogar com todo mundo, chorar as pitangas, que atrasou tudo; e a gente começou a ter um declínio, digamos assim, no processo de acompanhamento dos Territórios da Cidadania, e, com isso, veio aquele dito Encontro de Roraima, e nesse de Roraima, meu patrão, como diz o povo: “acabou-se tudo”.

**M1:** Só voltando um pouquinho. Tu falaste que tu eras da Federação quando construíram o Codeter aqui. Qual era a federação?

**M2:** A Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares, a Fetagri.

**M1:** Mas qual era tua ocupação na Fetagri?

**M2:** Eu era assessor técnico, só para fins de acompanhamentos, mesmo. Comecei voluntário e depois consegui que eles me pagassem.

**M1:** Já que tu acompanhaste os dois momentos ali: antes do Colegiado e depois do Colegiado, mas falando basicamente da Fetagri, tu achas que houve alguma mudança em como a Fetagri lutava por política pública antes e depois do Colegiado? Tu achas que houve alguma mudança no jeito que ela encarava isso?

**M2:** Cara, é porque a Federação tem uma forma de exercer a defesa do direito dos trabalhadores em todas as frentes, o Codeter era mais uma frente, ele era mais uma frente que a Federação atuava no sentido de promover o desenvolvimento. Tinha possibilidade de angariar recursos, de debater estratégias que pudessem favorecer o meio rural, os agricultores familiares, os sindicatos dos trabalhadores rurais, ou, mesmo, em nível de estado, a Federação. Eles estariam ali barganhando espaço, fazendo debate, fazendo luta para que pudessem ter um quinhãozinho definido para os agricultores familiares. Mudou porque criou-se outra frente de possibilidade, naquele momento era um momento que o debate territorial era uma política que, na verdade, conceitualmente as pessoas tinham dificuldade de entender. Por quê? Porque a Federação tem uma lógica de território, né? O estado tem uma lógica de território, a nação tem uma outra lógica de território, então não é só o território como um espaço habitado por pessoas, delineado geograficamente. Tem toda uma percepção de território por trás, que cada um tinha uma lógica de entender território. Nós tivemos que reorganizar essa percepção de território para que pudéssemos fazer uma acepção coletiva conjunta; porque, por exemplo, a Federação dividia o Pará em regiões, né? Por exemplo, região Guajarina, região Tocantina, região do Guamá... Entendeste? Já o território, não, ele tinha uma concepção de território baseado nos aglomerados populacionais – assim, qual era o Lago de Tucuruí? O Lago de Tucuruí pegava as regiões do Lago de Tucuruí, mas pegava Goianésia, que tinha uma relação diferenciada com eles; tinha o Nordeste Paraense, logicamente que pelo nome já define, o Sudeste Paraense, o Oeste... Tinha uma percepção diferente sobre o território, que a Federação já não tinha; então teve que, em alguns momentos, as pessoas que estavam dentro de cada território acompanhar, às vezes, dois territórios, que era o meu exemplo, que tinha que acompanhar o Codeter do Sudeste Paraense, mas, também, eu acompanhava parte do Codeter do Sul do Pará e Alto Xingu, à época; na época era o Zé Gonçalves e tal, não tinha muito domínio sobre os conceitos, sobre como funcionava, e eu acabava indo nas reuniões do Codeter do Sul do Pará e Alto Xingu, cheguei a ir em reunião em Santana do Araguaia, do Colegiado do Sul.

Foi uma luta, primeiro dentro da Federação para eles entenderem, né? Muitos diretores não queriam entender, outros se interessaram, até que, por exemplo, o próprio Erivaldo, à época foi participar de algumas atividades bem significativas, depois se transformou em um membro atuante do Codeter, foi um cara que ajudou muito o Colegiado a constituir relações políticas com os municípios, ele engajou mesmo, foi para cima, resolvia problema, tinha uma relação com o município que a gente não dava conta e ele ia atrás de uma liderança, atrás de um vereador. Isso foi muito importante para a gente, assim como o Di Assis, também, em alguns determinados momentos, fez isso nos municípios, por exemplo, de São Domingos, que a gente não tinha entrada, ele já tinha sido vice-prefeito lá e tal; foi interessante essa coisa aí. Mas, assim, propriamente a Fetagri não se mobilizou muito, não teve uma mudança na sua forma de enxergar; era mais uma frente de luta, cara.

**M1:** E além da Fetagri, ficastes dois anos, que tu falaste, no Codeter daqui, e nesses dois anos, além da Fetagri, quem mais tu observavas que se destacava entre essas entidades, dessas organizações?

**M2:** Cara, eram mais as instituições da sociedade civil organizadas, sabe? Tipo a Fetraf, à época, o pessoal do Sintraf, que estavam emergindo e eles tinham uma disputa conosco, do ponto de vista do público, mas eles tinham uma boa correlação com a agente quando se tratava de Colegiado; a Fetraf participou muito, a CPT também participou bastante, a CPT foi importante principalmente logisticamente; na época o “Cabeludo”, eu esqueço o nome dele... era o Sávio.

**M1:** Ah, o Sávio.

**M2:** Ele era uma figura importante na logística do Colegiado, ele conhecia muito bem a região, ele nos levava em algumas atividades que a gente sabia que a gente não conhecia a região, não tinha relação política nenhuma e ele acabava tendo, ele acabava conhecendo as pessoas e isso facilitava o nosso acesso à prefeitura, acesso às instituições que a gente não tinha muita relação, então foi bem importante; a UFPA, na época, ela foi importante. E é muito curioso, sabe? Tinha alguns curiosos para entender como é que funcionava; na época o “Ligeirinho”, lembro só dos apelidos, o “Ligeirinho” é doutor da UEPA e tal, professor. Esqueci o nome dele, ele participou, tentou entender como que funcionava aquela história, mas não engajou muito para ele, ele, meio que, abandonou o negócio, não tocou para frente; a professora Idelma, à época, ela não era ainda UFPA, era do municipal ainda, hoje ela é da Unifesspa, né?

**M1:** Isso.

**M2:** Na época ela era funcionária pública municipal, se não me engano, e ela começou a participar. A professora Maura também foi outra que acompanhou bastante as atividades dos territórios, engajou em alguns momentos, meio que usava para possibilitar algumas questões, porque ela sempre trabalhou a questão da terra, os conflitos, as relações sociais e ela acabava usando o espaço do território como um instrumento para propiciar aquilo que ela estava precisando; e, também, cara, algumas prefeituras tiveram um engajamento pesado e as secretárias de agricultura, cara, muito mesmo, teve plenária que chegamos a ter quinze prefeituras representadas. Era um negócio bem interessante as plenárias, eles traziam... principalmente a questão da infraestrutura, eles estavam interessados na infraestrutura, eles vinham para barganhar a infraestrutura, era esse o sentido da coisa... O que mais? É, o que me recordo era isso. O MST foi algumas, mas não se mostrou disponível ao debate, quem apareceu, umas duas vezes por lá, foi o Charles Trocate, mas ele ia e ficava com aquele jeito de homem culto, com as pernas cruzadas, lá na frente, entrava mudo e saía calado.

**M1:** Quando eu estava coordenando, eu percebi uma coisa, por exemplo, havia aquela pauta que o MDA trabalhava com a gente, principalmente do ponto de vista da inclusão produtiva, as políticas de infraestrutura e algumas outras. Uma coisa que eu percebi é que, por exemplo, aqui, na época que eu coordenei, em algumas plenárias a gente chegou a discutir sobre a desapropriação de terras ou compras e venda de imóveis rurais. Eu queria te pergunta se, no início, houve algo parecido com isso?

**M2:** Eu acho que era uma política ainda meio embrionária, sabe, bicho? Porque não tinha isso. Quando eu fui, aí na região, presidente do Colegiado, quando eu presidi o Colegiado, era meio embrionário o negócio, ainda, eu acho que não tinha grau de maturidade, digamos assim, porque isso aí é um grau de maturidade muito grande, levar um debate desses para uma plenária dessas é ter maturidade para enfrentar mesmo, inclusive os interesses políticos, que não são poucos.

**M1:** Nesses dois anos que tu ficaste no Colegiado, quais foram os principais obstáculos que tu sentiste para essa proposta seguir? O que tu estavas vendo ali que te levou a pensar “isso aqui, talvez, vai empatar um pouco o desenvolvimento da proposta da política”?

**M2:** Caboco, a principal questão que sempre trabalhávamos: a falta da efetividade da aplicação dos recursos. Isso era uma coisa que nos incomodava muito, porque a gente fazia as prioridades, debatia, construía, definia algumas coisas em relação à articulação produtiva ou a própria infraestrutura, e quando vinha, vinha aos pedaços, era meio que, eu não sei explicar muito bem, à época eu não tinha a compreensão política que eu tenho hoje, não que eu seja politicamente maduro, suficiente, mas hoje eu tenho um pouco mais de maturidade para entender algumas coisas. Parecia que as definições políticas para a liberação do recurso não eram efetivamente construídas; eu imagino que um obstáculo seria o processo da prevaricação político partidária. Se tem uma determinada região que não tinha o interesse da aplicação do recurso, ou não era estratégica politicamente, “então vamos pegar e colocar só um pedaço para a política não morrer”. Eu senti muito essa dificuldade. A outra, cara, foi da compreensão do que era o debate sobre território, não só conceitualmente, mas também em outras dimensões, a dimensão de território diverso, do entendimento de que não é só o meu espaço que vale, levar em consideração essa coisa da multicultural... e que permeava, porque, até no debate do recurso, tu tinhas que levar isso em consideração, porque tu não poderias prevaricar em determinados momentos, só para uma determinada representação política e deixar, por exemplo, os municípios sem ter. “Vamos prevaricar para cá para ter, digamos assim, a compra das terras”, só que a gente acabava deixando os municípios sem uma infraestrutura agrícola mínima. Só um exemplo, tinha que ter bastante diálogo, bastante cuidado, a gente cuidava muito disso para não se tornar um negócio enfadonho, nem para se tornar um negócio como se fosse só uma direção política, haja vista que nós todos eramos de movimentos, tinha relação com o PT, tinha relação com o PSOL, tinha relação com não sei o quê... o que acabava desconstruindo algumas relações.

**M1:** Conta para mim, de forma mais detalhada, como foi que tu foste parar no Nordeste Paraense e depois tu voltas, de novo, para a política, mas agora como ATGS?

**M2:** Pois é, cara. Quem me colocou nesse negócio aí, para voltar, como te falei, eu passei por um processo complicado, em Marabá eu tive alguns problemas, fui ameaçado de morte e tal, e nessa história eu fiquei doente emocionalmente. Por conta disso, eu voltei para Belém para me tratar, fazer terapia, tomar remédio e me conectar um pouco para eu poder resolver algumas coisas na minha cabeça. Quando eu estava melhorando a Arquivista, minha amiga, eu sou um amigo muito safado, viu, professor? Eu falo que é minha amiga e eu sou um caboco que há anos não mandei uma mensagem para ela, eu sou um caboco muito safado. Mas eu gosto muito dela, quando o senhor reencontrá-la diga assim: “o Consultor mandou um beijo e um abraço porque ele gosta muito de você, mesmo, de verdade”.

**M1:** Eu vou falar com ela amanhã, já.

**M2:** Então diga para ela que eu mandei um grande abraço e que eu sinto muita saudade dela, dos nossos papos e das nossas relações.

Professor, assim, ai ela pegou e tinha essa... abriu o edital do Nedet, aí a Unifesspa pleiteou, ganhou; fez a proposta, na época, eu não sei quem fez, mas... não sei se o senhor já estava. O senhor já estava?

**M1:** Fui eu que fiz a proposta, cabeçudo.

**M2:** Eu não me lembrava, não. O senhor fez a proposta, ganhou. Nessa história de ganhar, ela comentou, não sei se foi com o senhor ou se foi com alguém...

**M1:** Foi.

**M2:** Comentou que tinha uma pessoa que estava na região do Nordeste Paraense e já tinha uma experiência com o Colegiado que era aí do Sudeste do Pará, e, a partir disso, o senhor me encontrou uma vez em Belém, a gente bateu um papo, depois o senhor estava de passagem indo para algum lugar, a gente bateu um papo, e depois a gente teve uma oportunidade quando eu fui a Marabá.

**M1:** Isso.

**M2:** Nessa oportunidade, a gente conversou mais detalhadamente como seria e o processo era todo na Unifesspa e tal, tinha todo um procedimento assim, aí eu me engajei a partir disso, comecei a fazer os trabalhos aí, de vez em quando, ia a Marabá para receber algumas orientações, até o momento que transitaram na relação de cooperação, que agora já tinha uma cooperação com o IFPA de Castanhal, o qual eu vim egresso do curso técnico em agropecuária, à época tinha uma militância política, e a gente tinha uma relação muito boa.

**M1:** Tu disseste que estavas fazendo um curso aqui em Marabá, quando tu estavas por aqui?

**M2:** É, eu fiz Serviço Social, aí, cara.

**M1:** Serviço social, aqui.

**M2:** Eu ganhei uma bolsa do Prouni e fiz Serviço Social aí. Comecei com a bolsa e terminei pagando, mas enfim.

**M1:** Bolsa do Prouni, né? Serviço social. Mas a tua família é do Nordeste?

**M2:** A minha família é de São Geraldo do Araguaia, cara. Meu pai, né? E a família da minha mãe é daqui da região de Belém, de Benevides.

**M1:** Aí tu voltaste para Benevides, foi?

**M2:** Foi, voltei lá para o sítio do meu pai.

**M1:** Poxa, legal. Daí tu fizeste o curso técnico depois?

**M2:** Não, eu comecei meu curso técnico com quinze anos, eu fui com o curso técnico para Marabá, em Marabá eu já era técnico agropecuário, quando estava em Marabá, assessorando a Fetagri.

**M1:** Depois do Encontro de Roraima, participamos daquele evento e ali ficou bem claro a posição de que não haveria a continuidade da política. A gente retornou, eu vim para Marabá e tive de dar aquela notícia, e vocês voltam para o Nordeste Paraense. Me fala da repercussão desses eventos aí no Nordeste Paraense?

**M2:** Rapaz, como eu te falei, era mais uma frente de luta, inclusive das instituições que participavam, estava todo mundo – vou usar uma palavra chula, popular – estava todo mundo putado com a história do *impeachment*, todo mundo desgostoso, sem perspectiva de como ficariam as políticas públicas, e a gente tinha o papel, como dizia na nossa própria cartilha, nós éramos os animadores do processo, então não tinha ânimo de desse jeito com um banho de água fria desse. E foi muito ruim, porque era um processo que vinha em declínio, teve uma ascensão no governo Lula, início do governo Dilma deu uma puta de uma guinada, e no meio do primeiro governo Dilma, já começou a dar sinais de que o negócio não ia funcionar mais direito, por conta de desalinhamento, na minha opinião, sobre o entendimento do que que era essa política para o Estado. A primeira coisa que fizeram foi cortar os recursos, é o de praxe, foi todo mundo que assessorava para a rua, na verdade foi, mas não foi, porque ninguém disse que era para todo mundo ir, ficou segurando as pessoas sem as perspectivas necessárias; eu fui cuidar da minha vida, o professor Romier até ficou mordido comigo, que, à época, eu larguei tudo mesmo e saí

fora, como dizem os malandros, e fui cuidar das minhas coisas, fui fazer outra coisa da vida, à época, eu fui cuidar de uma gráfica que tinha recém adquirido com outro parceiro, fui cuidar da minha vida.

A notícia no Nordeste Paraense foi muito ruim, porque vinha com esse baque e o desmonte da política. Porque, até então, ele era vice, teoricamente, a ideia era que ele pudesse manter algumas políticas, entre elas, a de desenvolvimento territorial, mas não manteve. E as pessoas abandonaram, cara, simplesmente ninguém falou mais nada disso, tinham os grupos que a gente participava algumas discussões, ninguém perguntando se ia ter, se não ia ter, acabou tudo, não teve mais, as pessoas, simplesmente, pararam de comentar sobre isso e acabou, acabou, acabou, o sonho acabou.

**M1:** Tu tiveste alguma notícia do Sabá? O Sabá que era coordenador do colegiado lá no Nordeste Paraense, não era?

**M2:** Sim, sim. O Sabá continua lá, na mesma lógica, com as mesmas questões, trabalhando os movimentos sociais, ele é liderança, mesmo estando, em alguns momentos, assessor, ele sempre foi diretor, por um período, da federação, era ligado à Fetagri também.

A Fetagri estava protagonista em muitos territórios, cara. Aí ele abandonou também, não tinha mais o que falar, ele falou a verdade: “olha, o governo Temer acabou com a política e eu não tenho mais o que fazer”. Tinham alguns veículos que foram destinados para fazer as ações territoriais e, simplesmente, esses veículos foram se acabando e foram colocados nos pátios das Federações ou foram devolvidos para a Secretária de Agricultura do Estado; e foi isso que aconteceu, acho que do (Nordeste) foi isso que aconteceu, né? Devolveram e ficou por isso, cara. A gente não teve uma discussão com profundidade por que, como lhe falei, muita gente não engajou na política, não entendeu a política, não sabia como, de fato, poderia funcionar ela na prática, do ponto de vista prático; por quê? Porque tinham inconstâncias, porque o recurso, em uma época, era não sei quantos milhões, mas em outra época era dois milhões, então isso foi desmotivando a participação das entidades; foi por esse descrédito, digamos assim, que foi se criando um descrédito em relação às políticas de desenvolvimento territorial.

**M1:** E hoje, tu estás trabalhando com o quê?

**M2:** Eu sou Assistente Social, e nesse processo eu fui adquirindo um pouco de experiência, entrei no mundo empresarial por um tempo, hoje ainda estou no mundo empresarial fazendo algumas coisas gráficas, mas quebrei, quebrei que apartei. E aí, rapaz, nesse negócio de quebrar e apartar, eu voltei para esse processo de ser Assistente Social e, nessa volta, comecei a trabalhar com alguns programas que ainda estavam em vigor, ainda estavam funcionando, como o PNHR, eu fazia o trabalho técnico social com as famílias, que era obrigatório, aí comecei a fazer os projetos, e aprovar na Caixa Econômica, e ir para dentro dos interiores aplicar, e ganhar aquela faixa de recurso do PNHR, e, depois dessa saída, fui muito para o Marajó tentar fazer a mesma coisa do PNHR que o Incra tentou fazer por um período para as regiões agroextrativista; depois disso eu fui contratado por uma empresa aí de Marabá, chamada de Piente, sabe qual é?

**M1:** Não conheço.

**M2:** Ela é daí de Marabá. Lembra, ele era Copserviços?

**M1:** Sim, ele eu sei.

**M2:** Ele era um dos donos, o Rogério. Deixa eu te falar, o nome do outro... tu lembra dele?

**M1:** Sim, eu sei quem é também.

**M2:** Ele era funcionário dessa empresa. Ele, a mulher dele... Nessas relações, eu fui trabalhar com eles para ser preposto da empresa num contrato em Igarapé-Mirin. Trabalhei por um

período em Igarapé-Miri, aí me botaram em Igarapé-Miri e me botaram em Breves, então comecei trabalhar para o Marajó, já tinha uma experiência com o Incra, que foi fazer essa história das casas e tal, e comecei a fazer a ATES junto com a equipe, me contrataram. Era só um esquema para ganhar dinheiro, lascou todo mundo, não me pagaram, retiveram a minha carteira e eu fiquei rodado de novo. Os reversos da vida, patrão.

Pois é, depois disso, caboco, desse negócio, dessa empresa, eu falei: “Rapaz, eu preciso arrumar um negócio pra eu, pelo menos, viver”. Aí comecei a ser Assistente Social no município de São Domingos do Capim, como Assistente Social mesmo, ganhando salário, trabalhando na gestão; passei 2018, 2019 e um pouquinho de 2020, no meio da pandemia, da cagada mesmo, eu estava lá em São Domingos do Capim e trabalhando... lá no Capim e marretando, como diz o outro. Sabe o que é marretar? Intermediar mercadoria. Açai, eu fazia compra e venda de açai. Depois de um tempo, houve a oportunidade de estar aqui no Acará, assessorando a mulher do prefeito, que não tinha muito conhecimento sobre política de assistência; e eu vou para os lugares assim, eu estudo muito sobre os assuntos, começo a me inteirar, começo a viver, eu acho que é uma coisa que eu aprendi muito bem no próprio território, o território possibilitou isso para mim, era muita coisa para ler, cara, era muita coisa para ler. As vezes fico pensando assim: “será que aquelas pessoas faziam aquilo mesmo, cara, escreviam?”. Eram cartilhas imensas de duzentos e tantas páginas, era um negócio maluco.

**M1:** Talvez leem, outras vezes devem pegar só o slide de alguém que apresentou. Alguém lê, né? alguém lê e explica para outro. Mas tem razão (risos)

**M2:** Aí, caboco, começa... É um caralhau. É muita coisa, né? eu lembro do manual do Proinf, cara, era um negócio assim, bicho, era um negócio gigantesco para ler, entendeu?

Bom, disso aí, vim e estou hoje aqui no Acará, estava assessor e estou secretário aqui até a política permitir, digamos assim. Estou vivenciando essa experiência.

**M1:** Além do Sabá, tu ainda tens contato com alguém de lá, ou sabe alguma notícia do povo de lá?

**M2:** Daquela região lá, né? Dessa região que eu estou, na verdade, porque aqui é Nordeste paraense. Rapaz, eu tenho relação com o pessoal aqui de Concordia, com um caboco que, inclusive, era secretário de agricultura na época, hoje é vereador, que é o Beca, ele era muito engajado no território; a Ângela, que virou presidente da Fetagri; Maracanã; Ângela Tokumitsu, que virou diretora da Fetagri, tenho bastante contato com elas.

**M1:** Mas aí é a Fetagri Nordeste, né? Como que é essa divisão?

**M2:** Não. Eles são divididos assim: existe a Guajarina; a Tocantina, para eles; o Nordeste; o Sudeste, que começa em Dom Eliseu e vai para baixo, Dom Eliseu não é Nordeste, é Sudeste para eles da Fetagri; o Sul; o Lago, também, a região do Fetagri Lago; Oeste e Metropolitana, agora, pega Ananindeua, Marituba, Benevides, Belém, que não tinha essa representação. Eu tenho pouco contato, para te falar a verdade, tenho pouquíssimo contato com essa galera, pouquíssimo mesmo.

**M1:** Eu também perdi. Para ali, acho que só com o William, a gente estava fazendo um livro, eu e ele. Ainda cheguei a conversar com o Romier, mas parece que o Romier está muito no documentário, faz bastante documentário no audiovisual...

**M2:** Ele está na onda da agroecologia.

**M1:** As meninas, às vezes, eu vejo pela internet, facebook, publicam fotos, mas não tenho conversa, é mais com o pessoal daqui. o Artífice, às vezes enxergo o Damião.

**M2:** Damião, caboco Damião. Deixa eu te perguntar, professor, a FATA ainda funciona?

**M1:** A FATA funciona. mas eu acho que comparado a antes, o ritmo é menor. Agora o pessoal usa mais aquele espaço para fazer eventos ou fazer algum tipo de curso, como de capacitação...

**M2:** Aquele prédio da FETAGRI, na vinte e oito, ainda existe ou não?

**M1:** Tem, ainda existe, mas... Eu acho que a única coisa que surgiu durante a pandemia, aqui, foi a Feira da Agricultura Familiar, que ela conseguiu se manter, ela funciona, agora, dentro da universidade.

**M2:** Que bacana.

**M1:** Ela... Eu acho que foi uma das únicas coisas, cara, que foi criado durante a pandemia e que ficou depois, a Feira da Agricultura Familiar, ela funciona, eu acho que a cada duas vezes por semestre, dentro da universidade. O Inkra daqui ainda está sem superintendente.

**M2:** Aqui também.

**M1:** O pessoal está aguardando, mas já foi chamado, os movimentos já foram contatados, mas não tem nome para indicar.

**M2:** Aqui, no governo Bolsonaro, aqui era um coronel da PM.

**M1:** Aqui era um militar, também, mas eu não lembro se era, acho que era do exército, mas era militar, também.

**M2:** Extremamente, insensível às causas da terra.

**M1:** Cara, o daqui não fedia e nem cheirava, como diz o ditado.

**M2:** Só ganhava o boró dele e ficava lá de boa.

**M1:** Nem aparecia, muitas vezes, aqui, até porque o Inkra, durante, acho que, dois anos do governo Bolsonaro, o recurso dele quase foi a zero.

**M2:** Não roda nada.

**M1:** Nada, nada. A expectativa do povo é que mude agora, mas o que estou percebendo é que a gente tem poucas pernas, sabe?

**M2:** Não tá fácil não mestre.

**M1:** É porque o pessoal sabe o pau que se esfrega, ninguém quis assumir o Inkra, porque é uma bomba.

**M2:** É uma bomba com quatro anos de passivo.

Eu vejo que é aquela questão, de seis anos para cá a vida muda muito, né? A gente foi adquirindo outras responsabilidades e outras questões a fazer, que hoje é difícil a gente reengajar nisso. Eu acredito, eu gosto da política territorial, eu creio que é um método democrático muito legal, muito legal mesmo, ele traz à tona uma coisa que faltou no governo Temer, faltou no governo Bolsonaro, que foi a participação do povo, isso é algo bem interessante porque eu acredito nisso, essa história de consulta e definição de prioridade, na minha opinião, funciona, dá legal, faz parte do planejamento estratégico, inclusive, para o próprio crescimento, se bem pensado, se bem articulado e se for bem ponderado pelas forças, eu acho que funciona legal, então eu acredito que funcione. Requalificando, reestruturando, pensando algumas questões aí que foram fundantes para o declínio da política, porque se ela fosse uma política pública de interesse social coletivo, ela não tinha dado esse declínio que deu, ela poderia ter ficado, pelo menos, na academia, eu acho que é uma coisa que faltou, sabe? Faltou um pouco desse, não sei se foi do interesse, eu não sei, não consigo chegar nessa parte do porquê, mas eu acho que faltou, minha opinião é que faltou. Pensar nisso, as universidades mostraram que dão conta de assessorar, de

repente, dão conta de fazer proposição; não sei, pensar muito bem nisso. Eu acho que se tem a possibilidade de dialogar, inclusive a gente trazer um pouco dessa nossa experiência, acho que é isso que o senhor está tentando fazer, né? Construir esse enredo de vivências, é o enredo das vivências e reapropriar isso para quem tem interesse. Tipo, o Governo Federal tem interesse de retomar a política territorial? Toma aqui, olha, o professor Marcos Alexandre, lá de Marabá, pensou e ouviu pessoas e dialogou e viu que isso aqui foi dessa forma, e de repente alguém leia.

**M1:** É. Mas eu acho que, talvez, lá para frente, lá para frente, uma boa ideia é isso que você está falando. Ouvir quem participou, ouvir a experiência de quem participou, principalmente se for uma nova geração eles vão ter que aprender, e, convenhamos, se a gente já tinha dificuldade para ler muita coisa, imagina a geração de hoje.

**M2:** A geração do...

**M1:** Do tiktok. A não ser que a gente faça tiktok sobre a política. Eu não imaginaria nem como, não sei.

**M2:** Nada é impossível.

**M1:** (risos) Boa conversa que a gente teve. Era para a gente ter conversado a mais tempo, mas acho que foi legal.

**M2:** Legal, cara. Foi um prazer te rever, de verdade, conversar contigo. Você é um cara que eu admiro muito pela sua competência, você é um professor muito competente e isso me deu forças em muitos momentos, sabe? Porque eu acho que a gente convive com gente boa, com gente que é para cima e isso favorece muita a vida da gente. Obrigado por ter participado da minha vida de uma forma muito positiva.

**M1:** Tranquilo. E eu fico feliz em rever, ainda que seja assim, pela internet.

**M2:** É o mundo de hoje.

**M1:** Mas aí vamos fazer o seguinte, eu já até passei para o teu *whatsapp* sobre a retomada do Condraf, eu vou ficar te atualizando, vou falar com a nossa amiga amanhã e vamos tentar fazer coincidir, para uma visita tua aqui, vou combinar com o pessoal.

**M2:** Vamos fazer em abril. Em abril eu vou aí de novo, ver o meu filhote.

**M1:** Pronto, é só tu me passar: “professor, estou indo tal dia”, que eu combino com elas...

**M2:** Eu vou em um final de semana, aí a gente queima uma carne e faz uma conversa, rever os amigos. Beleza, professor. Foi um prazer conversar com o senhor. Boa noite. A gente se vê em breve, se Deus quiser.

**M1:** Beleza. Boa noite e valeu mais uma vez. Até mais, abraço.